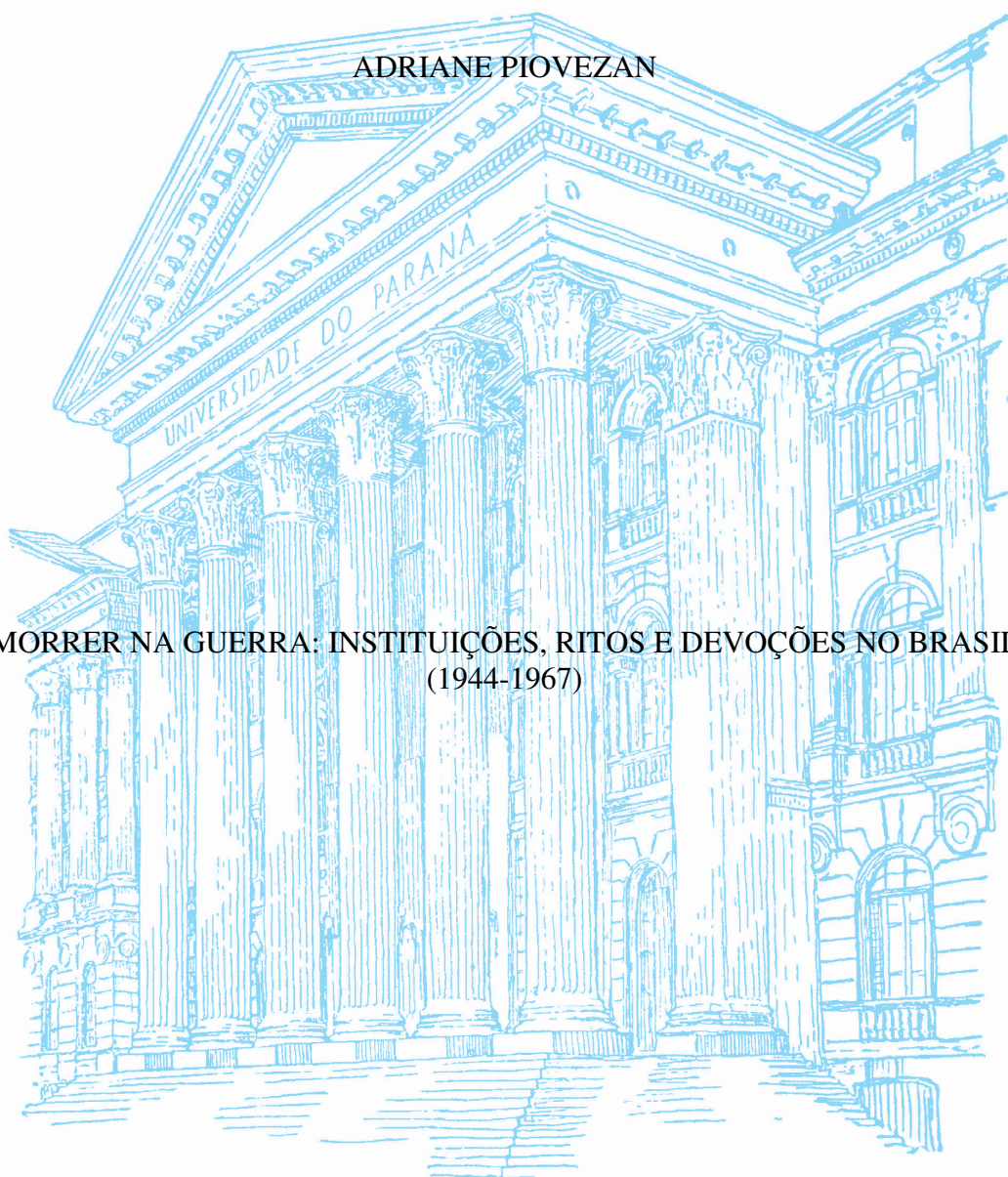


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANE PIOVEZAN

MORRER NA GUERRA: INSTITUIÇÕES, RITOS E DEVOÇÕES NO BRASIL  
(1944-1967)



CURITIBA  
2014

ADRIANE PIOVEZAN

MORRER NA GUERRA: INSTITUIÇÕES, RITOS E DEVOÇÕES NO BRASIL  
(1944-1967)

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.  
Orientador Prof. Dr. Renato Lopes Leite

CURITIBA  
2014

Catálogo na publicação

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Piovezan, Adriane

Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967) /  
Adriane Piovezan – Curitiba, 2014.

298 f.

Orientador: Prof. Dr. Renato Lopes Leite

Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

1. Morte – Ritos e costumes - Brasil. 2. Mortes – Aspectos religiosos.  
3. Morte – Aspectos sociais. 4. Guerra Mundial, 1939-1945 – Mortes. I.Título.

CDD 306.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **ADRIANE PIOVEZAN** intitulada: **Morrer na Guerra: Instituições, Ritos e Devoções no Brasil (1944-1967)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua... *APROVADA* completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, três de setembro de dois mil e quatorze.

*[Signature]*  
Prof. Dr. Renato Lopes Leite (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

*[Signature]*  
Prof. Dr. Celso Corrêa Pinto de Castro (FGV)  
1º Examinador

*[Signature]*  
Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz (UEL)  
2º Examinador

*[Signature]*  
Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (UFPR)  
3º Examinador

*[Signature]*  
Prof. Dr. Euclides Marchi (UFPR)  
4º Examinador



Ao meu amado filho Vinicius

## **Agradecimentos**

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador Prof. Dr. Renato Lopes Leite pela confiança, apoio e incentivo nesta trajetória.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de estudos que permitiu dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Agradeço imensamente ao Sr. Mário Pereira, administrador do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistoia, pelo acolhimento, gentileza e colaboração com que me recebeu na Itália. Meus agradecimentos ao Arquivo Histórico do Exército, ao Monumento aos Mortos do Brasil na Segunda Guerra Mundial e ao Museu do Expedicionário de Curitiba que permitiram o acesso às suas fontes.

Agradeço ao meu co-orientador Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz pelas indicações, sugestões e comentários sobre o texto final da pesquisa.

Meu agradecimento ao Prof. Dr. Euclides Marchi pela leitura da primeira versão da pesquisa, pelas sugestões de encaminhamento na organização do texto. Também agradeço aos professores Sérgio Odilon Nadalin e José Roberto Braga Portella pela leitura atenta e sugestões. Também meu agradecimento para o Prof. Dr. Celso Castro pela leitura, sugestões e participação na banca examinadora.

Agradeço aos Professores Claudia Rodrigues e Renato Cymbalista, interlocutores críticos nos diversos congressos em que nos encontramos nesses quatro anos de trabalho.

Ao querido amigo Antonio Fontoura Jr. Pela leitura e revisão do texto.

Meu muito obrigada aos colegas de pós-graduação Andrea Dal Pra e Raphael Guilherme de Carvalho pela troca de ideias e apoio durante esse tempo.

Agradeço à amiga Clarissa Grassi e à ABEC (Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais) pelo incentivo e considerações sobre o trabalho.

Agradeço aos blogueiros Henrique de Moura Paula Pinto, Derik Destito e Julio Cesar pelo compartilhamento de documentos e fotos sobre FEB.

Meus agradecimentos à Maria Cristina Parzowski pela gentileza e eficiência com que encaminhou as questões administrativas enquanto fui aluna da pós-graduação.

E por último, agradeço ao meu marido, amigo e companheiro, Dennison de Oliveira, por me apoiar, incentivar, financiar e auxiliar em todos os momentos. Na leitura crítica, na sugestão de encaminhamento da pesquisa e na vida doméstica e familiar. Aos meus queridos filhos, Nicolas e Laura, bebês que nasceram durante o doutorado e foram meus companheiros em arquivos, congressos e na redação do trabalho.

A guerra não acabou enquanto o último soldado morto não for enterrado.  
Aleksandr Suvorov

## **Resumo**

A presente pesquisa se dedica ao entendimento das atitudes diante da morte no Brasil Contemporâneo. Seu foco é no estudo das práticas funerárias e na preparação para a morte por parte dos brasileiros que caíram em combate na Segunda Guerra Mundial. A relação da sociedade brasileira com a morte e o morrer em guerra revela nesse período os conflitos e a cooperação entre as instituições religiosas e militares e destas com a população. Com a entrada do Brasil nesse conflito mundial em 1942, e o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o teatro de operações na Itália em 1944, ocorreu a consequente criação de um Pelotão de Sepultamento (PS). Essa unidade gerou diversas fontes passíveis de problematizar a preparação individual do soldado para a probabilidade de sua própria morte. Partiu-se da análise de devoções individuais deles, expressas nos objetos religiosos encontrados pelo PS em seus cadáveres. Ao mesmo tempo, procedimentos institucionais destinados ao tratamento dos mortos em guerra, os monumentos fúnebres e o repatriamento dos restos mortais dos soldados caídos no front, permitem interpretar as tentativas de construção de um culto cívico aos mortos no Brasil Contemporâneo.

Palavras-chave: Morte, culto cívico aos mortos, Segunda Guerra Mundial.

## **Abstract**

This research is dedicated to understanding the attitudes towards death in Contemporary Brazil. Its focus is on the study of funerary practices and preparation for death by the Brazilians who have fallen in combat in World War II. The relationship of Brazilian society with death and dying in this period war reveals the conflicts and cooperation between the military and religious institutions, and these with the population. With the entry of Brazil in world conflict in 1942 and the sending of the Brazilian Expeditionary Force (BEF) to the theater of operations in Italy in 1944 occurred the consequent creation of a Platoon of burial (PS). That unit generated several likely sources problematize the individual preparation of the soldier to the likelihood of his own death. We started from the analysis of individual devotions them, expressed in religious objects found by PS on their corpses. At the same time, institutional procedures for the treatment of war dead, funeral monuments and the repatriation of the remains of fallen soldiers at the front, allow attempts to interpret the construction of a civic cult of the dead in Contemporary Brazil.

**Keywords:** Death, civic cult of the dead, World War II.

## **Lista de ilustrações**

- FIGURA 1 – Foto censurada pelo Pentágono
- FIGURA 2 – Ofício informando que não consta para quem enviar pertences do morto
- FIGURA 3 – Relatório Individual do PS, mortos inimigos
- FIGURA 4 – Documento de confirmação de remoção de corpo de soldado brasileiro enterrado no Cemitério Estadunidense de Vada para o Cemitério Brasileiro em Pistoia
- FIGURA 5 – Listagem dos motivos de morte entre os brasileiros na Itália
- FIGURA 6 – Ofício de reconhecimento de corpo
- FIGURA 7 – Documento que informa o desaparecimento do soldado em ação
- FIGURA 8 – Ofício informando sobre o cadáver do soldado Manoel Chagas
- FIGURA 9 – Relatório de comunicação de morte e desaparecimento do cadáver do soldado
- FIGURA 10 – Exemplo de comunicação de morte
- FIGURA 11 – Constatazione di Morte do soldado Benjamin Lima
- FIGURA 12 – Capacete de metal sobre o fuzil espetado no chão para fins de homenagem fúnebre
- FIGURA 13 – Exemplo de Relatório de Inventário de Bens. AHEx, SAE, FEB
- FIGURA 14 – Tabela de mortos por unidades. AHEx, SAE, FEB
- FIGURA 15 – Relatório do PS de recolhimento de cadáver desconhecido
- FIGURA 16 – Entrega de material religioso em 2013 para a missão de Paz no Haiti por parte de membros dos Arautos do Evangelho
- FIGURA 17 – Cartão de Páscoa distribuído no front na Itália
- FIGURA 18 – Cartão alemão de Feliz Páscoa de 1915
- FIGURA 19 – Imagem de santo levada pelos soldados ao front
- FIGURA 20 – Imagem de Santo Antonio de Pádua
- FIGURA 21 – Oração distribuída por ocasião da Páscoa de 1945
- FIGURA 22 – Exemplar do Manual de Orações do Soldado Brasileiro
- FIGURA 23 – Cartão de Oração
- FIGURA 24 – Ofício informando fé religiosa do morto
- FIGURA 25 – Livros de orações
- FIGURA 26 – Oração final do Livro de Orações
- FIGURA 27 – Inventário de Objetos
- FIGURA 28 – Túmulo do soldado desconhecido, sob o Arco do Triunfo, em Paris
- FIGURA 29 – Cenotáfio de Londres
- FIGURA 30 – Exemplo de placa exposta às margens do Rio Sena
- FIGURA 31 – Mausoléu dos Marinheiros mortos em 1924
- FIGURA 32 – Mausoléu dos Mortos da DNOG
- FIGURA 33 – Mausoléu aos Caídos de 35
- FIGURA 34 – Monumento aos mortos de Laguna e Dourados
- FIGURA 35 – Mausoléu dos mortos na Intentona Integralista de 1938
- FIGURA 36 – Detalhe do Mausoléu “A Glória pelo dever”
- FIGURA 37 – Mausoléu dos Aviadores, o Antigo
- FIGURA 38 – Mausoléu dos Aviadores, o Novo
- FIGURA 39 – Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia
- FIGURA 40 – Ajardinamento e arruamento adotado no cemitério
- FIGURA 41 – Portão principal do cemitério
- FIGURA 42 – Mastro no qual era hasteada a bandeira nacional
- FIGURA 42 – “Drei brasilianischen Helden”
- FIGURA 43 – Cemitério de Pistoia



FIGURA 44 – Pórtico do Monumento Militar Votivo de Pistoia

FIGURA 45 – Notícia do Jornal Gazeta do Povo

FIGURA 46 – Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial

FIGURA 47 – Relatório Individual de Max Wolff Filho

FIGURA 48 – Foto da exumação do cadáver do soldado brasileiro

FIGURA 49 – Túmulo do Soldado Desconhecido

FIGURA 50 – Inscrição em mármore

## **Lista de Tabelas**

TABELA I – ANO DE NASCIMENTO DOS MORTOS PARANAENSES DA FEB  
TABELA II – ANO DE NASCIMENTO DOS MORTOS DA FEB  
TABELA III – PROFISSÃO DOS RECRUTADOS PARANAENSES PARA FEB  
TABELA IV – RAÇA ATRIBUIDA AOS MORTOS DA FEB  
TABELA V – RELIGIÃO DOS MORTOS DA FEB  
TABELA VI – MORTOS BRASILEIROS TRANSLADADOS PARA O CEMITÉRIO  
BRASILEIRO DE PISTOIA  
TABELA VII – NÚMERO E PORCENTAGEM DE MORTOS DA FEB POR  
UNIDADE DA FEDERAÇÃO  
TABELA VIII – OBJETOS ENCONTRADOS COM OS MORTOS DA FEB  
TABELA IX – OBJETOS MAIS FREQUENTES ENCONTRADOS COM OS  
MORTOS DA FEB  
TABELA X – SOLDOS PAGOS A MILITARES DA FEB  
TABELA XI – SOLDADOS MORTOS PORTANDO FOTOGRAFIAS  
TABELA XII - SOLDADOS MORTOS PORTANDO CARTAS  
TABELA XIII – SOLDADOS MORTOS PORTANDO MEDALHAS RELIGIOSAS  
TABELA XIV – SOLDADOS MORTOS PORTANDO ESTAMPAS DE SANTOS  
TABELA XV – SOLDADOS MORTOS PORTANDO QUADROS RELIGIOSOS  
TABELA XVI – SOLDADOS MORTOS PORTANDO IMAGENS RELIGIOSAS  
TABELA XVII – SOLDADOS MORTOS PORTANDO CRUCIFIXOS  
TABELA XVIII – SOLDADOS MORTOS PORTANDO ORAÇÕES  
TABELA XIX – SOLDADOS MORTOS PORTANDO ROSÁRIOS  
TABELA XX – SOLDADOS MORTOS PORTANDO RELÍQUIAS RELIGIOSAS

## **Lista de Siglas**

AGRS – Army Graves Registration Service  
AHEx – Arquivo Histórico do Exército  
BE – Batalhão de Engenharia  
BIBLIEX – Biblioteca do Exército Editora  
DIE – Divisão de Infantaria Expedicionária  
DNOG – Divisão Naval em Operações de Guerra  
DPOM – Defense Prisoner of War – Missing Personal Office  
EB – Exército Brasileiro  
EUA – Estados Unidos da América  
FEB – Força Expedicionária Brasileira  
FM – Fields Manual  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
KIA – Killed in Action (do inglês “morto em ação”)  
MEXP – Museu do Expedicionário  
MG – Ministério da Guerra  
MIA – Missing in Action (do inglês “desaparecido em ação”)  
MNMSGM – Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial  
MV – Monumento Votivo  
PS – Pelotão de Sepultamento  
QG – Quartel General  
RI – Regimento de Infantaria  
SAE – Seção de Arquivos Escritos  
SARFA – Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas  
SESFEB – Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira  
SIE – Serviço de Intendência do Exército  
TO – Teatro de Operações  
UEL – Universidade Estadual de Londrina  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
YMCA – Young Men’s Christian Association

## **Lista de Arquivos e Museus Consultados**

Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro (RJ)

Arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – Rio de Janeiro (RJ)

Arquivo do Monumento Militar Votivo – Pistoia, Itália

Museo Storico di Montese – Montese, Itália

Museu do Expedicionário – Curitiba (PR)

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. A MORTE NA HISTORIOGRAFIA.....</b>	<b>26</b>
A Morte na História.....	26
A Morte na Guerra.....	31
<b>2. IGREJA E EXÉRCITO.....</b>	<b>51</b>
Religião e Guerra.....	51
Os mortos da FEB na guerra.....	61
<b>3. MORRER NA GUERRA: o Pelotão de Sepultamento.....</b>	<b>89</b>
Os procedimentos estadunidenses.....	104
<b>4. A PREPARAÇÃO PARA A MORTE: as devoções individuais.....</b>	<b>163</b>
<b>5. O PÓS-GUERRA: a Monumentalização da Morte.....</b>	<b>212</b>
O Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia.....	232
O Monumento Votivo Militar de Pistoia.....	243
Os livros de visitas no pós-guerra.....	247
O Monumento aos Pracinhas.....	251
O caso de Max Wolff Filho: Onde está o corpo do maior herói da FEB?.....	262
A “Magia” do Soldado Desconhecido.....	271
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>287</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>290</b>
<b>LISTA DE FONTES CONSULTADAS .....</b>	<b>297</b>

## INTRODUÇÃO



FIGURA 1 - Foto censurada pelo Pentágono. Disponível em [http://1.bp.blogspot.com/-8pz95kTBaVQ/UFOeGTzpU4I/AAAAAAAAHZY/AF-UBQilRo/s1600/us\\_mortos.jpg](http://1.bp.blogspot.com/-8pz95kTBaVQ/UFOeGTzpU4I/AAAAAAAAHZY/AF-UBQilRo/s1600/us_mortos.jpg)  
Acessado em 10/10/2012

Publicada em abril de 2004, a foto acima, do traslado de corpos de soldados estadunidenses mortos no Iraque, resultou na demissão de Tami Silicio, funcionária da Maytag Aircraft Corp<sup>1</sup>, empresa terceirizada da Força Aérea dos Estados Unidos. Por solicitação do Pentágono, a proibição de fotos ou de qualquer registro de mortos em guerra ocorre, supostamente, “por respeito aos familiares das vítimas”. Desde 1991 essa censura é instituída pelas forças armadas do país. A funcionária explicou que procurou registrar na imagem o “cuidado e carinho com os restos mortais dos soldados para seus familiares”.

A censura a esse tipo de exibição ocorreu a partir do impacto causado pelos registros dos mortos na guerra do Vietnã (1955-1975). Os sacos plásticos pretos, os *rubber bags* que envolviam os cadáveres dos soldados mortos<sup>2</sup>, apareceram com frequência nos meios de comunicação de massa e contribuíram para ampliar/intensificar o trauma dessa guerra.

<sup>1</sup> AMERICANA perde emprego por fotografar caixões com soldados. Disponível em <http://port.pravda.ru/news/mundo/27-04-2004/5092-0/>

<sup>2</sup> Depoimentos de veteranos da guerra do Vietnã, Disponível em <http://www.sdvietnamwarmemorial.com/incountry.htm>



Respeito aos mortos e seus familiares, homenagens aos que caíram em combate, rememoração da perda de vidas num conflito armado, luto e trauma, censura, etc. são questões que aparecem na temática dos mortos em guerra com maior destaque depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Como esse evento foi marcado pela mortandade em grande escala, consequência do estágio de desenvolvimento das armas de guerra, tornou-se um marco para os estudos das atitudes diante da morte no século XX.

A morte de um homem jovem e saudável, quando deveria estar na sua fase mais produtiva da sua existência, tem um efeito desagregador na sociedade que através dos ritos procura integrar novamente aquele indivíduo em uma nova categoria, no mundo dos mortos, bem como prover conforto e consolo para seus familiares e amigos<sup>3</sup>.

A morte interdita a partir do século XX é marcada pela proscrição, constrangimento, censura e abandono das práticas associadas ao luto e ao pesar. Isso também se verifica na ocultação dos jovens mortos em guerra, como o caso dos estadunidenses no Iraque, e todos os comportamentos decorrentes desse evento desde então. A burocracia civil e militar determina os procedimentos com o corpo, a busca pelo local de sepultamento, a restrição dos ritos funerários e o constrangimento em relação ao luto que marcam essa relação com a morte.

Historicamente nem sempre foi assim. As práticas institucionais e sociais diante dos mortos em guerra foram consideravelmente modificadas em tempos recentes. Essas mudanças aconteceram simultaneamente, mas não necessariamente em conexão direta, com a forma pela qual a sociedade também alterou a sua relação com as práticas funerárias e as atitudes psicológicas diante da morte.

Meu envolvimento com a temática, inicialmente apenas de cunho acadêmico, se intensificou a partir de experiências pessoais. Em junho de 2009, durante o primeiro Seminário de Estudos Sobre a Força Expedicionária Brasileira (I SESFEB) ocorrido na UFRJ na cidade do Rio de Janeiro (RJ), pude assistir comunicações sobre o tema, que versavam sobre uma multiplicidade de tópicos.

De particular interesse foi a palestra do professor José Murilo de Carvalho sobre a questão da religiosidade de um soldado na guerra, no caso, seu próprio tio. A mim pareceu ser um tema pouco explorado no caso brasileiro. Qual teria sido o impacto da guerra na religiosidade desses soldados brasileiros? A religião teria sido capaz de oferecer consolo em caso de morte? Como teriam reagido as famílias dos mortos na guerra já que

---

<sup>3</sup> VAN GENNEP, **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

foram enterrados no exterior? De que maneira as atitudes e representações da morte então vigentes na cultura brasileira teriam sido afetadas pela guerra?

Ainda tentava elaborar essas questões quando, por ocasião do mesmo evento, tive a oportunidade de fazer uma visita ao Arquivo Histórico do Exército (AHEx) também no Rio de Janeiro (RJ). Como era de se esperar, o AHEx estava repleto de pesquisadores da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que aproveitavam a viagem ao evento para pesquisar naquele arquivo. Um deles era o professor Francisco Ferraz (UEL). Dele partiram comentários sobre o valor e a importância da documentação do Pelotão de Sepultamento (PS) da FEB. Tais comentários estimularam a consulta a essa documentação e permitiram sofisticar a reflexão sobre a questão da morte desses indivíduos numa guerra.

A temática da morte já tinha feito parte dos meus estudos acadêmicos na graduação em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na monografia de conclusão de curso, em 1997, pesquisei sobre o papel dos testamentos como uma espécie de contrato de salvação entre os indivíduos e a religião no século XVII. Meu objeto de pesquisa foram os testamentos dos bandeirantes paulistas da cidade de São Paulo (SP). Desde então considerava extremamente interessantes e valiosos os estudos sobre a morte, no caso, a morte barroca, evento público e revelador de diferentes aspectos daquela sociedade.

Uma perda pessoal veio a intensificar meu interesse sobre os estudos da morte na história. Ocorreu o falecimento do meu primeiro filho em março de 2009, um bebê de sete meses. As implicações do contexto da experiência da perda de pessoa tão próxima me levaram novamente ao tema das atitudes diante da morte. Entre o falecimento e enterramento dele decorreram apenas algumas poucas horas, quase todas consumidas com providências burocráticas e legais, praticamente não deixando tempo algum para expressar sentimentos de pesar e dor associados a essa perda.

Pouco meses depois desse episódio tive então a oportunidade de encontrar no AHEx a documentação até então inédita já referida. Como mãe que perdera seu filho numa “guerra” contra a doença, e que vivenciou todos esses procedimentos relacionados ao aspecto físico da morte, surgiram diversas indagações sobre aquele período histórico da Segunda Guerra Mundial. A reflexão sobre como era essa experiência nesse contexto, a questão da individualidade do morto e o pertencimento ao grupo, os rituais funerários e o sepultamento e, o mais importante de tudo, a memória dessa morte, poderiam ser

respondidos pelos relatórios do Pelotão de Sepultamento que abria diversas possibilidades de pesquisa.

Para mim, desde o início pareceu claro que as fontes do PS abririam a oportunidade de elucidar diversos processos e práticas funerárias relativas a um período histórico sobre o qual somos carentes de fontes sobre o tema. Por experiência própria sabia que o testamento até meados do século XIX permitia ao historiador compreender como o indivíduo se preparava para a morte. Nesses documentos, o pesquisador tinha a descrição de desejos quanto à vestimenta, missas, doações para determinadas igrejas e devoções para seus santos protetores. Já no século XX, a alteração desse tipo de documento, que se resumia à destinação de bens materiais, não legou nenhum outro tipo de suporte para que o historiador pudesse pensar nessas atitudes diante da morte.

Os relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento, dentre outras tantas informações, contêm a descrição do que o soldado portava ao morrer. Nesse ponto, percebi que tais fontes poderiam preencher essa ausência de informação sobre a relação do indivíduo com a possibilidade de sua morte. Os objetos religiosos que o soldado carregava consigo –medalhas, orações, crucifixos –podiam ser capazes de fazer saber o historiador como, por exemplo, simbolizavam uma fé que tem por objetivo a salvação da alma.

Com base nessas fontes, a reflexão sobre como esses homens morreram, qual foi o procedimento com cada um em relação aos ritos funerários, a comunicação de sua morte para a família, a questão da instituição e suas práticas para com o combatente perdido em guerra, foram perguntas que seriam passíveis de serem respondidas pela pesquisa histórica a partir daquele momento. Paralelamente à descoberta dessas fontes, sempre mantive interesse pelo estudo das manifestações públicas relativas aos ritos funerários.

Em outras estadas anteriores ao Rio de Janeiro já havia visitado o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no Aterro do Flamengo. O monumento, situado num local de destaque na composição de uma cidade que é tão cheia de atrativos, embora bem conhecido, é incorretamente chamado de “Monumento aos Pracinhas”. O que me pareceu mais grave, é que a grande maioria das pessoas que eu conhecia, inclusive aquelas há muito residentes no Rio de Janeiro, achavam que se tratava apenas de um espaço histórico “interessante”, por sua arquitetura modernista. A cripta existente na parte interna do Monumento, contendo restos mortais de 466 caídos na guerra, era desconhecida por grande parte das pessoas, talvez pela maioria delas.

Pelas inscrições tumulares presentes no Monumento sabe-se que a maioria dos homens mortos eram jovens e a questão de como tal morte e tais procedimentos institucionais se articularam com os afetos familiares naquele contexto me pareceu uma problemática histórica da mais alta relevância. Historicamente nem sempre os caídos em combate mereceram sepulturas individuais em locais de grande prestígio como é o caso desse monumento. Via de regra, sempre foram enterrados em fossas coletivas nos próprios campos de batalha. Como, quando e em que circunstâncias o estatuto dos mortos em guerra evoluiu de meros restos contaminantes dos campos de batalha a serem removidos e enterrados anonimamente para o status de merecedores de túmulos individuais e até mesmo autênticos símbolos nacionais? A mim parecia que esta questão seria um relevante tema de pesquisa histórica.

A construção da problemática da pesquisa que pretendia fazer implica também em uma reflexão prévia sobre os locais de enterramento e rememoração dos mortos – ou da inexistência deles. A questão de como tais mortos são lembrados é crucial para compreender essa relação. Para José Carlos Rodrigues “a morte real e completa só acontece quando o morto é esquecido, quando não encontra mais suporte algum no mundo concreto”<sup>4</sup>.

Nos anos 1980, o historiador francês Pierre Nora problematizou o surgimento dos lugares de memória<sup>5</sup>. Físicos ou simbólicos, estes locais são construídos a partir de determinados interesses de grupos ou projetos. Na Europa a presença destes monumentos é abundante. No caso brasileiro, já havia percebido a constante tentativa das instituições militares em construir estes lugares de memória, na tentativa de reforçar a identidade militar e o patriotismo a partir de monumentos fúnebres.

As atitudes diante da morte no Brasil contemporâneo podem ser analisadas a partir das tentativas de construção de um culto cívico aos mortos em combate. Os monumentos fúnebres militares permitem identificar as atitudes coletivas da sociedade e a relação com seus mortos. Já documentos alternativos, como, por exemplo, os já mencionados relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento da FEB, possibilitam refletir sobre os comportamentos e devoções dos soldados diante da iminência da morte. A partir dessas constatações pretendo articular estes dois elementos para contribuir para a compreensão das relações da sociedade com a morte no Brasil do século XX.

---

<sup>4</sup> RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983, .101 .

<sup>5</sup>NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux**. IN Pierre NORA (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1 La République. pp. VII a XLII. p. XXIV.

A documentação gerada pelo Pelotão de Sepultamento da FEB, localizada no AHEx, permite analisar as devoções dos soldados brasileiros que participavam da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Os objetos encontrados nos cadáveres dos mesmos, bem como os rituais de sepultamento dos soldados mortos, seu traslado para o Brasil, a construção de um Mausoléu em sua homenagem, são elementos que possibilitam a análise das atitudes diante da morte neste contexto.

A problemática a ser desenvolvida na presente pesquisa também leva em conta essa tentativa de construir o culto cívico aos mortos. Não se trata de um fenômeno isolado. Afinal de contas, estas construções coletivas articuladas às atitudes individuais diante da morte podem estabelecer um panorama de uma história social dos mortos no Brasil.

Minha tese é de que as amostras aqui selecionadas confirmam a tendência à secularização, laicização, promoção do civismo e do nacionalismo manifestos nos ritos de enterramento realizados durante e após a guerra, bem como na rememoração dos mortos após os conflitos. Não se trata, porém, de um processo de mão única. Os intensos esforços nesse sentido em momento algum anularam as demandas por práticas, ritos e símbolos religiosos que, mesmo marginalizados, sempre se fizeram presentes.

Diferente do que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, a forma como estes locais de memória foram construídos, e suas relações com a sociedade civil, não foram capazes de impactar a memória coletiva como pretendido. Aparentemente não se logrou agregar a comunidade em torno dos ritos e cerimônias que as instituições promoviam e que promovem até hoje. O que se percebe a partir desta constatação é que embora existam elementos comuns às diferentes experiências nacionais, estas também têm suas especificidades.

Os Monumentos, mausoléus e comemorações compõem uma parte das funções sociais da memória em que o principal desafio é estabelecer sentimentos de pertencimento e continuidade. Para o historiador alemão Jörn Rüsen existem três níveis de memória: a memória comunicativa, a memória coletiva e a memória cultural. Estes níveis mudam ao longo do tempo, variando principalmente de acordo com o grau de institucionalização da memória. Em sua distinção, ele afirma:

a memória cultural é a matéria para rituais e atuações altamente institucionalizadas. Ela tem o seu próprio meio e um lugar fixo na vida cultural de um grupo. A memória cultural representa o

sistema político como uma estrutura una, bem como sua permanência no fluxo temporal dos eventos políticos<sup>6</sup>.

No contexto brasileiro, percebe-se a tentativa de construção de um culto cívico dos mortos a partir da criação de mausoléus fúnebres militares coletivos. No entanto, esta memória dos caídos em combate pela Pátria se tornou ao longo dos anos uma memória institucionalizada em que as Forças Armadas reforçam sua posição e a homenagem aos mortos passa a ser homenagem à instituição.

A ideia central do morto enquanto pertencente ao grupo aparece em monumentos fúnebres como o Mausoléu aos Mortos do Movimento Tenentista localizado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro (RJ), de 1924; no mesmo cemitério o Mausoléu aos Mortos da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) na Primeira Guerra Mundial, construído em 1928; o Obelisco aos Mortos da Revolução Constitucionalista de 1932 no Parque do Ibirapuera em São Paulo (SP); o Mausoléu dos Mortos na Intentona Comunista de 1935, na Praia Vermelha no Rio de Janeiro (RJ); o Mausoléu dos mortos na Intentona Integralista de 1938, localizado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro (RJ); nos dois Mausoléus dos Aviadores, um de 1941 e o outro de 1957, ambos também no São João Batista. E o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro (RJ) de 1960.

A tentativa de fornecer maior visibilidade a tais monumentos foi constante ao longo do século XX. Alguns desses jazigos cívico-comemorativos foram transferidos do espaço cemiterial para praças ou parques em que se procurava destacar estes elementos. Exemplo disso é o caso do Monumento aos Caídos de 35, originalmente situado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro, que em 1968 foi transferido para a Praia Vermelha, onde, desde então, compartilha aquele espaço com Monumento aos Mortos de Laguna e Dourados da Guerra do Paraguai<sup>7</sup>. O Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia na Itália também foi transformado em Monumento Militar Votivo, com a trasladação dos corpos dos soldados brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial para o Monumento Nacional aos Mortos no Aterro do Flamengo, também no Rio de Janeiro, em 1960.

O historiador alemão Koselleck<sup>8</sup> comparou os monumentos fúnebres na Alemanha, França e Itália e entendeu que nesses locais ocorreu a tentativa de se constituir

---

<sup>6</sup>RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história In: **História da historiografia**, Ouro Preto: Edufop, número 02, março 2009, p.167.

<sup>7</sup> CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.60

<sup>8</sup>KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.



uma lição de moral e civismo dada pelos mortos, a partir de seus túmulos. Neste sentido, o autor problematiza de que forma os monumentos aos mortos funcionam mais como meio de atender os interesses dos vivos do que realmente homenagear os mortos.

Essa não é a única motivação para a construção de tais monumentos. Van Creveld<sup>9</sup>, historiador radicado nos EUA, identifica três fases distintas dos monumentos fúnebres de guerra. Em uma primeira fase da História Humana, que se estende até o século XIX, os monumentos celebravam a vitória nas batalhas, o heroísmo dos guerreiros que a tornaram possível e a exaltação patriótica. Numa segunda fase, já durante a Primeira Guerra Mundial, os monumentos celebram os soldados como vítimas do sacrifício pelo bem comum. A última etapa da história desses monumentos corresponde à época contemporânea, no qual não se comemora nem as batalhas nem os soldados mortos, mas se protesta contra a violência da guerra e se prega o pacifismo.

Também interessa ao presente trabalho perceber, além das atitudes coletivas em relação aos mortos, os comportamentos individuais diante da morte. Isso será feito a partir do estudo das devoções pessoais de cada soldado brasileiro caído em combate durante a Segunda Guerra Mundial. Para esta análise, trabalho com as fontes do Pelotão de Sepultamento. A partir da sistematização das variáveis que aparecem nos relatórios individuais dos mortos na guerra é possível estabelecer elementos dos comportamentos e devoções individuais diante da morte.

Nesse texto será dado destaque particular a esses mortos. O empenho em criar um local especialmente destinado para celebrar a memória e homenageá-los coletivamente, levou à criação de um monumento votivo na Itália, no local do antigo Cemitério Militar Brasileiro. No seu local de reenterramento final no Brasil é visível o destaque de sua localização, uma região nobre na então capital federal, bem como no evento de grandes proporções que foi o traslado desses mortos. Todos esses são fatores que pretendiam colaborar para a intenção de instituir um culto cívico aos mortos em guerra no país. Diversas tentativas desse tipo já haviam sido realizadas, mas só a efetiva participação do Brasil num conflito de dimensões mundiais, ao lado dos países vencedores, teria sido capaz de criar um ambiente ideal de estabelecimento de um local de memória, afirmando uma participação valorosa dos soldados brasileiros que fosse aceita e envolvesse a maioria da população. A fundação de um culto cívico aos mortos a partir desse momento

---

<sup>9</sup> CREVELD, Martin Van, **The culture of War**. New York: Ballantines Books, 2008, pp.244-245

surge como possibilidade real de existência. Mais ainda, foi um conflito em que as três Forças Armadas participaram.

As fontes documentais dessa pesquisa são de natureza predominantemente institucional. Dentre essas se destacam os Relatórios Individuais do PS, o Relatório Final da atuação do mesmo na Itália, e demais documentos que envolviam esta unidade. Também analiso alguns relatórios de exumação dos cadáveres dos soldados mortos oriundos da Comissão de Repatriamento dos Mortos da FEB, estes localizados no arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Também foram utilizadas como fonte memórias de membros da instituição, publicadas no pós-guerra.

Outro tipo de fonte utilizada são os monumentos arquitetônicos que se constituem em locais de memória dos mortos em guerra. Comparado com os estadunidenses, europeus e outras nacionalidades, a relação dos brasileiros com tais espaços arquitetônicos é bem diferente, variando da pura ignorância sobre sua existência até a interpretação equivocada dos mesmos, passando também pelo completo abandono.

No primeiro capítulo existe uma revisão bibliográfica sobre as diversas possibilidades que a historiografia oferece para refletir a respeito das atitudes diante da morte em geral. Além de obras de referência de um tema clássico da historiografia francesa, outras variáveis também foram exploradas por historiadores de diferentes nacionalidades em relação aos estudos sobre a morte. A questão da morte em guerra e suas particularidades são analisadas a partir da historiografia específica sobre o tema, quase toda ela inédita no Brasil.

Quem eram nossos mortos na guerra? O segundo capítulo é sobre o objeto de estudo privilegiado nessa tese, ou seja, os mortos da FEB. Para dar conta desse objeto será necessário interpretar as relações entre Exército e Igreja no período precedente. Será dada ênfase aos embates vivenciados entre o Estado laico, a Igreja e as religiosidades. Também serão examinadas as transformações operadas internamente ao Exército nesse contexto.

O terceiro capítulo problematiza a formação e função do Pelotão de Sepultamento da FEB e as fontes geradas pelo mesmo. Neste momento foram utilizadas bases de dados relacionais para tabular as informações extraídas das fontes. O resultado foi sistematizado em tabelas, caracterizando a pesquisa como tanto quantitativa como qualitativa no que se refere à análise dos objetos em geral que os mortos levavam consigo. Também é analisado nesse capítulo os procedimentos estadunidenses em relação aos mortos em guerra que norteou toda a ação do PS na Itália.

O quarto capítulo se refere à preparação para a morte na guerra. Num primeiro momento é analisada, a partir da historiografia consultada, a transformação ao longo do tempo das práticas relacionadas ao tratamento dos mortos nas guerras. Num segundo momento, será feita a análise dos artefatos especificamente religiosos levados pelos soldados brasileiros nas batalhas. Foi feita a opção por trata-los separadamente dos demais objetos, já analisados no capítulo precedente. Pretende-se demonstrar as devoções e a religiosidade dos mesmos, além dos rituais fúnebres e as formas de enterramento. A partir dessas evidências pode-se refletir sobre como foi essa preparação para a eventualidade da morte por parte do soldado brasileiro.

No quinto capítulo será feita uma reflexão sobre as atitudes com relação aos mortos nos distintos contextos de pós-guerra. Será interpretada a monumentalização da morte e como é realizada a partir de uma breve análise dos mausoléus e monumentos construídos no Brasil de 1928 até 1960. A presença de um Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia na Itália, sua posterior transformação em Monumento Votivo, e a construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, bem como o traslado dos restos mortais dos combatentes serão analisados nesse capítulo.

Nas considerações finais retorna-se à questão da tendência à secularização, laicização, promoção do civismo e do nacionalismo nos ritos de enterramento na rememoração dos mortos depois das guerras. No decorrer de toda pesquisa se percebeu que esse esforço não anulou as demandas por práticas, ritos e símbolos religiosos que, mesmo marginalizados, sempre se faziam presentes. Também se questiona aqui as relações e atitudes diante da morte na sociedade contemporânea a partir dessa rememoração dos mortos em guerras.

## CAPÍTULO 1 – A MORTE NA HISTORIOGRAFIA

### A morte na História

Conde Marechal não aguenta mais, está muito velho para ser o guardião do rei-menino e de toda a Inglaterra. Dizia-se com 80 anos, mas não sabia ao certo sua idade, nestes tempos, as datas importantes eram outras não a de nascimento. Acredita-se que tenha nascido por volta de 1145 e que ainda em 1217, mantinha parte daquele vigor juvenil, mas que agora, em 1219, seu corpo desaba de repente. Ele já havia pressentido isto, por isso, quando a doença piora, manda chamar a todos que vivia a sua volta, pede-lhes que o levem para casa, se tem que sofrer, que seja pelo menos em sua própria residência. Sua primeira preocupação é abandonar as honrarias do mundo, uma tarefa tão imensa que muitos se deslocam para lá, só para assistir com os seus próprios olhos estes acontecimentos. Dirige-se ao seu primogênito e lhe diz para viver no respeito da moral, depois, dispensa a todos, precisa pensar em quem vai colocar para tomar conta do rei-menino. Resolve o problema do menino, transferindo sua guarda para a corte, deste problema ele está livre, pode cuidar da sua própria alma. Se o nascer é importante, mais importante ainda é a morte, principalmente se esta ocorre depois de ter tido uma vida de glória. Seu segundo ato, ele sabe, é de distribuir suas posses, seus bens, só há um herdeiro natural seu primogênito, Guilherme, o moço. A sua mulher nada lega, pois, tudo que possui, na verdade, quem é dona é ela. Mas há ainda quatro irmãos, o segundo mais velho, recebe uma parte substancial da herança, o terceiro, nada, pois o mesmo se encontra alojado em um convento, o quarto recebe um pequeno solar e o mais moço, Guilherme lhe deixa uma renda de 140 libras anuais, isto porque seu amigo João Early insistiu muito, mas ele não tem apenas filhos, tem também filhas, cinco, das quais quatro já estão casadas, restando apenas a mais jovem que lhe causa preocupação, por ser ainda solteira. Pensando nela é que ele separa 200 marcos para seu enxoval e uma renda de 30 libras, provavelmente anual, além de incubir seu irmão mais velho de casá-la, contudo além da palavra, é preciso que se coloque em papeis todas estas vontades, é o que faz o velho Marechal, tudo é redigido em sua casa, depois é colocado o seu selo, o da sua esposa e o do seu primogênito. Este documento é levado ao arcebispo e aos bispos, e que o selem, para evitar infratores, terminado por guardá-lo em um cofre. Ainda continua preso ao corpo, precisa de um terceiro ato, dizer onde quer passar a eternidade, sua escolha é o templo feito há muito tempo. Agora que se mencionou enterro e funeral, é preciso começar as demonstrações de luto, primeiro, todos começam a chorar, com as lágrimas masculinas sendo mais importante que as femininas. Depois, o primogênito chama os cavaleiros, para designar a vigílias, pois o moribundo não pode se deixado só, é preciso esta vigília seja feita dia e noite, realizada por três cavaleiros. Começa-se a preocupação religiosa, Guilherme precisa se tornar um templário, para isto, é necessário o manto branco e a cruz vermelha. Outra consequência desta conversão é o distanciamento das mulheres, um último beijo é dado, o choro aumenta, restando agora, só esperar. Todos querem ver o Marechal morrer, a casa fica cheia, não deixando os familiares tristes, pelo contrário, quanto mais pessoas, mais importante é a família. Guilherme para de alimentar-se, insistem com ele como alguma coisa, mas o que ele quer é que cem pobres recebam comida, bebida, precisando desfazer-se delas, espalhando-as entre os

menos favorecidos, precisam lembrar de todos que prejudicou e ainda, restituir tudo aquilo que confiscou.<sup>10</sup>

As descrições de todo o processo ritualístico que as fontes nos fornecem no caso de Guilherme, o Marechal, permitem que o historiador perceba alguns dos componentes do imaginário desta sociedade medieval em relação ao que deveria ser uma boa morte e que garantiria uma vida eterna no paraíso. Para isso, o doente segue uma linha de conduta que se esperava dele, tentando realizar uma espécie de “contrato da salvação”. Como demonstra o caso deste personagem explorado por Duby, ele faz a divisão de seus bens, a doação de seu corpo para uma ordem religiosa, se confessa, tenta organizar o lado material para então poder ser beneficiado no lado espiritual. No caso, o Marechal condensa todo o homem medieval que se preparava para morrer, e esta passagem era um evento público compartilhada com parentes e amigos.

Como aparece bem detalhado no caso de Guilherme, não se morria sem ter tido tempo de saber que se vai morrer. O contrário desta situação significava uma mudança em relação ao sentimento da morte, de uma passagem natural em acontecimento terrível. Guilherme, o Marechal, era um militar que se preparou para morrer. Os procedimentos daquele contexto para com seu cadáver, sua sepultura, e a memória de sua existência eram conhecidos e compartilhados pelos seus iguais. A partir do exame dessas evidências, percebe-se que as transformações históricas nas atitudes diante da morte em guerra alteraram em diferentes contextos os aspectos ligados ao morrer de um soldado.

A busca pelo entendimento das representações e atitudes do Homem diante da morte é tão antiga quanto a Humanidade. Desde as primeiras representações pictóricas mortuárias registradas nas cavernas do período neolítico até a “morte interdita” dos nossos dias, as formas pelas quais representamos a morte e reagimos a ela têm fascinado e atraído interessados de todas disciplinas acadêmicas, profissionais de diferentes áreas do conhecimento e um enorme público de leitores ávidos.

A ruptura ocasionada pela morte, as atitudes a ela associadas, os rituais respectivos, etc. sempre se prestaram a objeto de estudo. As motivações mais frequentes para o estudo da morte eram tanto o intuito de se lograr o entendimento do papel assumido pelas práticas rituais na representação simbólica da sociedade, quanto a necessidade de se antecipar os efeitos negativos que tal ruptura poderia ocasionar nos profissionais mais intensamente envolvidos com o tratamento de moribundos na área médica. Nestes termos,

---

<sup>10</sup> DUBY, G. **Guilherme Marechal, o Melhor Cavaleiro do Mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.10

qualquer tentativa de se sistematizar, de forma exaustiva, a inteireza das linhas teórico-metodológicas que nortearam a construção da morte como recorte temático, se torna no mínimo muito difícil, senão impossível.

Pretendo me ater aqui, em se tratando de indicar as linhas teórico-metodológicas que norteiam a construção da morte como recorte temático, apenas e tão somente ao exame do ponto de vista da pesquisa histórica que se realiza em âmbito acadêmico, tanto nacional quanto estrangeira. Ainda que de forma sintética, é possível se reconstituir as principais etapas através das quais veio a se consolidar, a partir dos anos 1970 na França e dos anos 1990 no Brasil, projetos e linhas de pesquisa que elegeram como recorte temático a morte, suas representações coletivas, as atitudes de indivíduos, instituições e grupos diante dela.

Ariès<sup>11</sup>, historiador francês, publicou em 1977 o clássico “O homem diante da morte” no qual, através de uma perspectiva plurisecular e com o recurso a uma variedade de fontes, predominando as literárias e artísticas, propôs uma inspiradora periodização das atitudes e representações da morte, cuja influência se faz notar até hoje. Por exemplo, mesmo em um livro recente que trata da “Negação da Morte”, um autor como o sociólogo Manuel Castells<sup>12</sup> pode se apoiar nas constatações de Ariès para formular suas considerações sobre o atual desaparecimento dos rituais fúnebres e do sentimento de luto.

Já Vovelle<sup>13</sup> lançaria em 1973 o influente livro “Piedade Barroca e descristianização” em que, no esforço de interpretar as atitudes diante da morte, toma como fonte dezenas de milhares de testamentos da região da Provença, analisando em detalhes as referências às providências dedicadas ao sobrenatural pelas pessoas que os redigem. Foi a partir daí que ele conseguiu propor a existência de um longo processo de “descristianização” ou secularização das práticas fúnebres, antecedendo no tempo o vigoroso esforço nesse sentido realizado pelas práticas políticas e jurídicas da Revolução Francesa. O impacto desta obra foi tamanho que suscitou diversas pesquisas, institucionais e quantitativas, baseadas no mesmo tipo de fonte.

O estado atual dos estudos sobre as representações e atitudes diante da morte tem sido ainda fortemente influenciado por estes autores, e também por historiadores que se

---

<sup>11</sup>ARIÈS, Phillippe. **O Homem diante da Morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, v1 e 2.

<sup>12</sup>CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 1. A sociedade em Rede, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

<sup>13</sup>VOVELLE, Michel. Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments **Revue de l'histoire des religions**, 1973, volume 188-2 Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhr\\_0035-1423\\_1975\\_num\\_188\\_2\\_6136](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhr_0035-1423_1975_num_188_2_6136)



identificam com aquilo que se tornou comum denominar de uma Nova História Cultural. É mais fácil definir esse novo domínio da História em relação, por um lado, ao que ele não é e, por outro, aos seus temas. Cabe então mencionar a recusa ou abandono da problemática noção de mentalidades e o foco em temas como as manifestações e cerimônias populares, as crenças heterodoxas, enfim, o “informal” e o “popular”. Os métodos e técnicas de pesquisa são recorrentemente tomados à Antropologia e à História Social. Estreitamente ligado a estas preferências temáticas e metodológicas, percebe-se uma preocupação com o retorno do foco nas classes e conflitos sociais. A emergência da morte como objeto histórico.

Para Edgar Morin<sup>14</sup>, o fato do homem não abandonar seus mortos sem algum tipo de ritual, garante a sobrevivência dos mesmos na sociedade. Como processo social, a relação com a morte sofreu diversas transformações na História ao longo do tempo. A ritualização em torno da morte se modifica em diversos momentos. Os comportamentos referentes a esta categoria também se moldam conforme inúmeras variáveis.

No que se refere às ciências humanas em geral, o marco pioneiro dos estudos contemporâneos sobre a morte no Brasil é a coletânea organizada pelo sociólogo José de Souza Martins<sup>15</sup> em 1983. Trata-se de um livro motivado pela reação do organizador contra o que ele entendia ser “o banimento da morte”, “degradação da morte”, enfim, o “silêncio” que já havia recaído sobre a morte no Brasil há mais de um quarto de século.

Embora as obras fundamentais de Ariès já houvessem sido publicadas no Brasil em 1977 e 1981, é notável a reduzida participação de historiadores nessa coletânea. Aliás, esta obra de Souza Martins se constitui em um mapa útil sobre o grau de envolvimento de profissionais das diferentes disciplinas com o estudo das representações e atitudes diante da morte. A maioria dos 23 autores é da disciplina de antropologia, com 13 profissionais (56%), seguidos pelos historiadores com cinco (21,7%), quatro sociólogos (17,3%), um psicólogo e um estudioso da literatura (4,3% cada).

Dos historiadores, nenhum deles tomou a morte como tema principal de seus estudos ao longo de suas carreiras. Pelo contrário, ao falarem da morte nessa coletânea, o fazem a partir da perspectiva particular de seus estudos (demografia histórica, literatura, etc.). Maria Luiza Marcílio escreveu sobre “A morte de nossos ancestrais” comentando extensivamente autores franceses como Chaunu (“La mort à Paris, 16e, 17e, 18e”, 1980),

---

<sup>14</sup> MORIN, E. **O homem e a morte**, Lisboa: Europa-América, 1975, p.25.

<sup>15</sup>MARTINS, José de Souza. (org.) **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1983.

Vovelle (“Piété Baroque et déchristianisation”, 1973), Chartier (“Lês arts du mourir”, 1976), etc. Nanci Leonzo escreveu o artigo “O culto aos mortos no século XIX: os necrológicos”, levando ao conhecimento público uma útil demonstração da relevância desse tipo de fonte de imprensa. Trata-se de contribuição semelhante à de José Sebastião Witter com o texto “Os anúncios fúnebres (1920-1940)”. Na seção do livro intitulada “A morte na literatura” aparecem dois historiadores da USP, Cláudio Bertolli Filho e José Carlos Seve Bom Meihy que escreveram sobre “Morte e sociedade em Lima Barreto”.

Na obra “Tabu da morte” de 1983, José Carlos Rodrigues insere os ritos funerários dentro de um campo semântico. Entretanto, para o autor, “este campo está longe de ser o mesmo segundo as culturas, os grupos sociais e os diferentes momentos históricos de uma sociedade. As diferentes mortes-acontecimentos significam coisas diversas, segundo o lugar desses campos que ocupem, segundo a classe particular de morte a que pertençam”<sup>16</sup>. Em seu estudo sobre a morte, Rodrigues enfatiza a sobrevivência do morto pelos vivos. Neste sentido, o morto realmente perde sua individualidade quando é esquecido. Deixa de ser indivíduo e passa a viver na coletividade dos mortos.

Talvez o primeiro autor nacional manifestamente dedicado ao estudo das representações e atitudes diante da morte seja João José Reis em seu fundamental livro lançado em 1991, “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX”<sup>17</sup>. O foco do livro é a revolta popular que eclodiu na Bahia em 1836 conhecida como “cemiterada”. No episódio, as massas populares em revolta destruíram o recém-inaugurado cemitério municipal, onde deveriam ser enterrados os mortos que, até então, eram sepultados dentro das igrejas. O contexto examinado pelo autor foi marcado por uma extensa e crescente medicalização e normatização dos procedimentos fúnebres, promovida pelo poder público, sob o impacto de sucessivas epidemias. A revolta teria eclodido devido à percepção das pessoas, de diferentes classes sociais e origens étnicas, de que a prática que se estava impondo a elas de enterrar seus mortos em cemitérios profanava os ritos fúnebres domésticos, públicos e familiares, sendo considerada uma afronta inaceitável à paz e à honra dos mortos.

Outra autora que merece ser comentada pelos estudos realizados no Brasil sobre o tema é Cláudia Rodrigues com sua obra “Nas Fronteiras do Além: A secularização da

---

<sup>16</sup> RODRIGUES, J. C. **Tabu da morte**, Achiamé: Rio de Janeiro, 1983. p.26

<sup>17</sup> REIS, JOÃO JOSÉ. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.

morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX”<sup>18</sup>. Ali ela analisa o papel desempenhado pela Igreja na “clericalização da morte” em especial no que se refere à “preparação dos fiéis para a morte” no contexto do Rio de Janeiro. Seu foco é nas atitudes, normas, iniciativas e regulamentos eclesiásticos que deveriam ser seguidos pelos fiéis a fim de garantirem a paz eterna no além-túmulo. Já um autor como Renato Cymbalista<sup>19</sup>, com formação em arquitetura, vai abordar a questão da espacialidade da morte nos cemitérios e a questão urbana.

Em tempos recentes, diversas teses e dissertações têm se dedicado ao tema, sempre com referência aos séculos XVIII e XIX. Tal fato demonstra a enorme utilidade destes estudos, dedicados às representações e atitudes diante da morte para o entendimento da sociedade mais ampla na qual se inserem. Mas, por outro lado, também revelam as dificuldades e desafios de se tomar como problema o estudo destas representações e atitudes num contexto bem mais recente, como o aqui proposto para o Brasil (1945-1960). O problema central é a escassez de fontes sobre o tema na época contemporânea. O estudo da morte na guerra pode oferecer uma saída para esse impasse.

#### A morte na guerra

A grande derrota, no fundo, é esquecer, e sobretudo aquilo que fez você morrer, e morrer sem nunca compreender até que ponto os homens são cruéis. Quando estivermos com o pé na cova, nada de bancarmos os espertinhos, nós aqui, mas também nada de esquecer, vamos ter que contar tudo sem mudar uma palavra do que vimos de mais celerado entre os homens e depois calar o bico e depois descer. Isso aí é trabalho suficiente para uma vida inteira<sup>20</sup>.

Um dos textos mais antigos a tratar da questão da morte na guerra foi escrito por Santo Agostinho de Hipona (354-430) que, ao comparar o comportamento de súdito/soberano ao de uma guerra/agredidos/agressores, enfatiza que as razões para uma guerra estão na punição dos malfeitores ou agressores externos ao Estado<sup>21</sup>. As considerações sobre a guerra justa e as “intenções corretas” também se referem ao repúdio da morte de civis inocentes. Neste ponto, o critério para uma guerra ser considerada justa parte do princípio de que o inimigo deve estar errado de uma maneira fundamental.

<sup>18</sup>RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além** A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

<sup>19</sup>CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos**: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2002.

<sup>20</sup>CÉLINE, L. **Viagem no Fim da Noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 35

<sup>21</sup>Verbete Guerra. **Dicionário da Morte** p.254.

De maneira geral, no período compreendido entre a Idade Média, até a Primeira Guerra Mundial, a guerra era entendida como destino inevitável dos homens. Entretanto, com o desenrolar da História, o tempo habitualmente despendido com a preparação para a morte na guerra variou consideravelmente. No período medieval a morte poderia geralmente vir de forma mais lenta. Por exemplo, rezavam-se missas e preferiam-se orações antes das batalhas, mesmo em presença do inimigo. Já no período correspondente à guerra moderna, perder a vida quase sempre se dava de forma muito mais rápida e inesperada.

Segundo Ariès<sup>22</sup>, mesmo no caso de uma guerra, era desonroso morrer subitamente, sem indícios de que sua hora derradeira chegara e sem ter seguido minimamente os rituais praticados nessa situação. A guerra moderna consolidou essa mudança em relação ao sentimento, ao luto e a ideia de perda; a morte podia ocorrer em qualquer situação, tão rápida e cruel não era incomum o corpo do sujeito desaparecer de forma instantânea e completa<sup>23</sup>.

Trata-se de um objeto de estudo que tem sido explorado pela vertente da História Cultural em tempos recentes. Analisando diversos autores que têm se dedicado ao assunto, percebe-se que a tarefa de dar conta da enorme complexidade das questões postas pela interpretação desses processos históricos se beneficia quando toma como objeto de análise diferentes realidades nacionais.

Um dos principais autores a focar essa temática a partir dos anos 1990 é o acadêmico norte-americano Jay Winter. Suas pesquisas enfocam estas questões com relação aos grandes conflitos mundiais, sempre numa base internacional. Seu estudo clássico sobre as manifestações públicas e privadas dedicadas aos mortos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) englobou diferentes países europeus como a França, Grã-Bretanha e Alemanha, analisando tópicos como o retorno dos mortos à terra natal, comunidades de luto, espiritismo, memoriais de guerra, o processo de luto, e como as maciças e sem precedentes perdas humanas naquele conflito se representaram em diferentes linguagens como filmes, poesias, romances, etc.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> ARIÈS, Phillippe. **História da morte no ocidente**, p.22.

<sup>23</sup> Segundo John Keegan na Batalha do Somme “Os ferimentos causados pelas granadas eram os mais temidos, por causa dos múltiplos efeitos que a explosão das granadas podia produzir no corpo humano. Na pior das hipóteses, tal explosão podia desintegrar um ser humano, de tal forma que não sobrava o mínimo resto reconhecível do que fora o homem”, In: KEEGAN, John. **O rosto da batalha**, Lisboa: Fragmentos, 1976, p. 203.

<sup>24</sup> WINTER, Jay. **Sites of memory, sites of mourning: the great war in European Cultural History**. Cambridge, Cambridge University Press, 1995, p.310

Embora complexo e extenso, seus trabalhos se inscrevem na vertente da História Cultural, na medida em que se propõe abordar tanto a história social das representações quanto das práticas sociais significativas. No primeiro caso se trata de interpretar o processo de transformação histórica das imagens e conceitos através dos quais as pessoas compreendem o mundo em que vivem. No segundo caso se está fazendo referência às atividades sociais que lançam mão publicamente dessas representações.<sup>25</sup>

A esse importante trabalho individual de Jay Winter seguiu-se em 1999 a organização com o pesquisador universitário israelense Emmanuel Sivam da obra coletiva “War and remembrance in the twentieth century”. Aqui o foco é na relação entre diferentes esforços de rememoração e construção de memória coletiva e os variados contextos históricos em que ocorrem. São examinados casos tão diversos como o da Primeira Guerra Mundial na Grã-Bretanha, dos diversos conflitos nos quais se envolveu a URSS, a Guerra Civil Espanhola, a perseguição e encarceramento dos descendentes de japoneses nos EUA durante a Segunda Guerra Mundial, o genocídio dos judeus sob o nazismo, a Guerra de Independência da Argélia, os conflitos no Oriente Médio, etc. Uma tal diversidade de estudos de caso requereu o trabalho de pesquisadores de instituições de diferentes países, como Grã-Bretanha, Espanha, França, Israel, EUA, etc.

No exame dessa extensa e relevante produção se destacam diversas considerações de ordem teórica e metodológica relativas aos estudos das representações e atitudes diante da morte. No que se referem às primeiras é o caso de se citar a sempre controversa e muito debatida relação entre indivíduo e a sociedade, manifesta na inserção a determinado grupo social, origem nacional, filiação institucional, geracional, etc. a que pertencem. As profusas e extensas bases documentais legadas por uma série de instituições públicas e privadas são altamente reveladoras de uma diversidade de comportamentos, anseios, necessidades psicológicas e atitudes coletivas diante da morte. Entretanto, as subjetividades em relação à possibilidade de morrer permanecem repletos de lacunas.

Por outro lado, a rica e diversificada variedade de fontes particulares e registros pessoais utilizadas por esses autores permite perceber, em detalhe, como o drama e a dor da perda de amigos e parentes afetava suas vidas e os envolvia (ou não) com outros indivíduos que haviam passado pela mesma situação de dor e desespero. O que segue sendo difícil de estabelecer é a proporção em que comportamentos, valores e atitudes individuais moldam a ação coletiva e institucional e como, inversamente, são moldadas

---

<sup>25</sup> WINTER, J. Apresentação In: CAPDEVILA, Luc & VOLDMAN, Danièle. **War Dead**: western societies and the casualties of war. Edimburgh, Edimburgh University Press, 2006. p.vii.

no que se refere às práticas de luto e a rememoração dos mortos em guerras e conflitos armados.

Uma reflexão a esse respeito surgiu num trabalho sobre a Guerra da Coreia<sup>26</sup> em que os autores identificam mudanças em relação às atitudes diante da morte naquela guerra em comparação com a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito na Coreia, o luto era combatido, com a justificativa de que o sentimento de pesar abalaria a moral da tropa. A censura às mortes era evidente, ao passo que histórias de superação e heroísmo eram destacadas.

Do ponto de vista dos alemães, o historiador George L. Mosse publicou, em 1990, o livro “Fallen Soldiers Reshaping the memory of World Wars”<sup>27</sup>. A partir do conceito do “Mito da experiência de guerra” o autor descreve como isso foi vivenciado pela sociedade do pós Primeira Guerra Mundial a partir da simbologia dos cemitérios de guerra, monumentos de guerra e cerimônias comemorativas da morte em guerra.<sup>28</sup>

Mosse reflete sobre a questão da guerra moderna e a experiência da morte em massa. Foram 13 milhões de mortos<sup>29</sup>, a maioria homens jovens e saudáveis, atingidos pelo efeito de armas que dizimavam os soldados de forma violenta e rápida. Nessa perspectiva, a morte na guerra assume uma nova dimensão, em que descrições detalhadas da brutalidade e horror das batalhas se expressam em diferentes manifestações artísticas e meios de comunicação<sup>30</sup>.

O luto e o orgulho por ter se sacrificado por uma causa nobre aparecem misturados na forma como esse evento foi entendido/apreendido pelas gerações seguintes<sup>31</sup>. As imagens de corpos não sepultados sendo pisados, servindo de apoio a organizações defensivas, em decomposição, etc., foram representados em diversas pinturas de Otto Dix, por exemplo. No cinema, também essa presença dos mortos é enfatizada no clássico “J’accuse” de Abel Gance<sup>32</sup>.

---

<sup>26</sup> OTSUKA, Shuji & STEARNS, Peter N. Perceptions of Death and the Korean War **War in History**, n.6, v. 1, janeiro, 1999, pp-72-87

<sup>27</sup> MOSSE, G. L. **Fallen Soldiers** Reshaping the memory of World Wars. Oxford Press: New York, 1990.

<sup>28</sup> MOSSE, Op. Cit. p. 9

<sup>29</sup> MOSSE, Op. Cit. p.3

<sup>30</sup> Entre as diversas obras literárias famosas que relatam o tema cito Nada de novo no front de Erick Remarque, Tempestades de Aço de Ernest Jünger e Viagem ao Fim da Noite de Louis-Ferdinand Céline. Muitos outros livros tratam do tema, mas estes possuem na minha avaliação, uma visão mais descritiva da questão da morte em guerra.

<sup>31</sup> MOSSE, G. Op. Cit. p.4

<sup>32</sup> Estes dois exemplos foram escolhidos por serem contemporâneos aos eventos. Otto Dix participou da guerra e grande parte de sua obra retrata as paisagens repletas de corpos insepultos sendo pisoteados por soldados. O filme de Abel Gance é de 1919. Uma das cenas clássicas do mesmo é o retorno dos mortos, evocando também a questão dos soldados sem túmulos. Esta cena foi realizada com a participação de 2000

Com a Primeira Guerra Mundial existe a sistematização de como enterrar os mortos<sup>33</sup>, buscando uma igualdade nas homenagens a todos os combatentes e não como decorrência da sua função específica na guerra. O comum antes desse evento era enterrar os soldados rapidamente em valas comuns nos próprios campos de batalha ou em cemitérios locais já existentes. Este trabalho ou era feito pelos próprios soldados ou por vezes deixado para a população dos locais onde as batalhas eram travadas<sup>34</sup>. Os únicos militares a merecerem sepulturas adequadas e nominadas eram os de condição social superior, geralmente os oficiais de alta patente.

O historiador George L. Mosse identifica que o culto ao soldado caído começa com a Revolução Francesa. Em algumas ocasiões os cadáveres cremados tinham as cinzas guardadas. A partir desse contexto a sua condição de escória da sociedade, habitualmente atribuída aos soldados comuns, começa a ser alterada no sentido de se tornar uma profissão digna de respeito<sup>35</sup>.

Com a Primeira Guerra Mundial o grande número de mortos trouxe consigo o crescimento da consciência da individualidade de cada soldado. Mesmo com a morte em uma escala jamais vista anteriormente, o valor individual de cada vida humana é enfatizado. Todo combatente, oficial ou não, nobre ou não, deveria ser lembrado. Trata-se de um contexto marcado pela ampliação das liberdades civis e da extensão do direito de voto.

O desafio foi tornar essa perda dolorosa e traumática, aceitável. O objetivo além de consolar as mães e viúvas era justificar perante a sociedade a morte em nome da nação.<sup>36</sup> Nesse momento o culto do soldado morto torna-se o principal elemento para a criação e difusão de uma religião cívica<sup>37</sup>. E a existência de um cemitério específico para esse fim tornou-se, enfim, uma necessidade urgente. Não seriam mais aceitáveis enterramentos coletivos e anônimos dos que tombaram no campo de batalha.

Para a historiadora Laura Wittman<sup>38</sup>, a partir da Primeira Guerra Mundial “todo exército, com ou sem repatriação, prometia uma sepultura adequada para seus

---

soldados franceses que voltavam de licença em 1918. Sobre este tema ver WINTER, Jay. **Sites of Memory, Sites of Mourning: The Great War in European Cultural History**, p.119

<sup>33</sup> MOSSE, Op. Cit. p.48

<sup>34</sup> WORDMAN, D. & CAPDEVILLA. **War dead: Wersten Societies and the Casualties of War**, p. 8.

<sup>35</sup> Existiam placas em determinados locais com a proibição de entrada de Cachorros, Prostitutas e Soldados, In: MOSSE, Op. Cit. p.19

<sup>36</sup> Diante desse contexto Mosse utiliza o conceito de mito de experiência de guerra, p. 6.

<sup>37</sup> MOSSE, Op. Cit. p.6

<sup>38</sup> WITTMAN, L. **Tomb of Unknown Soldier**, Modern Mourning and the Reinvention of Mystical Body Toronto: University of Toronto Press, 2011, p. 19.

soldados”<sup>39</sup>. Tal intenção foi desafiada pela natureza da guerra então vigente. Diante de uma artilharia cada vez mais pesada, com auto poder de destruição, identificar e enterrar corpos era uma tarefa extenuante e repleta de problemas.

Uma vez que providências passaram a ser tomadas para enterrar adequadamente os militares mortos em guerras, a identificação de cada um deles passou a ser um problema de primeira ordem. O processo foi desenvolvido ao longo de uma série de guerras travadas ao longo da segunda metade do século XIX nos países do capitalismo central, assumindo uma forma mais ou menos definitiva apenas com a Primeira Guerra Mundial.

Recuperar e identificar os corpos de alguns soldados era frequentemente impraticável. Ernest Jünger narra diversas passagens da desintegração de alguns soldados e da questão da lama nas trincheiras que se misturavam com seus restos mortais fragmentados. Em Flandres ele descreve que “o terreno em volta do Pátio Norte estava coberto por uma multidão de cadáveres terrivelmente mutilados”<sup>40</sup>. Em outra passagem, também destaca o sumiço do corpo de um soldado: “no dia 14 de março, uma granada de quinze centímetros atingiu em cheio o setor à nossa direita, feriu três homens gravemente e matou três. Um deles desapareceu sem deixar rastros, outro ficou carbonizado”<sup>41</sup>.

As granadas, fossem de mão, morteiro ou artilharia, também foram muito utilizadas na guerra posterior e seu grau de destruição continuou gigantesco. Um caso de soldado cujo corpo desapareceu é mencionado na documentação do PS da FEB. No relatório individual consta que o corpo do Tenente Manoel Silva foi calcinado. Neste caso, como acreditar que se tratava realmente do tenente? O documento faz uma observação que descreve como tal conclusão foi tirada.

De acordo com a declaração de três partigiani, que trouxeram as cinzas, afirmando serem elas do tenente Manoel Barbosa Silva, fez-se o sepultamento desses restos numa urna hermeticamente fechada, e como sendo PRESUMIVELMENTE do tenente Manoel Barbosa Silva, até que se dê seu reaparecimento ou venha a ser confirmada a sua morte<sup>42</sup>.

Antes do Tratado de Versalhes (1919) que assegurava o direito à sepultura na França para os mortos em um cemitério militar, outros tratados já mencionavam o destino

<sup>39</sup> “(...) all combatant nations of the Great War promised each of their soldiers a proper burial” In: WITTMAN, L. p. 19.

<sup>40</sup> JÜNGER, E. **Tempestades de Aço**, p. 109

<sup>41</sup> JÜNGER, Op. Cit. p. 34

<sup>42</sup> Relatório Individual, 18/06/1945.



dos caídos em combate. Como exemplos disso, podem ser citados o Tratado de Paris de 1856, com o fim da Guerra da Criméia e o Tratado de Frankfurt de 1871<sup>43</sup>.

No caso da Guerra Franco-Prussiana (1871) o repatriamento foi feito apenas por algumas famílias que podiam financiar tais gastos<sup>44</sup>. Neste conflito entre Alemanha e França ainda ocorreram casos de sepultamentos de soldados franceses e alemães na mesma vala comum<sup>45</sup>. A partir da Primeira Guerra Mundial tal fato geraria repulsa, pois o inimigo sofre um processo de desumanização: ele é um soldado morto, mas não é um camarada morto.<sup>46</sup> Não seriam mais aceitos enterramentos que misturassem soldados mortos de ambos lados em conflito. Aparentemente, trata-se de um indicador a mais da importância que assumia então o nacionalismo.

Entretanto, se a Primeira Guerra Mundial motivou essa preocupação em identificar e sepultar cada soldado separadamente, na prática, nem sempre esse objetivo foi alcançado. O número de soldados não identificados era gigantesco e enterramentos coletivos foram sim realizados, em especial no primeiro ano de guerra.

Merece destaque o ossário de Douaumont em Verdun<sup>47</sup>. Lá, deliberadamente, partes de cadáveres de soldados franceses e alemães foram enterrados juntos e misturados. Inaugurado em 1932, nesse monumento o corpo morto simboliza a paz e a reconciliação entre os dois lados, vítimas da guerra. Independentemente do uniforme em que eles lutaram, no monumento é rememorada a morte na guerra. Não a morte dos soldados alemães ou a morte dos soldados franceses, mas todos mortos em guerra. Tais concepções de monumentos fúnebres reforçam o caráter pacifista dos mesmos, em que a guerra é criticada<sup>48</sup>. De fato, o período entre guerra é marcado por intensos movimentos pacifistas.

O fato é que com a Primeira Guerra Mundial foram estabelecidos critérios de procedimentos com os mortos em guerra que pautariam tais condutas praticamente até nossos dias. Nesse processo, os exércitos envolvidos, formularam práticas que foram utilizadas intensamente nos conflitos posteriores como no caso aqui estudado na Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>43</sup> Assinado pelos franceses e alemães determina que os mortos militares de qualquer nação possam ser repatriados.

<sup>44</sup> CAPDEVILA, & VOLDMAN, Op. Cit. Pg. 54

<sup>45</sup> MOSSE, G.Op. Cit. Pg. 163

<sup>46</sup> MOSSE, Op. Cit. pg. 164

<sup>47</sup> O Ossuário de Douaumont existia desde 1920 até 1927 de maneira improvisada. Foi de fato inaugurado em 1932. De acordo com o site oficial do Memorial, cerca de cento e trinta mil soldados desconhecidos morreram em Verdun, disponível em <http://www.verdun-douaumont.com/ossuaire-de-douaumont/dans-le-cloitre/>

<sup>48</sup> CREVELD, Martim Van. The Culture of war, p. 247.

Atualmente, a temática da morte na guerra tem sido apresentada a partir de variadas perspectivas pelos historiadores europeus e norte-americanos. Dentre os trabalhos recentes sobre o tema, pode-se destacar o livro dos franceses Luc Capdevila e Dainèle Voldman intitulado “War dead: western societies and the casualties of war”<sup>49</sup>, obra que interpreta sob uma perspectiva histórica e comparativa o tratamento dos corpos dos soldados mortos: como eram identificados, como eram sepultados e como era a relação com o cadáver do soldado inimigo, dentre tantos outros temas relevantes. A partir das fontes da Força Expedicionária Francesa na Itália na Segunda Guerra Mundial, os historiadores problematizam o simbolismo do corpo do soldado morto e todos os rituais dispensados ao mesmo.

No ano de 2011 duas obras sobre o tema apareceram com destaque nos estudos históricos. O primeiro é uma síntese de como os Estados Unidos da América trataram os seus mortos em guerra, do século XVIII até a guerra do Vietnã. A obra “The Foreign Burial of American War Dead: a History”, de Chris Dickon<sup>50</sup> analisa as transformações nos procedimentos utilizados pelo governo americano no tratamento de seus mortos no exterior. O autor enfatiza o exame do conflito entre as normas para tratamento dos corpos dos soldados caídos e as práticas estabelecidas na sociedade estadunidense.

Naquele mesmo ano, foi lançado o livro “The Tomb of Unknown Soldier: Modern Mourning and the Reinvention of Mystical Body” da historiadora Laura Wittman<sup>51</sup>. Ela também pesquisa as relações e atitudes da sociedade ocidental com a morte em guerra a partir dos conflitos que surgiram nas construções dos túmulos do soldado desconhecido. Tendo como base o caso italiano, a historiadora questiona os usos e transformações na função desse monumento em diversas sociedades. Chama a atenção, no trabalho dessa autora, a constatação do caráter polissêmico desse tipo de túmulo, revelador dos conflitos e contradições daquelas sociedades diante da morte na guerra.

O que parece estar fora de qualquer dúvida para esses autores é que recorrentemente haverá tanto conflito quanto cooperação entre as iniciativas públicas e privadas dedicadas a homenagear e rememorar os mortos em guerras. Os objetivos, valores e prioridades das instituições públicas e os propósitos que buscam atingir com

---

<sup>49</sup> CAPDEVILA & VOLDMAN, Op. Cit.

<sup>50</sup> DICKON, C. **The Foreign Burial of American War Dead: a History**, McFarlane & Company Inc, North Carolina, 2011.

<sup>51</sup> WITTMAN, L. **The Tomb of Unknown Soldier: Modern Mourning and the Reinvention of Mystical Body**, Toronto: University of Toronto Press, 2011.

esse processo de homenagens e rememoração frequentemente são distintos daqueles expressos por indivíduos e grupos de indivíduos que sofreram a perda de entes queridos nesses conflitos. Para Jay Winter, trata-se de uma questão decisiva, embora recorrentemente deixada de lado pelos historiadores do tema. Ao abordar as diferentes manifestações do impacto da Primeira Guerra Mundial na Grã-Bretanha ele afirma:

Eu tentei contribuir com este corpo de conhecimento, concentrando-me sobre o problema universal da perda e sua expressão social. Embora sejam poderosas as mensagens estéticas ou políticas disponíveis para aqueles de luto, há um outro nível em que elas viveram o "significado" da guerra. Esse nível foi o privado, por vezes solitário, frequentemente oculto da vista, mas ninguém pode duvidar que de fato estava lá. Ele envolveu questões atemporais sobre o truncamento de milhões de vidas, sobre promessas não cumpridas, sobre o desaparecimento da esperança. Qualquer um que se aproxime da história cultural da guerra e perca este terceiro nível deixa de fora o que foi, infelizmente, o coração da experiência da guerra para milhões.<sup>52</sup>

A respeito do papel dos indivíduos nesse processo de transformação histórica o autor estabelece duas distinções importantes. A primeira se refere ao debate contemporâneo sobre a filiação de cada um a grupos sociais mais amplos e suas implicações. A segunda diz respeito a influência desigual que cada um é capaz de exercer sobre os demais. Vale a pena examinar as considerações do autor sobre cada um desses tópicos de grande importância para a configuração dos pressupostos teóricos que regem as pesquisas nessa área. Em se tratando de um conflito de grandes proporções, o qual gerou milhões de vítimas, o autor propõe que possa existir uma certa homogeneização das atitudes e representações da morte entre uma maioria de indivíduos, a qual transcende as fronteiras que o pesquisador usualmente estabelece ao tratar de diferentes grupos sociais:

A história cultural da Grande Guerra foi uma história comum de uma outra maneira também. O peso da evidência apresentada aqui apoia a ideia de que é preciso eliminar de uma vez por todas, a tendência cirúrgica para bifurcar a história cultural em

---

<sup>52</sup> WINTER, J. 1995. Op. Cit. Pg. 224: I have tried to add to this body of knowledge by concentrating on the universal problem of grief and its social expression. However powerful the aesthetic or political messages available to those in mourning, there was another level on which they lived the "meaning" of the war. That level was private, sometimes solitary, frequently hidden from view, but no one can doubt it was there. It involved timeless questions about the truncation of millions of lives, about promise unfulfilled, about the evanescence of hope. Anyone approaching the cultural history of the war who misses this third level leaves out what sadly was at the heart of the experience of war for millions.

compartimentos de elite e populares, em dois registros, alta e baixa, "cultivados" e "incultos", elevados e vulgares, de elevação e clichê. Algumas distinções entre formas culturais persistem, com certeza. A Grande Guerra fez uma distinção pura entre "alta" e "baixa" muito mais difícil de defender. Quando as questões são universais, assim são as respostas evocada por elas.<sup>53</sup>

Naturalmente que nem todos os indivíduos exercem a mesma influência ou têm a mesma importância no processo. O autor segue reconhecendo que membros de certas elites têm um papel central a desempenhar em todo processo coletivo de rememoração, citando como exemplos os pregadores dos cultos com base histórica e os idosos responsáveis por contar oralmente a história de suas tribos. A referência central pra Jay Winter e vários dos seus colaboradores é o conhecido estudo de Roger Bastide sobre as populações de origem africana no Haiti e no Brasil, englobando sua trajetória dos tempos da escravidão até o presente.

Bastide aceita que o homem lembra-se como parte de um grupo social: memórias individuais são recitadas e localizadas no passado, em referência às memórias individuais de outras pessoas, ou seja, aquelas pessoas que são significativas em diferentes níveis para esse indivíduo. O entrosamento de memórias individuais cria a memória coletiva, a alimenta, e mantém a sua continuidade. É através desta lembrança que as sociedades humanas desenvolvem a consciência quanto à sua identidade, localizando-se no tempo. Um grupo social é composto de indivíduos que entram em uma relação de troca no nível de consciência. Isto é o que Bastide chama redes de complementaridade.<sup>54</sup>

Além da ação de indivíduos de destaque no que se refere à distribuição de poder em cada sociedade, os autores citam o papel das estruturas culturais pré-existentes, em

---

<sup>53</sup> WINTER, 1995. Op. Cit. Pg. 227: The cultural history of the Great War was a common history in another way too. The weight of evidence presented here supports the view that we must eliminate once and for all the tendency surgically to bifurcate cultural history into elite and popular compartments, into two registers, high and low, "cultivated" and "uncultivated", elevated and vulgar, elevating and clichéd. Some distinctions between cultural forms persist, to be sure. The Great War made a pure distinction between "high" and "low" much more difficult to uphold. When the issues are universal, so are the response evoked to them.

<sup>54</sup> WINTER, J. & SIVAM, E. 1999 Op. Cit. Pg. 27: Bastide accepts that man remembers as part of a social group: individual memories are rehearsed and located in the past in reference to the individual memories of other people, that is, those persons who are significant at different levels for that individual. The intermeshing of individual memories creates collective remembrance, feeds it, and maintain its continuity. It is through this remembrance that human societies develop consciousness as to their identity, as located in time. A social group is composed of individuals who enter into an exchange relationship at the level of consciousness. This is what Bastide calls networks of complementarity.

especial a força da tradição, como variável relevante da análise. A estrutura a que eles se referem é entendida como:

uma espécie de código interpretativo que dota memórias individuais com significado de acordo com a tradição viva da memória desse grupo específico. Essa tradição pode ser transmitida através de rituais que lhe dão uma expressão tanto comportamental quanto emocional, mas pode também ser transmitida de uma forma emocional e racional através de manuais escolares, histórias passadas de pai para filho ou de mãe para filha, ficção, poesia, lendas populares, e coisas semelhantes. O código interpretativo se encaixa bem com a noção de scripts sociais/esquemas sugeridos por psicólogos cognitivos.<sup>55</sup>

Aparentemente, as questões teóricas postas pelo esforço de interpretação das práticas relativas ao luto e à rememoração dos mortos só são completamente entendidas e adequadamente encaminhadas quando referidas a um contexto histórico específico. Os autores citados se remetem a uma conjuntura histórica em particular, fixando-se em um ou em apenas alguns poucos estudos de caso nacionais. Somente delimitando-se o objeto de estudo a esta escala é possível levar em conta os fatores acima discutidos, com referência a cultura, às instituições públicas, práticas sociais e ritos funerários e de rememoração peculiares a cada contexto nacional. Os termos recorrentes nesses estudos são *pesar*, *luto* e *perda*<sup>56</sup> e é desta forma que o autor assim os define:

Reações humanas à guerra são infinitamente complicadas e delicadamente codificadas. *Pesar*, creio eu, é um estado de espírito; a *perda* é uma condição. Ambos são mediados pelo luto, um conjunto de atos e gestos, através do qual os sobreviventes expressam *pesar* e passam por estágios da *perda*. Esse processo de separação entre os mortos, de esquecer tanto quanto lembrar, é central para este livro.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> WINTER & SIVAM, 1999 Op. Cit. Pg. 28: Structure is a kind of interpretative code which endows individual memories with meaning according to the living tradition of remembrance of that specific group. This tradition may be passed on through rituals which give it an emotional, behavioral expression, but it may also be transmitted in a manner both emotional and rational through school textbooks, stories passed from father to son or mother to daughter, fiction, poetry, popular legends, and the like. The interpretative code fits in well with the notion of social scripts/schemata suggested by cognitive psychologists.

<sup>56</sup> No original: Pain, grief e loss.

<sup>57</sup> WINTER, 1995. Op. cit. pg. 224: Human reactions to war are infinitely complicated and delicately coded. Grief, I believe, is a state of mind; bereavement a condition. Both are mediate by mourning, a set of acts and gestures through which survivors express grief and pass through stages of bereavement. That process of separation from the dead, of forgetting as much as remembering, is central to this book.

Uma das inovações propostas nestes estudos é o exame da relação entre os diversos estágios do luto pelo qual passam os indivíduos com as instituições e grupos sociais as quais pertencem, sempre com referência ao contexto histórico nacional e internacional no qual tomaram parte. Parece claro que estas instituições e grupos sociais tanto podem favorecer a adequada superação dos distintos estágios de vivência da perda de entes queridos, quanto os tornarem ainda piores, ou mesmo impedi-los de emergir publicamente de forma mais completa. Os sentimentos íntimos dos indivíduos e as comemorações públicas aparecem imbricados de forma bastante ampla, funcional e permanente, como se nota nessa passagem:

O estudo psicológico convencional do luto localiza essa vinculação do privado e do público, de sentimento íntimo e comportamento público, na "terceira fase" do processo de luto convencional, que se segue após as fases de desorientação e isolamento auto-imposto. O enlutado tenta recuperar, aprender a distanciar-se lentamente dos mortos, e de reativar (ou reaprender) normas sociais de comportamento. A comemoração pode servir os enlutados em dois sentidos: em primeiro lugar, como uma atividade social que requer a cooperação com os outros, incluindo aqueles que partilham, em graus diferentes, o seu sentimento de pesar, proporcionando-lhes apoio social, baseada na simpatia afetiva. Em segundo lugar, a comemoração pode representar a objetivação dos mortos - em um monumento ou um folheto - e pode ajudar os enlutados a se distanciar deles e formar novos relacionamentos, enquanto nem reprimem seu amor pelos mortos nem negam o fato da morte deles.<sup>58</sup>

Estas considerações se referem, como se vê, a circunstâncias desejáveis, ideais, para o exercício do luto. Contudo, embora desejáveis por parte dos enlutados, nem sempre tais práticas são compatíveis com os interesses que habitam o aparelho de Estado, ou que definem o regime político vigente ou mesmo são compatíveis com aspectos práticos do contexto histórico do pós-guerra, invariavelmente marcados por crise sociais e econômicas, desestruturação familiar, destruição ou desgaste da infraestrutura produtiva e desorganização da vida comunitária.

---

<sup>58</sup>WINTER & SIVAM. Op. cit. pg. 182. Conventional psychological study of grief finds this link to the private and public, intimate feeling and public behavior, the "third phase" of conventional mourning process that follows after the phases of disorientation and self-imposed isolation. The mourner tries to recover, learn to move away slowly from the dead, and revive (or relearn) social norms of behavior. The celebration can serve the bereaved in two senses: first, as a social activity that requires cooperation with others, including those who share, to varying degrees, their sense of grief, providing them with social support, based on sympathy affective. Secondly, the celebration may represent the objectification of the dead - a monument or a brochure - and can help the bereaved to move away from them and form new relationships, while not suppress his love for the dead nor deny the fact of their death

Deve-se enfatizar aqui que os diversos estágios do luto não se referem somente ou sequer principalmente a questões simbólicas. É significativo que um autor como Jay Winter, segundo ele mesmo dedicado a “explorar o impacto complexo da guerra de 1914-1918 sobre a história cultural da Europa, concentrando-se em um e somente um único tema central: a forma e o conteúdo de luto pelos mortos da Grande Guerra”<sup>59</sup>, inicie seu livro tratando de questões práticas relativas ao destino dos corpos dos mortos na guerra. Os primeiros e principais problemas colocados pelo luto aos mortos foram precisamente aqueles relacionados à busca e enterramento dos corpos deles.

A passagem do século XVIII para o XIX é marcada pelo desenvolvimento da individualidade. É nesse contexto que a sepultura individual torna-se essencial já que é a materialidade do cadáver que promove a rememoração e homenagem ao morto<sup>60</sup>. Por toda Europa parentes e familiares dos mortos pretendiam encontrá-los e dar-lhes uma sepultura digna, um lugar adequado para aquilo que se entendia como o sendo o repouso final. Não se tratava de uma tarefa fácil, sendo por isso mesmo reveladora das atitudes diante da morte naquele contexto histórico.

Essa passa a ser uma transformação possível na Primeira Guerra Mundial. Diversos autores estrangeiros analisam as atitudes diante da morte nas guerras e as mudanças ocasionadas pela modernidade que representou o conflito de 1914. Nos conflitos armados anteriores, o normal era o enterro coletivo, em valas comuns e em raríssimas ocasiões o traslado de algum oficial. Sepulturas individuais e com inscrição do nome e data do morto também não eram comuns nas guerras até então.

Um dos marcos no tratamento de soldados mortos em guerra foi a criação de um cemitério militar norte-americano no México em 1852. Construído ao lado de um cemitério local, sua importância reside no fato de ser o primeiro cemitério em solo estrangeiro para soldados norte-americanos, mas a identificação dos mesmos fracassou.

A Guerra de Secessão nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, é considerada uma das primeiras guerras modernas. O alto poder de destruição das armas então disponíveis destroçava os cadáveres e a identificação dos corpos era precária por este fator também. Não obstante, por conta dessas dificuldades de ordem prática, intensificava-se a demanda pelo enterramento apropriado, ou seja, individual e claramente nominado.

---

<sup>59</sup> WINTER, 1995. Op. cit. pg. 7: ...to explore the complex impact of the 1914-1918 war on European cultural history by focusing on one and only central theme: the form and content of mourning for the dead of the Great War.

<sup>60</sup> RODRIGUES, J. C. Tabu da morte, p. 180.

Dentre tantos eventos importantes nas relações diante da morte em guerra, neste período um em especial possuiu grande importância simbólica. O traslado do corpo de Abraham Lincoln<sup>61</sup> para sua cidade natal. Trata-se do tipo de evento que se tornou possível apenas pela existência de ferrovias modernas. Ele teve um grande impacto ao legitimar o ideal então vigente de retorno do morto à terra de nascimento. Mesmo em se tratando do próprio país, o desejo de retornar para o núcleo familiar depois de morto era uma preocupação de grande parte dos que lutavam nas guerras.

O foco da luta na Frente Ocidental durante a Primeira Guerra Mundial foram as regiões do norte da França e Bélgica. Ao final da guerra havia milhares de pequenos cemitérios locais nessas regiões, além de enterramentos individuais por toda parte. Já em 1915 o governo francês havia concordado em financiar uma série de cemitérios militares e expandir os cemitérios existentes para dar conta da quantidade de enterramentos que se faziam necessários. A demanda por enterramentos de militares mortos em combate ultrapassou quaisquer expectativas e as autoridades francesas tiveram de lançar mão de vários expedientes, sendo três deles os mais comuns. Os mortos inicialmente foram enterrados em cemitérios civis próximos à linha de frente dos combates, mas isso levou as autoridades locais a demandarem compensação financeira pela perda do espaço disponível para enterramentos. Havia também os cemitérios destinados especificamente para mortos militares. Finalmente, os que vieram a falecer em hospitais militares geralmente eram enviados para seus locais de origem, sendo enterrados nos cemitérios das suas comunidades, mas se tratava de uma pequena minoria. O plano inicial do governo francês era se encarregar também dos enterros dos mortos militares de nações aliadas, mas tal intento não foi levado adiante.

Já em 1916, os britânicos decidiram-se pela criação à parte de cemitérios e outras obras celebrativas dos seus mortos na guerra, e em maio de 1917 é oficialmente criada a War Graves Commission. Ficou decidido que os corpos dos soldados que lutavam pelo então Império Britânico não deveriam ser repatriados, pela problemática da trasladação e pela crença de que os homens deveriam ficar onde caíram<sup>62</sup>. Exceções existiram, mas a maioria dos soldados mortos britânicos acabou não voltando para o país de origem.

Muitos parentes e amigos dos soldados caídos desejavam poder enterrar seus mortos nos cemitérios locais, e passaram a pressionar o governo francês para que

---

<sup>61</sup> DICKON, C. **The Foreign Burial of American War Dead: a History**. North Carolina: McFarlane & Company Inc, 2011 p.27.

<sup>62</sup> DICKON, C. Op. Cit. p.62



autorizasse o traslado dos corpos para esse fim. Implicações de ordem prática, além do receio do efeito que essa iniciativa pudesse ter sobre o moral das tropas em combate e da população civil na retaguarda, levaram as autoridades francesas a proibir o traslado.

A pressão dos entes queridos dos mortos em combate pelo enterro em seus locais de origem foi, contudo, grande demais para que pudesse ser inteiramente proibida pelo governo francês. Já durante a guerra surgiram empresários inescrupulosos que ofereciam às famílias dos mortos os serviços de exumação, transporte, identificação e traslado de corpos de mortos em combate até seus locais de origem. Todo processo era altamente suscetível de fraudes, para não mencionar que já havia sido proibido pelo governo central.<sup>63</sup> Com o fim da guerra, essas iniciativas parecem ter tomado novo impulso, desafiando a proibição governamental. Isso levou a uma reformulação da política para os cemitérios até então adotada:

Era uma esperança vã de que tal empresa privada chegaria ao fim com o Armistício. Ainda assim, uma tentativa de trazer ordem para essa situação foi feita logo após a cessação das hostilidades. Em 24 de novembro de 1918, uma Comissão de Cemitérios Militar foi criada, sob a Presidência do general Castelnau, ele mesmo um pai enlutado. A tarefa da comissão era reagrupar enterros isolados, e criar e manter cemitérios militares. Enquanto este processo estivesse em curso, por um período de três anos, nem exumações privadas nem reenterramentos deveriam ser permitidos.<sup>64</sup>

Os conflitos associados a esses eventos explicitam duas diferentes abordagens então vigentes na sociedade francesa com relação ao destino dos corpos dos mortos em combate na linha de frente. Como visto, uma maioria de amigos e parentes dos mortos desejava transladar seus corpos para locais de enterramento em suas comunidades de origem. Contudo, havia também vozes que defendiam a posição contrária a essa vontade, argumentando que os mortos deveriam permanecer onde foram enterrados e agrupados com as demais vítimas fatais dos combates. No centro do debate estavam distintas e antagônicas visões sobre o que seria um destino apropriado para os corpos dos mortos na guerra.

---

<sup>63</sup> WINTER, Op. Cit. pg. 24.

<sup>64</sup> WINTER, 1995. Op. Cit. Pg. 24: It was a futile hope that such private enterprise would come to an end at the Armistice. Still, an attempt to bring order to the situation was made soon after the cessation of hostilities. On 24 November 1918, a Commission on Military Cemeteries was created, under the Presidency of General Castelnau, a bereaved father himself. The commission's charge was to regroup isolated burials, and to create and maintain designated military cemeteries. While this process was under way, for a period of three years, no private exhumations and reburials were to be allowed.

O porta-voz da visão de que os caídos devem permanecer na Frente Ocidental foi Castelnau, o braço direito de Joffre, no início da guerra e comandante depois dos exércitos do Oriente. Um anti-Dreyfussard, ele foi um dos tradicionalistas católicos mais proeminentes no exército. Ele havia perdido três filhos na guerra. Seu ponto de vista, e de muitos outros oficial de Estado Maior, era que os mortos devem descansar onde tinham caído. Eles morreram por essa terra. Ela santificada pelo seu sacrifício. Alguns esperavam que o eventual retorno da vegetação poderia criar faixas de florestas sagradas, lugares de peregrinação para o mundo todo. "Não separem aqueles a quem a morte havia unido", escreveu outro defensor do status quo em 1920. Estes pontos de vista foram mantidos por uma minoria.<sup>65</sup>

A pressão política e social dos engajados no esforço de reenterrar os corpos não se arrefeceu. Isso levou à retomada do lucrativo negócio da exumação, traslado e reenterramento dos corpos, criando novos conflitos. Por um lado havia o desafio à autoridade do governo por parte dos empresários do ramo, cujos efeitos colaterais das suas atividades informais eram a violação de túmulos e a profanação dos cemitérios. Por outro, a fúria das famílias de poucos recursos, que entendiam corretamente que o traslado e novo sepultamento dos corpos se converteram em privilégios ao alcance dos muito ricos. Uma solução intermediária foi a organização de visitas anuais aos cemitérios militares no norte da França que, embora práticas e viáveis para os moradores das redondezas, constituíam-se numa viagem demasiado longa para os residentes no resto do país. Assim, a pressão pela permissão de traslado dos corpos seguiu sem sinal de declínio. O estímulo à remoção e novo enterro dos mortos por parte dos empresários particulares, com todo seu cortejo de problemas e contradições, seguiu firme. Isso tudo obrigou o governo a rever sua política com relação aos cemitérios militares. O resultado foi o seguinte:

Em 28 de setembro de 1920, o governo francês finalmente o atendeu. Ele promulgou um decreto que estabelecia o direito das famílias de reclamar os corpos de seus entes queridos, e enviá-los para casa, às expensas do Estado. Demorou mais de um ano para organizar a burocracia, os procedimentos, e o transporte necessário, mas, a partir do verão de 1922, cerca de 300.000 dos

---

<sup>65</sup> WINTER, 1995. Op. Cit. Pg. 24: The spokesman for the view that the fallen should remain on the Western Front was Castelnau, Joffre's right hand man at the outbreak of the war and later commander of the Armies of the East. An anti-Dreyfussard, he was one of the most prominent Catholic traditionalist in the army. He had lost three sons in the war. His view, and that of many other staff officer, was that the dead should rest where they had fallen. They died for that land. It was sanctified by their sacrifice. Some hoped that the eventual return of greenery would create sacred forests, places of pilgrimage for the whole world. "Don't separate those whom death has united", wrote another advocate of the status quo in 1920. These views were held by a minority.

mortos da Grande Guerra, de fato, foi para casa. Uma vez que cerca de 700.000 de mais de 1 milhão de soldados franceses tinham sido identificados, este número representa cerca de 40 por cento das pessoas cujas famílias tinham o direito de solicitar o seu retorno.<sup>66</sup>

Na prática se tratou de tarefa muito mais complexa e desafiadora do que se imagina a princípio. Para começar, o direito de reivindicar o corpo por parte dos familiares levou recorrentemente a conflitos entre os pais e as viúvas destes. Localizar os locais de enterramento em meio aos devastados campos de batalha da Primeira Guerra Mundial era outro problema de difícil solução. Distinguir entre os restos mortais de um indivíduo em meio a outros deve ter sido ainda mais difícil, dando margem a fraude e enganação.

A comissão responsável pelo enterramento dos soldados americanos, a Graves Registration, permitia que a família do morto tivesse três opções de destino para o cadáver. A primeira que o soldado ficasse no local onde foi morto, a segunda que fosse enterrado em um cemitério americano na Europa e a terceira era a opção do repatriamento. Nesta última alternativa, outros dois cenários eram possíveis, o traslado dos restos mortais do soldado para um túmulo individual de sua família, em sua região de origem, ou o seu sepultamento em um cemitério militar nacional nos Estados Unidos<sup>67</sup>.

Nos Estados Unidos foi criada em 1919 uma associação de mães de combatentes mortos, a The Bring Home Soldier Dead League. Por meio de denúncias na imprensa estadunidense tinham o objetivo de repatriar os corpos de soldados mortos e acusavam o governo francês de lucrar com o comércio em volta dos cemitérios militares, a venda de souvenirs de guerra, o lucro das hospedagens em hotéis, etc.<sup>68</sup>

Os conflitos gerados pelo repatriamento dos mortos apareceram na imprensa dos EUA da época. Em algumas charges críticas desse procedimento, pais aparecem alegres com o retorno do filho para a América, num caixão. Outra questão bastante discutida era a ideia de que na Europa, em cemitérios militares, os soldados permaneciam agrupados enquanto que na América eles seriam separados em cemitérios católicos, protestantes, judeus.

---

<sup>66</sup> WINTER, 1995. Op. Cit. pg. 26

<sup>67</sup> DICKON, Op. Cit. p. 60

<sup>68</sup> DICKON, Op. Cit. p. 67

Os mausoléus familiares, para Antonio Motta<sup>69</sup>, representam um desejo de unidade e continuidade que se impõe após a morte, como forma de evitar a dispersão causada por sepultamentos individuais. No caso do mausoléu como ponto de reagrupamento, e mais ainda pensando no cemitério militar, o indivíduo isolado deixa de ter importância, sendo enfatizado enquanto sujeito social genérico. Esse é constituído partindo-se da referência à instituição comum a todos à qual esteve ligado.

A questão suscitada por qual pessoa pertenceria o cadáver também foi um ponto marcante nesse período. Como o processo para repatriamento era demorado, por vezes a esposa do combatente reclamava o corpo, casava-se novamente e desistia do mesmo quando este chegava finalmente da Europa. Algumas vezes pais e viúvas disputavam o corpo do soldado. Em outros casos, os familiares mudavam de endereço e o Graves Registration perdia totalmente o contato com o solicitante dos restos mortais. Nessas situações, o soldado era enterrado num cemitério nacional escolhido pela comissão<sup>70</sup>.

Esses conflitos em relação ao cadáver do soldado permitiram que já na Segunda Guerra Mundial a organização do Exército Americano elaborasse mais detalhadamente todos os procedimentos nessas variadas situações. A vasta e diversificada experiência acumulada em diversos conflitos vividos até então ajudou a formatar esses documentos.

Nos relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento da FEB, existe um espaço onde consta o nome do responsável pelo soldado caso algo aconteça com o mesmo. Esse nome e grau de parentesco era fornecido pelo indivíduo antes de embarcar para a guerra e tinha a função de determinar a pessoa escolhida para receber a comunicação de morte e posteriormente, os pertences do combatente.

Mesmo assim, encontrei nas fontes do Pelotão, alguns casos de soldados que nunca foram “reclamados” pela família. Um deles é o documento que menciona o fato de que Sebastião Clementino Machado, pertencente ao 11 RI não ter “nenhuma pessoa interessada” para o envio de pertences, comunicação de morte, etc.

---

<sup>69</sup> MOTTA, Antônio. **À flor da pedra:** formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008, p. 111

<sup>70</sup> DICKON, Op. Cit. p.71.

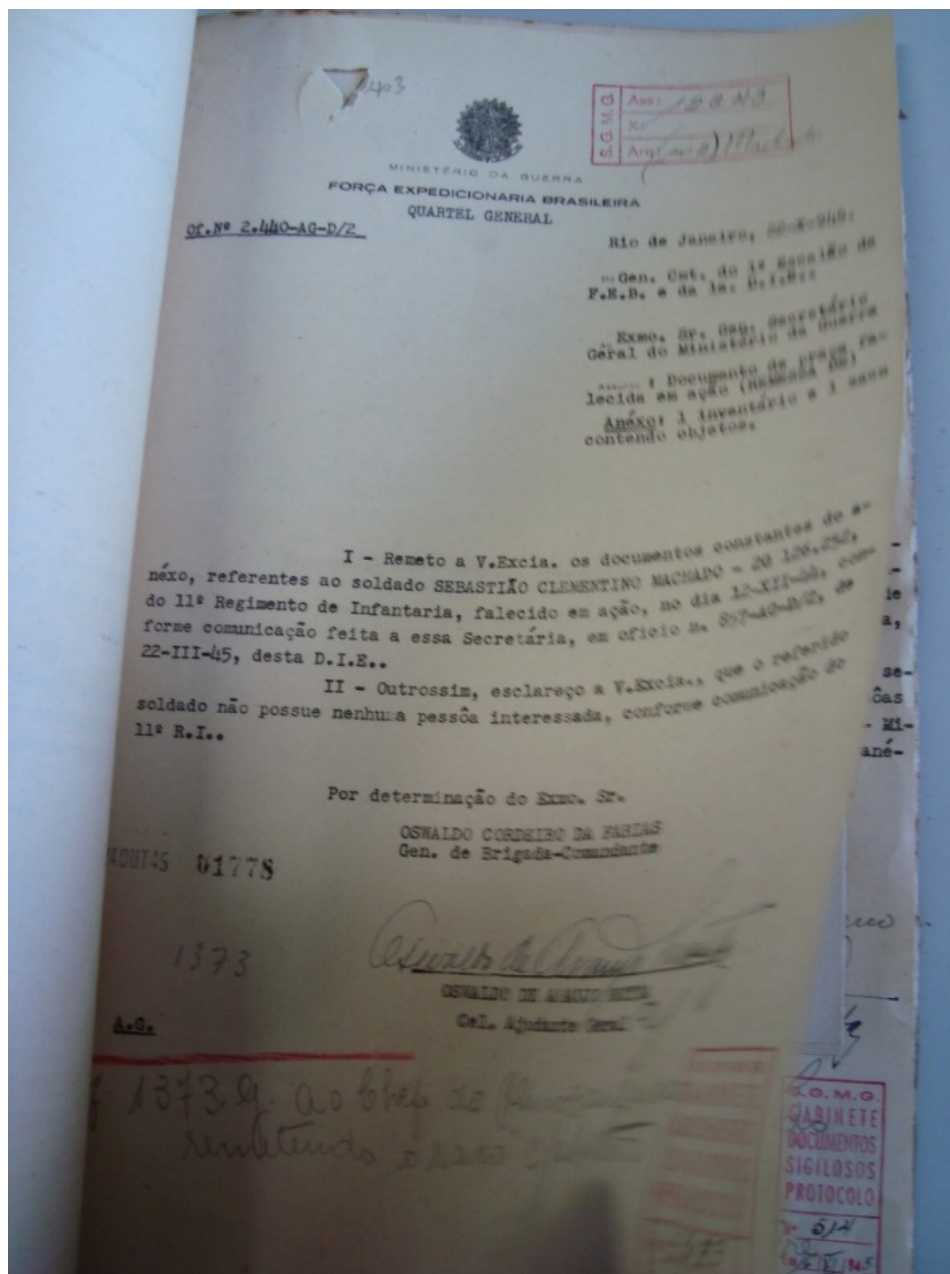


FIGURA 2 - Ofício informando que não consta para quem enviar pertences do morto. Acervo AHEx, SAE, FEB

O comum, ainda na Primeira Guerra Mundial, era os parentes não possuírem o corpo do familiar morto. A disputa por corpos de soldados ou mesmo de soldados desmemoriados era intensa<sup>71</sup>. Mesmo a literatura e cinema tiveram como base fatos verídicos para explorar esse tema<sup>72</sup>. Laura Wittman cita as notícias de jornais de casos de

<sup>71</sup> WITTMAN, Op. Cit. p21

<sup>72</sup> Cito o filme francês de 2004 "Eterno amor" (Um long dimanche de fiançailles, Jean-Pierre Jeunet), em que a personagem da atriz Audrey Tautou faz uma longa investigação sobre o corpo de seu noivo, quando estava no pelotão penal, condenado como desertor. O filme trata de toda a burocracia e da omissão do governo francês com os corpos desses soldados.

mulheres que faziam peregrinações aos hospitais psiquiátricos no final da guerra, na tentativa de reconhecimento do marido ou filho que presumiam ser vítima da amnésia, como também os casos de soldados que vagavam pelas estações de trem de Lyon na França, que tinham esquecido tudo sobre si próprios<sup>73</sup>.

A incerteza da morte, e das correspondentes práticas de luto a ela associadas, era algo que além das questões emocionais, afetava também aspectos jurídicos dos familiares envolvidos<sup>74</sup>. Para Jay Winter, o retorno dos mortos era necessário para provar que a morte na guerra não foi em vão<sup>75</sup>. Mas, os termos oficiais para determinar tais ausências eram ambivalentes. Semanticamente pode-se analisar que *disparu* em francês, *shifted* em inglês e *caduto* em italiano, acabam tendo a possibilidade de interpretação de significados tanto de morto como de desaparecido.

Quando lançado em 1947, o Boletim dos Mortos da FEB<sup>76</sup> ainda continha a lista de desaparecidos. Na lista constam um segundo-sargento, quatro terceiros-sargentos, três cabos e quinze soldados. Entre eles estava o Cabo Fredolino Chimango que, depois, receberá uma análise detalhada que permitirá proceder a uma crítica de suas fontes oficiais.

Como a FEB era subordinada ao V Exército Americano, suas práticas de coleta de cadáveres, identificação e enterramentos dos mesmos era determinada pelos procedimentos usados pelos estadunidenses e colocada em prática pelo Pelotão de Sepultamento. Toda a experiência dos EUA nesse assunto permitiu que a logística e procedimentos em relação ao soldado morto em combate estivesse de acordo com uma guerra de proporções mundiais como foi o conflito de 1939 até 1945.

A pergunta que fica é: quem eram esses nossos mortos na guerra? Como a FEB foi composta? Este é o tema do próximo capítulo, que diz respeito também à relação entre a instituição militar e as religiosas. Dentre os aspectos abordados se encontra a questão da capelania militar e o suporte religioso diante da iminência da morte.

---

<sup>73</sup> WITTMAN, Op. Cit. p.22

<sup>74</sup> WITTMAN, Op. Cit. Mesmo buscando que o familiar passasse da categoria de desaparecido para a categoria de morto, a ausência do corpo fez com que muitos pedidos para este reconhecimento fossem negados pela justiça. p.22

<sup>75</sup> WINTER, Sites of mourning, sites of meaning, p. 23.

<sup>76</sup> BOLETIM ESPECIAL DO EXÉRCITO. Os mortos da FEB, Ministério da Guerra, 1947, pp. 105-109.

## CAPITULO 2 – IGREJA E EXÉRCITO

### Religião e Guerra

Marinha reabre inscrições para capelães  
Início do curso está previsto para 31 de março de 2014. Candidatos devem ter 3 anos de atividades como sacerdote ou pastor. A Marinha reabrirá as inscrições do concurso público para 3 vagas de capelães navais do corpo auxiliar da Marinha. São 2 vagas para sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana e 1 para pastor da Igreja Batista.<sup>77</sup>

No ano de 2013, este anúncio foi vinculado a diversos sites de notícia e no site da própria instituição militar. A capelania militar constitui um posto permanente dentro das Forças Armadas do Brasil e desde a Constituição de 1988 foi assegurada a proporcionalidade entre os Capelães das diversas regiões e as religiões professadas na respectiva Força.<sup>78</sup>

Em instituição alguma o conflito entre o laico e o religioso no Brasil assumiu caráter mais tenso e contraditório do que no Exército na fase inicial do regime republicano (1889-1930). Em suas origens o Exército era, em boa medida, a continuidade da sua matriz portuguesa. O caráter absolutista do regime político vigente a partir de 1824, que adotou o catolicismo como religião oficial, na prática fazia da Igreja Católica uma instituição subordinada ao Estado. O catolicismo foi alçado à condição de religião oficial do Estado na primeira constituição brasileira de 1824. Em correspondência com essa situação, as instituições militares empregavam e mantinham seus próprios capelães, rezavam missas e respeitavam os feriados e dias santos<sup>79</sup>.

O Exército, como o Império, era oficialmente católico. Todo dia, na reunião das nove da noite, os soldados rezavam o Terço e a litania de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. As missas eram obrigatórias aos domingos e dias santos. As necessidades espirituais dos soldados ficavam aos cuidados de um corpo eclesiástico de aproximadamente cinquenta padres.<sup>80</sup>

<sup>77</sup>Disponível em <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2013/07/marinha-reabre-inscricoes-para-capelaes.html>

<sup>78</sup> Lei 6923, art.10 Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6923.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6923.htm)

<sup>79</sup>Pelo Decreto nº747 de 24 de dezembro de 1850, o governo imperial criou o Regulamento da Repartição Eclesiástica do Exército. Com o fim da Guerra do Paraguai, o mesmo passou a se chamar Corpo Eclesiástico do Exército, pelo Decreto nº5679 de 27 de junho de 1874. Com a Proclamação da República ocorreu a sua extinção. In PALHARES, Gentil. **Frei Orlando** o capelão que não voltou, Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

<sup>80</sup> MCCANN, op. cit. pg. 42

Embora importante na articulação dos envolvidos na conspiração republicana, a pregação Positivista durante o final do Império não abalou a associação da instituição militar com sua símile religiosa. Até o fim do regime os militares continuaram a jurar fidelidade ao Imperador com a mão direita sobre o Novo Testamento.<sup>81</sup>

Todo oficial jurara, sobre o Novo Testamento: “como bom e leal súdito a Sua Majestade Imperial, obedecerei, com a mais exata prontidão e respeito, aos Artigos de Guerra, Regulamento e ordenanças militares, e a todas as ordens dos meus superiores concernentes ao Imperial Serviço.

Foi a Proclamação da República que rompeu, de forma abrupta e aparentemente irreversível, essa ligação. Sob o novo regime foi extinto no Exército o corpo de capelães militares, abandonadas as missas e ignorados os feriados e dias santos. A separação entre Igreja e Estado, defendida pela Primeira Constituição Republicana, com forte influência da Doutrina Positivista, parece ter sido efetuada de forma mais radical no Exército do que em qualquer outro setor do aparelho de Estado Brasileiro.

Tudo parece indicar que a vertente Positivista, a mais radical do vasto e heterogêneo movimento republicano, teria logrado fazer no Exército o que ambicionava para toda sociedade. Embora derrotado no embate pela definição da forma que deveria assumir o nascente regime republicano<sup>82</sup>, o Positivismo teria sido a grande força política e doutrinária na promoção da laicização<sup>83</sup> radical e imediata do Exército. Para um representante da geração de jovens tenentes da FEB as práticas religiosas no interior da corporação militar eram coisa extinta há muito tempo:

Pertencíamos à geração formada por militares, muitos positivistas, alguns marxistas, outros incréus, que sucederam aos fundadores da República, e havíamos esquecido a tradição religiosa que acompanhara nossas tropas em brilhantes

<sup>81</sup> MCCANN, Frank. **Os soldados da pátria**: História do exército brasileiro (1889-1937).p. 37.

<sup>82</sup> CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>83</sup> Utiliza-se o conceito de laicização a partir da concepção de Ricardo Mariano, para quem a noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente a regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto. In: MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira** Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011



campanhas externas. A reza diária do terço, o canto à “Virgem da Conceição”, Padroeira do Exército, a obediência ao comando “joelhos em terra”, tudo pertencia à passado estranho, sepultado no tempo, ouvido por poucos, apenas, por tradição oral.<sup>84</sup>

Isso não eliminava, contudo, as fortes correntes políticas, internas e externas ao Exército, que lutavam pela reversão dessa situação. Dois exemplos são significativos. Dentro do Exército existia um grupo de oficiais que apoiavam e promoviam a recatolização da instituição militar, pelo menos desde 1917<sup>85</sup>. Da parte da Igreja e seu braço político-partidário, a Liga Eleitoral Católica, havia a proposta de recomposição do corpo de capelães militares, encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte de 1934<sup>86</sup>.

Embora antagonizadas em uma série de questões existiam pontos de contato entre Igreja e Exército que, talvez, pelo menos a longo prazo, contribuiriam para a conciliação entre ambas no que se refere ao ressurgimento de um serviço religioso militar<sup>87</sup>. Destes o mais importante era o anticomunismo. O crescente temor da ocorrência de uma revolução de esquerda iniciado em 1917 – antecedida em poucos meses pela famosa aparição da Virgem em Fátima<sup>88</sup>, Portugal – foi se intensificando, junto com a crise do capitalismo liberal que se manifesta no pós-guerra e vai-se tornando cada vez mais grave até 1929. A ocorrência da Intentona Comunista de 1935 é um fator a mais na promoção da reconciliação da Igreja com instituições que se identificavam ou promoviam o anticlericalismo<sup>89</sup>.

Também a série de conflitos e revoltas armadas que eclodiram nos anos 1920 e 1930 desempenhou um papel importante, ao colocar de forma direta e emergencial a

<sup>84</sup> ANDRADE SERPA, Prefácio. In: SCHNEIDER, J. E. Vivência de um ex-capelão da FEB. Curitiba, Edições Rosário, 1983. Pg. VIII.

<sup>85</sup> Evidências nesse sentido podem ser encontradas em MCCANN, F. **Soldados da Pátria**: história do Exército Brasileiro 1889-1937. Pg. 267. KOWALIK, Adam. **Assistência religiosa nas forças armadas do Brasil**. Disponível em <http://adamkowalik.tripod.com/id30.html> Acessado em 12/12/2011; KAPPEL, Irma Beatriz Araújo. Vozes e sentidos no discurso institucional legal do ensino religioso. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. III, ano 3, no. 3. Julho-setembro 2006. 28 p.

<sup>86</sup> FERNANDES, Pe. Geraldo. A Religião nas Constituições Republicanas do Brasil. IN: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Dezembro, 1948. Petrópolis: Editora Vozes.

<sup>87</sup> Pode-se dizer que a sociedade brasileira jamais se secularizou totalmente. Peter Berger comenta a secularização nas sociedades modernas, afirmando que “a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual. Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso”. IN BERGER, P. A Dessecularização do Mundo, uma visão global, **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 21(1): 9-24, 200.

<sup>88</sup> ZIMDARS-SWARTZ, Sandra L. **Encountering Mary**; from La Salette to Medjugorje New York: Avon Books, 1992.

<sup>89</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

questão da assistência religiosa aos moribundos e a necessidade de se atender aos ritos fúnebres dos caídos em combate. Por conta disso autores como Thomas Bruneau chegam mesmo a afirmar que “a Revolução de 1930 foi o momento da reintegração da Igreja ao estado brasileiro”<sup>90</sup>. A aliança entre a Igreja e o Varguismo teria se iniciado antes mesmo da eclosão da Revolução quando, “no Rio Grande do Sul, a Igreja apoiou Getúlio Vargas nos sermões durante a celebração de missas, chegando inclusive a formar tropas de capelães militares com 52 padres na revolução de 3 de outubro de 1930.”<sup>91</sup>

Os capelães militares, informalmente incluídos em algumas poucas guarnições de tempo de paz no período entre guerras no Rio de Janeiro, ganham importância uma vez mais na Revolução Constitucionalista de 1932. Novamente, ambos os lados em conflito recrutam e empregam padres para atuarem junto aos feridos e moribundos, bem como para proceder aos ritos fúnebres dos mortos em ação.<sup>92</sup> É importante notar, contudo, que até o início da Segunda Guerra Mundial o compromisso institucional do Exército com a completa laicização foi mantido intocado.

Embora a secularização seja evidente, parte dos estudos mostram que a religiosidade também cresceu em sociedades ateias como francesa e soviética, durante as duas guerras mundiais.<sup>93</sup> Ainda na Primeira Guerra Mundial, a pesquisa do historiador Michael Snape revela um aumento no número de capelães, das religiões mais populares entre os britânicos ao longo do conflito, como uma decorrência da pressão exercida pelos próprios soldados<sup>94</sup>.

Nem a entrada do Brasil na guerra, nem sequer a criação de uma Força Expedicionária Brasileira destinada a lutar na Segunda Guerra Mundial, levaram à recriação do corpo de capelães militares. Em sua tese de doutorado em história defendida na USP em 1975 “A Força Expedicionária Brasileira, uma tentativa de interpretação”, a historiadora Maria de Lourdes Pereira Lins inclui na sua documentação pesquisada a Portaria Nº 47-44 de 09 de agosto de 1943.

---

<sup>90</sup> BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974, p. 11. Apud: KAPPEL, Irma Beatriz Araújo. Vozes e sentidos no discurso institucional legal do ensino religioso. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. III, ano 3, no. 3. Julho-setembro 2006. 28 p.

<sup>91</sup> KAPPEL, op. cit. Pg. 8.

<sup>92</sup> KOWALIK, op. cit. Pg.2 Este autor atribui tal envolvimento à criação da Conferência Vicentina na Escola Militar do Realengo, fato também realçado por MCCANN, op. cit.

<sup>93</sup> SNAPE, M. **God and the British Soldier**: Religion and the British Army in the First and the Second World War p.4

<sup>94</sup> Em 1914 eram 89 capelães anglicanos, 11 presbiterianos e 17 católicos, em 1918 eram 1941 anglicanos, 298 presbiterianos e 643 católicos, In: SNAPE, M. p.89

Este documento se refere às instruções para a organização da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária (1ªDIE) e o artigo III, que trata de sua composição, informa que a mesma será utilizada no Exército dos EUA. No item “a”, que se refere ao Comando, aparece o Quartel-General subdividido em: Estado Maior e, em seguida, Chefias de Serviço de Material Bélico, Químico de Guerra, Justiça, Engenharia, de Transmissões, de Polícia e Serviço Religioso<sup>95</sup>.

Mesmo já previsto nesta portaria, o Serviço Religioso acabou sendo deixado de lado nos preparativos para a guerra. Como outras exigências do Exército dos EUA, estas também não foram prontamente atendidas e outras jamais o seriam, como por exemplo, o número e o tipo físico de soldados enviados<sup>96</sup>, a questão religiosa foi ignorada<sup>97</sup>.

A conclusão a que se chega é que, embora importantes, as tendências capazes de reverter a exclusão dos capelães do efetivo do Exército Brasileiro, fossem internas ou externas àquela entidade, não teriam sido capazes de isoladamente lograrem o efeito pretendido. E isso se verifica mesmo nas circunstâncias em que o Brasil e suas forças armadas se encontravam em 1944, quais sejam, na iminência de embarcarem para além-mar a fim de tomarem parte num conflito de dimensões mundiais.

As alegações sobre as circunstâncias nas quais, afinal, foi reconstituído o corpo de capelães militares no Exército possuem várias lacunas. Elucidar o processo em sua inteireza requer diversas pesquisas adicionais. Por hora, as poucas informações disponíveis dão conta de que se tratou, de fato, do resultado de um acordo de cúpula entre as elites políticas e religiosas. Havia também, claro, questões de ordem prática. As experiências recentes com os conflitos e revoluções internas sugerem que não se cogitava a ausência de capelães nestas circunstâncias.

Veja-se, por exemplo, a interpretação de um tenente de artilharia da FEB:

O Serviço de Assistência Religiosa teria sido restabelecido, no Brasil, em consequência de pedido do Cardeal Câmara ao Presidente. O fato ocorrera por ocasião do desfile de despedida

<sup>95</sup> LINS, M. L. F. **A Força Expedicionária Brasileira**, uma tentativa de interpretação. São Paulo: Editoras Unidas, 1975, p. 264.

<sup>96</sup> A princípio, o governo brasileiro havia se comprometido a enviar para a Itália 60.000 soldados, em 2 divisões. Porém, organizou apenas 25.000 em uma única divisão. In: LINS, M.L. F. **A Força Expedicionária Brasileira**, uma tentativa de interpretação, 1975, p. 69.

<sup>97</sup> No Exército francês, a questão da capelanía durante a Segunda Guerra Mundial também refletiu os conflitos daquela sociedade com a questão religiosa. Enquanto existiam as capelánias católica, protestante e judía, a capelanía mulçumana só foi criada em fevereiro de 1943 e com a restrição de que sua vigência se extinguiria ao término da guerra. Com três divisões recrutadas nas colónias francesas do norte da África, tal pressão foi sentida pelo General Giraud. CAPDEVILLA, L. & VOLDMAN, D. **War Dead: Western Societies and the Casualties of War**, p. 132.

da FEB ao povo do Rio de Janeiro, no dia 24 de maio de 1944. Mostrando as enfermeiras desfilando, o dr. Getúlio Vargas dissera ao Cardeal: ‘Vossa Excia. Revma. está contente de vê-las?’ ao que ouvi dizer lhe fora respondido: ‘Sim, Sr. Presidente, mas estão faltando os Capelães militares’. ‘Pois bem, sr. Cardeal, a FEB os terá.’<sup>98</sup>

O autor, ele mesmo assim o admite, “ouviu dizer” que assim teriam se passado esses eventos. Não se conhece nenhuma outra interpretação para o episódio, muito embora a subordinação da FEB ao padrão organizacional do Exército dos EUA por si só já a obrigasse a contar com um corpo de capelães, como já foi demonstrado acima. Ambas as interpretações não são antagônicas, mas o episódio narrado acima sugere no mínimo uma má vontade política em prover a FEB de capelães; no limite, a intenção de procrastinar ao máximo – ou evitar – sua reincorporação ao Exército.

Independentemente ou não deste episódio ter supostamente ocorrido de fato, dois dias depois o presidente Vargas assinou o Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944, recriando o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas (SARFA) destinado a compor os efetivos da FEB. Em função disso foram tomadas providências, junto à Igreja Católica, para o recrutamento de 25 capelães, todos voluntários. Posteriormente, quando inclusive já havia zarpado para a Itália o 1º Escalão de tropas da FEB foram acrescentados dois pastores protestantes, um da Igreja Batista e outro da Evangélica, também incorporados voluntariamente.

A recriação do corpo de capelães para a FEB coloca várias questões intrigantes, relativas às devoções pessoais e as correspondentes atitudes de indivíduos diante da possibilidade ou iminência da própria morte. A primeira diz respeito à proporção de capelães de diferentes confissões na FEB, em comparação aos dados disponíveis sobre a filiação da população a cada uma delas. Essa questão será retomada ao tratar da representatividade, suposta ou real, dos indivíduos que compunham a FEB em relação à população brasileira. A segunda diz respeito à intensidade da atuação desses religiosos junto à tropa, bem como suas implicações.

Em um documento da Divisão de Inteligência Militar dos EUA, de 30 de março de 1944 a discussão trazido pelo adido militar é sobre a religiosidade do brasileiro. O relatório cujo tema é o Corpo de Capelães da Força Expedicionária Brasileira, comenta a indicação no número de capelães e a falta de hábito do homem brasileiro em frequentar missas, etc.

---

<sup>98</sup> ANDRADA SERPA, APUD SCHNEIDER, op. cit. Pg. VII.

Segundo o Exército dos EUA trinta capelães deveriam seguir acompanhando a Divisão da FEB na Itália. Na análise realizada pelo adido militar não havia necessidade de capelania no exército nos tempos de paz, mas na guerra a situação era diferente:

No entanto, como sempre existem os homens que acreditam que a morte pode estar perto da FEB, e sem dúvida, esses vão ser religiosos. A FEB estará longe de sacerdotes ou civis que falam português. Por essas e outras razões, haverá maior necessidade de capelães no exterior do que existe em casa.<sup>99</sup>

Teria havido demanda pelos serviços religiosos, ou ainda, apoio à sua prestação, por parte de membros de uma força armada notoriamente desligada das questões religiosas desde a promulgação da primeira constituição republicana? E, nesse caso, teria a atuação dos capelães contribuído para fomentar as devoções cristãs entre os combatentes da FEB?

Responder a qualquer das questões de forma conclusiva demandaria extensas pesquisas, inclusive sobre a questão da secularização da sociedade brasileira naquele período, para as quais, talvez, não se encontrem mais as fontes necessárias. O que se sabe é que existem evidências que nos permitem responder de forma afirmativa a ambas as indagações. Tais vestígios são esparsos, pontuais, geralmente obtidos em livros de memórias, biografias e escritos legados pelas altas autoridades e alguns poucos membros da FEB.<sup>100</sup>

No Boletim Interno no. 64, de 5 de março de 1945 o comandante da FEB fez as seguintes referências elogiosas a atuação do Serviço Religioso:

Eficiente tem sido a atuação do serviço religioso... Acompanhando com desvelo a vida do soldado, fortalecendo-lhe a convicção na dignificante missão que veio executar tão longe da pátria, confortando-o nos momentos de crise com a palavra de amigo ou com os sacramentos da Igreja, esses pastores da alma tem grandemente auxiliado a ação de comando... Alentando os feridos na frente de combate ou nos hospitais, aplicando-lhes os socorros espirituais tão necessários, esses missionários da paz muito tem feito pelo bom êxito da FEB na guerra.<sup>101</sup>

Estas breves considerações têm sido confirmadas em outras obras, sejam de memórias, sejam biografias, tanto de religiosos como de autoridades ou combatentes comuns. Ou seja, existem evidências de que havia vasta demanda pelos serviços

<sup>99</sup> Military Attache report, **Military Intelligence Division** WD68, de 30 de março de 1944.

<sup>100</sup> Os capelães possuíam títulos honorários como Tenente-coronel honorário, Capitão honorário e Tenente honorário. MORAIS. Op. cit. Pg.286.

<sup>101</sup> MORAIS. Op. cit. Pg. 214.

religiosos entre os militares da FEB. Missas eram rezadas diariamente, se assim a situação militar o permitisse. Os padres e pastores se esforçaram por estar junto aos feridos e moribundos, tanto na linha de frente quanto nos hospitais à retaguarda.

Uma das passagens mais comentadas em diversas memórias de ex-combatentes é aquela em que o pastor protestante João Filson Sören buscou, mesmo estando sujeito a ser atingido pelo inimigo, identificar e remover os corpos insepultos dos soldados mortos em um dos ataques de Monte Castelo<sup>102</sup>. Esta atitude nobre provocou admiração por todos os soldados, independentemente de sua religião. Inversamente, é importante notar, não se conhece exemplos de veteranos da FEB que tenham criticado, dispensado ou entendido como desnecessária ou irrelevante a atuação dos capelães.

Vale a pena examinar as descobertas mais recentes da historiografia internacional sobre o tema. Na Primeira Guerra Mundial, a atuação da capelania militar entre os britânicos foi controversa. Muitos criticaram no período entreguerras a distância entre capelães e o front, a questão de sermões que exortavam o seguimento das doutrinas religiosas comuns na vida civil e a falta de companheirismo desses oficiais com os soldados<sup>103</sup>. O conflito existente entre a exortação do entusiasmo patriótico era contraditório com a própria ideia de cristianismo.<sup>104</sup>

Por outro lado, na Segunda Guerra Mundial, este papel da capelania é revisto. A luta contra o mal comum, no caso, cristãos combatendo contra o ateísmo e o paganismo atribuído aos nazistas, era evidente. O capelão era mais próximo do soldado, realizando um suporte coletivo (ainda com missas, comunhão, etc.) como individual, acompanhando os homens ao front, ouvindo confissões em diversas ocasiões e simplesmente “ouvindo” os problemas dos soldados. Outro fator de adaptação dessa atuação da capelania no conflito de 1939-45 foi a habilidade em perceber e aceitar os comportamentos derivados de uma Religião emergencial nas trincheiras<sup>105</sup>, ou seja, a aceitação de usos variados de artefatos religiosos, a compreensão de que naquelas condições as crenças heterodoxas dos soldados eram comuns, etc.<sup>106</sup>

---

<sup>102</sup> LINS, Op. Cit. pg.116.

<sup>103</sup> SNAPE, Op. Cit. pg.136

<sup>104</sup> SNAPE, Op. Cit. pg.187.

<sup>105</sup> SNAPE, Op. Cit. pg. 48

<sup>106</sup> Conforme será analisado mais adiante, soldados católicos poderiam levar a Bíblia para o front como um amuleto e não um livro sagrado, soldados protestantes em alguns casos, aceitavam e carregavam estampas de santos como forma de proteção, e muitos outros exemplos mostrando como a heterodoxia era normal no front. SNAPE, Op. Cit. p. 240.

A segunda questão já é mais complexa. Por um lado, existem indícios de que a atuação dos capelães teria, de fato, contribuído para fomentar as devoções cristãs. Por exemplo, o caso do padre Jacob Schneider, que montou um fichário para listar os membros do 1º. Batalhão do 1º. RI que ainda não tivessem praticado a primeira comunhão.<sup>107</sup> Ou o reverendo Sören que organizou com praças da FEB o primeiro coro militar evangélico da história do Brasil, contando inicialmente com 40 vozes, mas que logo atingiu o efetivo de 70 militares.<sup>108</sup>

Contudo, por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que o simples fato dos militares da FEB se encontrarem em um dos teatros de operações de um conflito reconhecidamente letal e mortífero, como ainda não havia existido outro, deveria, muito provavelmente, estimular a adesão ou intensificação da adesão às devoções religiosas. A proximidade ou iminência da morte tem, por si só, o efeito de levar os indivíduos a reforçarem – ou criarem – laços mais estreitos e intensos com o além e a vida religiosa, dada a alta probabilidade de virem a serem mortos ou feridos.

Além deste auxílio espiritual junto aos vivos, os capelães também se fizeram presentes no interior mesmo do Cemitério Militar de Pistoia. Ao baixar à sepultura os corpos dos brasileiros mortos, invariavelmente se faziam acompanhar de orações proferidas por um capelão. É significativo que no formulário individual empregado pelo Pelotão de Sepultamento conste um campo para indicar a religião seguida pelo morto, a fim de providenciar o rito fúnebre correspondente.

Nesse contexto, a composição dos combatentes era a mais variada possível, sendo que a grande maioria era de não profissionais. Parte de um cristianismo difuso em que a heterodoxia popular era frequente, a relação dos soldados com os capelães e com os ritos religiosos durante a guerra demonstra aspectos da vida religiosa do período<sup>109</sup>.

Em que pese a precariedade das fontes disponíveis, a conclusão a que se pode chegar é que a presença de capelães militares entre os efetivos da FEB teve, muito provavelmente, o efeito de estimular as devoções. Particularmente entre os militares mais expostos aos perigos da linha de frente, e muito especialmente entre aqueles que

---

<sup>107</sup> SCHNEIDER, J. Vivência de um ex-capelão. Curitiba: Edições Rosário, 1983, p 67.

<sup>108</sup> FARIA, Anderson Adriano Silva. Breve histórico da capelania militar evangélica no Brasil. Disponível em <http://www.militarcristao.com.br/cpl.php?acao=texto&id=224> Acessado em 12/12/2011.

<sup>109</sup> Segundo SNAPE, o fatalismo, espiritismo, a crença num destino individual, além da própria educação religiosa formatada pelas instituições foram elementos que se articularam durante a guerra, formando uma religiosidade individual do soldado. In SNAPE, Op. Cit. pg. 239.

convalesciam ou agonizavam nos hospitais, a ação dos capelães teria levado à intensificação ou adesão às práticas religiosas por parte dos militares da FEB.

Tudo isso nos leva de volta a discussão sobre a importância das fontes legadas pela FEB para o estudo das Representações e atitudes diante da morte. Qual é, afinal, a importância do estudo dos mortos brasileiros na guerra?

Conforme discutido anteriormente, os estudos históricos sobre as atitudes e representações diante da morte com referência ao contexto do Brasil Republicano encontram-se, já há algum tempo, num impasse. Uma das principais causas desse fenômeno se deve ao fato de que, no que se refere a esse período, as fontes disponíveis são muito mais raras e esparsas. Apesar disso, podem-se achar fontes e referências numerosas para se entender as atitudes e representações diante da morte em manifestações oficiais e monumentos públicos.

Já as atitudes individuais contam com muito menos fontes ou, no limite, inexistem. De fato, em se tratando de acessar as providências que tomam os indivíduos diante da possibilidade de morrerem, o período anterior à República oferece ao pesquisador fontes muito mais ricas e diversificadas do que para o período seguinte. É compreensível que os mais relevantes, consistentes e fundamentados estudos sobre as atitudes diante da morte no Brasil sejam aqueles dedicados aos períodos colonial e imperial<sup>110</sup>.

Tal é a importância do estudo aqui desenvolvido com relação ao contexto do século XX<sup>111</sup>. Isso nos leva diretamente à questão da representatividade e significância das fontes aqui escolhidas e da instituição militar que as gerou. Qual o sentido de se tomar como amostra um universo como a FEB? Qual a relação dos efetivos recrutados para a guerra e o conjunto da sociedade brasileira da primeira metade dos anos 1940? Até que ponto delimitar um conjunto de tão pequenas dimensões, como é a FEB, pode ser útil

---

<sup>110</sup> São diversos os trabalhos que utilizam como fonte os testamentos para entender estas relações do indivíduo com a morte. É um tema clássico na historiografia. No Brasil, pode-se destacar dois trabalhos importantes mais recentes que também fazem uso do testamento, são eles: RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; e CYMBALISTA, Renato. **Sangue, Ossos e Terras: os mortos e a ocupação do território na América Portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2011.

<sup>111</sup> Uma tentativa nesse sentido, foi realizada na pesquisa do historiador israelense Emmanuel Sivan, cujo artigo intitulado *Private pain and public remembrance in Israel* foi publicado na coletânea de Jay Winter. Neste artigo ele cita os bens pessoais encontrados com os soldados mortos listados nas publicações conhecidas como booklet (livreto). Mesmo assim o autor não explora essa possível fonte que aparece principalmente na guerra de Independência de Israel em 1948. In: Winter, Jay & SIVAN, Emmanuel. **War and Remembrance in the twentieth century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 177-204.



para o avanço do nosso processo de conhecimento sobre as representações e atitudes diante da morte no Brasil nessa fase do período contemporâneo?

Reconhecendo os limites do presente trabalho não seria possível dar uma resposta conclusiva a todos esses questionamentos. Mas mesmo assim não se pode deixar de tecer considerações a respeito, uma vez que se trata de questão central para a interpretação das fontes empregadas nessa pesquisa. Partindo-se das fontes e da literatura disponível sobre a formação da FEB e constituição de seus efetivos, até que ponto pode-se tomá-la como uma representação da nação brasileira? Quem eram esses soldados brasileiros mortos em combate na Segunda Guerra Mundial?

Os mortos da FEB na guerra

É comum encontrar-se a referência ao fato de que os efetivos da FEB continham representantes de todos Estados brasileiros e que teria sido formada em sua grande maioria por elementos oriundos das classes populares. Nesse sentido, um estudo das atitudes diante da morte que tome as fontes históricas legadas pelos seus integrantes como possível amostra da maior parte da população brasileira, pode prometer resultados altamente compensadores.

Veja-se, por exemplo, a famosa epígrafe de Rubem Braga, correspondente de guerra durante a Campanha da Itália, recorrentemente citada em diversos livros sobre a FEB:

A FEB era um bom resumo do povo do Brasil, não só porque tinha soldados de todos os seus Estados e de todas as classes sociais e níveis de cultura, porque levava todos os seus defeitos e improvisações, todas as suas incoerências e mitos, todas as falhas e virtudes desse povo.<sup>112</sup>

Tais afirmações não podem ser tomadas ao pé da letra. Cabe problematizar até que ponto se trata de uma amostra “representativa” da população brasileira àquela época. Maximiano, por exemplo, refuta em termos veementes tal sugestão:

Em termos de origem dos soldados, a FEB, portanto, não refletia os aspectos demográficos do Brasil dos anos 1940. É possível

---

<sup>112</sup> Por exemplo, a contracapa de BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra mundial: os brasileiros em combate**. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1995. Ou a folha de rosto de SILVA, Marcio Pinheiro aparecido da. **Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira: Memórias e identidades de ex-combatentes no sul de Mato Grosso**. Monografia de Conclusão de Curso. UFMS, 2011.

constatar que o Exército recrutou intensamente nas capitais e em cidades do interior de médio e pequeno porte. Era nas cidades que se encontravam os homens instruídos e em boas condições de saúde dos quais o Exército precisava para formar um contingente apto a combater na guerra moderna... Cidades como Petrópolis, Campinas, Joinville, Juiz de Fora e outros municípios de porte médio foram determinantes na constituição da FEB.<sup>113</sup>

Na medida em que inexistem dados completos sobre o perfil social e demográfico do conjunto dos integrantes da FEB, esse texto propõe uma abordagem alternativa. É o caso de se apelar para uma comparação entre o perfil dos mortos da FEB (para os quais se dispõem de informação abundante) e o conjunto da sociedade brasileira, entendida a partir do exame dos dados do censo de 1940. No esforço de estabelecer o grau de representatividade dos mortos da FEB, cabe analisar separadamente os dados disponíveis.

Um primeiro conjunto de informações que deve ser examinado diz respeito ao recrutamento da FEB em relação ao total nacional a partir de Região, Estado e Município. Embora seja verdade que indivíduos oriundos de todos Estados tomaram parte na FEB, é importante notar que as proporções de cada um são muito diferentes. É fácil se perceber que há um peso desproporcional da participação de indivíduos vindos dos Estados-sede dos três regimentos de infantaria (RI). Sendo a FEB uma divisão de infantaria, o grosso dos seus efetivos estava lotado nos RI que a formavam: o 6º. RI de Caçapava (SP), o 11º. RI de São João Del Rey (MG) e o 1º. RI, também conhecido como Regimento Sampaio (RJ). É compreensível que dos três Estados citados tenham sido recrutados os maiores efetivos da FEB.

Com relação ao assunto é oportuno citar as conclusões a respeito de um recente estudo, de autoria de um dos mais importantes pesquisadores da FEB:

Os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Distrito Federal proveram 80,7% dos praças incorporados à FEB. A principal contribuição do Nordeste foi ... uma amostra extremamente privilegiada de seus convocados mais bem qualificados e instruídos.<sup>114</sup>

É clara a super-representação de indivíduos do centro-sul do Brasil. No que se refere à região de origem, a FEB contou com uma ampla maioria de indivíduos oriundos das regiões do Brasil onde fenômenos como a industrialização e urbanização tinham

<sup>113</sup> MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial** São Paulo, Grua, 2010, p. 61.

<sup>114</sup> MAXIMIANO, Op. Cit. pg. 57

impacto substancial sobre a realidade local. Esta constatação já indica um descolamento inicial dos integrantes da FEB em relação ao que seria a média da população brasileira.

Um segundo fator a ser levado em conta nessa problematização diz respeito à faixa etária. Nesse quesito, a variável relevante diz respeito à idade dos componentes da FEB. Distintas gerações de indivíduos, provavelmente, terão formações, valores e visões de mundo também diferentes. Homens de diferentes faixas etárias podem ter – e frequentemente têm – atitudes diante da possibilidade ou iminência da morte também diferentes. Nesse caso, seria possível estabelecer correlações entre a idade dos indivíduos mortos na guerra e a natureza dos objetos encontrados em cada cadáver.

Contra esse argumento pesa uma objeção. Deve-se levar em conta o amplo consenso ainda vigente com relação à reduzida velocidade com que ocorrem mudanças nas mentalidades. A prolongada permanência do catolicismo como única religião institucionalizada e presente na maior parte do país, por exemplo, deve ter logrado enorme efeito. A pregação dos mesmos dogmas, usando a mesma liturgia, século após século<sup>115</sup>, deve ter tido o efeito de homogeneizar as crenças relativas à concepção da vida após a morte nas diferentes gerações de fiéis. É significativo que as missas católicas no Brasil tenham sido até 1962 rezadas exclusivamente em latim, como o foram desde a chegada dos portugueses a essas terras<sup>116</sup>.

O problema aqui é que não se dispõem até hoje dos dados totais sobre a idade dos integrantes da FEB e, embora existam informações significativas a respeito, são muito parciais. Se focarmos apenas ao que se refere às normas legais vigentes, surgem algumas pistas:

Na convocação para preencher os claros resultantes da elevação desses efetivos que o estado de guerra e a organização da FEB impuseram, ao invés de serem chamadas os reservistas das classes (ano de nascimento) sucessivamente começando pela de

---

<sup>115</sup> Sobre a questão da permanência da religiosidade, Jurkevics enfatiza que “enunciada como um sistema de crenças e manifestada por meio de uma doutrina e ritual próprios, a religião se nos apresenta como uma organização racional da fé, enquanto a religiosidade atesta ao fiel o sentido interno do sagrado. A primeira se apresenta como a institucionalização, a concretude organizacional<sup>13</sup> e, a segunda, refere-se ao sentido individual da crença, o encontro solitário com o sagrado que exige um ‘afastamento’ do mundo profano. Mesmo que manifestada, em conjunto com outros fiéis, o coletivo e a religiosidade não nos aparecem coextensivos. A representação da fé pode assumir contornos públicos enquanto a fé, em si mesma, leva o fiel a estabelecer uma relação individual e direta com o sagrado”. JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da igreja e dos santos do povo:** devoções e manifestações da religiosidade popular. Tese de doutorado, Curitiba, UFPR, 2003, p.20

<sup>116</sup> Dentre as grandes decisões vistas nesse concílio (Vaticano II), podemos citar: O culto em língua nacional (a Missa em Latim deixa de ser executada obrigatoriamente). In: SANTOS, J. A Igreja na atualidade. Disponível em <http://www.catequizar.com.br/texto/colunas/juberto/04.htm> Acessado em 12/12/2011.

1921 (os reservistas com 21 anos de idade), os claros de reservistas foram divididos em cotas iguais entre as classes de 1912 a 1921, ou seja entre os reservistas de 21 a 30 anos e isso causou inúmeros transtornos ao comando.<sup>117</sup>

Ou seja, ao invés de se ter uma maioria de jovens de idades bastante aproximadas, à FEB teria sido imposto um conjunto de indivíduos de idades muito díspares. O fato teria sido um enorme complicador para as atividades de instrução, uma vez que já era conhecido o nexos entre idade e capacidades cognitivas dos indivíduos. Além disso, outros fatores que também são intrínsecos à idade, como os diferentes graus de resistência física, desafiavam a coordenação dos exercícios de campo mais exaustivos, demonstrando os problemas deste tipo de recrutamento. Essa avaliação, contudo, foi baseada nas observações de membros do 6º. RI e que, talvez, não seja representativo do total do contingente febianos<sup>118</sup>.

Na inexistência de dados de abrangência nacional sobre o conjunto dos efetivos da FEB é útil se selecionar o contingente de um Estado da federação para o qual se disponha dos dados disponíveis. A esse respeito, é instrutivo analisar a tabela abaixo, relativa aos recrutados no Estado do Paraná:

---

<sup>117</sup> FERREIRA JR. Alcemar. **Isenções e clientelismo no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira**. Dissertação de Mestrado, Niterói, Universidade Severino Sombra, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011. Pg. 5 Disponível em [http://www.uss.br/arquivos/pdfs-simposios2/Alcemar\\_Jr\\_Isencoes\\_e\\_Clientelismo\\_no\\_Recrutamento\\_da\\_Forca.pdf](http://www.uss.br/arquivos/pdfs-simposios2/Alcemar_Jr_Isencoes_e_Clientelismo_no_Recrutamento_da_Forca.pdf) Acessado em 29/02/2012

<sup>118</sup> ARRUDA, D. **Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB**, p.41.

TABELA I – ANO DE NASCIMENTO DOS MORTOS PARANAENSES DA FEB

Ano Nascimento	Número indivíduos	Mortos
1900	2	
1903	1	
1904	2	
1906	2	
1907	1	
1908	2	
1910	4	
1911	5	
1912	6	1
1913	3	
1914	6	
1915	21	
1916	24	
1917	69	3
1918	88	1
1919	99	
1920	416	11
1921	386	10
1922	284	1
1923	74	1
1924	37	
1925	16	
1926	1	
Total	1549	28

Fonte: KRZYZANOVSKI, R. Segunda Guerra Mundial – contribuição do Paraná. Curitiba: Museu do Expedicionário, sem data.

É importante notar que essa amostra se refere a 6,61% do total<sup>119</sup> de indivíduos que compuseram a FEB. Se considerarmos essa amostra pequena, mas em algum grau significativa, pode-se arriscar algumas conclusões sobre a composição etária do efetivo enviado à guerra na Itália. De saída, pode ser útil se desconsiderar os nascidos antes de 1915, tidos como estatisticamente secundários (menos de 2%). O mesmo pode ser dito dos nascidos em e após 1924 (menos de 3,5%). O grosso dos efetivos recrutados no Estado do Paraná pertencia, com efeito, aos nascidos em 1920 (26,85%), 1921 (24,91%), 1922 (18,33%), seguidos pelos nascidos em 1919 (6,3%), 1923 (4,77%) e 1917 (4,45%).

O que se conclui a partir do exame desse universo de 1.549 indivíduos é que a grande maioria deles (70,09%) tinha, em 1944, entre 22 e 24 anos de idade. Dentro deste

<sup>119</sup> MORAIS, J. B. M. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo, Progresso Editorial, 1947. P.304.

grupo está, na verdade, a vasta maioria dos mortos paranaenses, cabendo notar, talvez, alguma super-representação (82,14%).

Isso nos leva de volta ao exame do perfil etário dos mortos da FEB. Uma vez que ainda não se dispõe de dados etários sobre o total dos efetivos enviados à Itália, aumenta a importância do exame das idades dos mortos na guerra. De uma amostra de 440 dos 457 mortos brasileiros da FEB na Campanha da Itália (99,3%) obteve-se os seguintes resultados:

TABELA II – ANO DE NASCIMENTO DOS MORTOS DA FEB

Classe	Mortos
1904	1
1906	1
1908	1
1910	1
1911	1
1912	4
1913	3
1914	5
1915	15
1916	12
1917	23
1918	37
1919	62
1920	85
1921	77
1922	45
1923	37
1924	14
1925	2
1929	1
Desc.	13

Fonte: Tabela com dados dos RI do PS, AHEx, SAE, FEB

No conjunto dos mortos da FEB novamente aparece a classe de 1920 como a que contém o maior número deles (19,31%), seguida pela de 1921 (17,5%). A diferença em relação à amostra relativa ao Paraná aparece na terceira posição, ocupada pela classe de 1919 (14,09%), ao invés da de 1922 (10,22%), que ficou em quarto lugar. Também aparecem com participação expressiva os mortos nascidos em 1923 (8,4%) e 1918 (8,4%) ambos empatados na quinta posição.

O que se conclui é que a vasta maioria (77,92%) dos mortos da FEB tinha, em 1944, entre 21 e 26 anos. Embora menos concentrada na faixa de 22 a 24 anos, como é o

caso dos recrutados no Estado do Paraná (70,09%), o total de mortos da FEB não desautoriza as constatações daquele estudo de caso: a grande maioria dos mortos da FEB era composta de adultos jovens, pessoas que estavam vivendo na primeira metade da sua segunda década de existência.

É claro que se trata de um conjunto de mortos que representa pequena parcela da população brasileira àquela época. Para começar, todos os mortos são homens, numa conjuntura em que – como hoje – eles representavam cerca de metade da população (49,99%).<sup>120</sup> Não se dispõe de dados para a faixa etária de 21 a 26 anos, mas os brasileiros e brasileiras de 20 a 29 anos em 1940 representavam 17,39% da população de 41.236.315 habitantes, somando 7.196.725 indivíduos.

Uma estimativa grosseira permite assumir que o número de indivíduos em todo Brasil que pertenciam ao sexo e faixa etária em que se concentraram os mortos da FEB seria, talvez, a quarta parte deste número. Seria 25% porque metade são mulheres, e a outra metade seriam indivíduos da faixa etária seguinte que está englobada no corte de 20 a 29 anos. Isso resulta num universo composto por aproximadamente 1.800.000 indivíduos.

Naturalmente que não é cabível se falar aqui em expressão percentual. Afinal de contas, 440 mortos numa população original de 1.800.000 indivíduos é, percentualmente falando, um número insignificante. Mais do que insignificante, distorcido. Afinal de contas, cabe insistir no fato de que existem elementos que podem indicar que a FEB não representava a média da população brasileira, mas sim estava acima dela. É de se notar que 107.605 homens foram examinados em inspeções de saúde como pré-requisito para ingresso na FEB. No final, a tropa foi composta por 25.334 indivíduos, isto é, apenas pouco mais de um quarto do total examinado<sup>121</sup>.

Mas, é necessário destacar, trata-se de 440 mortos a respeito dos quais é possível se saber quase tudo sobre as circunstâncias em que morreram e o que portavam consigo quando foram mortos, ou seja, uma amostra de importância histórica incomparável. Afinal de contas, trata-se de um universo de quase meio milhão de indivíduos, sendo que

---

<sup>120</sup> IBGE. Censo Demográfico: população e habitação. Recenseamento Geral do Brasil. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico IBGE, 1950. Pg. 1. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf) Acessado em 29/02/2012

<sup>121</sup> GONÇALVES, P. **Seleção médica do pessoal da FEB**: histórico, funcionamento e dados estatísticos. Rio de Janeiro, BIBLIX, sem data. Pg. 33.

este é um estudo relativo a um período histórico que pôde contar, até aqui, com amostras puramente individuais ou pouco mais do que isso, se tanto.

A questão seguinte na problematização da amostra pesquisada diz respeito à condição social e profissão. Questões afetas à classe social à que pertence cada indivíduo, se sua ocupação é de natureza civil ou militar, se o emprego que exerce é de origem rural ou urbana devem ser levadas em conta.

O grau de veracidade das afirmações em relação à participação de indivíduos oriundos das classes sociais, igualmente, não é tão simples de se estabelecer. Mais uma vez, os dados totais ainda não estão disponíveis e os efetivamente à disposição, embora significativos, são parciais. Porém, há um sólido consenso na literatura a respeito do fato de que predominaram largamente na composição da FEB civis recrutados em relação aos militares profissionais. No que diz respeito a essa maioria de civis, tratava-se de um grupo no qual elementos vindos das classes populares, trabalhadores urbanos e rurais, empregados, funcionários públicos de baixo escalão, etc. eram a vasta maioria.

A esse respeito é instrutivo se examinar a tabela abaixo, relativa uma vez mais ao efetivo recrutado para a FEB no Estado do Paraná:



TABELA III – PROFISSÃO DOS RECRUTADOS PARANAENSES PARA A FEB

Profissão	Número
Lavradores	628
Funcionários públicos	184
Operários	140
Comerciários	126
Artífices	121
Militares	95
Motoristas	92
Pedreiros	26
Mecânicos	25
Ferroviários	20
Estivadores	14
Pintores	11
Enfermeiras	8
Professores	7
Bancários	6
Datilógrafos	6
Pescadores	5
Químicos Industriais	4
Dentistas	4
Estudantes	4
Rádio Telegrafistas	3
Engenheiros	2
Capataz de fazenda	2
Contadores	2
Médicos	2
Viajantes	2
Farmacêuticos	2
Músicos	2
Advogados	1

Fonte: KRZYŻANOVSKI, R. Segunda Guerra Mundial – contribuição do Paraná. Curitiba, Museu do Expedicionário, sem data. Pg. 2.

A partir dessa amostra de 1.544 indivíduos fica clara a predominância das profissões urbanas (60%) sobre as rurais (40%), muito embora não necessariamente o fato de ter uma profissão rural implique em residir no campo. Essa predominância de indivíduos de origem urbana entre os recrutados deve ser tomada como a norma em se tratando dos padrões históricos de recrutamento do Exército Brasileiro, uma vez que o interesse da manutenção do domínio político e econômico dos grandes latifundiários sobre as massas de trabalhadores rurais (“coronelismo”) servia como obstáculo ao

recrutamento deles. Examinando os dados publicados com relação ao recrutamento praticado na primeira fase da República um autor como Frank McCann constata com certo exagero que “o alistamento não se aplicava aos trabalhadores rurais”.<sup>122</sup> Isso se devia ao fato de que “os poderosos proprietários agrícolas não queriam perder seus peões”.<sup>123</sup> Na política de compromissos que caracterizava a relação dos grandes proprietários rurais (“coronéis”) com seus trabalhadores, cabia aos primeiros protegê-los da convocação para o serviço militar e dos rigores da vida como soldado engajado.

Também chama a atenção o insignificante número de profissões de nível superior (bem menos de 1% do total), bem como a reduzidíssima quantidade de militares profissionais (6,15%) o que confirma a larga predominância de indivíduos de origem civil na composição da FEB<sup>124</sup>.

Aceitarmos como válida a afirmativa de que a predominância na composição da FEB de indivíduos de origem e ocupações urbanas não implica no fato de que tais profissões se fizeram representar de forma mais ou menos homogênea naqueles efetivos. É importante se levar em conta que categorias profissionais bem como empregados de certas empresas foram declarados isentos de convocação para a FEB.

Em seu exaustivo estudo sobre clientelismo e isenções para a FEB, Alcemar Ferreira Júnior<sup>125</sup> lista a longa sequência de normas legais que regulavam o processo, e sua estreita relação com as práticas clientelistas. Até a eclosão da Segunda Guerra Mundial estavam previstas apenas duas categorias de isenções ao serviço militar: incapacitados físicos e clérigos.

Paradoxalmente, após o país entrar em guerra em 1942, justamente quando deveria estar ocorrendo um processo nacional de mobilização militar, surgiram ou ressurgiram uma série de isenções: filhos de políticos convocados que foram requisitados para cargos públicos e desincorporados de suas unidades; operadores-repetidores da Cia. Telefônica Brasileira; dez telegrafistas do Departamento de Correios e Telégrafos; um motorista empregado do Lloyd Brasileiro; todos os ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil que contassem um ano de serviço; um empregado da Sociedade

---

<sup>122</sup> MCCANN, Op. Cit. 2007, Pg. 247.

<sup>123</sup> MCCANN, Op. Cit. 2007, Pg. 110.

<sup>124</sup> LINS, Maria de Lourdes F. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma tentativa de interpretação. São Paulo: Editora Unidas, 1975.

<sup>125</sup> FERREIRA JR. Alcemar. **Isenções e clientelismo no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira** 1943-44. Dissertação de Mestrado, Universidade Severino Sombra, 2010.

Brasileira de Mineração Ltda.; dois soldados que cursavam o 6º ano de Medicina na Universidade do Brasil, dentre tantos outros casos.

No interior da instituição militar havia enorme movimento de evasão das unidades designadas para constituírem a FEB. Nota esse mesmo autor “a expressiva transferência de oficiais para unidades não expedicionárias por ‘necessidade do serviço’ após a designação das unidades que comporiam a FEB”<sup>126</sup>.

Mas são as isenções concedidas aos elementos civis que interessa citar aqui. Segundo esse autor, a partir do segundo semestre de 1942 são declarados isentos os arrimos de família. Outras normas baixadas sucessivamente a partir daí adiavam a incorporação ao serviço militar de quem tivessem irmão incorporado, casados, que sustentassem filhos, os funcionários públicos federais, estaduais ou municipais ou do Distrito Federal. Em 1943 se decidiu que:

todos os convocados que fossem diplomados em cursos superiores teriam destino de mobilização especial, isto é, continuavam a trabalhar como funcionários civis das empresas, porém submetidos às leis militares ou seriam enviados para funções onde não houvesse riscos de serem enviados para a guerra. E, ainda, houve mais dois Avisos Ministeriais adiando a incorporação de chefes de firma ou donos de casa comercial e dos convocados matriculados nos cursos dos CPOR. (Em 1944) determinou que todos os reservistas convocados que fossem empregados de indústrias ligadas à defesa nacional teriam também o destino de mobilização especial. Outros dois Avisos licenciavam todos os Cabos e Soldados com mais de quatro anos de serviço e os que contassem mais de 27 anos de idade dispensando valiosos profissionais, substituindo-os por outros sem treinamento. Por fim... determinou-se que todos os policiais militares e bombeiros convocados continuassem em suas funções e nas suas instituições. Ainda assim, incapacidades físicas arrançadas e adiamento de incorporações tornaram-se meios comuns de escapar-se da convocação.<sup>127</sup>

O que se conclui é que, embora sustentável, a afirmativa de que predominaram na composição da FEB civis exercendo ofícios no meio urbano requer uma ressalva. À luz das informações disponíveis, parece claro que predominaram entre esses recrutados indivíduos de profissões não-especializadas, trabalhadores com pouca ou mesmo nenhuma qualificação. Mais ainda, tratava-se de pessoas que não podiam contar com proteção de políticos ou militares em posições de mando para evitar sua convocação, isto

<sup>126</sup>ARRUDA, D. Depoimentos dos Oficiais da Reserva, p.41-42.

<sup>127</sup> FERREIRA JR. ,2010, Op. Cit. Pg. 7.

é, indivíduos marginalizados ou até mesmo perseguidos politicamente. No período que antecede a Segunda Guerra Mundial, essa situação era extremamente comum e caracterizava a forma como era aplicada a lei então vigente do serviço militar obrigatório:

Bastava uma palavra amiga de um político, mesmo de pouca influência, proferida no momento do exame físico, e o favorecido era declarado inapto para o serviço, a despeito de um físico exuberante e perfeita saúde. Mas, se o pobre-diabo não tinha pistolão, nada, nem mesmo uma perna-de-pau, o podia salvar da farda... o recrutamento tornou-se uma arma nas lutas entre facções no interior, onde os chefes políticos puniam seus adversários mandando convocar seus filhos.<sup>128</sup>

Outra variável relevante diz respeito às questões raciais. Também é complexo estabelecer o grau de representatividade do efetivo da FEB em relação ao tipo racial, tal qual entendido na época. A esse respeito, a subjetividade das fontes disponíveis é praticamente incontrolável. E isso se refere aos dois níveis mais importantes para nossa análise, tanto o nacional quanto aquele que se refere ao efetivo da FEB. Como já comentado anteriormente, importantes tradições religiosas, tanto individuais quanto de caráter associativo, modelaram as atitudes e representações de brasileiros de distintos grupos étnicos. Uma abordagem possível nesse caso é associar a cor da pele do indivíduo à sua condição social, presumindo uma maioria de não-brancos na tropa, como se vê nesse autor:

Como os recrutas provinham, em sua maioria, dos degraus inferiores da escala social e econômica, tinham pele mais escura e eram menos instruídos que os dispensados. Mulatos e mestiços predominavam nas fileiras, exceto no sul dos imigrantes.<sup>129</sup>

Um primeiro problema então é estabelecer o que se pode afirmar historicamente sobre como e em que proporção esses grupos compunham a população brasileira àquela época. Em seguida, o desafio é confrontar esses dados com as afirmações sobre a composição racial da tropa brasileira em combate na Itália para, finalmente, tentar perceber a influência de variáveis étnicas nas atitudes e representações diante da morte naquele contexto.

Uma vez mais é imperativo se voltar aos dados do Censo de 1940. A tipologia dos fenótipos ali descrita é útil para se captar a complexidade da questão.

<sup>128</sup> MCCANN, 2007, Op. Cit. pg. 296.

<sup>129</sup> MCCANN, 2007, Op. Cit. pg 296.

resultou a classificação da população em três grandes grupos étnicos – pretos, brancos e amarelos – e a constituição de um grupo genérico sob a designação de pardos, para os que registraram declarações outras como “caboclo”, “mulato”, “moreno”, etc., ou se limitaram ao lançamento do traço. Somente nos casos de completa omissão da resposta foi atribuída a designação “cor não declarada”. Apenas os quadros 4 e 62 figuram separadamente os grupos “pardos” e “pessoas de cor não declarada”; em todos os demais foram os dois englobados, atendendo ao pequeno número dos que constituíam o segundo e ainda a que a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem.<sup>130</sup>

Com base nessa metodologia, o IBGE estabeleceu que o Brasil de 1940 era composto por 63,47% de brancos, 35,84% de pretos e menos de 1% de amarelos. Cumpre notar que os recenseadores levaram em conta que “em muitos casos” havia “uma reserva à declaração expressa da mestiçagem”, como se nota na citação acima. Esse é apenas um dos muitos aspectos relativos ao caráter incontrolável da subjetividade inerente à classificação “racial”<sup>131</sup>.

Em que pesem essas ressalvas tais números não são desconfirmados por outras fontes. Ao comentar a pesquisa realizada por um oficial do corpo médico do Exército entre 1922 e 1923, relativa à divisão racial dos recrutas examinados naquele ano, um respeitado autor acadêmico como Frank McCann encontrou dados parecidos. Para ele também deve ser olhar esses dados com suspeita, embora sejam um dos poucos estudos disponíveis. Segundo esse documento, em um universo de 38.675 examinados constatou-se que a maioria (58%) era composta por brancos, menos de um terço por “mestiços” (30%) o que certamente incluía todos os mulatos, enquanto os negros seriam apenas 9,5%. Os caboclos perfaziam o resto da amostra com cerca de 2% dos examinados. Assim, pode-se concluir que tanto para os recenseadores do IBGE quanto para os responsáveis pelo exame médico dos recrutados, o Brasil era um país de inequívoca maioria branca, somando os negros e descendentes algo como entre 30% e 40% da população.<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> IBGE, op. cit. Pg. XXI.

<sup>131</sup> A autodeclaração na categoria cor foi incorporada nos censos de 1950 e 1960, bem como o retorno do “grupo” pardo, não presente no censo de 1940. In: PETRUCCELLI, J.L. & SABOIA, A.L. (org) **Características Étnico-raciais da População: Classificação e Identidades**, Rio de Janeiro: IBGE, 2013, p.24

<sup>132</sup> MCCANN, Op. Cit. 2007 pg. 296

Ocorre que os responsáveis pelo preenchimento dos relatórios de sepultamento ampliaram essa classificação, acrescentando as variantes “pardo escuro” e “morena” no que se refere ao quesito “raça” do morto. Veja-se a tabela a seguir:

TABELA IV – RAÇA ATRIBUIDA AOS MORTOS DA FEB

Raça	Número de mortos
Branca	357
Preta	62
Pardo	7
Morena	6
Pardo-escuro	1
Indeterminado	7

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

Ora, a acreditar nesses dados, a quase totalidade dos mortos da FEB eram brancos (81,12%), sendo os negros a única raça além desta com alguma expressão percentual (14,09%). Pardos (1,59%), morenos (1,36%) e pardos-escuro (0,22%) são praticamente insignificantes. Considerando a inexistência de mortos “amarelos” na FEB, pode-se assumir que todos não-brancos seriam negros ou mestiços descendentes destes. Ainda assim, teríamos nesse caso pouco menos de um quinto de mortos pretos, pardos e afins (18,88%) contra mais de quatro quintos de brancos (81,12%).

Esses números devem ser encarados com suspeição. Afinal de contas, o grosso dos efetivos da FEB foi recrutado, com vimos, em estados da federação nas quais, historicamente, houve uma importante concentração de áreas escravistas, e isso até a Abolição. De fato, a única região na qual o escravismo foi importante, mas que não contribuiu com efetivos consideráveis para a FEB, foi o Nordeste.

Não se conhecem atitudes racistas na tropa, predominando nas memórias dos veteranos as descrições que enfatizam a camaradagem entre indivíduos que, mesmo tendo origens muito diferentes, solidarizavam-se entre si face aos perigos da guerra e as agruras da vida em campanha. Existem registros, contudo, de manifestações de racismo no comando da FEB<sup>133</sup>, sempre preocupado em exibir uma tropa de “brancos”, em especial

<sup>133</sup>“Em 1943, quando nosso Regimento foi convocado para fazer uma demonstração física em São Paulo e se tratou da seleção e organização das turmas componentes, veio uma ordem surpreendente partida de um General: Tirem fora os negros! A ordem não foi cumprida, mas houve uma posterior, recomendando colocá-los no meio das turmas, evitando a testa e as pontas.” In: ARRUDA, D. C. Impressões de um infante sobre o comando. **Depoimento dos oficiais da reserva sobre a FEB**, Rio de Janeiro: Cobraci Publicações, 3 ed. 1950, p.70. Diferente do caso americano que se caracterizava em um racismo institucional, no caso brasileiro não existiam restrições formais da ascensão de negros a quaisquer postos. O caso norte-americano enfatiza a discriminação racial durante a Segunda Guerra Mundial. Ver a esse respeito o artigo Raça e

aos observadores estrangeiros. Entre os convocados tais preconceitos não se firmaram, como nota um importante autor acadêmico:

Na linha de frente, a cor da pele dos soldados era o verde oliva. O veterano Vicente Pedroso da Cruz se lembra do enfermeiro de seu pelotão, um soldado negro de Santa Catarina que conversava em alemão na roda de amigos conterrâneos da 8ª. Cia. do 6º. RI. Na mesma companhia, alguns companheiros mato-grossenses executavam rodas de canções em guarani, admiradas por combatentes com sobrenomes como Fuckner, Miasato e Bacarelli. Seja em entrevistas, diários ou livros de memórias de guerra, invariavelmente encontramos evidências do alto senso de camaradagem entre soldados brasileiros de diferentes origens.<sup>134</sup>

Porém, temos que levar em conta as dificuldades com que se defrontou o comando da FEB no esforço de completar seus efetivos. Ao mesmo tempo se nota a inexistência de fontes históricas que contenham informações sobre a discriminação dos negros no recrutamento para a FEB. Desta forma, não há razão para se afirmar que os negros e mestiços teriam sido preteridos no engajamento na FEB em favor dos brancos. Mais ainda, o fato de tantos e tantos indivíduos de boa condição social, nível de instrução, com contatos políticos relevantes terem escapado da convocação para a FEB, sugere, muito pelo contrário, uma super-representação dos negros e mestiços, presumindo-se que, historicamente, a maior parte dos indivíduos pertencentes a esse grupo étnico é um dos menos favorecidos economicamente.

Pode-se aqui colocar então as seguintes questões: teriam sido “branqueados” alguns dos falecidos em ação da FEB? Em caso afirmativo, que interesse teriam os membros do PS em “branquear” os mortos da FEB? E, caso essa colocação tenha algum fundamento, em que proporção isso teria acontecido? Deve-se levar em conta que o “branqueamento” da população brasileira é um antigo projeto das elites políticas brasileiras pelo menos desde o final do II Império<sup>135</sup>. Existe abundante literatura descrevendo e interpretando os esforços realizados em superar a tradição cultural e o biotipo prevalente de negros, índios e mestiços, em prol de um Brasil “branco”, “europeu” e “moderno”, principalmente através da subvenção da imigração europeia. Deve-se levar

---

Forças Armadas: o caso da Campanha da Itália (1944-45) MAXIMIANO, C. & OLIVEIRA, D. In: **Estudos de História**, Franca, vol 8, n.1, 2001.pp.115-182.

<sup>134</sup> MAXIMIANO, Op. Cit. 2010. Pg. 343.

<sup>135</sup>“Para combater os malefícios da inferioridade biológica, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna apontavam a senda salvadora do *embranquecimento*”. LARAIA, Roque de Barros. Relações entre Negros e Brancos no Brasil, IN: CERQUEIRA, Eli (et al) **O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1986, p.162

em conta também que – como notaram os recenseadores do IBGE – havia em parcelas expressivas da população brasileira a “reserva à declaração expressa da mestiçagem”.

Não é apenas a prevalência de tantos mortos “brancos” na FEB que nos deve causar estranheza. A própria participação majoritária de “brancos” na população brasileira nos anos 1940 também deve ser motivo de reflexão. Tendo decorrido pouco mais de meio século do fim da escravidão, e após muitos séculos de intensa mestiçagem, é realmente estranho que dois terços da população brasileira apareçam no censo do IBGE como “brancos” e apenas um terço como pretos e mestiços. Igualmente estranho é que na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE em 2008, o Brasil apareça com tão grande número de negros (6,5%) e pardos (43,8%), isto é, uma leve maioria de 50,3% frente aos 48,8% de brancos. Novamente fatores de ordem subjetiva podem influenciar a pesquisa, feita sempre com base na auto declaração<sup>136</sup>.

Diversos observadores, tanto nacionais quanto estrangeiros, do Exército Brasileiro no período que antecede a Segunda Guerra Mundial são enfáticos em descrever a predominância de elementos de cor na tropa. Mesmo em um estudo recente um brasilianista como Frank McCann assim descreve a situação da composição racial do Exército no início da República:

Os praças eram em sua maioria “voluntários”, homens que haviam sido fisicamente coagidos ao serviço militar, recrutados entre os menos instruídos e os mais pobres. E como a maioria das pessoas de pele escura era pobre, os praças eram predominantemente negros e mulatos... a maioria dos oficiais era branca, embora o termo “branco” não fosse tão rigoroso quanto na América do Norte e na Europa.<sup>137</sup>

Esse mesmo autor discorre sobre a composição da população brasileira no início da década de 1920 de forma a salientar o caráter subjetivo dessas classificações raciais, ainda mais num contexto marcado pelo projeto de “branquear” a população brasileira. O contraste a essa pretensão é dado pela avaliação do embaixador na Grã-Bretanha no Brasil, como se vê:

---

<sup>136</sup> “Não causa surpresa que os pretos se declarem pardos, porque o preconceito do Brasil é baseado na representação, aquilo que as pessoas acham de si mesmas ou o que os outros acham delas. E, enquanto os negros tiverem em desvantagem no acesso à educação ou ganhando salários menores, por exemplo, é compreensível que muitas pessoas não queiram assumir uma identidade negra... Surpreendente é a constatação de que brancos podem estar se declarando pardos. Porque tanta gente não desaparece assim, da noite para o dia. É um fenômeno que precisa ser estudado”. SANTOS, Joel Rufino dos. Citado em MARTINS, R. **Brasil perde brancos e pretos e ganha 3,2 milhões de pardos**. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/ultnot/2009/09/18/ult6843u18.jhtm> Acessado em 21/02/2012.

<sup>137</sup> MCCANN, 2007. Op. Cit. Pg. 42.



A composição racial da população continuava a ser uma mistura de índios, descendentes de africanos e europeus, além de um pequeno, porém crescente, número de japoneses. A presença de imigrantes estava produzindo maior impacto do que no passado. Em 1872 havia no país 388.459 nascidos no exterior; entre 1908 e 1920, entraram 1.086.525 estrangeiros, elevando o total de imigrantes a 1.565.961. As publicações preparadas para o centenário da independência, em 1922, não deram atenção a proporção racial, aparentemente porque a elite instruída estava convencida (ou, talvez, mais precisamente, tinha esperanças) de que a população não-branca estava gradual e irreversivelmente “branqueando”. Os matemáticos do censo criaram estatísticas que supostamente provavam que os negros estavam morrendo a uma taxa maior (5,4%) do que os brancos (2,8%), índios (3,7%) ou mulatos (2,8%). Já o embaixador britânico tinha outra opinião: “O Brasil, com exceção dos Estados meridionais, não é e nunca será um país de brancos”.<sup>138</sup>

A esse respeito se torna praticamente impossível se chegar a qualquer conclusão. Fica a suspeita de que, provavelmente, e isto em relação a um número grande de casos, mas para os quais é impossível arriscar qualquer estimativa, os membros do PS “branquearam” os mortos da FEB. Se isso de fato ocorreu, ao assim procederem estariam prestando uma homenagem, demonstrando respeito aos mortos, uma vez que, na sociedade brasileira daquela época, um branco sempre seria uma pessoa de melhor caráter e maior capacidade que um negro ou mestiço. Examinando a produção de autores ainda influentes àquela época como Nina Rodrigues e Oliveira Vianna se lê o seguinte:

Nina Rodrigues (1862-1906) se caracterizou por considerar o negro como um problema patológico responsável pelo nosso subdesenvolvimento... Mas, por mais que preocupe a Nina Rodrigues o problema do negro e as suas consequências nefastas (sic) para o modelamento de um povo resta uma saída que ele aponta, quase que triunfalmente: “Os negros existentes se diluirão na população branca e estará tudo terminado”... Também para Oliveira Vianna o negro é um problema que compromete a formação da nossa nacionalidade. Em *Evolução do Povo Brasileiro* (1923) expressa vigorosamente a sua adesão ao mito do arianismo e o negro somente é considerado superior ao índio, esse completamente “refratário a qualquer influxo educativo no sentido da civilização”. Para Oliveira Vianna a solução do “problema” existe. Referindo-se à imigração europeia, escreveu: “Esse admirável movimento migratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura; mas também cruzando e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue”.<sup>139</sup>

<sup>138</sup> MCCANN, 2007. Op. Cit. Pg. 292

<sup>139</sup> LARAIA, 1986, Op. Cit. Pg. 161.

Não se trata de ideias que, à época do recrutamento para FEB, já estivessem em desuso, muito pelo contrário. O projeto de “branqueamento” da população brasileira através da imigração não foi abandonado nem ao final da Segunda Guerra Mundial, quando finalmente os horrores decorrentes da aplicação da Eugenia Nazista e do Arianismo foram revelados ao mundo. É o que se lê no Decreto-Lei no. 7.976 de 27 de agosto de 1945, o qual dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências: “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”.<sup>140</sup> Ou seja, a conclusão a que se pode chegar é que para um grande número de brasileiros, o Brasil era um país composto por uma maioria de brancos.

A variável seguinte que cumpre examinar diz respeito à Religião. Em se tratando de estabelecer a proporção na qual praticantes de diferentes religiões tomaram parte na FEB, a tarefa é consideravelmente mais simples, embora cerceada de alguns dos mesmos problemas enfrentados em outras variáveis aqui trabalhadas. Por um lado não se dispõem de dados globais sobre a fé dos indivíduos enviados à Itália durante a guerra. Por outro, sabemos que confissão praticava cada um dos mortos da FEB, bem como é possível estabelecer, novamente com base no Censo de 1940, os dados totais relativos à população brasileira.

Retornando ao Censo de 1940, lê-se que o Brasil contava com uma quase totalidade de católicos (95,01%), sendo praticamente insignificante a participação de protestantes (2,61%) e quase nula a dos judeus, ditos “israelitas” (0,13%). Curiosamente, o censo classificou o Positivismo como religião, constatando que não tinham expressão percentual, somando pouco mais de mil indivíduos. Mais estranho ainda é o fato de que o Censo não quantificou os praticantes dos cultos afro-brasileiros, embora existam motivos para suspeitar que foram classificados junto a praticantes de outros cultos (1,7%).

É importante levar em conta a participação de membros dessas três religiões na FEB porque eram justamente essas as opções que constavam no modelo original norte-americano do Relatório de Sepultamento. No seu canto superior direito constavam no campo “religião” as opções “católico”, “protestante” e “h.”, de “hebreu”.

---

<sup>140</sup> BRASIL, **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. DECRETO-LEI Nº 7.967 DE 27 DE AGOSTO DE 1945. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967impressao.htm) Acessado em 14/04/2014.

Uma vez mais, os integrantes do PS reformularam a tipologia do formulário original norte-americano, trabalhando com as categorias “católico”, “evangélico” e “protestante”, como se vê na tabela abaixo:

TABELA 5 RELIGIÃO DOS MORTOS DA FEB

Religião	Mortos
Católica	431
Protestante	2
Evangélica	1
Indeterminado	6

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

Nota-se que a quase totalidade dos mortos é católica (97,95%), não tendo as outras duas confissões, praticamente, nenhuma expressão percentual (menos de 1%). Essa participação dos católicos no total dos mortos é quase igual àquela estabelecida pelo Censo de 1940 (95,01%). Nesse caso, tem-se uma rara situação em que, afinal, os mortos da FEB guardam, proporcionalmente, uma estreita relação com o conjunto da população brasileira.

Duas questões podem ser colocadas. A primeira diz respeito a que tipo de catolicismo estamos nos referindo. O fato do indivíduo se declarar católico não necessariamente implica na adesão aos ritos, às práticas e à liturgia adotada oficialmente pela Igreja Católica.

Durante a maior parte da História do Brasil, predominou um catolicismo “rústico” ou “popular”, em especial no meio rural. Nele, a extrema escassez de padres foi contornada pelo recurso de figuras como o “beato”, o “monge”, enfim, de leigos desligados institucionalmente da Igreja Católica, mas que eram capazes de reproduzir seus ritos e costumes. Nesse catolicismo “rústico” ou “popular”, diversas práticas e costumes populares, tradições rurais e milenares, foram incorporadas à liturgia adotada oficialmente pelo Vaticano<sup>141</sup>.

Uma outra questão se refere à adesão puramente formal do indivíduo à fé católica<sup>142</sup>. É a figura, até hoje numericamente muito importante, do católico dito “não-

<sup>141</sup> MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

<sup>142</sup> Segundo Euclides Marchi, no Brasil a religiosidade espontânea predominou em relação à institucionalizada. Enfatizando no imaginário religioso um mútuo comprometimento. Do lado dos homens a devoção, a oração, o rito, a obediência, a festa e uma infinidade de atos. Do lado do santo o cuidar, a

praticante”. Trata-se do sujeito que, formalmente, se diz e confirma ser católico, mas não participa, na prática, dos atos e eventos promovidos pela Igreja, recorrentemente, sequer frequentando os cultos aos domingos ou, quando muito, o fazendo esporadicamente.

Provavelmente, este é um indivíduo que reputa valor ao fato de ter sido batizado, comungado, crismado ou casado na Igreja Católica. É importante notar que a secular duração do quase monopólio da fé no Brasil por parte da Igreja Católica teria ajudado essa confissão a se firmar entre a população como a única legítima ou, no cenário mais desfavorável, a mais importante na comparação com as demais. Politicamente falando, a Igreja Católica era a única que podia contar com canais de interlocução permanentes com o poder político estabelecido, inclusive nos níveis mais altos da administração federal. Todos esses fatores podem ter levado um número importante de indivíduos a se declararem como sendo católicos, mesmo que não o fossem, ou mesmo que o fossem, mas não mais praticassem a religião.

Uma vez que os formulários analisados só se referem ao morto como “católico”, fica impossível estabelecer a que catolicismo se refere. Poderia ser um sujeito que foi iniciado e praticou ritos do catolicismo “rústico” ou “popular”. Ou um católico não-praticante. Ou, no limite, um indivíduo que tinha fé totalmente diferente da declarada, ou mesmo nenhuma fé, mas que face ao prestígio social e a importância política da Igreja Católica naquele contexto histórico, entendeu ser do seu interesse declarar-se católico.

Como se vê, são extensas e complexas as questões suscitadas pela crítica interna e problematização do material empírico dessa pesquisa. Mas cabe insistir que não se trata, absolutamente, de uma situação peculiar a este trabalho. Estas são apenas algumas das limitações e problemas que todo pesquisador das atitudes diante da morte no Brasil contemporâneo se defronta.

Tendo estabelecido em algum grau os problemas suscitados pela pretensão de tomar a FEB como representativa da população brasileira cabe examinar outro conjunto de questões igualmente complexas. É o caso de se fazer referência à divisão de trabalho e especialização funcional no interior da FEB, bem como suas implicações para este estudo.

A expressão “ex-combatente” usada para designar os militares que estiveram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial é enganosa. Ela sugere ou afirma que *todos* os

brasileiros que foram enviados para a Campanha da Itália, de fato, tomaram parte nos combates. Esse pressuposto ignora ou minimiza o fato de que todos os exércitos têm que contar com extensos serviços de apoio às atividades dos combatentes fazendo com que, na prática, apenas uma minoria de militares esteja exposta aos riscos do combate. A maioria deles, com efeito, está locada precisamente nessas atividades de apoio, tipicamente realizadas na retaguarda, geralmente bem longe dos perigos da linha de frente<sup>143</sup>.

O que é preciso ter claro aqui é que, em decorrência da função exercida pelo indivíduo na FEB, a probabilidade dele vir a morrer ou ser ferido variava grandemente. Havia indivíduos em posições tão expostas na linha de frente que eles próprios, em alguns casos, não alimentavam ilusões sobre a possibilidade de saírem com vida ou pelo menos sem ferimentos da guerra. No extremo oposto, havia uma maioria de indivíduos que não corriam qualquer risco no exercício das suas atividades de apoio aos combatentes, exercendo suas tarefas de forma rotineira, segura e previsível, exatamente como teriam feito em tempos de paz.

Não se pode deixar de levar em consideração as implicações do fato de que existe uma relação direta entre a arma em que serviu o indivíduo na FEB (infantaria, artilharia, etc.), a unidade (pelotão de infantaria, companhia do comando, etc.), e o posto (general, soldado, etc.) que corresponde a cada indivíduo e a probabilidade dele morrer na guerra. Mais ainda, tal relação sempre foi de conhecimento daqueles indivíduos e que, portanto, podemos deduzir que estes agiam, no que se refere a suas atitudes diante da morte, de acordo com essa probabilidade.

O que está sendo proposto aqui é a existência de uma relação entre o grau de envolvimento de indivíduos com o combate, a partir do lugar social que ocupava, definido através de elementos como arma, unidade e posto dos mortos, e a correspondente atitude deles diante da morte.

Em números redondos, dos cerca de 25.000 homens que o Brasil enviou para a Campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial, metade compunha a Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª. DIE), e a outra os órgãos de apoio à Divisão, conhecidos como órgãos não-divisionários da FEB. Por sua vez, destes 12.500 integrantes da Divisão, talvez a metade possa ter, em algum momento ou mesmo durante toda campanha,

---

<sup>143</sup> MAXIMIANO, C.C. **Barbudos, sujos e fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial, 2010.

participado da linha de frente dos combates, expondo-se de fato à possibilidade de ser morto pela ação inimiga.<sup>144</sup>

Todos os integrantes dos pelotões de infantaria, dos soldados, cabos e sargentos, ao tenente que o comandava se encontravam nessa categoria. Da mesma forma, os integrantes dos pelotões (ou “esquadras”) do Batalhão de Engenharia de Combate, responsáveis pela retirada e colocação de minas terrestres explosivas, os observadores avançados da artilharia (geralmente um tenente), e mais alguns poucos indivíduos, todos igualmente corriam alto risco de vir a serem mortos pelo inimigo.

Entre estes últimos se destacavam os membros dos pelotões de municionamento e do Batalhão de Saúde e, na fase final da campanha, os membros do Esquadrão de Reconhecimento, que operavam carros blindados cujo grau de exposição ao fogo inimigo era considerável, embora sempre transitório. No primeiro caso tratava-se de levar, de jipe e eventualmente a pé, munições para os pelotões mais avançados na linha de frente dos combates. O normal era se combinar um ponto de encontro para entrega da munição que garantisse a segurança do abastecimento, sempre o mais próximo da linha de frente possível, senão nela mesma. No segundo caso tratava-se de colocar numa padiola, ou ajudar a caminhar, os feridos em combate que não mais podiam se locomover por seus próprios meios. No melhor dos casos companheiros do ferido já o teriam removido do local imediato dos combates, a fim de agilizar o atendimento. No pior, os padioleiros teriam que se expor ao fogo inimigo para recolher os feridos. Em seu livro “Barbudos, sujos e fatigados”, Maximiano afirma que “padioleiros e enfermeiros não estavam comprometidos com a matança, entretanto, viviam em constante e permanente contato com a morte em batalha”<sup>145</sup>.

O caso dos membros das guarnições dos blindados é bem específico. Na primeira fase da campanha, marcadamente estática e sem chance para uso dos veículos, os membros do Esquadrão de Cavalaria atuaram como infantes. Na fase final da campanha, finalmente puderam usar seus carros blindados, efetuando longos percursos, muitas dezenas de quilômetros à frente do resto da divisão. Aparentemente, ir em busca do inimigo em retirada por caminhos e estradas desconhecidos usando um veículo levemente

---

<sup>144</sup> LINS, M.L.F. **A Força Expedicionária Brasileira**, uma tentativa de interpretação, 1975.

<sup>145</sup> MAXIMIANO, 2011. Op. Cit. pg. 149

armado e blindado, como parte da guarnição de um carro de reconhecimento com cinco homens, era muito menos arriscado do que ser da infantaria<sup>146</sup>.

No organograma da divisão de infantaria havia quatro grupos de artilharia para seu apoio, somando quase uma centena de canhões, uma estrutura de comando e outra para correção dos disparos. A artilharia era uma função tipicamente de retaguarda e alguns a consideravam como sendo essencialmente rotineira e burocrática, desprovida das emoções a que todos associam ao combate direto com o inimigo<sup>147</sup>. A exceção corria por conta dos já mencionados tenentes de artilharia, responsáveis diretos pela observação e correção dos tiros, os apropriadamente chamados *observadores avançados*.

Se observarmos a estrutura dos regimentos de infantaria<sup>148</sup> iremos notar que dos seus 3.256 membros não menos de 1.896 pertenciam aos pelotões, fossem os de fuzileiros, fossem os de Petrechos Pesados, que operavam as armas mais pesadas como metralhadoras e morteiros.<sup>149</sup> Os comandantes e os membros da estrutura de comando dos níveis superiores ao de pelotão, e seus respectivos auxiliares, raramente se expunham ao combate, razão pela qual nos atemos a este nível da estrutura militar.

Tudo isso perfaz 70% do efetivo de cada regimento. Se multiplicarmos esse valor para os três regimentos da FEB, então teremos uma estimativa segundo a qual nada menos de 5.688 brasileiros se expuseram – numa base cotidiana e rotineira – ao risco de serem mortos pelo fogo inimigo ou outros efeitos da sua ação, como minas e armadilhas explosivas. A esse número deve ser somado o conjunto de indivíduos que agiam em apoio imediato aos combatentes, perfazendo um total que, talvez, seja equivalente à metade do efetivo da Divisão de Infantaria, ou seja, bem mais de seis mil homens.

---

<sup>146</sup> Os números de baixas demonstram a confirmação da maior probabilidade de mortos da infantaria que chegaram a somar a quase totalidade dos mortos: 1º Regimento de Infantaria (Sampaio) RJ. (152 baixas); - 6º Regimento de Infantaria, Caçapava – SP. (109 baixas); - 11º Regimento de Infantaria, São João Del Rei – MG. (134 baixas) In: BRASIL. Ministério da Guerra, **Os mortos da FEB**: Boletim especial do Exército. Ministério da Guerra, 2 de dezembro de 1946.

<sup>147</sup> “ficar meses em uma barraca, a vida girando em torno de um canhão e dois telefones - esta é a rude disciplina do artilheiro [...], a monotonia é sem remédio - e mesmo o canhoneio inimigo que se repete sobre o mesmo ponto acaba monótono para suas possíveis vítimas”. BRAGA, R. **Crônicas de Guerra** (com a FEB na Itália). Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1964, p. 178.

<sup>148</sup> BONALUMETO NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra Mundial**: Brasileiros em Combate, 1942-1945, Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1995.

<sup>149</sup> “Um regimento de infantaria era comandado por um coronel, somava 3.256 indivíduos, e era dividido em três batalhões de 871 homens. Cada um destes batalhões era comandado por um major e se dividia, por sua vez, em três companhias de fuzileiros, com 193 homens, e uma de petrechos pesados, de 160 indivíduos, o qual operava as armas maiores, como metralhadoras e morteiros. Cada companhia, comandada por um capitão, se dividia em três pelotões de fuzileiros, com 41 homens, mais um de petrechos pesados com 35. Finalmente, cada um dos pelotões de fuzileiros, comandados por um tenente, se dividia em três grupos de combate.” OLIVEIRA, Op. Cit. 2008. Pg. 69. De onde se segue que cada regimento contava com dezesseis pelotões, tanto de fuzileiros (41 homens), quanto de petrechos (35 homens).

O que se percebe é que talvez um em cada quatro brasileiros enviados à Itália, de fato, se expôs ao risco de ser morto pelo inimigo como resultado do seu envolvimento nos combates na linha de frente<sup>150</sup>. Isso criou uma aguda consciência entre os militares brasileiros na Itália das enormes diferenças nas perspectivas de manter a vida e preservar da saúde entre os que realmente travavam os combates, e os que atuavam na retaguarda.

Entre os combatentes da FEB rapidamente se cunharam termos jocosos para se referir à situação. Os combatentes chamavam com orgulho a si mesmos de “saco A”, enquanto referiam-se de forma satírica e com menosprezo ao pessoal de apoio e comando como sendo os “saco B”. O termo se refere aos dois tipos de sacos de bagagem fornecidos aos soldados para transportarem seus pertences: um, menor, no qual só era possível levar pertences de uso diário e essencial (“saco A”) que acompanhava o combatente até sua posição na linha de frente, e outro maior (“saco B”) contendo o conjunto dos bens do militar, que era sempre deixado nos acantonamentos na retaguarda.

A relação entre o uso dado a cada saco, o local em que é empregado com a função exercida pelo militar é evidente: “saco A” é quem está na linha de frente, combatendo, lutando, se arriscando, um sujeito de real valor, enfim; “saco B” é quem está na retaguarda, um indivíduo que embora contribuindo para a vitória com seu trabalho, era entendido como de valor menor em relação ao verdadeiro combatente.

A literatura legada pelos combatentes da FEB é pródiga em descrever os conflitos e tensões entre militares “saco A” e “saco B”. Em memórias<sup>151</sup>, crônicas<sup>152</sup>, poesias<sup>153</sup> e sambas<sup>154</sup> se expressa de forma clara e contundente, ora debochada, ora revoltada, as queixas dos “saco A” em relação às extremamente desiguais condições de vida e risco de morte que separavam o destino dos combatentes em relação ao pessoal da retaguarda, ou “saco B”. O quadro de baixas da FEB fala por si: nada menos de 97% dos mortos brasileiros são da infantaria, sendo o restante composto por elementos tanto das outras armas combatentes (cavalaria, artilharia, engenharia) quanto por pessoal de apoio e administrativo<sup>155</sup>.

---

<sup>150</sup> MAXIMIANO, pg.148.

<sup>151</sup> VIOTTI, C. A. **Crônicas de Guerra**. A Força Expedicionária Brasileira na Itália. Belo Horizonte, Edição do Autor, 1998.

<sup>152</sup> MELLO, N.C.A. **Meu diário de guerra na Itália**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947.

<sup>153</sup> “Adeus Torre de Nerone”, poesia anônima, reproduzida em várias obras como UZEDA, O. G. **Crônicas de Guerra**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1952.

<sup>154</sup> “Heróis da retaguarda”, samba, coletânea “**Expedicionários no Ritmo**”, Rio de Janeiro, Gravadora Chantecler, 1966.

<sup>155</sup> MORAIS, J.B.M. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1947.



Para além da natureza particularmente letal do trabalho da infantaria<sup>156</sup> há que se levar em conta também a relação entre o nível hierárquico e a probabilidade de morte: quanto mais baixa a patente, mais frequente e intensa a possibilidade de se morrer. É significativo que o militar de maior posto a morrer na Campanha da Itália seja um capitão, justamente um dos capelães da FEB, aliás, morto acidentalmente. Abaixo dele nos níveis hierárquicos de tenente contam-se onze mortos, entre os sargentos 63 mortos, os cabos 40 mortos, e entre os soldados 324 foram mortos. O número de mortos sobe quase na exata proporção em que se aproxima da base da pirâmide da hierarquia militar. Praticamente todos foram mortos como resultado da ação inimiga.

Essa relação tem importantes implicações para o estudo das fontes disponíveis sobre esses mortos, na medida em que existe um nexos entre o posto ocupado pelo indivíduo na hierarquia militar, e o grau de instrução. Estava vigente no Brasil desde os anos 1930 a instituição do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR)<sup>157</sup>. No CPOR o estudante de nível secundário ou superior incompleto tomava parte em curso que o preparava para, se convocado, assumir o posto de 2º. Tenente, evitando cumprir seu tempo de serviço militar na indesejável condição de soldado raso. Em princípio, todo tenente do Exército, posto inicial da carreira de oficial, deveria ter nível secundário completo, no mínimo.

A escolaridade dos sargentos é mais difícil de ser estabelecida. Afinal de contas, havia tanto os sargentos formados nos cursos da Escola de Sargentos mantida pelo Exército, quanto os que se tornaram sargentos através de promoções, tendo ingressado na vida militar como soldados rasos. Mas, mesmo no caso destes últimos é cabível se falar num grau de instrução acima da média da população brasileira. Afinal de contas, os sargentos dependiam, para continuidade de suas carreiras, de sucessivos reengajamentos, sempre sujeitos à manifestação favorável das autoridades superiores. É difícil imaginar que sargentos iletrados pudessem se manter por muito tempo no Exército, frente à concorrência com indivíduos mais bem dotados nesse aspecto.<sup>158</sup> Já entre os militares de

---

<sup>156</sup> Segundo Maximiano “nem todo combatente da Infantaria é um fuzileiro, ou seja, o soldado cuja função consiste em desentocar o inimigo de seu abrigo à base da ponta de fuzil. Os batalhões dos regimentos de Infantaria da FEB precisavam contar com o trabalho de enfermeiros, técnicos em comunicação, motoristas. IN: MAXIMIANO, C. **Barbudos, sujos e fatigados**, 2010, p.74.

<sup>157</sup> O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ) foi criado em 22 de abril de 1927, por intermédio do Despacho Ministerial daquela data, fruto dos esforços e da dedicação do então Cap Art Luiz de Araújo Correia Lima, seu primeiro Comandante. Disponível em: [http://www.cporrj.ensino.eb.br/pag\\_historico.htm](http://www.cporrj.ensino.eb.br/pag_historico.htm)

<sup>158</sup> LINS, Op. Cit. p.96.

menor graduação os níveis de instrução deveriam ser os mais baixos, não se descartando a ocorrência do completo analfabetismo.

Examinando os dados disponíveis para sobre os filiados à Associação dos Ex-Combatentes da Seção de São Paulo (SP) uma autora acadêmica como Maria de Lourdes Ferreira Lins constata o seguinte:

Nota-se facilmente que a Força Expedicionária Brasileira era formada na sua maioria por elementos portadores de instrução de grau primário, atingindo o índice de 76% correspondentes a 380 elementos. Das 500 fichas caracterizadas, de um total de 2.000, apenas 85 mobilizados, isto é, 17% constituíam os de nível secundário numa faixa bastante diminuta. Os que possuíam instrução de grau superior não ultrapassavam 35 pessoas (7%) do total apresentado. Esses elementos, geralmente, correspondiam as posições de comando.<sup>159</sup>

A possibilidade maior ou menor do indivíduo vir a ser morto guarda relação também com o histórico das ações de combate e suas respectivas atividades de apoio. Existiram diferentes razões, datas e locais para se morrer. Examinando o quadro de baixas da FEB, fica claro que a Campanha da Itália não decorreu com a mesma violência e intensidade o tempo todo. Alternaram-se períodos em que os combates eram mais ou menos intensos, levando a mais ou menos mortes. Parece claro que os meses de setembro e outubro de 1944 se caracterizam por poucas mortes. A eles se seguem os meses de novembro e dezembro com pesadas baixas. O período de janeiro a março de 1945 apresenta um decréscimo, havendo uma retomada no mês de abril, quando a campanha finalmente se encerra.

Os dois meses iniciais de campanha na Itália são marcados por contínuos êxitos dos brasileiros<sup>160</sup>. Tratava-se de uma fase em que a FEB atuava em perseguição aos alemães derrotados em retirada para as suas fortificações na assim chamada Linha Gótica. O período é caracterizado por rápidos avanços, euforia com seus próprios êxitos e confiança na capacidade de superar os problemas que a guerra viesse a colocar no caminho dos brasileiros. Nessa fase a FEB operava no setor direito da frente italiana, próximo ao Mar Tirreno, nas cercanias do Vale do Rio Serchio. O clima era bom e, embora fizesse frio e chovesse nas montanhas, não se tratavam de experiências totalmente

---

<sup>159</sup> LINS, Op. Cit. p 97.

<sup>160</sup> MORAES, Op. cit.

desconhecidas para um grande número de brasileiros ali presentes. Os combates com os alemães foram poucos e espaçados.

Em novembro de 1944, a FEB é transferida para o centro da linha de frente italiana, próximo à cidade de Bolonha, nas cercanias do Vale do Rio Reno<sup>161</sup>. No decorrer desses meses em que aumenta o número de mortos, merecem especial destaque as ações mais custosas da FEB em termos humanos, como os quatro ataques ao Monte Castelo (novembro 1944 – fevereiro 1945) e a tomada da cidade de Montese (abril 1945), já próxima ao Vale do Rio Panaro. Os sucessivos e malsucedidos ataques ao Monte Castelo coincidem com a estação invernal. O período é referido pela maioria dos testemunhos e depoimentos dos ex-combatentes como árduo, penoso, depressivo.

Diversas crises marcaram aquela fase da história da FEB e, de forma geral, os combates pela posse daquela elevação foram durante muito tempo objeto de amargas críticas e recriminações por parte dos envolvidos naqueles eventos<sup>162</sup>. É importante notar que é no decorrer desse período que se dá a conversão dos soldados da FEB, através do duro choque da experiência, de imaturos militares, para a condição de combatentes experientes.

Em maio de 2010 tive oportunidade de conhecer melhor a geografia dessa região. O contato direto com tais localidades permite que se compreenda que, embora espacialmente pequena se comparada com outras posições nos chamados “Teatro de Operação”<sup>163</sup>, a geografia dessa região italiana é desafiante. Os declives são grandes, a distância entre os montes não é significativa, mas a dificuldade de se alcançar tais posições é enorme, dada a quantidade de acidentes no terreno. Além disso, mesmo em plena primavera a variação de temperatura era extremamente abrupta, como pude constatar no caminho de Porreta Terme até Montese. Mesmo àquela época primaveril o turista tinha que estar preparado para enfrentar frio congelante que se alterna com chuva torrencial. O trajeto pode ser extremamente desagradável e hostil, e isso para quem estava usufruindo da tecnologia moderna de ônibus climatizados e roupas impermeáveis. Nos anos 1940 e num conflito devastador como foi a Segunda Guerra Mundial a situação com certeza era imensamente pior.

---

<sup>161</sup>Não confundir com o rio homônimo que fica na Alemanha.

<sup>162</sup>BRAYNER, Floriano de Lima. **A verdade sobre a FEB**: memórias de um chefe de Estado-maior na campanha da Itália, 1943-1945, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>163</sup>A historiografia sobre o tema se refere a Teatro de Operações, ou TO, aos locais onde as batalhas da guerra ocorreram efetivamente.

A Batalha de Montese<sup>164</sup> (14/04/1945) se insere num contexto diferente, de encerramento da Segunda Guerra Mundial dali a poucas semanas. Tratava-se de uma fase da guerra na qual fica claro que ela se aproximava rapidamente do fim. O grosso dos efetivos brasileiros já estava adaptado, aclimatado e inserido nas lides dos combates. A FEB àquela ocasião, tendo superado o trauma dos sucessivos ataques fracassados ao Monte Castelo, contava com a confiança do comando do V Exército Norte-americano, recebendo novas e importantes missões. As operações bem sucedidas e relativamente baratas em termos de vidas humanas nas tomadas das elevações de Castelnuovo e Soprassasso, que se seguem à tomada do monte Castello, aumentaram ainda mais a confiança da tropa em suas potencialidades.

O clima também mudou, sendo predominantes os dias de primavera, com dias mais longos, tempo mais firme e temperaturas mais altas. As compridas noites de sofrimento dos soldados na linha de frente enfiados em buracos no chão (*foxholes*), expostos ao frio enregelante e submetidos à vigilância de inimigos entrincheirados no Monte Castelo já haviam passado. Agora os brasileiros finalmente dominavam as cordilheiras a partir das quais antes eram hostilizados pelos alemães. Aproximava-se a hora de desfechar um golpe decisivo no inimigo e persegui-lo em retirada até sua destruição final.

A sucessão de fases distintas na história da FEB coloca, para o pesquisador das atitudes dos indivíduos diante da morte de colegas e da possibilidade de sua própria morte, várias perguntas. Haveria algum padrão reconhecível nos pertences encontrados entre os mortos destas diferentes fases? Será que a fase inicial, entusiasmada e otimista da história da FEB, o período depressivo vivido no front do Monte Castelo, e a euforia e a necessidade de autoafirmação típicos do final da guerra teriam, de alguma forma e em algum grau, exercido influência sobre a maneira pela qual os indivíduos encaravam a morte? Até que ponto os soldados da FEB que se expunham a risco de morte mantinham e cultivavam, ao longo dessas diferentes fases, as crenças religiosas no além?

A partir dessas indagações, procuro a seguir, analisar por meio dos documentos gerados pelo Pelotão de Sepultamento, os procedimentos para com os soldados mortos em combate.

---

<sup>164</sup> BONALUME NETO, R. **A nossa Segunda Guerra Mundial: Brasileiros em Combate, 1942-1945**, Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1995.

### CAPÍTULO TRÊS - MORRER NA GUERRA: O Pelotão de Sepultamento

Com o grande número de mortos em guerras a partir do final do século XIX, e a correspondente pressão social para dar a eles uma sepultura digna, vários problemas aparecem nos diversos exércitos. Como identificar esse soldado morto? Onde sepultá-lo e como notificar sua família de sua morte?

Tais questões estimularam o aparecimento de um grupo específico nos exércitos para essa função. O Pelotão de Sepultamento tinha como objetivos, identificar, sepultar e comunicar a perda do soldado o mais rápido possível e de maneira eficiente.

Além disso, coletar os pertences do soldado morto para posterior entrega para a família do mesmo era algo que cabia ao pelotão realizar de maneira transparente. Raríssimas vezes isso foi realizado por outros soldados que não pertenciam ao pelotão. Podendo, entretanto, ocorrer entre amigos<sup>165</sup>.

Nas descrições sobre a atuação do Exército Alemão na Primeira Guerra Mundial, Ernest Jünger descreve uma cena em que um dia ele teve que organizar essa difícil tarefa.

Enfiamos algumas luzes nas reentrâncias da parede, e, então, pusemos mãos à obra. Agarramos os membros superiores e inferiores que apareciam em meio aos escombros e puxamos os cadáveres para fora. (...) Liste as coisas de valor que encontramos com eles. Era uma tarefa sombria. As velas bruxuleavam avermelhadas na fumaça densa, enquanto os homens me estendiam carteiras e objetos de prata como se estivessem realizando uma ação obscura e secreta.<sup>166</sup>

Do ponto de vista do comandante do Pelotão de Sepultamento (PS) da FEB no relatório que remeteu ao seus superiores ao fim da guerra, essa organização parece ter funcionado de forma satisfatória. Constatou-se que, com a instalação do cemitério brasileiro, o tempo para comunicar à Primeira Companhia de Intendência, e depois aos escalões superiores, a morte de determinado soldado, caiu de 30 para oito dias. O comandante do PS, em suas conclusões do documento aqui examinado, afirmava estar convicto de que o trabalho do pelotão seria valorizado no futuro, já que facilitaria o requerimento de pensões e montepios por parte das famílias dos mortos.

---

<sup>165</sup> Como o caso de Ary Rauen que será analisado posteriormente.

<sup>166</sup> JÜNGER, E. **Tempestades de Aço**, p.74.

Como já descrito, a missão central de trabalho deste Pelotão era enterrar o morto o mais rápido possível e comunicar o falecimento para sua família. A função de recolher os mortos, além das próprias questões higienistas e humanitária, tinha o caráter de não abalar o estado psicológico dos demais soldados, reduzindo sua moral para combater. Em todas essas tarefas executadas no decorrer de sua existência o PS produziu uma quantidade impressionante de documentos, em conformidade com as normas que regulavam o processo de recolhimento, identificação e sepultamento dos mortos, bem como posterior envio à família dos pertences com eles encontrados.

Entre a variedade de documentos produzidos pude identificar em sucessivas viagens de pesquisa ao Arquivo Histórico do Exército no Rio de Janeiro (RJ) a partir de 2009 a existência de quinze tipos diferentes de fontes históricas. Infelizmente os estreitos limites desse trabalho impediram que fossem todos consultados e interpretados, como seria desejável. Contudo, é importante fazer menção aqui a estas coleções de documentos, não só para indicar aos demais pesquisadores do tema os acervos documentais disponíveis, mas também para deixar claro ao leitor as razões da opção por se efetuar aqui o exame em profundidade de uma determinada série deles, no caso, os Relatórios Individuais de Sepultamento.

No que se refere aos documentos arrolados pela pesquisa, mas que não foram interpretados pelas limitações de tempo, uma primeira coleção de fontes diz respeito aos relatórios e respectivos documentos de mortos inimigos. Trata-se do descritivo das atividades relacionadas aos processos de identificação e destinação de corpos dos alemães mortos. Uma análise exaustiva destas fontes permite comparações sobre como estes mesmos processos eram realizados com os mortos brasileiros estabelecendo-se similaridades ou diferenciações de tratamento. Uma leitura sucinta e parcial de um número limitado deles sugere que havia sim, do ponto de vista burocrático, isonomia de tratamento entre os corpos de amigos e inimigos. Não foi possível estabelecer o destino dado aos objetos pessoais encontrados nos corpos de inimigos mortos.

O relatório de soldados inimigos contém cerca de 47 documentos. A grande maioria é de soldados desconhecidos, coletados em avançado grau de decomposição, sem chapa de identificação. Poucos são os casos em que há a informação sobre o nome do inimigo morto e enterrado no Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia, como o caso do alemão Erich Gramatzki, morto provavelmente em 12 de dezembro de 1944 em Monte Castelo.

RELATÓRIO DE SEPULTAMENTO Nº 14 **Morto Inimigo** CIA. DE SEPULTAMENTO

AR 20-1815 e T M 10-630 10 Abril 1945 (Data do relatório) 577

GRATZKE	Erich	-	Desconhecido	Branca
(Chapa antes)	(Primeiro nome)	(Nome do meio)	(Reg. de Identific.)	(Raça)
Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido	Alemanha	
(Posto)	(Unidade)	(Arma ou serviço)	(País)	
M. Castelo-Italia. Desconhecido	Exumação-Descomposição.	Desconhecido		
(Lugar da morte)	(Causa da morte)	(Religião - Católica, Protestante, H.)		

MEIOS DE IDENTIFICAÇÃO

Encontrada a chapa de identificação no corpo: Sim ( ) não (X)

Na falta da chapa de identificação, outros meios encontrados no corpo (Cartas, carteira de identidade, etc.) **carteira de identidade, legível somente o nome.**

Completo registro de impressões digitais de ambas as mãos no reverso, se o corpo não puder ser identificado. Completa carta dentária no reverso, lista de características anatómicas e outros dados se não for possível tomar as impressões digitais.

**Exumação de registo de M. Castelo em 6 de abril 1945.**

Relatório dos haveres pessoais encontrados no corpo, e a disposição dos mesmos:

**Uma carteira de identidade, uma caneta tinteiro.**

Desconhecido	Desconhecido
(Nome do endereço de emergência)	(Nome do endereço de emergência)
Sgt. Geraldo Teixeira Rodrigues, Pel. Sepultamento.	
(Assinatura ou nome) da pessoa que forneceu os dados acima, quando diferentes do relator de sepultamento	
7 abril 1945 as 9,20 horas	Militar Brasileiro de Pistoia-Italia.
(Data e hora do enterramento)	(Local, nome e número do cemitério)
Se o enterro foi feito em cemitério não regularmente estabelecido, fornecer um croquis e mapa de referência no reverso desta fórmula.	
1-1.	2
(Área u.)	(Sepultura n.)
Desconhecida.	Lenho provisório
(Tipo de cerimônia religiosa)	(Marca de túmulo Real)
Placa de identificação enterrada com (X); Chapa de identificação fixada ( )	
Na falta da chapa de identificação quais os outros dados de identificação, enterrados com o corpo, e em que espécie de continente?	
<b>Um vidro c/l fórmula de sepultamento.</b>	
Corpos sepultados de ambos os lados, (veja parágrafo 4 do reverso da fórmula)	
Lado direito	Johann Mahmeister 2187-PAN. ERS. Abtl. G. 1 13
Lado esquerdo	Desconhecido alemão X 3
(Nome)	(Posto)
(Nome)	(Unidade)
(Posto)	(N. da sep.)
(Assinatura do oficial relator do enterramento - Fiscalizado pelo oficial da unidade de sepultamento)	
2º Ten. Antônio Augusto do P. de Sepult.	

FIGURA 3 - Relatório Individual do PS, mortos inimigos. Fonte: AHEx, SAE, FEB.

Um segundo conjunto de fontes se refere aos inventários de objetos. Estes documentos descrevem a quantidade e natureza dos objetos encontrados com o corpo. Essas fontes permitem tipificar e quantificar os objetos que se encontravam em poder da pessoa no momento em que morreu, em particular no que se refere a objetos religiosos e outros ícones, documentos pessoais, dinheiro, etc. Estas coleções de fontes foram consideradas redundantes em relação aos Relatórios de Sepultamento que contém as mesmas informações, como veremos adiante.

Outro conjunto de documentos se refere aos ofícios expedidos por diferentes unidades para a solicitação de remoção de cadáver. O interesse nestas fontes reside no



fato de que informam sobre as instâncias e indivíduos que se envolviam no processo de busca e destinação dos corpos. Uma sugestão é que uma pesquisa posterior com base nesses documentos possa estabelecer a proporção na qual o PS foi responsável pela descoberta de corpos insepultos em relação a outras unidades que também se empenharam nessas tarefas.

17 + 8

FROM : Commanding General, Brazilian Expeditionary Force  
 SUBJECT: Removal of Bodies  
 TO : Commanding General, Peninsular Base Section,  
 APO 782, U.S. Army

I have the honor to inform you that the remains of  
SANTO Benedito A., SO 112134  
Machine Gun Co., 2nd Bn, 6th Inf. Regt.  
 which were formerly interred in the U.S. Military Cemetery at  
VADA, Italy in Plot AA, Row 3, Grave 30,  
 have been removed to PISTOIA  
 and interred in Cimiterio Brasileiro Plot C,  
 Row 2, Grave 100.

Responsibility for the custody of the remains and maintenance  
 of the grave has been assumed by this organization.

*Solange M. Vargas M. Braziano*  
 LAFAYETTE VARGAS M. BRAZILIANO  
 1st Lt. 10-131667  
 5o Exército Americano - IV Corpo  
 S.I. da 1a D.I.E.  
 Pelotão de Sepultamento

Corpos sepultados de ambos  
 direito Claudino Pinheiro  
 esquerda (Nome) 5º

FIGURA 4 - Documento de confirmação de remoção de corpo de soldado brasileiro enterrado no Cemitério Estadunidense de Vada para o Cemitério Brasileiro em Pistoia. Fonte: AHEx, SAE, FEB



Como toda unidade militar o PS também mantinha os seus boletins internos. Neles o Pelotão de Sepultamento mantinha um descritivo, destinado ao público interno da unidade, da rotina administrativa do pelotão, informando o pessoal disponível, as atividades realizadas, etc. Uma análise preliminar desses documentos sugere que as informações mais importantes já haviam sido transcritas para o relatório que seu comandante elaborou para o Ministério da Guerra, já comentado. Esse relatório de atividades do pelotão contém como demonstrado um relato formal e oficial das atividades exercidas pela unidade, destinado a leitura por parte de seus superiores imediatos, sistematizando e quantificando as informações mais importantes.

Também vieram a compor o relatório de atividades diversos levantamentos estatísticos isolados. Pode-se, assim, considerar tais fontes como redundantes, face ao relatório. Destes levantamentos os mais importantes são: os gráficos de mortos por unidades que permitem estabelecer a função exercida para cada soldado morto; estatísticas de mortos por postos que permite estabelecer a posição hierárquica de cada um dos mortos, e sua representação estatística no total; gráficos demonstrativos de causas de mortes, que informam sobre a causa da morte, o que permite qualificar a amostra desta pesquisa<sup>167</sup>.

Algumas tabelas realizadas pelo PS podem ser exemplificadas como a que aparece na imagem a seguir, com a enumeração de causa da morte dos combatentes.

---

<sup>167</sup> MORAES, Op. Cit. pg.265

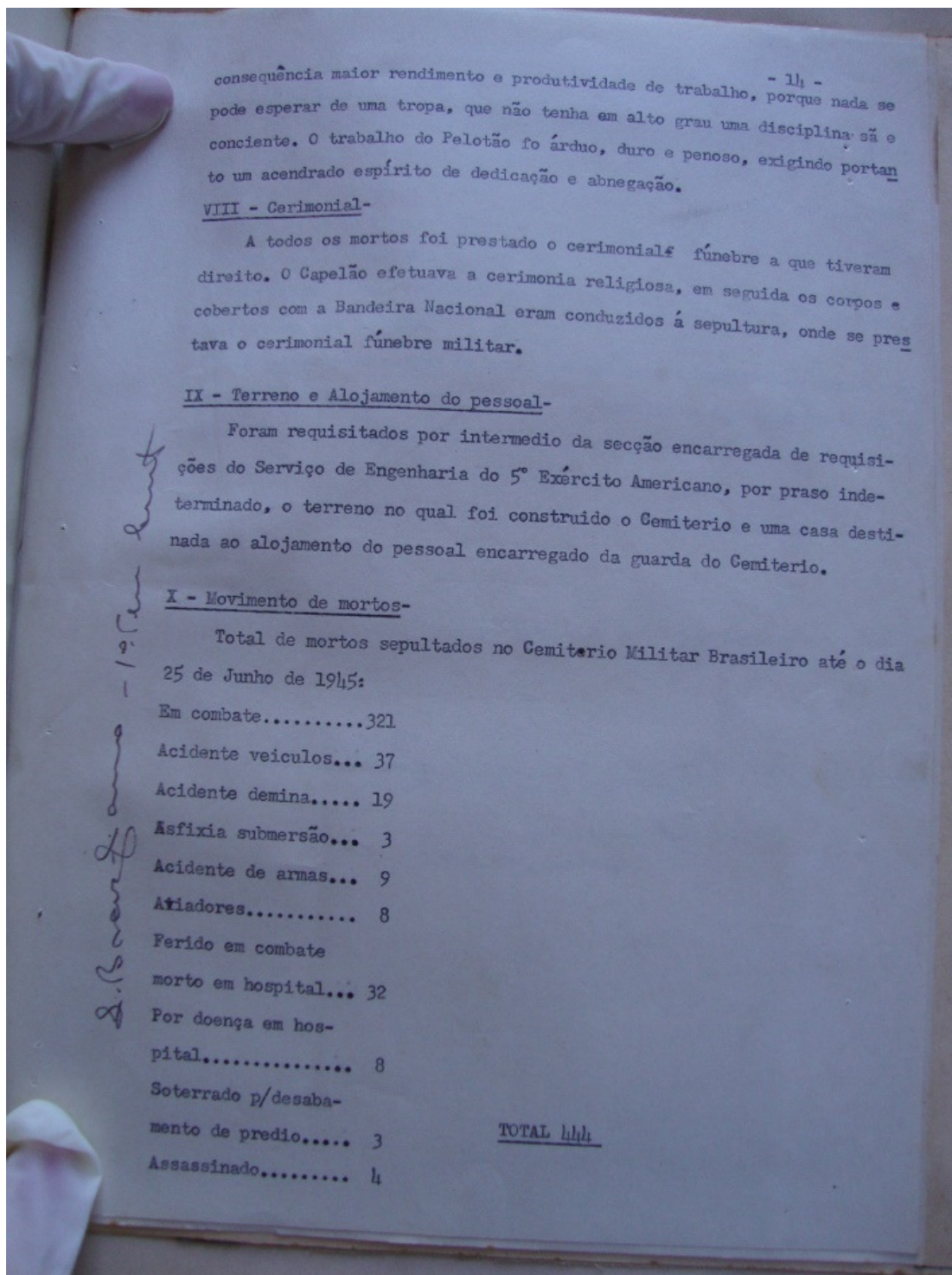


FIGURA 5 - Listagem dos motivos de morte entre os brasileiros na Itália, AHEx, SAE, FEB

Foram arroladas também diversas coleções de Recibos do Posto de Coleta. Trata-se de um conjunto de recibos que indicam o local e data em que qualquer um dos três postos de coleta do Pelotão de Sepultamento recebeu corpos de militares mortos.

O PS também produziu uma profusão de ofícios, compondo várias coleções. Destes os mais importantes são os ofícios de reconhecimento de corpos que informam sob orientação de quem, como e quando determinado corpo teve sua identidade finalmente estabelecida.

Neste exemplo, o ofício comenta que o combatente em questão foi dado como “extraviado” e posteriormente reconhecido pelas impressões digitais:

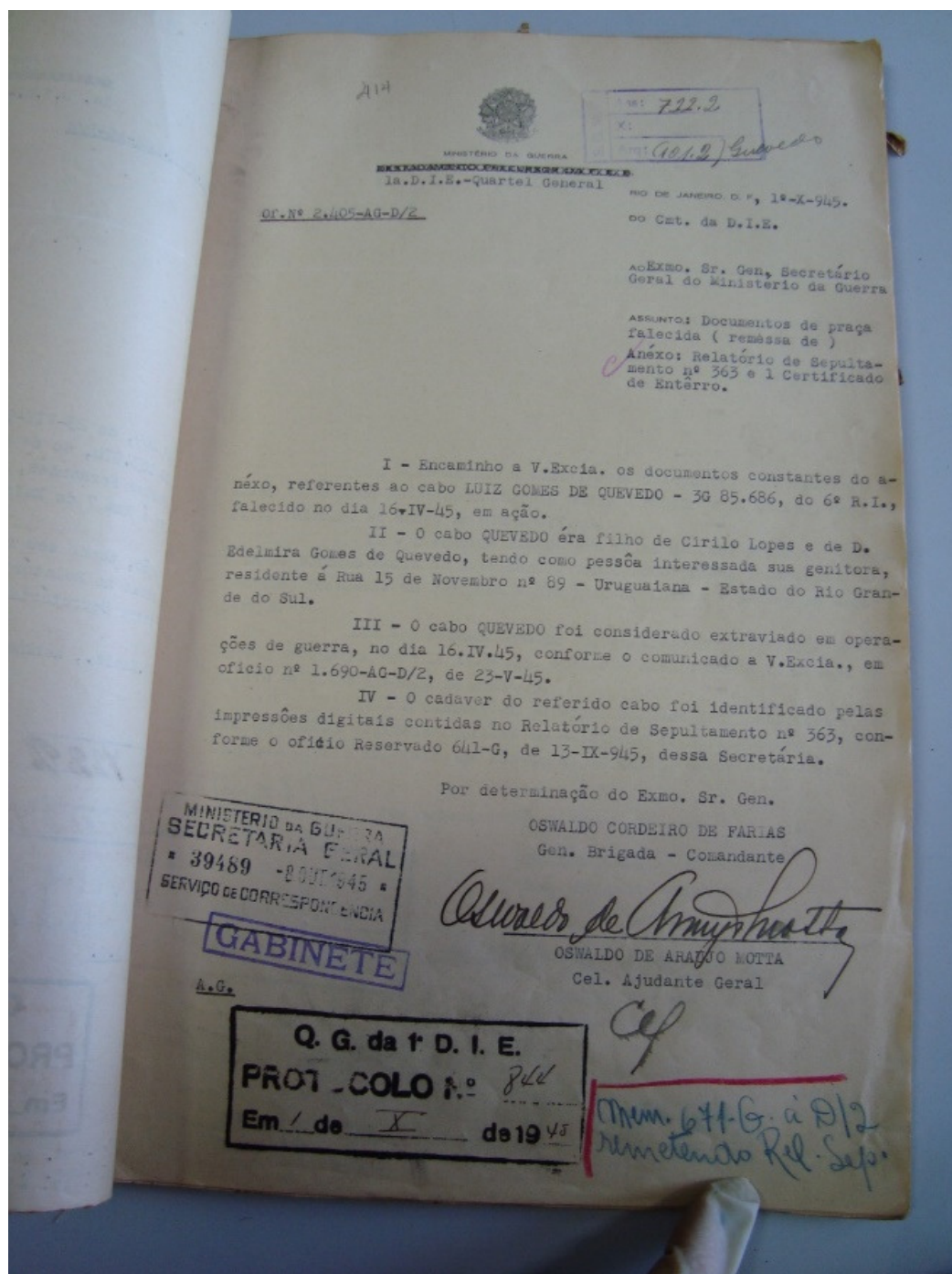


FIGURA 6 - Ofício de reconhecimento de corpo, AHEx, SAE, FEB



A notícia de desaparecimento dos combatentes também era relatada na documentação do PS. A figura do desaparecido em guerra até hoje em determinados exércitos é fonte de pesquisa e alteração em seus números<sup>168</sup>. Nas pastas individuais dos soldados mortos no conjunto da documentação do Pelotão de Sepultamento, encontrei relatórios sobre o desaparecimento de soldados em ação e por vezes o ofício dando conta da identificação de seu corpo.

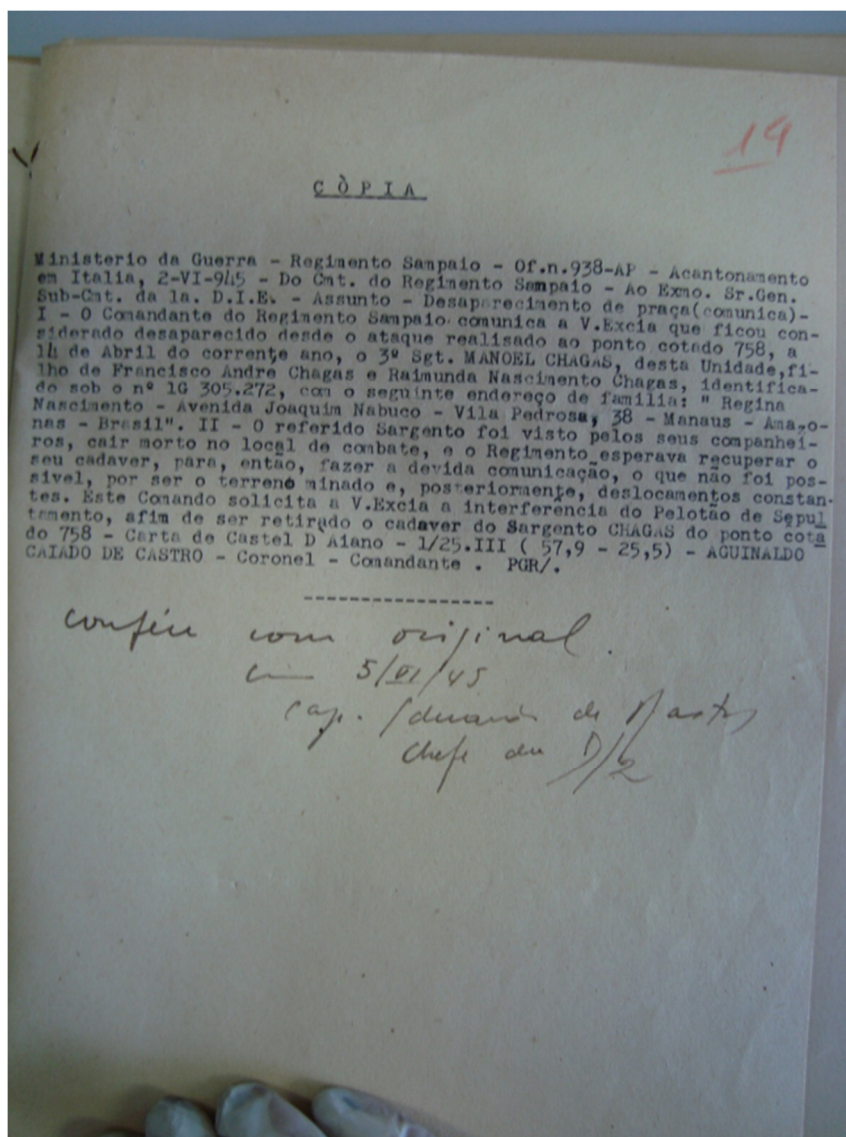


FIGURA 7 - Documento que informa o desaparecimento do soldado em ação, AHEx, SAE, FEB

<sup>168</sup> Segundo o site do DPOM (Defense Prisoner of War – Missing Personal Office) em relação à Segunda Guerra Mundial continuam desaparecidos cerca de 73.000 soldados americanos. No final da guerra, em 1945 esse número era de 79.000 (dados do Army Graves Registration AGRS). O trabalho multidisciplinar de arqueólogos, historiadores, dentistas, geneticistas, etc, durante todos esses anos, permitiu que só muitos soldados desaparecidos tivessem seus corpos encontrados e identificados. No ano de 2013, por exemplo, foram encontrados e identificados 5 soldados desaparecidos da Segunda Guerra Mundial. Em outros conflitos esse número também foi igualmente significativo. Disponível em [http://www.dtic.mil/dpmo/summary\\_statistics/](http://www.dtic.mil/dpmo/summary_statistics/)

No caso do soldado Manoel Chagas, a identificação de seu corpo foi realizada não muito tempo após a comunicação de seu desaparecimento em ação, conforme relata o documento de junho de 1945:

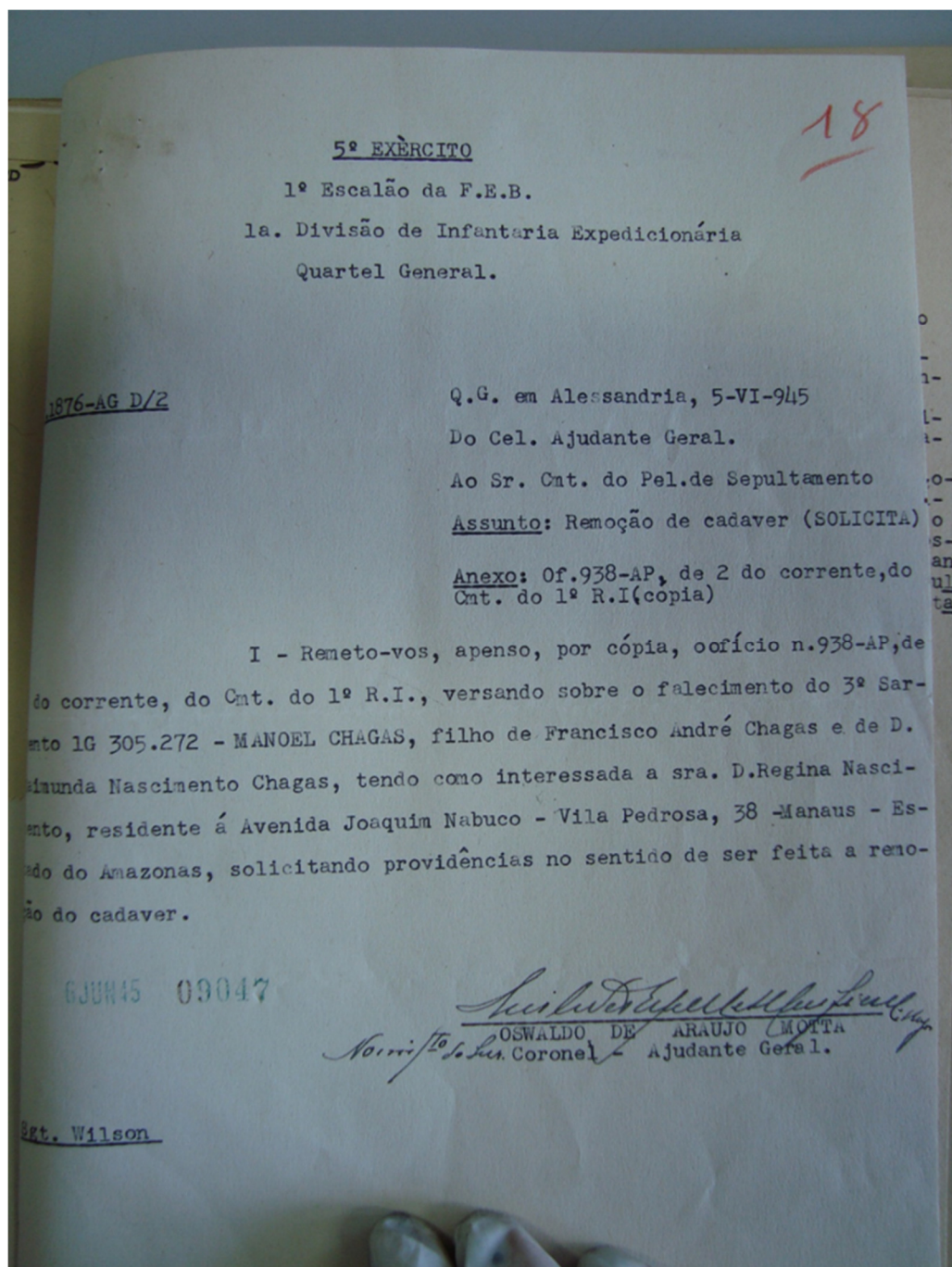


FIGURA 8 - Ofício informando sobre o cadáver do soldado Manoel Chagas, anteriormente apontado como desaparecido, AHEx, SAE, FEB

O número de soldados brasileiros desaparecidos na publicação Boletim dos Mortos da FEB<sup>169</sup> de 2 de dezembro de 1946 é de 23 combatentes. Já na publicação sobre a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia, de 1955, na tabela dos Mortos na Campanha da Itália, o número de desaparecidos é de cinco<sup>170</sup>. Como será analisado posteriormente, em 1967 foi encontrado mais um cadáver de soldado brasileiro, o que reduz o número de desaparecidos para quatro.

No retorno ao Brasil em 1945, os familiares dos mortos e desaparecidos foram os primeiros a receber pensão do governo. Segundo a pesquisa de Francisco Ferraz sobre a Reintegração social do ex-combatente: “Para os familiares dos desaparecidos era concedida pensão condicional, no valor do soldo que recebia o militar quando do seu desaparecimento”. Como esse estado era transitório, duas situações eram possíveis: “A pensão cessaria se o expedicionário reaparecesse. Caso fosse encontrada prova definitiva da morte do expedicionário, passava a família a receber de acordo com a legislação dos expedicionários mortos no Teatro de Operações”.<sup>171</sup>

Um caso de morto com corpo desaparecido e jamais encontrado é Antônio de Souza. Segundo o Boletim de Mortos da FEB, após uma instrução, os praças foram banhar-se no rio Pó. O soldado afogou-se e seu cadáver não foi recuperado. No relatório do PS de 10/08/1945 é comunicada a sua morte. Trata-se de um morto da FEB sem corpo.

---

<sup>169</sup> BRASIL, Ministério da Guerra, Boletim Especial do Exército. **Os Mortos da FEB**, Rio de Janeiro, MG, 1948, pp. 105-110.

<sup>170</sup> Monumento Nacional dos mortos da Segunda Guerra Mundial, **Resumo das atividades do Brasil na Segunda Guerra para uso dos concorrentes a construção do Monumento Nacional dos Mortos da Segunda Guerra Mundial**, 1955, p.7.

<sup>171</sup>FERRAZ, F.A. **A guerra que não acabou**: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000), Tese de doutorado, USP, 2003, p.219



410

MINISTÉRIO DA GUERRA  
DESTACAMENTO PRECURSOR DA F. E. B.

RIO DE JANEIRO, D. F. 10-IX-45

of. 2785-AG D/2

do Gen.Cmt. da 1ª. DIE

AO EXMO. Sr. Gen. Secretário  
Geral do Min. da Guerra.

ASSUNTO: Comunicação sobre falecimento de praça.

✓ Anexo: 1 Parte (cópia)

I - Comunico a V.Excia. que morreu afogado, no Rio Pó, em 19-V-45, por ocasião do banho das praças do 1º R.I. ao terminar a instrução física do dia, o soldado ANTONIO DE SOUZA, LG 305105, filho de Calixto José Trindade e de Maria Esmeralda de Souza, tendo como pessoa interessado sua genitora, residente à rua Ruy Barbosa, 18-Cruz das Almas - Estado da Baía.

II - O cadáver do Sd. Souza, conforme informação do Comando do Regimento Sampaio e do Cmt. do Pelotão de Sepultamento, não foi encontrado.

III - Anexo, por cópia, a parte do Cap. José Bienhachewski, Comandante da Companhia do falecido.

Por determinação do Exmo. Sr.

JOÃO BATISTA MARCARENHAS DE MORAES  
General de Divisão-Comandante

*Oswaldo de Araújo Motta*  
OSWALDO DE ARAÚJO MOTTA  
Coronel-Ajudante Geral

**GABINETE**  
MINISTÉRIO DA GUERRA  
SECRETARIA GERAL  
37189 21/09/45  
SERVIÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Q. G. da 1ª D. I. E.  
PROTOCOLO Nº 513  
em 12 de 9 de 1945

cf. 655-G.Res. ao E.M./F.E.B./I.  
cf. 656-G.Res. ao D.Armas  
cf. 657-G.Res. ao D/2  
cf. 658-G.Res. ao Ten.Cál.Gosta

Ass: 123.41  
X: (1012) Souza

FIGURA 9 - Relatório de comunicação de morte e desaparecimento do cadáver do soldado, AHEx, SAE, FEB

Cabe citar também os ofícios de comunicação de falecimento. Esses documentos foram produzidos de forma padronizada, tendo conteúdo praticamente invariante. Eles apresentam a retórica utilizada pelas autoridades militares para comunicar à família o falecimento de um combatente. O exame desse documento de texto padronizado permite estabelecer que somente elementos pátrios eram ali citados, em detrimento de conteúdos religiosos que pudessem também compor a redação do texto.

A comunicação de morte ocorria pelo envio desse modelo de ofício aos familiares do soldado:

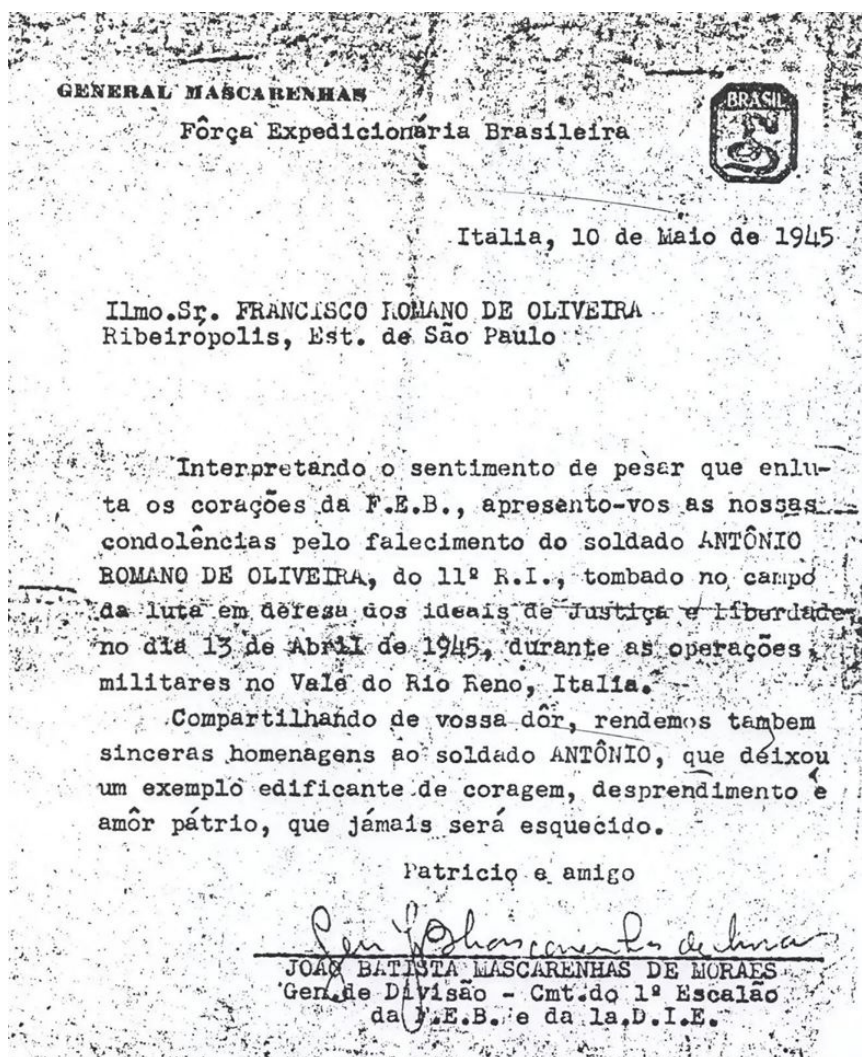


FIGURA 10 - Exemplo de comunicação de morte, AHEx, SAE, FEB

Outra coleção de ofícios são aqueles destinados a prestar esclarecimentos quanto ao destino dos objetos encontrados nos corpos. Em conformidade com o Manual do Graves Registration permitem acompanhar o trâmite burocrático das solicitações de informações sobre o destino daqueles objetos, e a frequência com que ocorriam extravios após terem sido retirados dos respectivos corpos.

O Pelotão também produziu Relatórios Individuais de Sepultamentos. Tais documentos contêm informações sucintas sobre onde, como e quando se deu o sepultamento. Essas fontes permitem estabelecer se houve cerimônia religiosa e, em caso afirmativo, de qual confissão.

Para encerrar essa descrição bastante sumária das fontes legadas pelo PS é necessário incluir os documentos produzidos por outros países, no caso, Itália e EUA. Autoridades locais italianas emitiam a Constatazione di Morte. Tratava-se do principal documento a acompanhar o traslado de um corpo de combatente brasileiro que tivesse



sido originalmente enterrado em um cemitério italiano. Uma breve sondagem nos exemplares deste documento que foi possível obter revelam que geralmente continham informações similares às dos documentos gerados pelo Pelotão de Sepultamento brasileiro.

De acordo com uma das estatísticas do Pelotão de Sepultamento, 32 combatentes brasileiros morreram no hospital depois de terem sido feridos em ação. A Constatazione di Morte era o documento assinado pelo hospital em que o óbito ocorreu.

SUPPLEMENTAL RECORD

Ospedale di S. Pietro Igneo  
FUCECCHIO

94-150

CONSTATAZIONE DI MORTE

Introsritto medico all'uopo delegato

CERTIFICA

proceduto alla visita del cadavere di

*Benjamin Lima S.J. 30.57-54*  
*T. 44 P.R.A.*

(nazione)

*Bresile*

(di nascita)

fiato a

aria che è veramente mort. il *24-12-44*

e *18* in seguito a *supp. di una mina*  
*che scoppia alla regione soprasternale destra*  
*avendo avuto*

Fucecchio, *27-12* 194 *4*

Ufficio di Stato Civile  
del Comune di  
FUCECCHIO

trado no Livro para  
tro de Obitos do D.P.E. da F.F.B., sob o N. *1* (um)

IL MEDICO  
*Debbi*

Publicado em Bol. N. *45* Pag. *45*

de *27* / *12* / *44*

envelopes e pag  
ma moeda itali  
eira do D.N.T.T.

e duas libras).

do cabo BENJAM

*Cordeiro*  
*ruda Cordeiro*  
*Int. Cent*  
do Pel.

FIGURA 11 - Constatazione di Morte do soldado Benjamin Lima, AHEx, SAE, FEB

Como seria de se esperar a Intendência dos EUA engajada na Campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial também produziu documentos que passaram a fazer parte do acervo do PS brasileiro, além das normas gerais do manual do Graves Registration já

comentadas. Dentre estes cabe citar o *PBS – Removal of bodies*. Trata-se de um conjunto de normas e regulamentos para remoção de corpos por parte dos membros da Peninsular Base Section, principal órgão da logística norte-americana na Península Itálica. Esta instituição da Intendência estadunidense era a responsável pelo abastecimento dos exércitos norte-americanos em luta e, naturalmente, por operar o *Graves Registration Service* na frente italiana durante a Segunda Guerra Mundial. Estes documentos permitem, da mesma forma que o manual do *Graves Registration Service*, fazer comparações entre as normas dos EUA e a prática brasileira. Seu conteúdo é em boa parte idêntico ao do citado manual.

O exame das fontes históricas legadas pelo PS implica numa série de operações intelectuais ligadas ao trabalho de crítica interna destas. Problematicar a fonte histórica para que se esclareçam as diferentes componentes que presidiram sua elaboração, percebendo seus compromissos, limites e possibilidade, é uma tarefa que se impõe ao historiador. Cabe retomar aqui esse esforço encaminhando de saída duas questões: o caráter improvisado e apressado da criação da FEB e o fato desse esforço ter sido pautado pela necessidade de se observar as normas organizacionais e administrativas do Exército dos EUA, ao qual a FEB se subordinava.

A história da organização da Força Expedicionária Brasileira é marcada pela pressa e improvisação na criação e convocação de suas unidades. Inicialmente havia sido acordado com os aliados estadunidenses o envio de um efetivo considerável que somaria pelo menos 60 mil homens. Ao final pouco mais de 25 mil homens foram efetivamente enviados à Itália.

O atraso na mobilização dos efetivos da FEB deveu-se a vários motivos, sendo a dispersão das unidades convocadas por enorme área do território nacional um dos mais importantes. Uma dificuldade a mais é que todas as unidades convocadas estavam bastante desfalcadas em seus efetivos, necessitando repor a maioria dos quadros para atingir seus números oficiais. Finalmente, a quase geral repulsa da população à convocação, fosse para a FEB, fosse para o serviço militar obrigatório, tampouco ajudou.

Esses fatores ajudam a entender porque se teve de lançar mão ao recurso de transferir para serviço na FEB o pessoal já engajado em outras unidades, inclusive em diferentes regiões militares; se recrutar pessoal oriundo dos CPOR e, o mais importante para os objetivos desse trabalho, engajar uma ampla maioria de civis.

A urgência de preparar para embarque o primeiro escalão de tropas que seria composto por um regimento de infantaria reforçado (o 6º RI) priorizava o preenchimento

de vagas para infantes, em detrimento de outras armas ou serviços, e o PS não deixou de ser afetado por esses processos.

Como as demais unidades militares o PS legou, entre outras coleções de fontes, um extenso e detalhado relatório dando conta de sua história operacional. Além do relatório oficial citado o PS oferece para o pesquisador uma diversidade de outras fontes com diferentes informações sobre as atividades nas quais se viu engajada a instituição aqui tratada. A burocracia militar da época da máquina de escrever manual legou para consulta extensas coleções de documentos. Cabe agora tecer considerações sobre os limites e possibilidades da vasta e variada documentação legada pelo PS. É possível se consultar já há algum tempo diversos documentos que foram gerados pelo Pelotão de Sepultamento. Este acervo se encontra no Arquivo do Exército no Rio de Janeiro (AHEx/RJ) da mesma forma que todos aqueles que se referem a unidades militares extintas, como o foi a FEB ao fim da sua participação no front italiano na Segunda Guerra Mundial.

É importante notar que essa massa de documentos foi, em grande parte, padronizada a partir das normas legais e práticas burocráticas estadunidenses. De acordo com os termos da aliança militar firmada entre Brasil e Estados Unidos da América, a FEB seria toda organizada de acordo com o padrão estadunidense e submetida ao comando de algum dos vários exércitos dos EUA então em combate na linha de frente da Segunda Guerra Mundial<sup>172</sup>

A experiência no tratamento com os mortos em combate revelou diversos conflitos e debates durante e após a Guerra Civil Americana e a Primeira Guerra Mundial. Todo esse aprendizado foi novamente elaborado e aperfeiçoado em relação aos procedimentos com os mortos na Segunda Guerra Mundial.

A FEB foi subordinada ao V Exército norte-americano, o qual estava engajado na frente italiana desde o seu início em 1943. Como em praticamente tudo, também na questão da destinação dos caídos em combate, a FEB seguiu os manuais americanos de

---

<sup>172</sup>Segundo o acordo da JBUSMC - Joint Brazil-United States Military Commission (Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos) a recomendação no. 16 previa: 1. A organização de uma força expedicionária constituída de um Corpo de Exército de 3 DI e elementos do corpo 2. A organização adotada nos Estados Unidos, se o governo brasileiro assim o entender 3. A organização de uma adequada força aérea expedicionária de cooperação 4. Que o corpo expedicionário e a força aérea fiquem subordinados à direção estratégica e ao alto-comando norte-americano 5. A utilização de instalações e dos serviços do exército norte-americano nos teatros de operações 6. Que o material do corpo expedicionário e da força aérea seja de origem norte-americana, e as peças de equipamento individual e de fardamento (com exceção das destinadas ao voo) sejam de origem brasileira. 7. Que o exército norte-americano se encarregue de manter linhas de comunicações e abastecimento para o corpo expedicionário e a força aérea. In: CARVALHO, E. Leitão. **A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial**, Rio de Janeiro: Bibliex, 1952. pp.325-326.

procedimentos. A emulação de métodos e técnicas estadunidenses foi um poderoso condicionante na ação do PS e por isso vale a pena examiná-lo em detalhe aqui a partir do manual de procedimentos respectivo.

#### Os procedimentos estadunidenses

Boa parte desses manuais está disponível para consulta na internet, em edições fac-similares.<sup>173</sup> Na busca pela documentação do War Department Field Manual, encontramos o fascículo dedicado exclusivamente ao Graves Registration Service. Nele é possível identificar normas e procedimentos elaborados para o tratamento dos mortos em combate, além das instruções para construção de cemitérios militares nos teatros de operações nos quais o Exército Americano participava. Este manual foi traduzido em partes para o português e serviu de guia para o Pelotão de Sepultamento da FEB na sua função de recolher, identificar, e enterrar os mortos brasileiros em combate, bem como também de possíveis inimigos. Vale a pena examinar esse importante documento, uma vez que permite perceber até que ponto suas orientações determinaram o padrão de ação do PS brasileiro na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial.

O manual tem 54 itens divididos em sete capítulos. Ele foi lançado no princípio de 1945 com a intenção de suceder o manual anterior, datado de antes da entrada dos EUA na guerra (edição TM 10-630, 23 de Setembro 1941), bem como diversos ofícios circulares lançados pelo War Department em 1943 e 1944. Evidentemente o documento aqui examinado sintetiza e condensa a experiência já adquirida pelo Exército Estadunidense no decorrer da Segunda Guerra Mundial com a busca, identificação e enterramento de militares mortos em ação.

O documento aqui examinado foi dividido entre uma seção de conteúdos e outra de apêndice. O conteúdo em si se divide em sete itens ou capítulos, como segue: 1º. Organização e funções do Serviço de Registro de Túmulos (seis itens em nove páginas); 2º. Cemitérios (dez itens em 4 páginas); 3º. Enterramentos (12 itens em 14 páginas); 4º. Comunicações de Enterros (onze itens em 6 páginas); 5º. Marcas de Túmulos (um único item em 2 páginas); 6º. Bens Pessoais dos Mortos (4 itens com 8 páginas); 7º. Generalidades (6 itens em 2 páginas). Já o Apêndice se refere exclusivamente aos sacos

---

<sup>173</sup> Disponível em: [http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/documents/fm100-20\\_jul\\_1943.pdf](http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/documents/fm100-20_jul_1943.pdf)

de bens pessoais dos mortos e seu despacho sob a forma de malotes (duas páginas). Um índice remissivo completa a publicação (duas páginas).

Nesse documento, as funções e objetivos do Serviço de Registro de Túmulos são sintetizados assim:

As funções da Companhia de Registro de Sepulturas são a supervisão da identificação e enterro dos mortos, a coleta e disponibilização dos objetos pessoais de todos aqueles falecidos no teatro de operações, bem como os que foram mortos em ação, e a localização e o registro de sepulturas no campo de batalha e cemitérios. O termo "Killed in Action" e sua abreviatura KIA ... é aplicado não só para aqueles que encontraram morte repentina, mas para todos aqueles que, como resultado de ferimentos morreram em campo antes de se chegar a um posto de socorro. A Companhia não está nem autorizada nem preparada para realizar embalsamamento. O trabalho de escavação para túmulo é normalmente fornecido pelo serviço das unidades da Intendência do Quartel General, ou é garantido localmente a menos que o enterro pelas unidades seja necessário sob certas circunstâncias. No entanto, em certos casos pode haver pessoal suficiente para fornecer trabalhadores a lhes serem atribuídos de forma permanente.<sup>174</sup>

Uma diretiva central contida na primeira parte desse documento (Organização e funções do Serviço de Registro de Túmulos) enfatiza o caráter essencialmente transitório dos enterramentos de militares estadunidenses caídos em combate no além-mar. O texto insiste que, num contexto subsequente à guerra, os corpos serão trasladados de volta aos EUA o mais rápido possível, sendo então confiados à guarda de seus parentes mais próximos. Nesse sentido, afirma-se ali que "... a fim de que essa remoção subsequente, envolvendo a exumação e preparação dos corpos, possa ser realizada com a maior brevidade possível, todos os processos de sepultura permanente e construção cemiterial devem ser cuidadosamente evitados".<sup>175</sup>

---

<sup>174</sup> WAR DEPARTMENT, **Graves Registration**. Washington, 1945. Pg. 4: "The functions of the graves registration company are the supervision of the identification and burial of the dead, the collection and disposition of the personal effects of all those deceased in the theater of operations as well as those killed in action, and the plotting of location and the registration of battlefield graves and cemeteries. The term "Killed in Action" and its abbreviation KIA... is applied not only to those meeting sudden death, but to all casualties who as a result of wounds die on the field before reaching an aid station. The company is not authorized nor equipped to perform embalming. Labor for grave digging is normally furnished by the service units of the Quartermaster Corps, or is secured locally unless burial by organizations is necessary under certain circumstances. However, in certain instances there may be available sufficient personnel to provide Graves Registration Service companies with permanently assigned laborers".

<sup>175</sup> WAR DEPARTMENT, **Graves Registration**. Washington, 1945. Pg. 7: "In order that these subsequent removals, involving exhumation and preparation of the bodies, may be accomplished with a minimum of delay, all processes of permanent burial and cemeterial construction should be carefully avoided".

Além da economia de material a recomendação também arrola a presteza na devolução dos terrenos ocupados pelos cemitérios aos seus donos ao fim da guerra como razões para a adoção desse procedimento. Mais ainda, em outro trecho o documento deixa claro que em hipótese alguma serão enviados dos EUA materiais ou insumos para a construção de cemitérios: toda ênfase era no fretamento de materiais de guerra. Entende-se, assim, a aparência essencialmente despojada assumida por esses locais de enterramento: um campo cercado cheio de cruzes brancas de madeira, sem quaisquer monumentos ou túmulos em alvenaria.

Entre as atribuições dessa organização também se encontravam as tarefas afetas ao recebimento e conservação para posterior envio aos parentes de todos os objetos encontrados com os mortos. O recurso a enterramentos individuais era fortemente desaconselhado, enfatizando-se a necessidade de se reunir todos os túmulos de militares mortos em cemitérios militares apropriados. Os enterramentos isolados eram reiteradamente proibidos e só deveriam ser feitos em circunstâncias excepcionais. Considerava-se enterramento isolado tanto os túmulos individuais quanto aqueles que somassem até uma dúzia deles. Somente sítios com mais de doze túmulos poderiam ser considerados cemitérios.

A unidade básica de ação desse serviço de registro de sepulturas seria a Companhia, composta pelo Comando e respectivos pelotões. Pretendia-se que uma Divisão fosse responsável por manter e designar pessoal para o funcionamento de uma Companhia dessas, subordinando seus membros, do ponto de vista da autoridade, logística, etc. ao comando do Quartel-General da Divisão respectiva. Contudo, não se pretendia que todas as divisões tivessem uma unidade do tipo, mas apenas uma a cada três divisões, ou seja, na média haveria uma Companhia do Serviço de Registro de Sepulturas para cada Corpo de Exército. Nesse sentido, a FEB que somava apenas uma única divisão de infantaria, não deveria computar – como contou – com toda uma companhia de sepultamento.

Não ficam claras as razões que teriam levado o Pelotão de Sepultamento da FEB a ampliar seu efetivo até compreender toda uma Companhia. Seria uma adaptação incorporada pelo comando da Divisão Brasileira à luz das experiências precedentes? Ou recomendação das autoridades estadunidenses por conta de práticas anteriormente aplicadas?

O pessoal a ser engajado nessa unidade incluía uma variedade de profissionais. Entre estes, os motoristas de caminhão para o transporte dos corpos; trabalhadores

encarregados de identificar os mortos e recolher seus objetos pessoais; cavar, enterrar e selar as sepulturas; clérigos para as cerimônias de enterramento; e um paramédico para auxiliar o processo de identificação dos corpos e seus fragmentos. Também ficou estabelecido que parte do efetivo deveria ser designado para a busca e traslado de corpos e outra para os trabalhos nos cemitérios.

O segundo capítulo desse manual diz respeito à construção e funcionamento dos cemitérios. De saída o texto atribui a responsabilidade pela escolha de local para instalação de cemitérios a um comandante de grande unidade (divisão, corpo de exército, exército, etc.) com vistas a garantir o adequado funcionamento de suas funções, quais sejam: “sepultamento adequado dos mortos, a determinação de identidades, quando possível, e a preparação e manutenção das formas de enterro requeridas e seus registros”.<sup>176</sup>

Em seguida o texto trata das características físicas e do terreno onde devem ser localizados os cemitérios. Ali aparecem diversas características que devem ser buscadas no processo de localização de um cemitério militar. São citados aspectos como estar longe da observação inimiga e a salvo do seu fogo de artilharia, ser plano, seco, fácil de cavar, não ser arenoso ou cheio de pedras, próximo de estradas de rodagem e tanto quanto possível longe das margens de rios. Essa última recomendação alertava para o risco das enchentes que poderiam desfigurar ou poluir os cemitérios.

O processo de localização dos cemitérios também tinha que levar em conta a necessidade de ressarcir, no pós-guerra, os donos das terras por ele utilizadas. Era fortemente recomendado que a área a ser dedicada aos cemitérios utilizasse terrenos com terras esgotadas, ao invés de férteis; que se minimizassem seus limites em contato com estradas; que se localizasse próximo aos locais onde se esperavam ocorressem os combates mais pesados com as baixas correspondentes; e assim por diante. Em todos eles deveria haver previsão de espaço adicional para o enterramento dos mortos achados subsequentemente. Se os fatores como tempo e espaço impedissem a criação de novos cemitérios militares, era sugerido o uso de cemitérios civis pré-existentes para o enterramento dos mortos em ação.

O manual enfatiza a necessidade de adequada e precisa localização cartográfica, tanto dos cemitérios quanto dos túmulos neles contidos. O texto enfatiza que os dados de localização do cemitério devem ser os mais detalhados possíveis, apelando para a

---

<sup>176</sup> WAR DEPARTMENT, op. cit. Pg. 11: “proper interment of the dead, the determination of identities, when possible, and the preparation and maintenance of the required burial forms and records”.

descrição de elementos da paisagem para facilitar ao máximo sua localização subsequente, independentemente dos eventos pelos quais venha a passar. Já o plano do cemitério deve indicar precisamente e sem dubiedades a localização de cada uma das sepulturas. O formato proposto é o quadrangular: um grande quadrado subdividido em quatro quadras entremeadas com vias de acesso, tudo em ângulo reto.

O capítulo seguinte trata dos enterramentos, dando conta da variedade de circunstâncias em que poderão ocorrer. Inicialmente é tratada a mais perigosa delas: o enterramento dos mortos que caíram em áreas ativas – isto é, na qual ainda se desenrolam os combates. Nestas circunstâncias os procedimentos de enterro são simplificados ao máximo, mas em hipótese alguma são abandonados, e isso alegadamente tanto por razões sanitárias quanto relativas à manutenção da moral da tropa. Nesse cenário se reconhece que existirão enterramentos isolados e pouco ou nenhum tempo para se recolher os pertences dos mortos. O importante é marcar com precisão o local do túmulo provisório a fim de que posteriormente o pessoal habilitado do Serviço de Registro de Túmulos possa proceder à exumação, recolha dos pertences e reenterramento dos restos mortais em um cemitério apropriado.

Essa marcação devia ser feita com os meios disponíveis no local, sendo recomendados pedaços de madeira, pedras grandes ou um capacete sobre um fuzil com baioneta calada espetada ao chão. Essa última possibilidade acabaria por se converter num símbolo, num ícone, na imagem mais frequentemente associada à morte em combate. É até hoje usada nas cerimônias em homenagem aos mortos em combate como um ícone.





FIGURA 12 - Capacete de metal sobre o fuzil espetado no chão para fins de homenagem fúnebre. A imagem retrata a cerimônia comemorativa ao Dia da Vitória (8/08/1945) na Praça do Expedicionário em Curitiba (PR). São visíveis um dos três mastros nos quais são hasteadas ao som do Hino Nacional Brasileiro as bandeiras do Brasil, Paraná e da Legião Paraense do Expedicionário (LPE), gestora do Museu do Expedicionário, cuja fachada se vê parcialmente na foto. As flores estão depositadas sobre uma lápide de mármore negro sobre a qual foram inscritos os nomes dos 28 paranaenses mortos em ação<sup>177</sup> na frente italiana na Segunda Guerra Mundial. Ao lado da lápide se vê em destaque o capacete de metal sobre o fuzil encaixado num suporte fixado ao chão. Trata-se de uma reprodução do procedimento adotado oficialmente pelo Exército dos EUA à época da Segunda Guerra Mundial, descrito no subitem letra *a*. Battlefield burials in active áreas da Seção III relativa a enterros do manual do Serviço de Registro de Túmulos oficialmente adotado pela instituição em janeiro de 1945. A função do ícone é representar todos militares brasileiros mortos em ação naquele conflito, mas pode também referir-se a quaisquer dos mortos de diferentes origens nacionais em combate na guerra. (Acervo pessoal)

De todas as formas de se sinalizar o enterramento de um combatente, esta deveria ser a menos desejável, do ponto de vista da conservação da moral das tropas para a luta. Afinal de contas, se essa prática tornava visível o enterramento provisório para a ação posterior dos membros do PS, também era facilmente notada pelas tropas ainda em ação.

Em uma passagem da sua experiência na Primeira Guerra Mundial, Ernest Jünger descreve um enterro improvisado que ele e seus homens fizeram e como sinalizaram a sepultura:

<sup>177</sup> KRZYŻANOWSKI, Rubens. **Segunda Grande Guerra Mundial**: Contribuição do Paraná. Curitiba: Museu do Expedicionário, Inédito, 1983.

Um deles, um jovem tenente, morreu logo em seguida; ou outro, um sargento, foi ferido gravemente nos braços e nas pernas. Pelos documentos do oficial, ficamos sabendo que seu nome era Stokes e que pertencia ao 2º Regimento de Fuzileiros Royal Munster. Ele estava muito bem vestido e seu rosto, mortalmente convulso, era de talhe inteligente e enérgico. Em seu caderno de notas, li um punhado de endereços de moças londrinas, isso me deixou tocado. Nós o enterramos atrás de nossa vale e assentamos sobre sua cova uma cruz bem simples, na qual mandei entalhar seu nome com tachas de botina.<sup>178</sup>

A necessidade de ocultação dos mortos e de tudo o que diga respeito à morte em combate é uma constante em todas as práticas destinadas tanto a evitar que os corpos se convertam em veículo para disseminação de doenças entre a tropa, quanto a manter e sustentar o moral delas para combate. O documento aqui examinado é prova evidente dessa preocupação. O texto faz referência clara, ainda que sucinta, à necessidade de discrição, senão de sigilo, a tudo que se referisse às atividades normais de trabalho daquele tipo de unidade. Nesse caso, a preocupação não era propriamente com a possibilidade do inimigo conseguir observar o cemitério no intuito de se informar com exatidão sobre as baixas fatais que conseguiu infligir. O problema central era vedar a visão que as tropas pudessem ter desses locais, tudo no intuito de se manter sua moral para o combate em estado elevado. Nesse sentido, o texto faz as seguintes considerações:

Os corpos devem ser cobertos, especialmente se eles estão mutilados ou em uma condição pouco apresentável, quando carregados ou transportados para o cemitério ou outro local de sepultamento. As rotas devem evitar o contato com as tropas, tanto quanto possível, e os locais de sepultamento deve ser selecionados a partir das estradas, se a situação permitir. A remoção deve ser realizada com uma atitude reverente para com os mortos, e qualquer tendência à manipulação indevida deles deve ser corrigida imediatamente.<sup>179</sup>

O texto insiste na necessidade de se reenterrar em cemitérios apropriados todos corpos localizados em enterramentos isolados ou provisórios, estes últimos geralmente feitos nos campos de batalha mais recentes. Nesse último caso, o texto chama a atenção para as dificuldades de se achar os cadáveres, que são de duas ordens: auto-ocultação e risco a que se expunham aos membros do PS.

<sup>178</sup> JÜNGER, Ernest. **Tempestades de Aço**, p. 69

<sup>179</sup> WAR DEPARTMENT, op. cit. pg. 19: "Routes should avoid contact with troops as much as possible, and places of interment should be screened from roads if the situation permits. The removal should be accomplished with a reverent attitude toward the dead, and any tendency toward improper handling of bodies should be corrected immediately".

O desafio colocado aos membros do PS pela auto-ocultação dos cadáveres é grande. Os soldados vão ao combate usando fardas e outros adereços feitos para os ocultarem diante dos olhos do inimigo, na conhecida prática da camuflagem. Mais ainda, sempre buscarão proteção do fogo inimigo atrás de todo tipo de obstáculo que os proteja também da visão destes. O texto adverte que muito provavelmente os cadáveres serão encontrados pelos encarregados de sepultá-los nessas condições: camuflados e abrigados.

Além de difícil e trabalhosa, a atividade dos membros do PS, ao contrário do que se possa imaginar, também podia ser de alto risco. Tornou-se uma prática adotada por quase todas as forças em confronto a colocação de minas e armadilhas explosivas nos cadáveres dos inimigos mortos. O objetivo era claro: matar ou ferir os encarregados de dar sepultura aos corpos. O manual se refere a esse risco nos mais diretos termos: “na busca por corpos muito cuidado deve ser usado para evitar armadilhas e minas anti-pessoal<sup>180</sup> que podem ter sido colocados sob os corpos por forças inimigas”.<sup>181</sup>

A etapa seguinte do trabalho do PS, o sepultamento em si, se era isenta de riscos, tornava-se problemática pelas questões colocadas pela identificação dos corpos. Uma primeira recomendação nesse sentido dizia respeito às placas de identificação em metal, idênticas, duplicadas, que todo combatente devia carregar presas a um colar também de metal ao pescoço. Tais placas foram criadas para se possibilitar a identificação dos mortos em combate.

A preocupação com identificar os soldados em uma guerra de maneira eficaz só foi disseminada a partir da Primeira Guerra Mundial. Embora seja considerada já uma guerra moderna, na Guerra Civil Americana (1861-1865) não havia uma exigência formal da manutenção dos registros para notificação das famílias dos mortos. Ao ser convocado para a guerra, o soldado já se preparava para o anonimato de sua sepultura, além da não informação ou confirmação de sua morte para seus familiares<sup>182</sup>.

Em suas memórias, o General Grant narra uma passagem que mostra a improvisação dos soldados antes de uma batalha em 1864:

Quando cheguei perto de um dos regimentos que estava fazendo os preparativos para o ataque do dia seguinte, percebi que alguns soldados tinham tirado os casacos, e pareciam estar empenhados

<sup>180</sup>São duas categorias de minas mais comuns utilizadas nessa região durante a Segunda Guerra Mundial, a mina anti-carro e a mina anti-pessoal. SOUZA, Roberto de Melo e. **Mina R**. Rio de Janeiro: Editora Ouro Sobre Azul, 2013.

<sup>181</sup> WAR DEPARTMENT op. cit. pg. 21: “In the search for bodies great care should be used to avoid booby traps, and anti-personnel mines which may have been placed under bodies by enemy forces”.

<sup>182</sup> DICKON, C., p. 31

em costurar rendas neles. Esta exposição de alfaiataria parecia bastante peculiar em tal momento, mas após uma análise mais aprofundada, verificou-se que os homens estavam calmamente escrevendo seus nomes e endereços residenciais em tiras de papel, e fixando-os nas costas de seus casacos, de modo que os seus corpos mortos pudessem ser reconhecidos em campo, e seu destino dado a conhecer a suas famílias em casa.<sup>183</sup>

Encontrei entre os mortos da FEB um brasileiro que foi identificado graças ao fato de ter bordado seu número de registro na sua calça da farda. O cabo Eutrópio Wilhelm de Freitas, morto em Iola em 13/03/1945, não possuía mais chapa de identificação quando seu corpo foi resgatado, mesmo com os padrões de identificação aperfeiçoados. Antes disso, o problema de reconhecimento do corpo era problemático.

Já nos conflitos anteriores à Segunda Guerra Mundial, a preocupação com a identificação ajudou a criar um mercado paralelo de vendedores de placas talhadas em madeira, metal ou tecido com o nome do soldado, sua unidade e cidade de origem. A prática estava longe de ser universal e, como resultado, cerca de quarenta e dois por cento dos soldados da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) não foram identificados<sup>184</sup>.

Na França foi necessário o impacto da Guerra Franco-Prussiana de 1871 para se avançar na direção de um sistema universal e obrigatório de identificação para todos soldados. O processo avançou lentamente e só em 1881 foi imposto a todos militares<sup>185</sup> o uso de uma placa de metal inoxidável com seus dados de identificação. Tanto por negligência quanto por superstição muitos soldados se recusavam a usá-la.

O medo de morrer sem identificação entre os estadunidenses era considerado tão ruim como morrer em outro país e jamais ser repatriado. A pressão foi tamanha que em 1906 o Exército americano instituiu os discos de identificação em metal, na Segunda Guerra Mundial eles passaram a ser chamados de *dog tags*.<sup>186</sup>

No decorrer da guerra de 1914-18 a maioria dos países europeus já havia adotado a placa de identificação para uso dos seus soldados, tanto na forma metálica quanto

---

<sup>183</sup> As I came near one of the regiment which was making preparations for the next morning's assault, I noticed that any of the soldiers had taken off their coats, and seemed to be engaged in sewing up rents in them. This exhibition of tailoring seemed rather peculiar at such a moment, but upon closer examination it was found that the men were calmly writting their names and home addresses on slips of paper, and pinning them on the backs of their coats, so that their dead bodies might be recognized upon the field, and their fate made known to their families at home. In DICKON, p. 32

<sup>184</sup> CAPDEVILA, & VOLDMAN, p.22

<sup>185</sup> Até 1915 era comum o uso de apenas uma placa, depois dessa data, duas placas eram destinadas para cada soldado como garantia maior de identificação. CAPDEVILA & VOLDMAN Op. Cit. p.24

<sup>186</sup> Placa de cão, assim chamadas pelos soldados norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial por serem parecidas com as vendidas para cachorro. DICKON, Op. Cit. p.33

através do emprego de celulose ou couro. A despeito, disso as dificuldades para identificar todos mortos numa guerra de proporções sem precedentes foram grandes. De 1.400.000 mortos franceses em solo inimigo, 252.900 foram dados como desconhecidos (18%), número que alguns observadores consideram baixo demais num processo caracterizado como sendo de adivinhação dos donos dos ossos a serem enterrados<sup>187</sup>.

O processo sofreu diversos aperfeiçoamentos no entre guerras, sempre se buscando formas de identificação adicionais à placa de identificação metálica. Nos EUA, adotou-se a prática de recolher o registro odontológico de cada um dos seus recrutados, e anexá-las à documentação de exumação dos corpos<sup>188</sup>. Era esse o padrão durante a Segunda Guerra Mundial, além das duas chapas de identificação para cada soldado.

Uma das cópias sempre era enviada ao comando imediato, que informava ao Graves Registration tanto através do despacho do original, quanto pelo envio de uma cópia em carbono, decalcada diretamente sobre o metal. O recurso de imprimir os dados ali contidos (nome completo, tipo sanguíneo, posto, vacinas, religião) em carbono era amplamente usado por diversos níveis da burocracia militar que tivesse em seu poder a 1ª via da placa individual de identificação. A segunda via geralmente era deixada com o próprio cadáver, em especial se se tratasse de enterramento isolado. No caso de cemitérios regulares essa segunda placa deveria ser afixada próxima ao topo da cruz ou haste de madeira que assinalava cada túmulo.

A extrema letalidade dos combates travados na Segunda Guerra Mundial tornava frequente o achamento de corpos sem nenhuma das placas de identificação. Isso colocava ao PS, segundo o manual de procedimentos do Exército dos EUA, a tarefa de recolher elementos que permitissem estabelecer *a posteriori* a identidade de cada cadáver. Isso incluía o recolhimento de impressões digitais de todos os dedos das mãos, cópias das arcadas dentárias, anotação de características anatômicas, etc. Nenhum enterramento de desconhecidos poderia ser feito antes de cumpridos todos esses procedimentos.<sup>189</sup>

Na ausência das placas, a recomendação era apelar para membros das unidades militares que haviam combatido na área em que o corpo foi encontrado, buscando indivíduos que pudessem identificar os corpos. Os pertences pessoais deveriam ser retirados dos cadáveres e mostrados aos camaradas dos mortos que se dispusessem a identifica-los. Nesse caso, os dados que viessem a ser obtidos deveriam ser anotados num

---

<sup>187</sup>CAPDEVILA & VOLDMAN, Op. Cit. p.24

<sup>188</sup>CAPDEVILA & VOLDMAN Op. Cit. p.26

<sup>189</sup> Op. Cit. pg. 23

papel e colocados no interior de uma garrafa ou cantil e enterrados, na ausência das placas de identificação, junto com o corpo.

O tratamento dos pertences pessoais é o que mais de perto nos interessa aqui. No manual se percebe que eles são tidos como de alta valia, não apenas para as tarefas de ordem prática relativas ao processo de identificação dos corpos. O valor sentimental também era igualmente considerado como relevante. Nesse sentido, nada deveria ser enterrado com o cadáver. A busca pela retirada de todos os objetos de que o corpo pudesse ser portador deveria ser completa, minuciosa, reiterada até a certeza total. Como se vê nessa passagem:

Quando os corpos forem levados para o local de sepultamento, o oficial encarregado do enterro ou seus assistentes devem revistá-los com cuidado para se certificar de que nada de valor ou interesse para aqueles em casa está enterrado. Pesquisa cuidadosa e renovada dos bolsos frequentemente irá revelar cartas e cartões que foram esquecidos. Se a unidade do morto é conhecida, pode ser possível chamar alguns dos homens da mesma companhia que possam pessoalmente identificar o corpo ou que terão conhecimento dos pertences encontrados no morto e atribuí-los a um membro conhecido na organização.<sup>190</sup>

Havia também recomendações para o caso de se proceder a enterramentos em série de desconhecidos, ocorrência frequente em caso de guarnições de veículos, aeronaves ou de baixas extensas entre a infantaria. Nesse caso atribuía-se uma inicial (a letra “X”) e uma sequência numérica tão extensa quanto fossem os cadáveres sem identificação (X1, X2, X3, etc.)

Os mortos inimigos também deveriam ser sepultados conforme as mesmas determinações aplicadas aos demais. Contudo, seriam enterrados numa quadra separada no interior do cemitério militar. Seus nomes deveriam ser comunicados ao assim chamado POWI.

O Prisoner of War Information Bureau do Exército dos EUA foi criado durante a Segunda Guerra Mundial em 27 de dezembro de 1941<sup>191</sup>. Além dos prisioneiros de guerra, desertores ou indivíduos que deram baixa com desonra das forças armadas dos EUA

---

<sup>190</sup> Op. Cit. Pg. 25: “When the bodies have been brought to the place of burial, the burial officer or his assistants should search them carefully to make sure that nothing of value or interest to those at home is buried. Careful and renewed search of pockets will often bring to light letters and cards that have been over looked. If organization is known it may be possible to call some of the men of the same company who may personally identify the body or will have knowledge of effects found on the body and attribute same to a known member of the organization”.

<sup>191</sup> BOISTER, N. & CRYER, R. (org). **Documents on the Tokyo Military Tribunal**. New York: Oxford, 2008, p. 580.

mortos também deveriam, segundo o manual, ser enterrados em quadras separadas no cemitério militar.

O texto é coerente em constantemente reafirmar o caráter provisório dos enterramentos, insistindo que os corpos no futuro retornarão aos EUA. Percebe-se no manual a resistência a qualquer proposta de se precipitar o processo, antecipar sua execução ou de se abrir precedentes nesse sentido. O futuro a que se refere o texto é necessariamente o do pós-guerra, na medida em que a guerra impõem outras prioridades aos meios de transporte. É o que se percebe nessa passagem: “Exceto em caso de morte a bordo de navio e quando instruções específicas forem emitidos para volta dos corpos para os Estados Unidos, corpo algum será enviado para os Estados Unidos a partir de pontos fora dos limites continentais dos mesmos até novas instruções serem emitidas”<sup>192</sup>.

A Guerra Civil Americana serviu de testes de como transportar os restos mortais dos soldados mortos para cemitérios militares, e isso foi possível graças a tecnologia das ferrovias. Tal experiência foi adaptada e desenvolvida nos conflitos posteriores como na guerra contra a Espanha em 1898. O primeiro repatriamento em massa de soldados mortos ocorreu em 1899, foram os restos mortais de 1.122 soldados e marinheiros mortos das Filipinas.<sup>193</sup>

A grande dificuldade, entretanto, foi o repatriamento dos mortos durante a Primeira Guerra Mundial. A princípio, pensava-se que os cemitérios seriam transitórios e todos os corpos trazidos de volta ao final do conflito. O Graves Registration iniciou seus trabalhos na Europa em agosto de 1917. Dessa forma, capelães foram convocados para dar assistência aos funerais e realizar as cerimônias fúnebres. Identificar os corpos bem como o local onde os mesmos eram temporariamente enterrados foi um trabalho que o Graves Registration cumpriu de acordo com seus objetivos, tanto que apenas 3% dos mortos ficaram sem identificação<sup>194</sup>. Entretanto, a mortandade do conflito superou todas as expectativas, o número alto impossibilitava o repatriamento de todos os corpos.

O exemplo dado pelo então presidente norte-americano Teddy Roosevelt ao saber da morte de seu filho mais novo Quentin Roosevelt foi seguido pela maioria das famílias

---

<sup>192</sup> Com o fim da Primeira Guerra Mundial um comércio ilegal se tornou lucrativo na França. Era o resgate e traslado de corpos de soldados mortos custeados por famílias, mesmo com a proibição dessa prática pelo governo, muitos pagavam caro para ter o corpo do filho e enterrá-lo em seu túmulo familiar. Diversos autores descrevem esses eventos como WINTER, Jay & SIVAN, E. **War and Remembrance**, 1999, Também estão descritos os conflitos sobre esse tema em DICKON, C. **The Foreign Burial of American War Dead: a History**, 2011.

<sup>193</sup> DICKON, C. p. 14

<sup>194</sup> DICKON, Op. Cit. p.61

que tinham a possibilidade de solicitar o repatriamento dos seus mortos. Na consulta realizada, cerca de 45% das famílias desejavam que os filhos ficassem onde morreram ou o mais próximo do local onde caíram<sup>195</sup>.

O quarto capítulo é dedicado aos relatórios de enterros (Report of Burials). As normas que definem o padrão dos diferentes formulários, seus elaboradores e destinatários são definidos e descritos, tanto para os relativos a indivíduos quanto os prestados em base semanal. São listadas as informações que devem ser fornecidas ao Quartel General do Serviço de Registro de Túmulos (Headquarters Graves Registration Service) e aos demais escalões superiores de comando. O texto insiste na checagem dos dados e sua conferência a cada nível hierárquico que recebe as informações, reiterando o fato de que devem ser as mais extensas e completas possíveis. Além de fornecer os modelos de formulários aceitos, o texto alerta o comando para a prática frequente de omissão de dados, a ser combatida por diferentes níveis de comando, em particular quando as circunstâncias de vida e trabalho dos encarregados dos sepultamentos sejam extremamente difíceis:

O estresse de combate, muitas vezes leva ao fracasso em fornecer informações sobre o enterro dos mortos e a determinação da localização dos seus túmulos. Isso deve ser evitado, pois os comandos do Serviço de Registro de Túmulos, do teatro de operações, ou o comando de base insistirá que dados completos sejam fornecidos.<sup>196</sup>

O capítulo quinto desse manual é dos mais sucintos. Trata das marcas tumulares e prevê dois tipos de identificação, com ou sem indicação de confissão religiosa do indivíduo enterrado. O primeiro tipo é uma simples estaca, os demais são a Cruz cristã e a Estrela de Davi judaica. Na descrição e fornecimento de medidas para a confecção dessas marcas é sempre enfatizado o caráter puramente temporário desses enterramentos, destinados a serem trasladados de volta aos EUA:

Nos cemitérios maiores, em que os enterros isolados e outros têm se concentrado esperando o retorno dos corpos para a terra natal os túmulos podem ser marcados com cruzeiros ou Estrela de David

<sup>195</sup> Seguindo assim o trecho bíblico “Where the tree falls, let it lie”, “Estando as nuvens cheias, derramam a chuva sobre a terra, e caindo a árvore para o sul, ou para o norte, no lugar em que a árvore cair ali ficará”. Eclesiastes, 11, 3. Bíblia Sagrada.

<sup>196</sup> Op. Cit. Pg. 37: “The stress of combat often results in failure to supply information concerning the burial of the dead and the determination of the location of their graves. This must be guarded against as the headquarters of the Graves Registration Service, theater of operations, or base command will insist upon complete data being furnished.”



temporárias, como indicado pela figura 6. A placa de identificação que foi afixada a estaca deve ser removida e afixada à Cruz ou Estrela de David.<sup>197</sup>

A sexta seção ou capítulo dessa obra é das mais detalhadas e minuciosas, e diz respeito ao nosso interesse central: o manuseio dos pertences encontrados com os mortos. É expressa da forma a mais clara possível quais riscos estão expostos tais objetos no processo de retirada dos corpos e envio aos seus familiares nos EUA:

É o seguinte o procedimento estabelecido no transporte de objetos pessoais, a fim de minimizar as possibilidades de furtos, e fornecer uma checagem precisa sobre os objetos enviados. É política da Intendência Geral colocar a responsabilidade pela transferência adequada de objetos pessoais sobre o pessoal encarregado, ou seja, oficiais do Serviço de Registro de Túmulos nos teatros de operação para os quais foram designados pelos comandantes gerais para lidar com bens pessoais em trânsito. O tratamento e despacho adequado de objetos pessoais pelos oficiais responsáveis reduzirá roubo e furto a um mínimo absoluto e fornecerá controle adequado sobre os embarques destes.<sup>198</sup>

Tais procedimentos se iniciam com a exigência de que todos os objetos pessoais retirados de corpos de mortos das forças militares ou civis que estivessem sob a jurisdição do Departamento de Guerra sejam listados no Formulário de Inscrição de Túmulos No. 1 e no Relatório de Sepultamento (Graves Registration Form No. 1 – Burial Report) bem como em uma lista de inventário (WD Formar AGO 54), tudo em quatro vias. O documento original se destina a ser colocado no saco de pertences ou outro recipiente com artigos de bens pessoais do falecido, uma segunda cópia seria enviada para o Ajudante Geral em Washington, DC, a terceira cópia deveria ser enviada para o Comando da Intendência em Kansas City, Missouri. A quarta e última cópia seria retida pela unidade de Serviços de Registro de Túmulos.

---

<sup>197</sup> Op. Cit. Pg. 39: “In the larger cemeteries in which isolated burials and others have been concentrated awaiting return of bodies to the homeland the graves may be marked with temporary crosses and Star of David as indicated by figure 6. The identification tag that was attached to the name peg should be removed and attached to the cross or Star of David”.

<sup>198</sup> Op. Cit. Pg. 42: “The following is the established procedure in the shipment of personal effects in order to minimize the possibilities of pilfering of personal effects, and to provide an accurate check on the effects shipped. It is the policy of The Quartermaster General to place the responsibility for the proper shipment of personal effects upon the proper personnel, namely the Graves Registration Service officers in the theaters of operation as are designated by theater commanding generals to handle personal effects in transit. The proper handling and channeling of personal effects by the officers responsible will reduce theft and pilfering to an absolute minimum and provide for the proper check on the shipments”.

Nada menos de seis páginas desse manual são dedicadas à descrição de procedimentos e à atribuição de responsabilidades no decorrer do processo de recolhimento e despacho dos bens pessoais dos mortos, desde a sua retirada dos corpos até sua entrega aos familiares nos EUA. Em todas as etapas os sacos com esses pertences têm sua integridade averiguada. Em caso de violação as determinações exigem a conferência do conteúdo com as listagens de objetos, a fim de se determinar o que foi subtraído e se apurar as responsabilidades. É notável o rigor com a segurança dos objetos encontrados nos cadáveres em todas as etapas de seu transporte até as mãos de seus entes queridos.

A última parte desse documento histórico trata de diversos aspectos, generalidades que não foram abordadas ou completamente desenvolvidas no corpo do texto. Dentre estas cabe citar o papel do Pelotão de Sepultamento na cooperação com os serviços de resgate de armas e equipamentos encontrados com os mortos. É determinado que o PS colabore com esses serviços de salvamento com a armazenagem desses objetos e seu posterior encaminhamento para recuperação.

Novamente aparece a questão do retorno dos mortos aos EUA<sup>199</sup> que, além de condicionada à disponibilidade de transporte, só poderia ser feita com autorização do comando da Intendência do Exército dos EUA. As restrições são severas, embora na prática não necessariamente impedissem tal envio:

a. Durante o período em que os Estados Unidos estão em guerra, a transferência dos restos mortais oriundos do Alaska, possessões estrangeiras, e outras estações fora dos limites continentais dos Estados Unidos estão suspensas, exceto como previsto. b. Restos podem ser devolvidos aos Estados Unidos continental a partir de pontos do continente norte-americano, exceto Alasca, por transportadora comercial desde que não seja por via aérea, navegação costeira e oceânica, atendidos os requerimentos sanitários e de transporte dos demais países e que esse transporte esteja disponível para esse fim e não seja necessário para o movimento de tropas e suprimentos. c. Antes do embarque, um pedido de instruções será submetidos ao Intendente Geral, e o embarque não será feito até o recebimento de instruções deste.<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup>A Primeira Guerra Mundial provocou um trauma nos norte-americanos diante dos impasses sobre o repatriamento. Na França, os corpos dos soldados americanos mortos que poderiam ser trasladados para a América só foram liberados em 1920, muito tempo depois da guerra ter acabado. DICKON, C. **The Foreign Burial of American War Dead: a History**, 2011, p. 47.

<sup>200</sup> Op. Cit. Pg. 52: “a. During the period that the United States is at war, the shipment of remains from Alaska, foreign possessions, and other stations outside the continental limits of the United States is suspended, except as provided herein. b. Remains may be returned to the continental United States from points on the North American continent, except Alaska, by commercial carrier transportation other

Sempre preocupados com o efeito que a visão dos túmulos dos mortos em combate pudesse ter sobre a moral da tropa, foi terminantemente proibido fotografar qualquer dos cemitérios ou enterramentos isolados realizados no além-mar. Finalmente, há um glossário dos principais termos empregados no processo de envio dos bens pessoais dos mortos aos seus familiares:

Saco de bens pessoais: saco padrão, para objetos pessoais.

Bolsa de bens pessoais: embalagem de despacho registrada para bens pessoais pelo autor da remessa ao Escritório de Bens do Exército, Kansas City, Missouri.

Inventário de bens pessoais: Lista de objetos pessoais compilados no momento em que são removidos do falecido. Um inventário de objetos pessoais, assinado pelo sub-oficial ou o responsável, será incluído em cada saco de pertences pessoais.

Lista da Bolsa: Lista elaborada pelo autor da remessa que contém o nome e unidade das pessoas falecidas cujos objetos estão incluídos na bolsa; não é uma lista dos objetos pessoais. Uma lista de bolsa será incluída em cada bolsa no momento do envio, assinada pelo oficial que a originou e, posteriormente, assinado por todos os oficiais que a recebem e que abrem e verificam o conteúdo da bolsa enquanto em trânsito.

Cartão de expedição: Cartão contido no bolso transparente do lado de fora de cada bolsa de bens pessoais, que mostra a assinatura, hora de envio, oficial de origem, e, no caso de cada intermediário, o oficial que irá exibir a data e hora de recebimento e data e hora de envio, a assinatura do oficial recebedor e quaisquer discrepâncias observadas.<sup>201</sup>

Encerrando essa parte cabe concluir que o Manual FM 10-63 do Graves Registration Services cristaliza e sistematiza a experiência acumulada pelo Exército dos EUA até o momento de sua publicação (janeiro de 1945), tanto em diferentes guerras

---

than air, or ocean or coastwise vessels, provided sanitary and shipping requirements of the several countries are observed and that such transportation is available therefore and not required for the movement of troops or supplies. c. Prior to shipment, a request for instructions will be submitted to The Quartermaster General, and shipment will not be made until receipt of instructions from The Quartermaster General”.

<sup>201</sup> Op. Cit. Pg. 53: Personal effects bag: Standard Bag, Personal Effects, issued for personal effects. Personal effects pouch: Registered shipping container for personal effects bags from the originator of the shipment to the Army Effects Bureau, Kansas City, Missouri. Personal effects inventory: List of personal effects compiled at the time personal effects are removed from the deceased. A personal effects inventory, signed by the NCO or responsible person removing effects, will be included in every personal effects bag. Pouch list: List compiled by the originator of the shipment which contains the name and organization of deceased whose personal effects are included in the pouch; not a list of the personal effects. A pouch list will be Included in each pouch at time of shipment signed by the originating officer, and subsequently signed by every officer receiving and who opens and checks the contents of the pouch while in transit. Dispatch card: Card contained in the transparent pocket on the outside of each personal effects pouch, which shows the signature of, and time of dispatch by, the originating officer, and in the case of each intermediate officer it will show date and time of receipt and date and time of dispatch, and signature of the intermediate officer and any discrepancies noted.

como no decorrer do próprio segundo grande conflito mundial a fim de, pela imposição de procedimentos padronizados, dar conta dos conflitos e dilemas intrínsecos ao processo de enterramento dos mortos em combate.

Seria a partir dos seus métodos, normas e procedimentos que o PS/FEB iria pautar sua atuação. Cabe agora examinar a história operacional dessa unidade, a fim de se perceber como as circunstâncias nas quais existiu e atuou impactaram seu padrão de trabalho. E em se tratando da história do PS é indispensável inseri-lo na história mais ampla da FEB, em particular no que se refere ao seu processo formativo. Tal processo foi decisivamente influenciado pela persistente falta de efetivos para atender aos múltiplos e variados encargos que a Divisão deveria enfrentar.

Essa crise no fornecimento de efetivos marcou a história da FEB e teve claramente impacto sobre a organização do Pelotão de Sepultamento. É bem provável que os conhecidos problemas de seleção e reacompanhamento de pessoal, que assumiram proporções críticas nas unidades combatentes, tenham afetado negativamente o processo de criação até mesmo de unidades de apoio indispensáveis, como é o caso do citado Pelotão. Mesmo assim é desconcertante constatar que o Pelotão de Sepultamento foi criado somente em 4 de julho de 1944, dois dias depois do primeiro escalão da FEB ter zarpado do Rio de Janeiro, levando cerca de cinco mil homens para a Itália<sup>202</sup>. O fato do PS não ter seguido de imediato com o primeiro escalão colocou como problema para essas tropas a remoção, identificação e enterramento dos mortos em combate na primeira fase da Campanha da Itália.

Desde sua origem até sua extinção com o término da guerra em 1945, o PS esteve subordinado ao Serviço de Intendência, inicialmente agregado à Companhia de Intendência e, em seguida, ao Depósito de Intendência da FEB. Tal era a prática organizacional adotada pelo Exército Americano, e que coube à FEB emular. Aqui é importante notar outras peculiaridades da organização militar então adotada. Cabia ao Serviço de Intendência o abastecimento das tropas de gêneros alimentícios, munição, peças de reposição, etc.<sup>203</sup>

Até o início da guerra, não era essa a configuração organizacional. O recolhimento dos mortos em campanha era função do Serviço de Saúde<sup>204</sup>. Os procedimentos relativos

---

<sup>202</sup> Cronologicamente a convocação teve início em janeiro de 1942, as primeiras medidas para a organização da FEB foram proclamadas em agosto de 1943 e a partida do 1º Escalão só se fez em julho de 1944. LINS, M.L.F. **A Força Expedicionária Brasileira**: uma tentativa de interpretação, 1975, p.79.

<sup>203</sup> RAMOS, J. **A Epopéia dos Apeninos**, s/d.

<sup>204</sup> Ministério da Guerra, Anuário Militar do Brasil, 1939. pp.195-196.

à identificação, causa do óbito, local de sepultamento eram realizados pelos membros lotados nas formações sanitárias das unidades militares. Consequentemente as fontes oficiais relativas aos procedimentos com os mortos foram produzidas por militares pertencentes aos Serviços de Intendência do Exército<sup>205</sup>.

Cabe comentar aqui o Relatório oficial da história do PS, redigido ao final da guerra pelo seu comandante o Primeiro Tenente Lafayette Vargas M. Brasileiro contendo a história operacional daquela unidade, fartamente ilustrado e profusamente provido de tabelas estatísticas<sup>206</sup>.

O PS só foi conseguir chegar à Itália em 9 de outubro de 1944. As tropas brasileiras estavam em combate desde 15 de setembro, de forma que foi necessário formar um PS na Itália. Esse primeiro PS foi treinado pelos norte-americanos, oferecendo estágios aos brasileiros nos cemitérios militares e postos de coleta do Exército dos EUA. O PS original não foi substituído por aquele criado no Brasil, mas fundido a ele. Os recém-chegados foram incorporados como recompletamentos ao PS original.

A tarefa da qual o PS incumbiria na Campanha da Itália era de grande importância por diversas razões. Para entender o papel que desempenhava no funcionamento da divisão de infantaria brasileira, é importante se examinar a estrutura institucional e modo de funcionamento do PS. Isso será feito a partir do Relatório Oficial redigido por seu comandante e remetido ao comando do Exército Brasileiro no imediato pós-guerra. Nele o descritivo das ações desse grupo de militares é feito de forma reconhecidamente sintética, típica das burocracias militares, bem como com frequente recurso à quantificação. Seu autor faz menção o tempo todo ao contexto das manobras e combates do conjunto da FEB no decorrer da Campanha da Itália.

Para este autor, a história da ação do PS se inicia quando alguns dos seus membros foram destacados em novembro de 1944 para manter em operação dois diferentes postos de coleta de corpos destinados à remoção para enterro. Esses postos estavam instalados

---

<sup>205</sup> Certamente nota-se a influência da cultura interna geralmente atribuída a esse serviço do Exército. De acordo com a análise de Celso Castro “A intendência atua no combate apoiando as outras Armas com suprimentos e serviços”. Atuando no setor administrativo do Exército, a intendência divide sua atuação em duas frentes: a linha bélica e a linha administrativa ou burocrática. Nesse sentido, três aspectos são relevantes na atuação da Intendência, são os membros das forças armadas com maior proximidade com a vida civil, seu trabalho exige muita precisão (e neste aspecto os relatórios do PS demonstram essa preocupação) e por último são marcados por um espírito pouco militar se comparados aos membros da Infantaria ou artilharia por exemplo. CASTRO, Celso. **O espírito militar**: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

<sup>206</sup> BRASILIANO, Lafayette Varga Moreira. **Relatório das atividades deste Pelotão**, desde o período de sua organização até a presente data. V Exército Americano, IV Corpo, Serviço de Intendência da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária, 1º. Pelotão de Sepultamento. Itália, Pistoia, 26/06/1945. 15 pg.

nas localidades de Valdibura e outro na estrada de Porretta Terme a Silla. Sendo região tipicamente de serras íngremes e vales estreitos, poucas eram as estradas. A rodovia que ligava a cidade de Porretta Terme, sede do comando da divisão brasileira, à Silla era a única via de acesso ao front. Entre os brasileiros a linha divisória entre front e retaguarda era traçada de forma precisa na Ponte dela Venturina sobre aquele rio. A partir dali os indivíduos que a cruzassem se encontrariam sob a observação e os tiros de diferentes armas dos alemães, entrincheirados a pouca distância dali nos montes que fazem parte da cordilheira a qual pertence o Monte Castello.<sup>207</sup>

Sendo o local mais próximo do front e no qual se podia contar com alguma tranquilidade, o trabalho dos postos de coleta podia se concentrar ali. Aquilo que seriam os efetivos de um terceiro posto de coleta na prática ficavam em reserva, sendo constituído por elementos que de fato se encontravam de licença de suas atividades no PS.

Além de coletar os corpos, outro problema consistia em organizar um local para seu enterramento, além de oferecer espaço para as respectivas atividades preparatórias. Na inexistência de um cemitério militar brasileiro na Itália, nossos mortos foram inicialmente enterrados tanto em cemitérios civis (Tarquínia), quanto militares dos EUA (Folonica e Vada).

A página 13 desse relatório se lê uma tabela que mostra a origem dos corpos que tiveram de ser transladados para Pistoia pelos membros do PS. Foram 88 corpos oriundos de locais como:

---

<sup>207</sup> CAMPIANI, 2010, Pg. 289. “A Ponte dela Venturina já estava livre dos bombardeios alemães. Mas para o *military policeman* brasileiro que guarnecia a ponte, o pessoal de Pistoia era um “bando de acomodados”. Os soldados da FEB localizados em Porretta consideravam que o “pessoal da ponte” estava fugindo da guerra, e os elementos de apoio dos regimentos de infantaria situados em Silla, que fica cerca de cinco quilômetros adiante de Porretta, sentiam rancor do conforto em que se encontravam os brasileiros instalados nas casas da cidade. Adiante e acima de Silla, para os infantes enfiados em buracos a cinquenta metros das posições alemãs, qualquer infeliz que estivesse mais para trás era um intolerável “saco B”, apelido dados aos elementos de retaguarda, a partir da designação do saco de pertences secundários que não acompanhava os combatentes até o front.

TABELA VI – MORTOS BRASILEIROS TRANSLADADOS PARA O CEMITÉRIO DE PISTOIA

Local enterramento original	corpos transladados
Cemitério Americano de Vada	65
Cemitério Americano de Folônica	1
Cemitério Americano de Napoles	3
Cemitério Civil de Vada	2
Cemitério Civil de Tarquinia	1
Cemitério Civil de Fucechio	1
Cemitério Civil de Piacenza	1
Cemitério Civil de Alessandria	1
Cemitério Civil de Milão	1
Sepulturas improvisadas pelo inimigo em Monte Castello	8
Da região de Precaria	3
Total	88

Fonte: BRAZILIANO, 1945, Op. Cit. pg 13

O primeiro problema a surgir como decorrência dessa prática foi a longa distância a ser vencida para realizar os sepultamentos. Na fase inicial da campanha em setembro de 1944, no Vale do Rio Serchio próximo ao Mar Tirreno, a linha de frente ficava na localidade de Garfagnana, obrigando um deslocamento de 180 km até o cemitério norte-americano mais próximo. Uma fonte de problemas adicional para o trabalho do PS era o fato de se dispor de um único veículo para essas viagens, tumultuando o processo de transporte no caso de haver sucessivos mortos a trasladar.

Com o deslocamento da linha de frente brasileira dali para o centro do front em outubro de 1944 a situação se agravou. Agora era necessário vencer o dobro da distância para se proceder aos sepultamentos. Na média, os membros do PS tinham que viajar 360 km para levar os corpos ao seu local de sepultamento, enfrentando caminhos tortuosos e escorregadios nas precárias estradas de tempo de guerra na Cordilheira dos Apeninos.

Uma medida paliativa para encarar esse problema foi a criação de um novo posto de triagem de mortos na cidade de Pistoia. Essa medida aliviou de forma considerável o trabalho de transporte dos corpos por parte do PS. Agora os postos de coleta (ditos “avançados”) entregavam os corpos ao posto de triagem, distante apenas 40 km, podendo retornar com mais brevidade à linha de frente. Havia, contudo, outra questão envolvida, que dizia respeito aos procedimentos burocráticos adotados pela administração dos cemitérios militares dos Estados Unidos.

Na média, o preenchimento dos relatórios de sepultamento e redação de demais documentos por parte dos norte-americanos levava de oito a dez dias. Nesse período, o Serviço de Intendência ficava impossibilitado de fazer a comunicação da morte aos familiares. De fato, o Ministério da Guerra, sediado no Rio de Janeiro, só ficava autorizado a comunicar o falecimento à família após o recebimento dos citados relatórios, podendo demorar até trinta dias para que a família fosse informada do óbito do soldado.

Em que pese a riqueza de informações e o potencial explicativo de uma série de práticas funerárias, por limitações de espaço serão explorados aqui apenas os Relatórios Individuais de Sepultamentos. Afinal de contas, de todas as fontes examinadas, são os que de forma mais direta e precisa informam sobre os objetos encontrados nos corpos dos militares brasileiros mortos em combate na Segunda Guerra Mundial. Quanto às demais fontes citadas, espera-se no futuro melhores condições de se explorar adequadamente esses vastos, complexos e valiosos acervos.

Cabe discorrer aqui sobre os Relatórios individuais (RI) do PS e seu conteúdo. A proposta é realizar uma crítica interna dos RI e suas implicações, apontando seus limites e possibilidades, para a realização desta pesquisa. Aqui o foco é sobre a materialidade das devoções individuais a partir dos objetos encontrados nos corpos de militares. Em que medida as informações contidas nas fontes são dignas de crédito? Pode-se tomar literalmente seu conteúdo? Que reparos e cuidados são necessários ao se interpretar os dados ali contidos? Qual utilidade em se tomar tais documentos como fontes para o estudo das atitudes destes indivíduos diante da iminência da própria morte?

Tomar os Relatórios Individuais do Pelotão de Sepultamento como fontes para o estudo das atitudes diante da morte por parte dos brasileiros que atuaram na Segunda Guerra Mundial na Campanha da Itália implica em levar em conta a relação entre o seu conteúdo, a realidade que descrevem, e os fatores que podem ter atuado, impactado, interferido no arrolamento e narração dos fatos ali descritos.

Um primeiro conjunto de considerações se refere às circunstâncias relacionadas ao exercício das atividades do Pelotão de Sepultamento face à diversidade de situações que a guerra lhe impunha. Parece claro que as variáveis mais relevantes na preservação da integridade do corpo do morto e seus pertences dizem respeito ao tempo decorrido desde a morte até o sepultamento, por um lado e, por outro, a natureza das causas da morte.

Pode se assumir como óbvio que quanto menor for o tempo decorrido desde a morte do indivíduo e o seu sepultamento, maior será a probabilidade de se resgatar,



identificar e preservar em bom estado o conjunto dos pertences legados. Inversamente, quanto maior for o tempo passado entre a morte do sujeito e o seu sepultamento, tanto menores serão tais possibilidades.

A forma pela qual o indivíduo morreu também é determinante no grau de sucesso da tarefa dos membros do PS em descrever de forma acurada os pertences encontrados com o morto. Parece claro que os corpos – e os objetos pessoais – de indivíduos que morreram em combate na linha de frente podem ter passado por extensos processos de fragmentação, degradação e dispersão.

Na Primeira Guerra Mundial, Ernest Jünger descreve em uma passagem como é encontrar soldados sem a menor possibilidade de identificação pelo grau de destruição de corpos.

O aspecto do lugar era lúgubre. Em volta do terreno queimado em que havia explodido a granada, havia mais de vinte cadáveres enegrecidos, quase todos dilacerados a ponto de ser impossível reconhecê-los. Mais tarde, tivemos de colocar alguns dos que haviam tombado entre os desaparecidos, pois não sobrara nada deles. Soldados dos trechos vizinhos da trincheira estavam ocupados em recolher as coisas ensanguentadas dos mortos no meio daquela confusão horrível e em buscar o que ainda podia ser recuperado. Eu os expulsei e encarreguei meu mensageiro de pegar as carteiras e objetos de valor a fim de salvá-los para os familiares<sup>208</sup>.

Deve-se ter em conta que na Campanha da Itália o maior número de baixas brasileiras – tanto de mortos quanto de feridos – ocorreu entre aqueles que foram atingidos por estilhaços. A razão para tão alta letalidade destes projéteis é conhecida. Tratavam-se de frações de metal com tamanho variado, arremessados instantaneamente em alta velocidade em todas as direções pela explosão de granadas. A própria explosão da granada no impacto com o chão gerava mais e mais estilhaços, aumentando a probabilidade dos homens expostos sobre o solo serem atingidos em qualquer uma das suas partes.

As granadas podiam ser disparadas tanto por canhões pesados ocultos na retaguarda inimiga, quanto pelos morteiros operados pela infantaria na imediata linha de frente. É importante lembrar que não apenas durante a fase de atuação da FEB, como também em toda Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, foram os morteiros os responsáveis pelo maior número de baixas em ambos os lados em luta. As

---

<sup>208</sup> JÜNGER, Op. Cit. pg. 146.

razões são simples de entender. Por dispararem suas granadas em uma trajetória acentuadamente curva (“parabólica”) são capazes de atingir tanto o inimigo oculto atrás dos morros, quanto dentro de suas trincheiras e outros abrigos abertos no solo. Desta forma, seus projéteis alcançam homens que, de fato, encontravam-se protegidos contra projéteis que têm uma trajetória paralela ao do solo. A estatística disponível sobre os ferimentos provocados por essas diferentes armas é assim descrita:

O temor dos morteiros inimigos, tem fundamento na verificação das estatísticas de tipos de ferimentos na literatura médica da FEB. 175 brasileiros receberam ferimentos por projétil de fuzil ou metralhadora na Itália, em comparação, 1.421 brasileiros foram feridos por estilhaços. As armas de fogo eram um agente vulnerante secundário, perdendo lugar para as granadas de diversas espécies. No total, 1.862 integrantes da DIE foram feridos em combate.<sup>209</sup>

Para além dos estilhaços de granadas de canhão ou morteiro, na vizinhança imediata da explosão, verificava-se a súbita e insuportável compressão do ar, capaz de provocar extensos danos aos órgãos internos dos indivíduos, favorecendo seu esfacelamento. Combinado com o efeito das demais armas o resultado era o seguinte:

Uma metralhadora como a MG42 era capaz de serrar um corpo humano ao meio com facilidade e um estilhaço do tamanho de um abridor de latas arrancava a perna de um homem de constituição grande. O corpo humano oferece pouca resistência ao deslocamento de ar causado por explosivo de artilharia e o resultado de um impacto próximo pode ser a desintegração completa de um homem. Membros, órgãos e troncos humanos eram constantemente vistos nas frentes de combate... granadas de morteiro tinham potência para desintegrar ou desmembrar um corpo humano.<sup>210</sup>

A explosão de minas explosivas terrestres, ocultas no solo, ou de armadilhas explosivas plantadas nos bosques, edificações, etc. também podiam provocar efeitos similares sobre os cadáveres de suas vítimas. Uma passagem das memórias do sapador Roberto de Mello e Souza, que era do 6º. RI, descreve o estado em que poderiam ficar os cadáveres das vítimas de minas que eram recolhidos pelo PS:

Mas então aquele observador chegou – eu sei o nome dele, conhecia – chegou, apontou o binóculo, olhou. E explodiu. Sem

<sup>209</sup> MAXIMIANO, 2010, Op. Cit. pg. 142

<sup>210</sup> MAXIMIANO, 2010, Op. Cit. pg. 139

sinal. Sem assobio. Sem nada, Só explodiu. Feito uma mecha<sup>211</sup>. Feito ele fosse uma mecha. Feito ele estivesse cheio de TNT. Explodiu. E explodiu tão forte que metade do corpo levantou no ar. Com o peso do estouro. As pernas desengonçadas a cabeça fora de grumo torta de lado. E foi virando de costas já mortíssimo aqueles troços saindo de dentro dele, o recheio vermelho, uns pedaços se pendurando no arame farpado pingando sangue já vinha vindo aquele cheiro mais doce e aquilo tudo era muito feio. Muito feio. Gente morrendo é um troço demais de feio. E ainda mais morrendo assim tão decomposto mostrando os bagaços as coisas dele guardadas um bolo de intimidades que um estouro põe de fora. (...) E a mãe daquele moço? Você já pensou? E aquela coisa ali já não era mais ser humano. Era só um troço esbagaçado de costas cheirando doce enjoativo um rombo na frente extravasando carne sangue e chamusco com os olhos minando sangue e o sangue de outros pedaços ainda meio vivos dele na cerca.<sup>212</sup>

Também o impacto das balas de metralhadora e outras armas automáticas, que eventualmente colhiam um único indivíduo em grande número quase simultaneamente, podiam desfigurar, desmembrar, mutilar partes extensas do corpo dos soldados expostos ao combate na linha de frente. Um autor assim se refere a essa combinação de armas com referência aos ataques brasileiros ao Monte Castelo:

Nessas ocasiões, o efetivo dos atacantes brasileiros foi de cerca de 1.200 homens (dois batalhões no primeiro escalão). Sabendo-se que uma metralhadora alemã do modelo MG42 podia disparar até 1.200 tiros por minuto e que a cadência de tiro de um morteiro de 80mm é de cerca de 10 tiros por minuto, estes 1.200 soldados estavam sujeitos a receber milhares de tiros de metralhadora e até oitenta granadas de morteiro por minuto.<sup>213</sup>

Tais são as principais razões pelas quais os corpos encontrados pelo PS na linha de frente tinham muito menor probabilidade de estarem preservados do que os corpos dos mortos na retaguarda. Cabe mencionar um fator secundário, mas importante: a ação humana, tanto de inimigos quanto de civis.

Até que finalmente fossem encontrados pelos membros do PS, tais corpos podem ter sido revistados, saqueados ou – como afirmam algumas poucas fontes<sup>214</sup>, minados

<sup>211</sup> Mecha significa tiro, disparo, geralmente de armas pesadas.

<sup>212</sup> SOUZA, Roberto de Mello e. **Mina R.** São Paulo: Duas Cidades, 1973. p.63

<sup>213</sup> MAXIMIANO, op. cit. 2010. Pg. 241.

<sup>214</sup> WAACK, William. **As duas faces da glória.** 1985.p.178. O jornalista se refere a uma passagem presente no depoimento de Nathan Mathewson, Report on 1ª Inf. Div. BEF, 9.03.45, WO204/5574. Public Records Office, Londres. “Comenta-se que, ao chegar ao objetivo, eles encontraram vários cadáveres de brasileiros (tombados nos primeiros ataques, três meses antes). Um soldado mexeu em um dos corpos e foi morto por

pelos alemães. O próprio comandante do Pelotão, numa correspondência em 15 de abril de 1945, menciona mais um desafio no trabalho de coleta dos corpos relacionado à questão das minas:

Um novo aspecto surgiu para o serviço com a presença dos “*Booby traps*” ligados aos corpos dos nossos homens. Estes tiveram que ser arrastados com fios de telefone como garantia às vidas dos que iriam transportar à sua penúltima morada<sup>215</sup>.

Civis italianos, tanto moradores das regiões onde ocorreram os combates, quanto refugiados (*sffolatti*) de passagem podem ter também saqueado os corpos de brasileiros mortos. Finalmente, o simples fato do corpo de um combatente brasileiro ter caído na linha de frente praticamente garantia que o mesmo não poderia ser recuperado imediatamente. Nisso as recomendações do já examinado manual do *Graves Registration*, com relação às dificuldades de se encontrar e sepultar esses corpos, são reveladoras.

No relatório final do Pelotão de Sepultamento, existe a passagem sobre o recolhimento dos mortos que foi realizado sob fogo inimigo.

Deste modo, quando da conquista do Monte Castelo, em fevereiro do corrente, recebeu este Pelotão ordem do chefe do S.I. a ordem de proceder o recolhimento dos soldados brasileiros, tomados durante o 12 de dezembro do ano findo, e, que permaneceram insepultos durante 2 meses, em virtude de terem sido mortos nas linhas inimigas. Foi cumprida a missão, com grande dificuldade, pois os mortos encontravam-se na região de Abetaia e na encosta do referido morro, foram retirados em completo estado de decomposição, debaixo de forte bombardeio de artilharia inimiga, em campo minado.<sup>216</sup>

Pior ainda, no caso de terreno que foi abandonado em poder do inimigo, muito tempo pode ter decorrido até que os membros do PS pudessem ter acesso aos corpos ali caídos. Já os corpos dos mortos na retaguarda podiam ser – como em alguns casos foram – enterrados no Cemitério Militar de Pistoia exatamente no mesmo dia em que morreram.

Um segundo conjunto de considerações se refere às atitudes e procedimentos de indivíduos que atuaram no Pelotão de Sepultamento e seu grau de comprometimento com as tarefas que lhes cabiam executar. E aqui reside uma pergunta crucial para o destino de

---

uma armadilha, prosseguiu. Isso enraiveceu os soldados brasileiros e eles realmente partiram atrás dos alemães. Os soldados demonstraram de fato que tem muita coragem”.

<sup>215</sup>BIOSCA, Fernando L. *A intendência no teatro de operações da Itália*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1950, p.244

<sup>216</sup>BRASILIANO, L. *Relatório final do Pelotão de Sepultamento*, p. 12

toda a presente pesquisa histórica que, neste caso, cabe formular assim: cumpriam os membros do PS seu compromisso com a descrição acurada, precisa e honesta dos bens e valores encontrados nos corpos que recuperavam?

Partir do pressuposto de que essas fontes são merecedoras de crédito implica em responder tal pergunta afirmativamente. Obviamente que não se trata aqui de tomar tais fontes como “reflexo” fiel da realidade histórica, mas de tentar perceber as fortes motivações – positivas e negativas – que tinham os membros do PS para (na medida permitida pelas circunstâncias) executarem suas tarefas a contento, de forma profissional, responsável e, o mais importante, honesta.

As motivações positivas para o bom desempenho das funções dos membros do PS dizem respeito ao papel que assumiram: o de tornar possível para os entes ligados aos mortos tanto os procedimentos legais quanto espirituais decorrentes do falecimento de um combatente. De seu desempenho em recuperar, identificar e resgatar os corpos dos brasileiros mortos dependia a comunicação da morte aos parentes, o pagamento de pensões às viúvas, e o envio dos pertences do morto à família, a única e última – e frequentemente premeditada – ligação dos mortos com o mundo dos vivos. Não se trata de tarefas que possam ser facilmente negligenciadas, a não ser por parte de indivíduos distantes ou mesmo completamente desligados dos valores morais vigentes à época, também insistentemente apregoados pelas instituições religiosas e militares, para não mencionar a sociedade brasileira mais ampla.

Em comparação a outro conflito em que grande número de brasileiros estavam envolvidos em um país estrangeiro, como no caso da Guerra do Paraguai (1864-1870), pode-se perceber a mudança total em relação ao tratamento dos soldados mortos.<sup>217</sup>

Cabe destacar que a demora, negligência ou mesmo a impossibilidade em se recuperar e identificar os cadáveres seria causa de angústia entre os entes queridos dos falecidos, sempre inclinados a pensar no pior diante da ausência de notícias por muito tempo. Seus dependentes seriam reduzidos à pobreza se não pudessem obter, através da comprovação da morte em combate de seu provedor, os benefícios financeiros da pensão concedida pelo Governo Brasileiro. Nesse cenário, somente indivíduos marginalizados dos valores morais compartilhados por amplas camadas da sociedade brasileira na época,

---

<sup>217</sup>Durante a Guerra do Paraguai covas eram abertas e os soldados eram enterrados coletivamente nas mesmas. No clássico *A Retirada da Laguna* em certa passagem Taunay descreve o que faziam com os soldados mortos “Enterramos todos os nossos cadáveres em covas que mandamos abrir pelos índios. Quanto aos paraguaios, deixamos tal encargo aos seus compatriotas” In: TAUNAY, A. **A retirada da Laguna**, São Paulo: Ediouro, p. 48.

no limite, párias diante de seus semelhantes na comunidade da qual se originaram, deixariam de encarar com seriedade suas atribuições.

Havia, porém, um imperativo moral ainda mais forte para motivar a ação eficiente dos membros do PS em suas tarefas: a responsabilidade que lhes cabia de serem os portadores da última comunicação, da última vontade ou manifestação dos mortos aos seus entes queridos. Os membros do PS certamente sabiam que, independentemente de raros ou banais, caros ou baratos, pessoais ou indistinguíveis, os objetos, valores ou documentos encontrados com o morto seriam sempre encarados pelas famílias como de incalculável valor afetivo. Para além da afeição, seriam também os últimos objetos terrenos que o morto destinaria aos vivos, o que os ligava de forma inequívoca à ocorrência de toda sorte de reações psicológicas e sensoriais. Negar essas possibilidades aos parentes vivos não poderia ser encarada de outra forma que não o exercício de uma crueldade e grave infração ética.

É o que se percebe através do exame do relatório que o comandante do PS, 1º. Tenente Lafayette Varga Moreira Brasileiro apresentou em 2/02/1945. Logo de saída, em seu preâmbulo, lê-se:

A guerra moderna em sua complexidade sentiu a necessidade de criação de um serviço de sepultamento, que viesse de modo conveniente atender a esta parte do seu desenrolar, evitando os lamentáveis casos ocorridos nas guerras passadas, de verdadeiras hecatombes de epidemias mortíferas, ocasionadas, em geral, pela displicência com que eram tratados os mortos, permanecendo na maioria das vezes insepultos e, não havendo preocupação com registros e outros documentos indispensáveis à perfeita identificação dos mesmos, assim como cuidado e o carinho que deve existir pelos objetos pessoais deixados por eles, porque estes são o maior conforto moral que uma mãe, esposa, irmã ou noiva pode ter ao receber essas relíquias que pertenceram àqueles que souberam com desprendimento de espírito e com honra, sacrificar o que há de mais precioso, que é a própria vida, em holocausto à causa sagrada da Pátria.<sup>218</sup>

Para além dos fortes e intensos imperativos morais e éticos a regerem a ação dos membros do PS havia, claro, a coerção institucional, manifesta tanto nas sanções administrativas e penais a transgressões ao regulamento, quanto no estímulo ao bom comportamento como pré-requisito a uma bem-sucedida carreira militar. O interesse do

---

<sup>218</sup> BRASILIANO, Lafayette Varga Moreira. **Relatório das atividades deste Pelotão**, desde o período de sua organização até a presente data. V Exército Americano, IV Corpo, Serviço de Intendência da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária, 1º. Pelotão de Sepultamento. Itália, Pistoia, 2/02/1945. Pg. 1.

comando da FEB no êxito das ações do PS não se prendia apenas à realização de ações do interesse dos entes queridos dos falecidos, nos termos já comentados. A rápida e bem sucedida remoção dos corpos da área de trânsito e combate da FEB era também um imperativo de ordem moral. Como já comentado, a visão dos corpos dos companheiros caídos, decompondo-se à vista (e ao olfato) de todos é deletéria para a vontade de combater das tropas. Daí os cuidados que o comando da FEB dedicou a oferecer meios de consecução das tarefas do PS.

Isso não resolve, obviamente, o problema fundamental de estabelecer o grau de honestidade e seriedade dos membros do PS no exercício de suas funções. Mesmo uma rápida e eficaz remoção de cadáver não impede os responsáveis pelo serviço de se apropriarem dos bens e valores encontrados em poder dos mortos. Afinal de contas, tratam-se de bens portáteis, facilmente ocultáveis para serem oportunamente desviados. Se isso aconteceu frequentemente, ou mesmo como regra, toda base empírica aqui analisada seria de escassa utilidade. Contudo, existem razões para se acreditar que tais fatos não teriam acontecido.

Cabe examinar os fatores que negativa e positivamente contribuíram para a lisura dos trabalhos dos membros do PS. Já foram citadas as objeções de ordem moral e ética à subtração de bens encontrados nos corpos dos brasileiros mortos no Teatro de Operações na Campanha da Itália. Cabe agregar a estas as restrições de ordem legal. Nos termos do Código Penal Militar, tanto o roubo, quanto o furto e a apropriação indébita são tipificados como crimes, incorrendo seus autores em penas de prisão respectivamente de, no mínimo, quatro anos no primeiro caso a até seis anos, no máximo, no demais<sup>219</sup>. Também a violação de correspondência é tipificada como crime pelo código penal de 1940, e nele poderiam ter incorrido os membros do PS, dada a recorrência com que eram encontradas cartas, postais e outras correspondências nos cadáveres dos mortos na guerra. Nesse último caso, a pena prevista era de até seis meses de prisão. Finalmente, cabe lembrar que também a lei civil criminaliza a violação do cadáver, prevendo o Código Penal de 1940 sentenças de um a três anos e multas para os que a praticassem<sup>220</sup>.

Consultando os registros da Justiça Militar Brasileira na Campanha da Itália, não constatamos o envolvimento de nenhum dos membros do PS em quaisquer dos crimes

---

<sup>219</sup> BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Código Penal Militar**. Art. 240, 242, 248. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm) acessado em 14/04/2014.

<sup>220</sup> BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Código Penal de 1940**. Art. 151, art. 210 e 211. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm) acessado em 14/04/2014.

citados<sup>221</sup>. Aliás, não consta que nenhum dos seus integrantes tenha sido levado às cortes militares por ter cometido quaisquer crimes ou sequer infrações, de qualquer tipo ou gênero. Desse ponto de vista, não há como deixar de reconhecer que o PS era uma unidade, do ponto de vista disciplinar, impecável, irrepreensível. É difícil imaginar que, se houvesse existido a prática – fosse eventual, fosse frequente – de desvio de valores e bens dos mortos da FEB por parte dos membros do PS, ela não tivesse sido jamais descoberta ou denunciada.

Para encerrar essa parte cabe colocar outra hipótese que pesaria contra a lisura e o profissionalismo dos integrantes do PS: a de que elementos estranhos ao serviço fossem incorporados a ele como “castigo”. É um fato estabelecido a ligação do serviço militar no Brasil com o papel de instituição correcional ou mesmo prisional, pelo menos desde o Império:

Nas fileiras subalternas a pretensão era muito menor; ex-escravos e a escória da sociedade compunham grande parte dos praças, recrutados por esquadrões de alistamento compulsório. Uma lei de 1874 proclamou o alistamento universal para um sorteio militar, mas nunca foi implementada, para grande frustração, veemente expressa, do corpo de oficiais. Na verdade, o serviço militar era parte do sistema penitenciário do Império, e os oficiais ressentiam-se do impacto negativo que isso tinha sobre seu prestígio social e sobre a imagem da instituição.<sup>222</sup>

Um dos objetivos da campanha em prol do alistamento militar com base no sorteio dos convocados era exatamente acabar com essa associação negativa, como se vê nessa passagem de um livro do historiador José Murilo de Carvalho em passagem que trata da implementação do sorteio para seleção de indivíduos que deveriam cumprir o serviço militar obrigatório:

A campanha foi liderada por um grupo de jovens oficiais que tinham estagiado no Exército Alemão entre 1906 e 1912, conhecidos como *Jovens Turcos*, referência irônica aos jovens reformadores militares de Mustafá Kemal. O grupo criou em 1913 a revista *A Defesa Nacional* para a divulgação de suas ideias. O problema do recrutamento foi discutido desde o primeiro número da revista. A relação entre o tipo de recrutamento e o desprestígio do exército foi denunciada em editorial de 1917: “No império, o recrutamento forçado, que

<sup>221</sup> ALBUQUERQUE, Bento Costa Lima Leite de. **Justiça Militar na Campanha da Itália**: constituição legislação, decisões. Imprensa Oficial, Fortaleza, 1958. Pg. 619-632.

<sup>222</sup> MCCANN, 2007. Op. Cit. Pg. 29.



trazia para as fileiras do exército os elementos de mais baixa camada social, foi sempre o maior fator de desprestígio da frada que, em vez de representar o cultivo do amor pela pátria, era tida como um símbolo de castigo”.<sup>223</sup>

Na FEB essa dimensão foi – em certa medida – preservada, como no uso da transferência de indivíduos de comportamento desviante ou condenável para tarefas mais penosas. Destas, a mais temida era, obviamente, a transferência das cômodas, lucrativas e seguras atividades de retaguarda para o mortalmente arriscado serviço na linha de frente dos combates. À luz disso, pode-se descartar também esse fator como possível “porta-de-entrada” de elementos de perfil criminoso ou delituoso no PS, na medida em que inexistem menções ao fato. Com efeito, só se encontram disponíveis nas descrições de tais castigos, os que tratam da destinação de elementos sob punição exclusivamente para serviço na perigosa e desconfortável linha de frente.

Na análise crítica do capitão da reserva Tulio G. Campelo de Souza, publicada no imediato pós-guerra, existe um item que possui o título de *Castigo*, qual seja, a prática de enviar para combate no front o soldado que cometeu alguma falta:

Quando um soldado, ou graduado ou mesmo um oficial subalterno que fizesse parte do pessoal do QG, Serviço de Transporte, Polícia Militar ou qualquer outra unidade localizada na retaguarda, comete falta muito grave ou se indisponha com seus superiores, esse indivíduo, como castigo, era enviado para uma unidade de infantaria por certo tempo. Assim é que, na minha Cia. e no meu Pelotão houve alguns soldados que passaram algum tempo conosco, na linha de frente, como “expição” de alguma falta ou delito<sup>224</sup>.

Há ainda mais evidências de ordem material que pesam em favor da constatação da lisura moral e da eficiência profissional dos membros do PS. Que necessidade teriam eles de roubar valores ou bens dos mortos quando não só todas suas necessidades básicas

<sup>223</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2005. Pg. 23.

<sup>224</sup>CAVALCANTI, Demócrito. **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1950. p.206. Trata-se de obra extremamente crítica da forma como foi organizada e conduzida a FEB. A esse respeito assim se refere um historiador militar acadêmico em uma obra recente: “A primeira edição de Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB foi publicada em 1949 em São Paulo, mas permaneceu nas livrarias por pouco tempo. Em atitude tipicamente autoritária, o Presidente Dutra ordenou que o livro fosse recolhido. De qualquer maneira o estrago já estava feito. Nas poucas semanas em que permaneceu à venda, a primeira edição do Depoimento obteve boa circulação. O livro tem mais duas edições, cujo conteúdo foi abrandado tanto por reconsideração dos próprios autores como para que conseguissem passar pelo crivo da censura”. In: MAXIMIANO, Cesar Campiani. Op. Cit, 2010. Pg. 387.

eram satisfeitas pela logística do V Exército Americano, como também recebiam na qualidade de militares brasileiros os mais altos salários pagos naquele Teatro de Operações? Pode-se entender a eventual profanação dos cadáveres dos brasileiros por parte dos militares alemães ou dos civis italianos. Ambos os grupos passavam por privações de todo tipo e estavam, portanto, inclinados a saquear bens e valores encontrados nos mortos. No caso dos alemães, haveria ainda o natural desprezo pela condição dos mortos brasileiros: inimigos, aos quais não se devia, na prática, qualquer respeito.

Na Primeira Guerra Mundial, Jünger relata o encontro com um cadáver francês saqueado. Num contexto histórico totalmente diferente, e com práticas culturais distintas com relação a um cadáver inimigo, os saques eram mais comuns.

Fui tomado de uma sensação estranha ao fitar olhos assim mortos, interrogativos – um arrepio que eu jamais perderei completamente durante a guerra. Seus bolsos estavam virados para fora, e a seu lado estava sua bolsa vazia, saqueada.<sup>225</sup>

Nenhum dos militares brasileiros em ação na Itália – incluindo aí obviamente os membros do PS – jamais foi submetido a carências materiais de qualquer tipo que o levasse (por hipótese) a se apropriar dos bens e valores de companheiros mortos. Todas as necessidades relativas à alimentação, agasalho, diversão, calçado, transporte, cigarros, etc. eram abundantemente supridas pela logística norte-americana. Uma lista extensa, mas bastante sumária das disponibilidades materiais colocadas à disposição dos brasileiros pelos EUA é dada no livro do ex-combatente médico José de Oliveira Ramos, no item “O fenômeno norte-americano”:

“Nunca haverá outra guerra como esta”, é a frase habitual que se ouve de todo expedicionário, referindo-se à riqueza de meios e ao conforto que desfrutamos durante a campanha. A alimentação era farta e boa. Gêneros alimentícios de primeira qualidade, alguns dos quais só consumidos pelos ricos, nos eram servidos diariamente. Açúcar refinado, manteiga, queijo, passas, ameixas secas, sucos de “grape-fruit”, laranja e abacaxi, compotas de pêssego, pêra, cereja e salada de frutas, pão branco, de trigo puro, leite em pó, enfim só nos forneciam o que havia de melhor. Basta dizer que várias vezes comemos peru, pelo Natal, Ano Bom, etc... Todos os dias cada homem recebia um tablete de chocolate, uma caixa de fósforos e um maço de cigarros, das melhores marcas (Camel, Lucky-Strike, Chesterfield, Phillip Morris),

---

<sup>225</sup> JÜNGER, E. *Tempestades de Aço*, p. 12.

gratuitamente, além da possibilidade de comprar nas cantinas a quota semanal de seis maços, a um cruzeiro o maço. Periodicamente drágeas de vitaminas (hexavitaminas) eram distribuídas às refeições, já bastante vitaminadas, sobretudo à tropa em linha, durante o inverno. Em matéria de roupas e agasalhos havia um verdadeiro excesso. Meias, luvas, camisas, ceroulas de lã, todos tínhamos sobrando. Artigos de toilete, sabonete, pasta e escovas de dente, lâminas de gilete, papel higiênico, etc. eram fornecidos com prodigalidade. Os recursos técnicos quer para os combatentes quer para os serviços auxiliares excediam a qualquer expectativa... em resumo, estávamos fazendo uma guerra de milionários... na Itália nunca abrimos uma lata de conserva deteriorada, nem um maço de cigarros estragados... a FEB teve o prazer da convivência com os norte-americanos, de se beneficiar da prodigiosa riqueza material que eles nos forneceram, e que nos proporcionou uma guerra confortável, como jamais teremos outra. Nossas reminiscências são tão agradáveis, que cheguei a ouvir de um dos nossos grandes chefes a seguinte frase: “Mas essa guerra foi boa”.<sup>226</sup>

Por este e outros depoimentos fica evidente que os brasileiros contavam com tamanha abundância de bens que se permitiam negociar e/ou doar aos civis italianos suas mercadorias excedentes. Não havia, absolutamente, motivações relacionadas à privação material que levassem os membros do PS a tomar para si o que encontrassem com os mortos. Os substanciais valores em dinheiro de diversas procedências entregues pelos membros do PS para serem remetidos aos seus entes no Brasil não deixa margem à dúvida nesse aspecto, como veremos a seguir.

Mesmo em se tratando dos soldados inimigos recolhidos pelo PS, nota-se o respeito aos bens encontrados, conforme aparece em diversos relatórios de espólio de bens. Pode-se citar o relatório com data em 25/04/1945, do soldado alemão Josef Leher, em que foi arrolado como pertences do morto “uma carteira de couro, um relógio de pulso da marca “Mila”, um relógio de pulso com corrente e uma pequena medalha, uma corrente com uma medalha religiosa, 3 cédulas alemãs, e 6.009 liras”<sup>227</sup>! Mesmo no caso do morto alemão esse membro do pelotão procura registrar e recolher todos os pertences, documentando os objetos, garantindo agir com responsabilidade no desempenho em sua função.

À luz destas considerações pode-se, em princípio, considerar fraca a possibilidade de que membros do PS tenham se apropriado daquilo que encontravam nos corpos que resgatavam. E, se tal tivesse por acaso ocorrido, muito provavelmente o saqueador daria

<sup>226</sup> RAMOS, Op. Cit. sem data. Pg 116-119

<sup>227</sup> Espólio de objetos, 25/04/1945, sem página.

prioridade ao roubo de dinheiro, ao invés de relíquias e objetos religiosos baratos do ponto de vista financeiro, mas profunda e intensamente valiosos de um ponto de vista religioso, afetivo e moral para os entes queridos do morto.

A exceção a essa conduta ocorreu apenas em casos muito específicos. O que mais chama a atenção na documentação trabalhada se refere ao tenente Ary Rauen. Este filho de alemães foi muito querido entre seus colegas de guerra. Sua participação na Campanha da Itália é reconhecida e, em todas as memórias e demais obras sobre o tema, seu nome vai aparecer como símbolo de coragem, camaradagem, e outros adjetivos que contribuem para classificá-lo como um dos heróis da FEB, ao lado de Max Wolf Filho<sup>228</sup>.

No espólio de objetos de Ary Rauen consta uma variada quantidade de itens, como dicionários, óculos, bússola, relógio, cartões de Roma, souvenir como uma Torre de Pisa, duas medalhas religiosas, etc. O detalhe que gerou mais algumas páginas de registro de sua morte se refere à presença de dois aparelhos de pontaria de morteiro alemão. Este objeto teria “desaparecido” da lista original. Contudo, vimos como as normas e procedimentos impostos pela Intendência do Exército dos EUA ao PS/FEB visavam exatamente impedir esse tipo de prática.

Em um documento de 17/08/1945 com o título *Esclarecimento*, que se refere a acusação da subtração de objetos encontrados no cadáver do morto que foram entregues para a família, o texto oficial admite que, sim, “foram retirados 2 aparelhos de pontaria de morteiro alemão”, ação tomada porque todo e qualquer material bélico devia ser recolhido, mas que os demais objetos foram entregues “como de costume”. O fato é que Ary Rauen possuía muitos amigos e admiradores e que estes, como homenagem e lembrança, possivelmente ficaram com outros objetos do tenente. Um exemplo disso é a questão das cartas e da carabina dele que, ao final da guerra, o amigo Nelson Macedo Justus tentou entregar para a mãe do tenente. O amigo de front guardou consigo a arma e as cartas e achou que fosse importante que a família guardasse esta última recordação do filho morto. A reação da mãe de Rauen teria sido contrária: como alemã, não aceitou a ida do filho para a guerra e provavelmente não admitiu guardar uma arma usada para atingir seus compatriotas, tendo aceitado apenas ficar com as cartas e Justus ficou com a carabina para si como recordação do amigo<sup>229</sup>. Mais tarde ele a doou para o Museu do

---

<sup>228</sup> SOARES, Leonercio. **Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**. Edição do Autor, 1995. OLIVEIRA, Dennison. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2008.

<sup>229</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2008, p.119.

Expedicionário em Curitiba.<sup>230</sup> Este episódio mostra que a fiscalização a partir da documentação gerada pelo PS era constante, e motivos puramente sentimentais como a questão de pertencimento do grupo e de criação de laços de solidariedade entre os soldados poderiam fazer com que, eventualmente, algum objeto desaparecesse dos cadáveres.

Mas, vale a pena insistir nesse ponto, nas condições nas quais historicamente viveu e trabalhou o PS, o estímulo ou a pressão para a prática de tais delitos era nulo, a sanção civil e penal severa e, talvez o mais importante no caso daqueles que alimentavam alguma crença religiosa, perturbadoras as penas e sanções a serem impostas na vida após a morte aos que afrontassem o tabu relacionado à violação dos corpos.

A esse respeito vale a pena transcrever as conclusões do comandante do PS sobre a disciplina dos membros dos seus membros:

tenho a gratíssima satisfação de não ter uma só vez, aplicado punições a qualquer componente do mesmo. Tanto oficiais como os praças têm a noção exata da responsabilidade e cumprimento do dever, trazendo em consequência maior rendimento e produtividade ao trabalho, porque nada se pode conseguir de uma tropa se esta não possui em alto grau uma disciplina sã e consciente. O trabalho do pelotão é árduo, duro e penoso, requerendo, portanto, de todos seus elementos, além de uma disciplina sã e consciente, um ascendrado espírito de dedicação e abnegação.<sup>231</sup>

Na documentação gerada pelo PS, encontrei até mesmo casos em que os bens foram arrolados e não existia para quem enviar os mesmos. Como ocorreu com o inventário de bens do soldado Sebastião Clementino Machado, morto em ação no dia 12 de dezembro de 1944 e que não tinha nenhuma “pessoa interessada” para o recebimento de seus pertences pessoais.

---

<sup>230</sup>OLIVEIRA, Op. Cit., 2008.p.122.

<sup>231</sup>BRASILIANO, op. cit. Pg. 6

403

MINISTÉRIO DA GUERRA  
FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA  
QUARTEL GENERAL

Of. Nº 2.440-AG-D/2

Rio de Janeiro, 20-8-1945

Excmo. Gen. Com. do 1º Equilíbrio da  
F.E.B. e da 1ª Divisão

Excmo. Sr. Gen. Secretário  
Geral do Ministério da Guerra

Assunto: 1 Documento de Praga fa-  
lecida em ação (Remessa OR)

Anexo: 1 Inventário e 1 nota  
contendo objetos.

I - Remeto a V.Excia. os documentos constantes do an-  
nexo, referentes ao soldado SEBASTIÃO CLEMENTINO MACHADO - 20 100.232,  
do 11º Regimento de Infantaria, falecido em ação, no dia 12-XII-44, con-  
forme comunicação feita a essa Secretária, em ofício nº 857-40-2/2, de  
22-III-45, desta D.I.E..

II - Outrossim, esclareço a V.Excia. que o referido  
soldado não possui nenhuma pessoa interessada, conforme comunicação do  
11º R.I..

Por determinação do Excmo. Sr.

OSWALDO CORDEIRO DA FARIAS  
Gen. de Brigada-Comandante

OSWALDO DE ARAÚJO NETO  
Cel. Adjunto Geral

1373

1373.9. Ao b'lep do Ministério da Guerra  
remetendo o mesmo

S.O.M.O.  
GABINETE  
DOCUMENTOS  
SIGILOSOS  
PROTOCOLO  
Nº 514  
1945

FIGURA 13 – Exemplo de Relatório de Inventário de Bens. AHEx, SAE, FEB

Dessa forma, o problema que se coloca ao historiador que se debruça sobre os RI do PS não diz respeito tanto à confiabilidade do conteúdo das fontes, embora algumas omissões nos procedimentos institucionais tenham sido constatadas. Se existe algum problema importante com estas fontes, provavelmente diz respeito ao seu caráter

demasiado lacunar, sintético, protocolar. Infelizmente, nem todas as informações que achamos relevantes foram registradas, em especial o detalhamento das devoções encontradas com os mortos, o conteúdo das fotos e – já implicando em transgredir a ética e a lei então vigentes – até mesmo das correspondências encontradas. São enormes, pois, as limitações com que nos defrontamos no esforço de interpretarmos as atitudes dos indivíduos que se preparavam para – ou tentavam evitar – a própria morte na guerra a partir dessas fontes privilegiadas nesta pesquisa.

Não obstante o caráter lacunar, sintético e formalista das informações contidas nos RI do PS, ainda assim elas se constituem num autêntico tesouro histórico. Afinal, trata-se de um manancial de informações sobre ideias, práticas e valores extremamente representativos das atitudes e representações diante da iminência da morte, ou da morte propriamente dita, de importante e significativa parcela de brasileiros, todos homens adultos, para as quais, pelo menos até o momento, não existem quaisquer fontes alternativas.

Em se tratando de explorar essa coleção de documentos, cabe citar as informações contidas nos RI: o que nos dizem sobre os mortos brasileiros na guerra? Responder tal questão implica em tecer considerações sobre o universo formado pelos mortos brasileiros em ação de combate no front italiano da Segunda Guerra Mundial.

No capítulo anterior já foi mencionado qual dos estados da Federação mais enviou membros para lutar na Força Expedicionária Brasileira na Itália. Em relação aos que morreram e sua localização geográfica percebe-se que essa correspondência não é necessariamente a mesma. Se o Estado do Rio de Janeiro, onde se localizava o então o Distrito Federal do país, teve o maior recrutamento de soldados para o conflito, na tabela de mortos ele fica em quarta posição. São Paulo que na proporção dos enviados fica em segundo lugar, na quantidade de mortos é o estado que mais perdeu homens.

Essa situação também pode ser explicada pelo fato que durante o recrutamento não houve treinamento igual para todos os regimentos. Enquanto que os soldados do 6º RI possuíam mais experiência e foram treinados por mais tempo, diferente era a constituição do grosso da tropa formada pelos soldados do 1º. e do 11 RI. A grande maioria destes homens era de recém-engajados, com pouca ou insuficiente base para se defender em uma guerra. Isso pode explicar o fato de que houve menos mortos no 6º RI que nos outros regimentos.

1

Grafico de mortos por unidades.

1ª R.I.....	135
6ª R.I.....	97
11ª R.I.....	129
9ª B.E:.....	10
Btl.Saude.....	8
Cia. Manutenção.....	3
Cia.transmissão.....	3
Polícia Militar.....	2
Cia.Intendencia.....	2
Cia. Q.G.....	1
<del>IX</del> Serviço de Intendencia.....	1
Esquadrão de reconhecimento.....	4
Serviço especial.....	1
Q.G.....	4
Deposito de Pessoal.....	5
1ª Grupo.....	3
2ª Grupo.....	3
3ª Grupo.....	2
4ª Grupo.....	4
1ª Esquadrilha de caça.....	8
Desconhecidos.....	29
Total.....	444

em 28/6/945

FIGURA 14 - Tabela de mortos por unidades. AHEx, SAE, FEB

Todas unidades que viriam a compor a FEB estavam de início gravemente desfalcada de efetivos. Para recompletá-las foram recrutados indivíduos de todos Estados da Federação. Nesse sentido é relevante examinar também o número de mortos por Estado.



TABELA VII – NÚMERO E PORCENTAGEM DE MORTOS DA FEB POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Unidade	Número	Percentual
São Paulo	87	19,77
Minas Gerais	75	17,04
Rio de Janeiro	60	13,63
Distrito Federal	51	11,59
Paraná	26	5,9
Santa Catarina	25	5,68
Rio Grande do Sul	17	3,84
Mato Grosso	15	3,4
Pernambuco	12	2,72
Bahia	12	2,72
Espirito Santo	12	2,72
Sergipe	8	1,81
Pará	5	1,13
Paraíba	5	1,13
Rio Grande do Norte	5	1,13
Alagoas	5	1,13
Goiás	3	0,68
Acre	1	0,22
Amazonas	1	0,22
Piauí	1	0,22

Fonte: MORAES, Op. Cit. Anexos

Independentemente dessa constatação, fica claro que o grosso dos mortos era oriundo das regiões centro e sul do país. Pelo menos desde o século XIX era a região mais rica e desenvolvida do país e, presumivelmente, com a população de maior índice de desenvolvimento social e econômico. Isso também deve ser levado em conta ao se pretender estabelecer qualquer relação entre os efetivos da FEB e a população brasileira da época.

Conforme comentado anteriormente, um dos principais problemas revelados pelo exame dos Relatórios Individuais do PS diz respeito ao seu caráter extremamente sintético, breve, conciso. Os objetos encontrados com os mortos são listados, mas não descritos. Ainda que a diversidade de objetos seja relevante, os RI se atém a listá-los de forma a mais simples e direta possível.

O maior problema com que se defronta o pesquisador diz respeito à diversidade dos objetos. Um primeiro conjunto, que aparecia com maior recorrência, mereceu ser identificado e contado. Nele se incluem, em ordem de importância: dinheiro (com a especificação das quantias e origem do papel moeda), fotos, medalhas religiosas, cartas, estampas de santos, cartão de identificação, crucifixos, orações, quadros religiosos, rosários, imagens santas, relíquias religiosas, bíblias, etc.

Um segundo conjunto de objetos diz respeito àqueles encontrados com pouca frequência, ou mesmo apenas uma única vez, com os mortos. Aqui se tem uma diversidade de objetos tanto de uso diário quanto de caráter religioso, para os quais é difícil de estabelecer uma frequência de aparecimento de caráter estatístico. Nesse caso, os objetos encontrados pelo PS foram colocados numa categoria à parte (“outros”).

Finalmente, um outro leque de problemas de análise colocados ao pesquisador diz respeito ao relativamente elevado número de corpos com os quais nada foi encontrado. Aqui seria fundamental se estabelecer uma diferença entre os casos em que isso decorreu da vontade do indivíduo em contraste com aqueles em que o fato decorreu das circunstâncias nas quais o corpo foi encontrado. Em se tratando de corpos encontrados e sepultados com relativa brevidade, em especial no que diz respeito a indivíduos exercendo atividades na retaguarda, pode-se assumir que o fato derivou de uma opção do falecido. Já o mesmo não se pode afirmar com relação a corpos recuperados e sepultados muito tempo após à morte. Aqui é mais cabível se presumir que o fato de nada ter sido encontrado se deve à perda, saque ou extravio dos bens do morto no tempo decorrido entre o falecimento e o achado do cadáver. Trataremos dessa questão a seguir.

A primeira pergunta que ocorre ao pesquisador que consulta estas fontes diz respeito ao tipo de objeto pessoal que com mais frequência foi encontrado com os cadáveres. O que todos, ou uma maioria de brasileiros, portava consigo quando adentravam os extensos campos da morte que a cada combate os aguardavam? Em relação a estes objetos, predominavam os de origem e finalidade civil ou religiosa? O que se pode deduzir das proporções nas quais estes objetos foram encontrados? Qual a finalidade de cada um? O que isso nos informa sobre as atitudes diante da iminência da morte desse grupo de brasileiros?

Uma classificação preliminar com base na amostra de fontes em questão revelou os seguintes resultados:

TABELA VIII – OBJETOS ENCONTRADOS COM OS MORTOS DA FEB

Objeto	Ocorrências mais frequentes
Chapa de identificação	333
Objetos diversos	187
Nada	175
Dinheiro	144
Fotografias	116
Medalhas religiosas	84
Correspondência	59
Carteira	51
Estampas de Santos	47
Cartão de Identificação	43
Crucifixos	34
Orações	32
Quadros Religiosos	31
Anel	30
Manual de Orações	27
Relógio	27
Recibo Banco do Brasil	24
Rosários	23
Corrente	21
Registro de Vacina	20
Caneta	19
Canivete	15
Imagens Religiosas	11
Telegrama	10
Relíquias Religiosas	9

Fonte: Relatórios Individuais do Pelotão de Sepultamento da FEB, AHEx, SAE, FEB

O exame das fontes coloca, de saída, duas questões como fundamentais. A primeira é a quantidade de cadáveres encontrados sem seu principal meio de identificação, que é a chapa metálica destinada precisamente a esse fim. Apenas três quartos dos mortos (75%) possuíam pelo menos uma ou, no limite, as duas das chapas de identificação cujo uso, vale notar, era obrigatório e permanente<sup>232</sup>. Desta forma, nada menos de um quarto dos cadáveres (25%) tinham chapa alguma, obrigando os membros do PS a se empenharem na busca de outros indícios a fim de identificarem o morto.

Em segundo lugar, cabe discutir esse número expressivo de brasileiros em cujos corpos foi encontrada uma diversidade de objetos que, ou são banais, corriqueiros, ou se

<sup>232</sup>A chamada *Dog Tag* tem seu registro de estreia em 1863, durante a Guerra Civil Americana. A intenção já era a possibilidade de identificar os corpos dos mortos para avisar a família dos mesmos. Não existia um padrão ainda, a maioria era feita com um pedaço de madeira pendurado no pescoço. Só em 1913 o uso deste recurso se tornou obrigatório. Captain Richard W. Wooley. *A Short History of Identification Tags. Quartermaster Professional Bulletin*; Dezembro de 1988.

destacam pelo seu caráter único, singular, ou de muito baixa recorrência. Retomaremos oportunamente essa questão, já adiantando que se trata de objetos que, pela frequência com que foram encontrados, dificilmente se prestariam ao papel de referências para o entendimento de comportamentos coletivos, seja pela sua banalização, seja pelo seu caráter quase que absolutamente único. Faz parte desta listagem itens de uso absolutamente comum (tesoura, pente, óculos, etc.), ou de manifestações de idiossincrasias pessoais, notadamente particulares, visivelmente individuais (Carteira do Círculo Exotérico, Patuá, Carteira do Círculo Operário, etc.).

Muito mais importante e desafiante é a questão levantada pelo grande número de mortos com os quais nada foi encontrado. Aqui é indispensável se fazer uma distinção crucial: o fato de nada ter sido encontrado em determinado cadáver significa que se tratou de opção do falecido ou, muito pelo contrário, os objetos que carregava teriam se extraviado? Novamente a relação entre o contido na fonte e o que de fato pode ter acontecido historicamente exige ser problematizada e, neste caso, não pode ser negligenciada, sob pena de distorcer e comprometer o entendimento da amostra.

Em se tratando de cadáveres nos quais nada foi encontrado, propõe-se aqui uma distinção baseada no tempo decorrido entre a morte e o enterramento. Quanto mais curto tiver sido o intervalo entre falecimento e enterro, tanto maior será a chance dos objetos pessoais terem sido preservados junto ao corpo. Inversamente, corpos que demoraram muitas semanas – ou meses – para serem enterrados tem alta probabilidade de terem seus objetos pessoais sido extraviados, e levado os membros do PS a – erradamente – fazerem constar que o cadáver nada portava.

Com o corpo de Amaro Felicissimo de Oliveira a demora de cinco meses para encontrar seu cadáver possivelmente levou ao cenário em que nada foi encontrado com o mesmo. A data do relatório é de 10 de abril de 1945, mas sua morte foi determinada como tendo ocorrido no dia 20 de novembro de 1944. Como membro do Esquadrão de Reconhecimento, o tenente desapareceu numa ação neste dia e isso foi notificado ao comando. Naquele momento, por conta dos constantes riscos de ataques alemães, as tentativas de resgatar Amaro fracassaram<sup>233</sup>. Na sequência, a situação climática também impossibilitou a nova busca do desaparecido. Apenas com a volta da família italiana ao local da morte do tenente, originalmente o lar deles que tinha se transformado em zona

---

<sup>233</sup>Descrição do episódio em BRAGA, Rubem. **Crônicas de Guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1985, p.218

de guerra, é que o corpo do militar foi encontrado. Na sua pasta individual no Arquivo do Exército, existe uma observação afirmando que

Este cadáver foi encontrado no dia 02 de abril de 1945, enterrado atrás de uma casa na localidade de Montiloco, comuna de Gaggio Montano. Foi reconhecido, conforme Declaração de Reconhecimento, como sendo do Ten. Amaro F. da Silveira, que estava despojado de uniforme, e sem placa de identidade. O reconhecimento se baseia nos seguintes dados: estatura, pelosidade, dentes, marca de roupa interna.<sup>234</sup>

Além desta distinção entre corpos enterrados imediatamente após a morte e corpos enterrados tardiamente, deve-se agregar outra variável: a natureza da morte. Parte-se do princípio de que quanto mais agressiva e destrutiva for a causa da morte, tanto menor a chance de se encontrar no cadáver quaisquer objetos, supondo que o indivíduo tenha optado por tê-los consigo. Corpos mutilados, desfigurados, esfacelados, etc. pelos projéteis inimigos na linha de frente têm muito menos chance de manter a integridade dos objetos que levavam consigo, do que aqueles cuja causa da morte foi doença, acidente ou resultado de qualquer atividade exercida na retaguarda.

A causa da morte também tem uma ligação com o local onde se morre. Corpos caídos na terra de ninguém<sup>235</sup> terão uma probabilidade maior de virem a ser resgatados tardiamente. Tal situação é inevitável em se tratando de mortos em movimentos ofensivos fracassados, cujos cadáveres permaneceram em território dominado pelo inimigo por muito tempo.

O relatório 267 é um exemplo dessa circunstância. Segundo o documento, o cadáver do soldado desconhecido foi morto “provavelmente no dia 12/12/1944”, porque o local onde foi encontrado era Monte Castelo. A exumação pelo PS só foi em 07/03/1945 e o corpo tinha sido enterrado por alemães. Não existia nada que identificasse o soldado e se o mesmo portasse ou não qualquer objeto, o mesmo não teria se conservado<sup>236</sup>.

---

<sup>234</sup>Ficha posterior do Relatório Individual de Sepultamento do ten. Amaro Felicissimo da Silveria, s/n

<sup>235</sup>Expressão que ficou comum durante a Primeira Guerra Mundial e que diz respeito aos espaços que não serão ocupados por nenhum dos dois exércitos em conflito, por medo e incerteza.

<sup>236</sup>Relatório do Pelotão de Sepultamento, 7/03/1945. Pode ser destacado o fato de que mesmo não existindo nenhuma identificação do morto a cerimônia do seu sepultamento era católica.

RELATÓRIO DE SEPULTAMENTO N° 267  
AR 201815 e TM 10-630

CIA. DE SEPULTAMENTO 30  
7 Março 1945  
(Data da morte)

DESCONHECIDO (Último nome)	X 3 (Primeiro nome)	DESCONHECIDO (Nome do meio)	DESCONHECIDO (Reg. de Identific.)	DESCONHECIDO (Raca)
DESCONHECIDO (Posto)	DESCONHECIDO (Unidade)	1º D.I.E. (Arma ou serviço)	Brasil (País)	
Castelo-Italia. (Lugar da morte)	Desconhecido (Data da morte)	Fer. reg. masseterima (Causa da morte)	Desc. (Religião: Católica, Protestante, H.)	

MEIOS DE IDENTIFICAÇÃO

Encontrada a chapa de identificação no corpo: Sim ( ) não ( ☒ )

Na falta da chapa de identificação, outros meios encontrados no corpo (Cartas, carteira de identidade, etc.)

Completo registro de impressões digitais de ambas as mãos no reverso, se o corpo não puder ser identificado. Completa carta dentária no reverso, lista de características anatômicas e outros dados se não for possível tomar as impressões digitais.

Relatar as circunstâncias para os não identificados. Presumivelmente morto em 12/12/1944, tendo sido exumado em 2/3/1945, em vista de ter sido sepultado pelos alemães, que não deixaram nenhuma marca de identificação na sepultura. Estava fardado com o uniforme do Exército Brasileiro, e não foi possível tomar as impressões digitais, por, altura, ou outros dados característicos do corpo, em virtude do completo estado de decomposição.

Objetos Pessoais: Nenhum.

(Nome do endereço de emergência) (Nome do endereço de emergência)

Dr. Carlos. F. Engelsing.  
(Assinatura ou nome) da pessoa que forneceu os dados acima, quando diferentes do relator de sepultamentos

3 março 1945 as 13,30 horas Militar Brasileiro de Pistoia-Italia.  
(Data e hora do enterramento) (Local, nome e número do cemitério)

Se o enterro foi feito em cemitério não regularmente estabelecido, fornecer um croquis e mapa de referência no reverso desta fórmula.

Quadra B. (Área n.)	3 (Fileira n.)	27 (Sepultura n.)	Lenho provisório (Marca de tumulo Real)
------------------------	-------------------	----------------------	--

Catolica  
(Tipo de cerimonia religiosa)

Placa de identificação enterrada com ( ☒ ): Chapa de identificação fixada ( ☐ )

Na falta da chapa de identificação quais os outros dados de identificação, enterrados com o corpo, em que espécie de continente?

Corpos sepultados de ambos os lados, (veja paragrafo 4 do reverso da fórmula)

Lado direito	Inacio Gomes (Nome)	soldado (Posto)	1º R.I. (Unidade)	26 (N. da sepult.)
Lado esquerdo	Francisco A. Oliveira (Nome)	soldado (Posto)	6ª cia. 1º R.I. (Unidade)	28 (N. da sep.)

(Assinatura do oficial relator do enterramento - Fiscalizado pelo oficial da unidade de sepultamento)  
2º Ten. Pub. Gmfr. do Reg. de Sepultamento

FIGURA 15 - Relatório do PS de recolhimento de cadáver desconhecido. AHEx, SAE, FEB

Como decorrência dessas considerações, optou-se por desconsiderar, do conjunto dos mortos nos quais nada foi encontrado, todos os que tiveram morte violenta que tenha comprometido no todo ou em parte o cadáver, implicando em esfacelamento, esmagamento, amputação, mutilação, ou cujos cadáveres foram encontrados em adiantado estado de decomposição. Isso nos leva a um conjunto de treze indivíduos que, pela natureza da morte, pode-se considerar como forte a probabilidade de terem sido perdidos os objetos que portavam caso, de fato, os tivessem consigo.

Naturalmente, inexistem garantias de que num determinado corpo gravemente atingido pelos projéteis inimigos, o fato de que nada foi encontrado se deveu às circunstâncias da morte, e não à opção do indivíduo por nada portar ao adentrar o campo de batalha. Com tal procedimento, corre-se o risco de reduzir o número dos que efetivamente, optaram por carregar nada consigo no decorrer dos combates. Contudo, entende-se que tem que prevalecer aqui a exclusão destes casos, sob pena de não se levar em conta a especificidade e invalidar toda a amostra, razão pela qual deve ser excluída, em se tratando de interpretar os objetos encontrados nos cadáveres desses treze indivíduos.

Destes, o caso extremo certamente é o de Jair da Silva Tavares, natural de Minas Gerais, soldado da Companhia de Canhões Anti-Carro do 11 RI, morto aos 21 anos por explosão de mina em 5 de abril de 1945 na localidade de Malandrone. Em seu relatório individual consta “esfacelamento total” do corpo, sugerindo, pela violência da explosão, ter sido detonada sob ele uma mina antitanque. Os demais casos implicam em amputação ou arrancamento dos membros inferiores, esmagamento da coxa, têmperas ou quadril, esfacelamento do crânio e, curiosamente, um corpo encontrado em estado “cadavérico”. Este último se refere ao corpo do Sargento Max Wolf Filho, morto em 12 de abril de 1945 e enterrado apenas em 21 de dezembro daquele ano. O caso de Max Wolf Filho, tido como maior herói da Força Expedicionária Brasileira, é particularmente intrigante e, pela relevância da personagem em questão, será discutido mais adiante num tópico específico.

Resta um conjunto de 162 indivíduos. Destes deve-se excluir todos os que tiveram decorrido, entre a data da morte e o enterramento, um intervalo de tempo superior a duas semanas, ou 15 dias. Esse intervalo foi estabelecido com base na análise do que parece ser o padrão das datas de morte e enterro. No melhor cenário, o PS conseguia enterrar um cadáver no mesmo dia que o da morte, sendo o mais usual o prazo de um a três dias. No pior, muitos meses teriam se passado entre a morte e o enterramento. Esse último caso podia tanto ter sido causado pela impossibilidade de se remover o cadáver, por ter o soldado morrido em território dominado pelo inimigo, quanto pela necessidade de se proceder a exumação e o traslado de corpos que foram enterrados antes de estarem disponíveis as instalações do Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia. Parece claro que em ambos os casos os corpos teriam passado por extensos processos de desfiguração, seja pela ação do tempo, do inimigo, dos civis, ou da soma desses fatores. Também foram

incluídos aqui todos os casos em que não foi possível se determinar a data do enterramento.

Adotando como linha de corte o prazo máximo de duas semanas para enterro, encontra-se nada menos de cento e dezessete casos. Tratam-se de indivíduos cujo prazo decorrido entre a morte e o enterramento variou de um a seis meses. Tal constatação confirma a fundamentação do corte anteriormente proposto, limitando em duas semanas o prazo entre morte e enterramento como o máximo aceitável para se considerar o cadáver como íntegro, no que diz respeito aos objetos nele encontrados.

A demora no enterramento poderia se dever, como já apontado, a dois fatores. O primeiro é o traslado do corpo, de cemitérios civis ou do Exército dos EUA para a cidade italiana de Pistoia, onde foi criado o Cemitério Militar Brasileiro. O segundo é a impossibilidade de resgatar os corpos, devido ao fato de se encontrarem em território ocupado pelo inimigo. Em ambos os casos, está justificada a exclusão do relatório do indivíduo morto da amostra em exame.

Ora, tudo isso faz com que restem apenas quarenta e seis indivíduos em cujos cadáveres nada foi encontrado, mas cuja integridade do corpo ao morrer e rápido enterramento, permite assumir como crível a suposição de que o fato de não portar objetos derivou de opção do indivíduo. Trata-se de um número muito diferente, originalmente estipulado aqui, dos cento e setenta e cinco corpos no qual nada foi encontrado. Desta forma, ao nos referimos a nossa amostra neste capítulo, no esforço de entender a natureza e o sentido dos objetos que carregavam ao morrer, fica estabelecido que ela se refere a um conjunto de 311 indivíduos.

O exame deste conjunto de indivíduos revela que, de fato, ao contrário da abordagem preliminar das fontes, seria uma minoria de indivíduos que nada portava ao morrer.

A grande diversidade dos objetos mais recorrentemente encontrados nos corpos exige uma tipologia. Uma primeira distinção que pode ser feita diz respeito aos objetos de uso religioso e os demais, de uso civil. Os objetos religiosos são fáceis de serem distinguidos. A dificuldade é se estabelecer a que devoção se referem, uma vez que os membros do PS raramente tinham como prática identificar santos, arcanjos, santas, etc. que eram representados nos objetos que listavam. Quando isso ocorreu foi tão infrequente que a informação passa a ser considerada excepcional: uma oração de São Jorge, uma estatueta de São Pedro, uma fita da congregação católica, um patuá, uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, etc.



Já os objetos de uso civil são mais heterogêneos. Podem-se classificar os objetos nas seguintes categorias: a) dinheiro, b) objetos de uso pessoal; c) utilidades; d) recordações dos entes queridos e/ou do Brasil; e) documentos. É compreensível que predominem entre os pertences encontrados com os corpos esse tipo de objeto. O combatente ou o militar em serviço já é, naturalmente, sobrecarregado com o peso de armas, munições, ferramentas e equipamentos. No caso do infante da Segunda Guerra Mundial, essa carga pode chegar a 30 kg. É natural que apenas o essencial ao conforto material e espiritual e identificação – ou nem isso – seja carregado pelo combatente nessas circunstâncias<sup>237</sup>.

Cabe examinar a proporção em que cada um destes objetos foi encontrado nos corpos dos mortos brasileiros e o que se pode deduzir destas diferentes frequências. Como foi dito, predominam entre os pertences encontrados com os corpos, por razões de ordem prática, justamente esse tipo de objeto. Cabe discriminar os tipos propostos na tipologia adotada.

Aqui a opção foi por retirar, para fins de cálculo percentual, duas variáveis, justamente as duas maiores: chapa de identificação e objetos diversos. A exclusão da chapa diz respeito ao seu caráter institucionalmente obrigatório, sendo que o foco da pesquisa é nas atitudes individuais, conscientes, voluntárias, diante da morte. Uma atitude similar seria como estudar, por exemplo, quantos mortos brasileiros usavam uniformes da FEB – podendo-se encontrar aqui variação similar à já verificada para as chapas de identificação. Já os objetos diversos – justamente pelo seu caráter diversificado – serão tratados numa discussão a parte mais adiante.

Tendo pelas razões expostas desconsiderado as variáveis “chapa de identificação” e “objetos diversos”, o quadro de participação percentual dos demais objetos fica sendo o seguinte:

---

<sup>237</sup> KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.247.

TABELA IX – OBJETOS MAIS FREQUENTEMENTE ENCONTRADOS NOS MORTOS DA FEB

Objeto	Ocorrências mais frequentes	Percentual
Dinheiro	144	15,56
Fotografias	116	12,54
Medalhas religiosas	84	9,08
Correspondência	59	6,37
Carteira	51	5,51
Nada	48	5,18
Estampas de Santos	47	5,08
Cartão de Identificação	43	4,64
Crucifixos	34	3,67
Orações	32	3,45
Quadros Religiosos	31	3,35
Anel	30	3,24
Manual de Orações	27	2,91
Relógio	27	2,91
Recibo Banco do Brasil	24	2,59
Rosários	23	2,48
Corrente	21	2,27
Registro de Vacina	20	2,16
Caneta	19	2,05
Canivete	15	1,62
Imagens Religiosas	11	1,18
Telegrama	10	1,08
Relíquias Religiosas	9	0,97
Total	925	100,00

Fonte: Relatórios Individuais do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

O bem ou objeto com mais frequência encontrado nos corpos dos mortos da FEB foi dinheiro. Nada menos que um em cada seis brasileiros mortos portava dinheiro ao falecer. Isso não inclui, obviamente, o conjunto dos mortos que portava dinheiro ao morrer, mas cujas quantias se extraviaram ou lhes foram tiradas antes que o corpo pudesse ser resgatado pelo PS. Enfim, parece claro que essa proporção pode ter sido bem maior do que a aqui encontrada. Essa recorrência merece uma interpretação. Por que tantos militares, cuja subsistência, reabastecimento e remuneração eram garantidos pela eficiente logística norte-americana, levariam dinheiro para o campo de batalha?

Uma primeira resposta evidente diz respeito à segurança. O lugar mais seguro para guardar o dinheiro, em se tratando de indivíduos que estão na linha de frente ou indo e vindo dela, é consigo mesmos. Uma segunda resposta igualmente óbvia é o consumo. Mesmo garantidas as necessidades básicas, ainda assim os brasileiros tinham a chance –

e recorrentemente a aproveitavam – de comprar objetos diversos, lembranças ou gêneros de primeira necessidade, as vezes dos civis italianos na linha de frente, mas quase sempre no comércio local em seus períodos de licença.

Enfim, em que pese o quadro de guerra, a utilidade do dinheiro – e a necessidade de garantir sua segurança – seguia sendo quase que a mesma de tempo de paz. Se diferença havia, era na possibilidade de se pagar por uma variedade de mercadorias e serviços (inclusive sexuais), com alimentos, artigos de higiene e outros produtos que eram de intensa procura entre os civis italianos, ao invés de dinheiro<sup>238</sup>.

O que chama atenção nas quantias encontradas com os corpos, além da já citada recorrência, são os valores. Nada menos de sessenta e um mortos (42,36%) tinham consigo milhares de liras de ocupação – a moeda oficial do Governo Aliado na Itália –, com valores entre 1.000 e 10.800 liras. Outros 47 (32,63%) portavam centenas de liras, variando de 100 a 892 liras. Apenas 17 indivíduos (11,80%) portavam umas poucas dezenas de liras, com valores entre dez e 72 liras. Mais ainda, não mais do que dois indivíduos (1,38%) portavam apenas algumas poucas liras, respectivamente duas e oito. Finalmente os 17 indivíduos restantes (11,80%) portavam moeda que, com toda evidência, prestava-se apenas ao papel de souvenir de campanha (marcos alemães, franco francês, dólar norte-americano, etc.) ou recordação do Brasil (cruzeiros e centavos)<sup>239</sup>.

Aqui é oportuno tentar estabelecer alguma relação entre esses valores e os soldos recebidos pelos militares brasileiros. É sabido que os vencimentos dos militares da FEB foram triplicados em relação ao valor pago àqueles que ficaram no Brasil. Desta quantia, uma terça parte era paga a cada combatente na Itália; uma outra terça parte era deixada em consignação às famílias dos militares no Brasil; e a terça parte restante era depositada num fundo de previdência na Caixa Econômica Federal, em nome de cada um dos membros da FEB.<sup>240</sup>

Cabe, inicialmente, a conversão dos soldos pagos em cruzeiros na Itália (isto é, a terça parte que cabia ao combatente) para liras de ocupação, impressas pelo Tesouro dos EUA. Pelo câmbio da época cada cruzeiro valia cinco liras, como segue:

---

<sup>238</sup>Diversos relatos de memórias comentam esta possibilidade de pagar favores sexuais com produtos que eram distribuídos para os soldados como chocolates e sabão. Também é marcante a cena do clássico filme neo realista *Paísà* de Roberto Rossellini de 1946 em que esta troca a partir da miséria da população civil italiana aparece a partir da história do soldado norte-americano, a italiana e o leite condensado. **Paísà**, 1946 <http://www.imdb.com/title/tt0038823/>

<sup>239</sup>CASTELO BRANCO, M. T. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1960. P. 334.

<sup>240</sup>CASTELO BRANCO, M. T. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1960. Pg. 335.

TABELA X – SOLDOS PAGOS A MILITARES DA FEB

Posto	Vencimento em Cruzeiros	Vencimento em liras
Capitão	2.610,00	13.050,00
1º. Tenente	2.060,00	10.300,00
2º. Tenente	1.730,00	8.650,00
Aspirante	1.380,00	6.900,00
Subtenente	1.380,00	6.900,00
1º. Sargento	1.000,00	5.000,00
2º. Sargento	870,00	4.350,00
3º. Sargento	730,00	3.650,00
Cabo	450,00	1.350,00
Soldado	296,00	1.480,00

Fonte: CASTELO BRANCO, M. T. p.335

Parece claro que a maior parte dos brasileiros (quase a metade) levava somas substanciais consigo ao morrer. No limite, trazia consigo todo soldo daquele mês, ou quase isso. Quase a terça parte também levava valores que não podem ser considerados passíveis de destinação ao possível consumo. Tudo indica que os combatentes da FEB agiam assim por razões de segurança, embora se desconheça quaisquer relatos de roubos entre os combatentes que confirmem essa hipótese.

Inversamente, pelo menos um autor defende o ponto de vista de que não havia razão para os militares da FEB não confiarem seus valores à guarda de terceiros, no caso, a própria instância pagadora na Itália, o Banco do Brasil:

Criaram os depósitos em conta corrente (a FEB foi a única tropa que desfrutou dessa vantagem) facilitaram as remessas para o Brasil. Era muito interessante o trabalho dos rapazes do Banco, que percorriam as unidades do “front” ou onde estivessem, com seus balcões móveis, no dia seguinte ao pagamento, para recolher o dinheiro dos que desejassem fazer depósitos ou remessas para os parentes no Brasil. Esse serviço “a domicilio”, como se poderia chamar, era uma prova do esforço dos funcionários do Banco do Brasil, que punham as vantagens do Banco ao nosso alcance, em pleno “front”, aliviando os encargos dos nossos tesoureiros e estimulando a economia dos pracinhas.<sup>241</sup>

Os achados desta pesquisa permitem colocar em dúvida o grau de generalidade dessa afirmação. Muito provavelmente ela não se aplicava de forma homogênea entre os

<sup>241</sup>RAMOS, José de Oliveira. **A epopeia dos Apeninos**. Gráfica Laemmert Limitada, Rio de Janeiro, 1960. Pg. 155.

indivíduos pertencentes a diferentes níveis hierárquicos. É o que se constata do exame da relação entre posto ocupado na hierarquia e valores encontrados nos cadáveres.

Pelo menos 36 dos 316 soldados mortos (11,39%) carregavam consigo quantias iguais ou superiores ao soldo do mês. Destes, o que portava o valor mais alto era o corpo do soldado João Maria Batista, natural de Guarapuava, Paraná, da 4ª. Cia. do 6o. RI, morto no Hospital de Evacuação aos 25 anos de idade, de um ferimento no abdômen infligido em 24 de abril de 1945. Ele carregava consigo 10.800 liras, ou o equivalente a mais de sete meses de soldos.

Quantia quase igual portava o soldado João Maria Silveira Marques, também do 6º. RI, natural do Mato Grosso, morto em Porreta Terme em 26 de novembro de 1944, aos 29 anos, por um estilhaço de granada. Ele portava 10.234 liras, ou o equivalente a sete meses de soldo. O fato é particularmente estranho porque, formalmente, ele estava em serviço no estrangeiro desde julho de 1944, não podendo – teoricamente – ter recebido no decorrer daquele período mais do que quatro meses de soldo.

Dos 37 cabos mortos, cinco (13,51%) carregavam valor igual ou superior ao soldo do mês. Destes o que portava a quantia mais alta era o cabo Norberto Weber da 9ª. Cia. do 6º. RI, natural de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, morto em Paravento no dia 14 de abril de 1945, por esmagamento das coxas, aos 21 anos de idade. Ele carregava consigo 4.600 liras, o equivalente a três meses e meio de soldos.

Dos 45 3º sargentos mortos, apenas dois (4,44%) portavam quantias iguais ou superiores aos vencimentos do mês. Ambos eram naturais de Minas Gerais e foram mortos em Montese em 14 de abril de 1945, quando contavam 27 anos. Noraldino Santos da 7ª Cia. do 6º RI portava 5.700 liras quando foi metralhado no tórax, ou seja, levava consigo um soldo e meio ao morrer. José Manoel de Oliveira do 11 RI, morto de causas não determinadas, carregava 6.098 liras, ou 167% do soldo de um mês.

Dos dezessete 2º. Sargentos mortos, apenas um (5,88%) portava quantias iguais ou maiores do que seu soldo mensal. A maior quantia foi encontrada com Ananias Oliveira, natural de São Paulo, morto em 19 de fevereiro de 1945 por esfacelamento do crânio aos 24 anos de idade. Ele tinha consigo ao morrer 5.250 liras, ou o equivalente a 120% do soldo do mês.

Entre os três 1º. Sargentos mortos, nenhum portava quantias iguais ou superiores ao seu soldo mensal. O mesmo se verificou com os únicos subtenente, aspirante e capitão mortos em campanha, bem como com os quatro 2º. Tenentes e três 1º. Tenentes, que também morreram.

Dos dados aqui levantados se conclui que somente entre soldados e cabos – justamente os níveis mais baixos da hierarquia militar – o hábito de carregar grandes somas de dinheiro foi adotado. Apenas uma minoria de 3º. e 2º. Sargentos o fizeram. Acima disso não se verificaram ocorrências do tipo. Tudo leva a crer que, entre as patentes de grau acima de sargento, deva ter prevalecido o hábito não de se carregar grandes somas de dinheiro, mas sim depositá-las no Banco do Brasil, como era perfeitamente possível fazer.

É possível então, arriscar estabelecer aqui um vínculo entre maior posto – e presumivelmente maior grau de instrução – e o hábito de se recorrer aos depósitos bancários. Quanto mais instruído o indivíduo, tanto maior a confiança que deposita na instituição financeira. Quanto menor o grau de instrução, tanto maior a propensão de confiar a si mesmo a guarda de seus valores. E essa é uma contribuição dessa tese ao avanço do nosso conhecimento sobre a relação entre hábitos pessoais e classe social no Brasil de meados do século passado.

Em se tratando de objetos de uso pessoal, artefatos com anel e corrente somam menos de seis por cento de nossa amostra, somando 51 ocorrências. Além destes, também foi notada a ocorrência de coisas como um bracelete, sete distintivos e sete de alianças.

No todo são números pouco consideráveis, que traduzem uma modéstia de adereços da parte dos combatentes brasileiros. Esse pouco apego a adereços e enfeites pode ser devido às circunstâncias nas quais eram travados os combates. O mascaramento, a camuflagem, a mimetização do combatente, seja de dia, seja de noite, é uma imposição da qual depende não só a sua vida como a dos seus companheiros. Entende-se porque seja encontrada tão baixa incidência de adereços e enfeites entre os pertences dos mortos da FEB.

Sabe-se que soldados na linha de frente travam duas lutas, quase que igualmente árduas e aflitivas. A primeira e mais óbvia é contra o inimigo. A outra, menos conhecida do público, é contra os elementos. Chuva, neve, vento, granizo, frio, calor, poeira, falta de lugar para dormir e satisfazer as necessidades fisiológicas, de hora para comer, etc. são os desafios cotidianos dos combatentes.

Se a ação contra o inimigo é eventual, esporádica, a luta contra os elementos da natureza, em especial as intempéries, é uma constante. Viver, comer e dormir ao ar livre, exposto aos elementos da natureza, sem condições de realizar os mais elementares procedimentos de higiene, é a rotina comum a todo combatente da linha de frente na Segunda Guerra Mundial.

Cesar Campiani Maximiano em seu livro “Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial” assim descreve essa dupla luta que é típica dos soldados comuns da infantaria na linha de frente. Entrevistando o ex-combatente Vicente Gratiagliano do 6º. RI ele constatou que:

são mais frequentes alusões à falta de conforto e rusticidade da vida na primeira linha do que referências às ações diretas contra alemães. A infindável permanência nos foxholes sempre esteve presente durante as conversas com os combatentes. Parecendo “lobisomens” (como relatou Gratiagliano) os fuzileiros tentavam atenuar os efeitos do frio enrolados em cobertores... uma miríade de materiais estava sempre disponível, mas seu uso nem sempre era conveniente. Havia como preparar comida quente, porém os fogareiros a gasolina não podiam ser utilizados à noite por atrair a atenção do inimigo. Ferdinando Palermo resumiu o dia a dia que levavam frente aos alemães: “Não se dormia, não se tomava banho, não se podia fazer barba, não se trocava meia”. Viver na linha de frente significava a perda de contato com qualquer tipo de conforto urbano e civilizado, somado a horas de tédio infinito, entrecortado por momentos de terror.<sup>242</sup>

Todos esses constrangimentos e desconfortos têm que ser minimizados, ou tornados suportáveis, apenas e tão somente através daquilo que o combatente possa carregar consigo. Os militares da linha de frente devem sempre ter refletido sobre a utilidade dessas coisas em relação ao ônus de carregá-las consigo, ou mesmo à frequência com que poderiam conseguir ser utilizados.

Utilidades como carteira, relógio, caneta, canivete ajudavam o combatente a lograr algum conforto ou segurança a mais, mas parecem raramente ter sido levados à linha de frente. De fato, esses bens que – no limite – poderiam ser considerados de grande utilidade ou mesmo indispensáveis, somam menos de 12,47% das ocorrências da amostra.

Além desses também se notou a ocorrência de nove bolsas, sete óculos, cinco cigarreiras, dois pentes e dois aparelhos de barba. Esses números baixos, de objetos que em outras circunstâncias podiam ser tidos como indispensáveis, parecem revelar o conflito inerente ao combatente que se obriga a decidir o que carregar consigo, sendo que tem que se ater apenas ao essencial.

Se os brasileiros mortos foram, por um lado, econômicos em levar consigo para o campo de batalha objetos de uso pessoal e utilidades, por outro foram pródigos em portar

---

<sup>242</sup> MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo, Grua, 2010. Pg. 105

recordações dos entes queridos, do Brasil, ou ambos. Destas, a mais recorrente eram mesmo as fotografias. Nada menos de um em cada oito dos mortos as portavam consigo. O número de fotos encontradas em cada corpo também variava muito, entre apenas uma e um máximo de cento e vinte e sete fotografias. É o que se pode perceber no exame da tabela a seguir:

TABELA XI SOLDADOS MORTOS PORTANDO FOTOGRAFIAS

Número de Fotos	Mortos
1	19
2	23
3	8
4	8
5	8
6	6
7	6
8	3
9	6
10	4
11	3
12	3
13	1
15	2
16	2
17	5
18	3
19	3
22	1
26	1
50	1
127	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

Percebe-se que na maior parte dos corpos (35,88%) foram encontradas apenas uma ou duas fotografias. Isso é coerente com o caráter relativamente raro da posse de fotos, não apenas entre os combatentes, mas recorrente na dura realidade da grande maioria da população daquela época. Tirar uma fotografia e fazer a cópia eram atividades relativamente caras para a maior parte da população. Acredita-se mesmo que a maioria das pessoas tirava, naquela época, uma única foto de si mesmo em toda vida – se tanto.

Mesmo essa única foto, por vezes, era a de algum outro indivíduo já falecido, amigo ou familiar do morto em combate. Embora tenha sido mais comum no início do século XX, a fotografia mortuária se manteve como necessidade de registro imagético



possível para muitas famílias, como meio de manter viva a lembrança de um ente querido. Numa região afastada da vida urbana como era Bela Vista de Goiás, por exemplo, encontramos esta prática até os anos 60<sup>243</sup>. Ter a imagem da pessoa contribuiria para aliviar a dor de não tê-la presente. No caso do soldado que foi para a guerra, a foto também teria este efeito. Como expressa Jacques Aumont, para quem a “imagem (...) atua no duplo registro, (dupla realidade) de uma presença e de uma ausência”<sup>244</sup>.

Outro fator que – literalmente – pesava contra a posse de grande número de fotografias, que é a já mencionada limitada capacidade de portar consigo grandes volumes, no caso de combatentes da linha de frente. O fato de alguns poucos indivíduos terem mais do que uma ou duas fotos não deve, pois, ser tomado como extraordinário. O que de fato chama a atenção são dois cadáveres nos quais foram encontrados dezenas de fotografias, 50 delas num caso, e bem mais de uma centena em outro.

Em “Nada de Novo no Front”, Remarque<sup>245</sup> descreve sobre ter encontrado uma fotografia de mulher e uma criança junto aos pertences do inimigo. Naquele momento o retorno da individualidade do inimigo ocorre, ele também teria uma família como o soldado que o matou, ou seja, a humanidade daquele que era um inimigo anônimo.<sup>246</sup>

O corpo no qual foram encontradas 50 fotografias era do cabo Benjamim Pedroso da Silva, natural do Mato Grosso, lotado no Depósito de Pessoal da FEB, morto aos 25 anos de idade na véspera do Natal de 1944 ao pisar numa mina na localidade de Fucechio. É significativo que com ele tenham sido encontrados também as duas chapas de identificação, duas medalhas religiosas, um “amarrado” de cartas (não foi possível estabelecer a quantidade, mas tudo indica serem muitas), vinte e seis vistas (postais) da Itália, e nada menos do que 4.352 liras. O Depósito de Pessoal da FEB era a unidade encarregada de fornecer repletamentos de efetivos para as tropas, mas parte substancial de seus membros jamais foi ao front, como é o caso aqui analisado.

O outro corpo, no qual foram encontradas 127 fotos pertencia ao soldado da Intendência Walter Souza, natural de Minas Gerais, assassinado aos 24 anos na cidade de Pistoia. Com ele foi encontrada uma série de objetos que, muito provavelmente, jamais veríamos num cadáver de um infante na linha de frente: um livro de inglês, uma carta,

<sup>243</sup>BORGES, Deborah Rodrigues. **Registros de Memórias em Imagens: usos e funções da fotografias mortuária em contexto familiar na cidade de Bela Vista de Goiás (1920-1960)**, Dissertação de Mestrado, PUC-GO, 2008.

<sup>244</sup>AUMONT, Jacques **A imagem**. 2.ed. Campinas: Papirus, s. 1995, p.120.

<sup>245</sup>REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front**. Porto Alegre: L&PM, 2005, p. 71.

<sup>246</sup>MORIN, E. **O Homem e a morte**. Lisboa: Europa-América, 1970, p. 43.

vistas de Pisa e Pistoia, carimbo, lanterna, canivete, boneco, 2 torres de Pisas em alabastro, soco inglês, a quantia de 2.353 libras e exatos 56 cruzeiros.

É significativo que ambos são militares ocupados com atividades tipicamente da retaguarda. Aliás, retaguarda bem distante da linha de frente, localidades que nem a artilharia de mais longo alcance empregada pelo inimigo poderia jamais atingir. Nada se pode saber sobre a possibilidade de ambos estarem ou não preocupados com a possibilidade de morrer. De fato, a Intendência e o Depósito de Pessoal eram atividades de risco de vida nulo ou muito baixo. Mas mortes por mina ocorreram o tempo todo nestes lugares. Fosse antes, durante ou depois da guerra<sup>247</sup>.

Levar fotografias era muito comum, mas o que dizer sobre fotografar enquanto se está no front? Recentemente foi encontrado por historiadores nas montanhas em Luxemburgo, onde se realizou uma importante batalha na floresta das Ardenas, um objeto que estava com o soldado norte-americano Louis J. Archambeau no front. Trata-se de uma câmera fotográfica que continha um filme. O detalhe curioso foi que as fotos puderam ser reveladas setenta anos depois de terem sido capturadas e em algumas delas aparece o soldado que haveria de ser morto em diversos momentos de seu cotidiano na guerra.<sup>248</sup>

Entretanto, esse hábito não era comum e no próprio Manual americano do Graves Registration era proibido fotografar, por exemplo, túmulos e cemitérios militares, por conta da moral da tropa<sup>249</sup>. Mas a fotografia também tinha restrições por ser reveladora de posições e detalhes de estratégias que poderiam cair nas mãos dos inimigos. Por tais motivos, as fotos em questão são raras e a possibilidade de acessá-las atualmente revelam uma subjetividade do combatente bastante significativa para o historiador.

Além das fotos, também cartas e telegramas foram encontrados nos corpos, somando correspondências (6,59%) e telegramas (1,11%) 69 ocorrências. As cartas foram encontradas nos corpos com frequência que variavam de uma única correspondência até o já citado “amarrado” delas. Em número de cartas o valor mais alto citado nos RI é 15.

---

<sup>247</sup> MUSEO STORICO DI MONTESE. **Mostra Seconda Guerra Mondiale**. Itália, Montese, 2010. Nela pode-se ver farto material de propaganda alertando os civis italianos para o risco de se ter contato com material militar, inclusive minas e armadilhas explosivas, muitos anos depois de finda a guerra.

<sup>248</sup> Declared MIA on December 26th, 1944, Archambeau's last known position was in the side of the hill, in the foxholes with a number of his comrades. He was not declared KIA until February 23rd, 1945, when his body was found. At the time, the circumstances leading up to his death were shrouded in mystery in: JANES, Terry. Louis J. Archambeau, Disponível em:

<http://www.thetroubleshooters.com/80th/archambeau001.html>

<sup>249</sup> War Department, **Graves Registration Manual Fields**, p. 53.

A tabela a seguir mostra a proporção com que cada quantidade de correspondências foi encontrada nos corpos:

TABELA XII - SOLDADOS MORTOS PORTANDO CARTAS

Número de cartas	Mortos
1	28
2	9
3	3
4	2
5	3
7	1
8	1
9	3
10	1
11	2
13	3
14	1
15	1
“um amarrado”	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

Fica claro que levar consigo muitas cartas, no limite “um amarrado” delas, sempre foi exceção. Na grande maioria dos corpos (62,7%) foi encontrada somente uma ou duas cartas. Por se tratar de uma parte significativa da amostra selecionada, vale a pena comparar esses dois extremos: uma maioria de militares que portava consigo ao morrer apenas uma ou duas cartas e alguns poucos que as tinham em grande quantidade, no limite “um amarrado” delas. Novamente, a relação entre o lugar social ocupado pelo indivíduo (na sociedade, no Exército, na guerra, etc.) e o que portava ao ser morto, aparece de forma evidente.

Para uma pesquisadora como Maria de Lourdes Ferreira Lins, além de comunicação, a carta era o lazer do expedicionário no front<sup>250</sup>. Mesmo com a censura institucional das mesmas, as cartas eram essenciais articulando a vida anterior com a realidade da Guerra.

Entretanto, em seu “Crônicas da Guerra na Itália”, Rubem Braga comenta a notícia de que os soldados brasileiros estariam enviando mais telegramas para o Brasil do que os recebendo<sup>251</sup>. Como o autor mostra os valores deste envio de mensagem, pode-se supor

<sup>250</sup>LINS, M. L. F. **A Força Expedicionária Brasileira**, uma tentativa de interpretação, 1975, p. 127.

<sup>251</sup>BRAGA, Rubem. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1985. p.55

que para as famílias brasileiras que aqui ficaram, as cartas além de contemplarem mais informações, eram mais econômicas do que os telegramas.

Dos 37 militares mortos nos quais foram encontradas uma ou duas cartas nada menos de 35 eram da infantaria, um da artilharia e um da Intendência. Esse último é o já citado Walter Souza, assassinado em Pistoia na véspera do Natal de 1944. A profusão de objetos encontrada com ele (livro de inglês, carta, vistas de Pisa e Pistoia, carimbo, lanterna, canivete, boneco, torres de Pisas em alabastro, soco inglês, 2.353 três liras, 56 cruzeiros) deixa claro que carregar ou deixar de carregar consigo correspondências era uma opção, ao alcance dele apenas por conta das circunstâncias relativamente privilegiadas nas quais vivia.

O outro morto que não exercia atividades como infante era o soldado da artilharia Dirceu de Almeida, morto aos 25 anos em acidente de viatura que lhe fraturou o crânio na cidade de Porretta Terme, no dia 22 de dezembro de 1944. Além dessa única carta ele levava uma das chapas de identificação, uma medalha religiosa e três quadros do mesmo tipo, além de 205 liras e algumas moedas estrangeiras.

Dos 35 infantes a maioria era soldado (29), seguidos dos cabos (dois), terceiros-sargentos (três) e segundo-sargento (um). Estavam quase que igualmente divididos entre os três regimentos de infantaria, sendo 13 do 1º. RI. 12 deles pertenciam ao 11 RI e 11 ao 6º.RI.

Uma outra questão suscitada pelos pertences encontrados com os mortos diz respeito aos documentos pessoais e também é relevante. Nem todos os brasileiros carregavam consigo seus documentos ao adentrar o campo de batalha, mesmo os de identificação. Nessa categoria aparecem documentos de identidade, ou que serviam para estabelecer a identidade do usuário, como o Cartão de Identificação, o que somava apenas 4,64% das ocorrências. A estes devem ser somados outros documentos, como a carteira de habilitação, encontradas em apenas três dos corpos.

Os demais são documentos absolutamente singulares, como a Carteira do Círculo Exotérico, encontrada no corpo do 2º. Sgt. do 6º RI, Nívio Santos, natural de Olaria, Rio de Janeiro, morto por ferimento de granada em Vila Vic Nocchi aos 30 anos de idade. Também é o caso do certificado de inglês, encontrado no corpo do 1º. Ten. Av. Waldir Melo, morto em acidente de aviação em Tarquínia em 16 de novembro de 1944. Foi encontrado no corpo do 2º. Ten. da 7ª. Cia. do 11 RI José Belford de Arantes, morto em 6 de fevereiro de 1945 na localidade de Gaba por estilhaço de granada aos 22 anos, uma carteira de identidade da escola de medicina. Um último exemplo da diversidade de

documentos de identidade encontrado nos corpos é a carteira do Círculo Operário, pertencente a Abílio Passos, soldado da 9ª. Cia. do 1º. RI, morto no violento ataque ao Monte Castelo em 12 de dezembro de 1944.

Para além desses documentos, outras formas de identificação puderam ser encontradas, todas de origem militar. Tal é o caso de dois certificados de reservista e duas carteiras de identidade emitidas por diferentes Regiões Militares.

Também não se nota ênfase dos combatentes mortos em portarem seus registros de vacinação. Foram encontrados Registros de Vacina em vinte corpos. Outros oito diferentes documentos de vacinação também foram constatados. Todo efetivo enviado à Itália foi vacinado contra varíola, tétano, tifo e febre amarela antes de embarcar, e contra cólera após a chegada. Naturalmente o processo gerou documentação, tanto para a instituição quando para os indivíduos. O médico José de Oliveira Ramos que atuou com a FEB explica o processo em seu livro “A Epopéia dos Apeninos”<sup>252</sup>:

As relações das pessoas imunizadas são arquivadas, após o registro nas fichas individuais em dupla via... e no livro de vacinação. A segunda via da ficha é, depois de completa, assinada pelo médico responsável e entregue ao interessado, que a apresenta, sempre que solicitado, para comprovar seu estado de imunidade.

Esse mesmo autor explica que devido à vacinação em massa, a outrora extensa mortandade por doenças, comuns em todas guerras, foi praticamente erradicada da FEB. Como ele nota, “não tivemos um só caso de varíola, tétano ou tifo...o que é fato inédito nas campanhas da Europa, onde noutras guerras o tétano e o tifo eram de incidência colossal”<sup>253</sup>

Novamente a preocupação com dinheiro aparece com destaque. Em 24 casos foram encontrados Recibos do Banco do Brasil. Em outros 12 cadáveres também foram encontrados documentos bancários. Se somar a esses montantes os valores em dinheiro e o número de carteiras para guardá-los que foram encontrados, percebe-se a enorme importância que os que adentravam o campo de batalha davam a questão.

Cabe aqui, para concluir essa parte, falar dos objetos de natureza diversa que foram encontrados com os corpos dos brasileiros mortos. Tratavam-se de objetos

---

<sup>252</sup> RAMOS, José de Oliveira. **A Epopéia dos Apeninos**. Rio de Janeiro, Editora Laemmert & Cia. sem data. Pg. 39.

<sup>253</sup> Op. Cit. Pág. 45

variados, oscilando entre os puramente utilitários e os absolutamente pessoais. Dentre estes cabe citar caderno, livro, diário, isqueiros, recorte do jornal Cruzeiro do Sul, etc.

Nesse grupo se incluem também as lembranças de campanha, em especial aquelas dedicadas aos passeios e viagens de turismo quando em licença na Itália. Surgem aqui lembranças e souvenirs da Itália em geral, e de cidades como Florença, Pisa, Roma, e Pompeia.

Um conjunto de objetos possível de ser classificado também nessa categoria são cinco passes da Estrada de Ferro Central do Brasil, um bilhete de loteria, moedas e notas brasileiras encontradas nos corpos. De um ponto de vista prático, a utilidade desses objetos nos Apeninos Italianos entre 1944 e 1945 deve ter sido nula. É forte a possibilidade de que tenham sido conservados com seus donos por servirem como lembrança do Brasil.

A relação entre religiosidade e guerra foi explorada por alguns historiadores a partir de diversas fontes. O já citado estudo do britânico Michael Snape utiliza uma variada possibilidade de fontes, cartas de capelães, diários, jornais e revistas religiosas e escritos de oficiais sobre o papel da religião para os soldados em guerra. São perspectivas institucionais, mesmo quando são depoimentos de capelães, o seu ponto de vista socialmente determinado é de um membro de uma comunidade religiosa e ao mesmo tempo da instituição militar.

Perceber a relação do indivíduo com a possibilidade de morrer e como essas devoções pessoais nesse momento são reveladas é o objetivo do capítulo a seguir. Para dar conta dessa questão serão examinados os Relatórios Individuais de Sepultamento do PS/FEB. O pressuposto dessa pesquisa é que os soldados estariam portando objetos que gostariam de manter junto a seus corpos caso viessem a morrer em ação.

## CAPÍTULO TRÊS – A PREPARAÇÃO PARA A MORTE

### Devoções Individuais



FIGURA 16 - Entrega de material religioso em 2013 para a missão de Paz no Haiti por parte de membros dos Arautos do Evangelho<sup>254</sup>. EB

O Brasil participa desde 2004 de uma missão de paz da ONU no Haiti. Ainda que o país não esteja em guerra, a possibilidade de morrer nesta ação é constante no cotidiano destes soldados. Cerca de 65 militares do Brasil e de outros países já morreram nessa missão. Apenas no terremoto que atingiu o país em janeiro de 2010, morreram 18 militares brasileiros. A presença de objetos religiosos que oferecem conforto espiritual ocorre predominantemente em nível institucional neste contexto. Em janeiro de 2013, o Batalhão de Infantaria de Força de Paz do Haiti recebeu material religioso para seus soldados. Consta que o material era composto por terços e exemplares do livro “Ofício da Imaculada”<sup>255</sup>. O perigo e o medo diante da morte nestas missões se equivalem aos sentimentos dos combatentes em uma guerra. Neste sentido, os objetos sagrados para o

<sup>254</sup>Os Arautos do Evangelho são uma Associação Internacional de Fiéis de Direito Pontifício, a primeira a ser erigida pela Santa Sé no terceiro milênio, o que ocorreu por ocasião da festa litúrgica da Cátedra de São Pedro em 22 de fevereiro de 2001. Sua atuação no Brasil tem se firmado principalmente no campo televisivo e as suas publicações reforçam a tendência da mariologia, (estudos teológicos acerca de Maria, mãe de Jesus) Disponível em <http://www.arautos.org/> Acessado em 10/07/2013

<sup>255</sup>Contingente do Haiti recebe livros religiosos, Disponível em [http://portal.dgp.eb.mil.br/portalsarex/doc/39\\_CMS\\_-\\_Contingente\\_1-3\\_do\\_Haiti\\_recebe\\_livros\\_religiosos.pdf](http://portal.dgp.eb.mil.br/portalsarex/doc/39_CMS_-_Contingente_1-3_do_Haiti_recebe_livros_religiosos.pdf)

catolicismo servem de consolo, proteção e mesmo reafirmação da fé do devoto em momentos de incerteza e da iminência da morte.

Todo soldado que está numa guerra pensa na morte. Preparar-se para a boa morte ou para uma morte tranquila fazia parte dos comportamentos dos homens em combate. As religiosidades num momento de incertezas em que o medo é presente transformavam as angústias em fé. A espiritualidade e o medo de morrer na guerra estão intimamente ligados. A negação da morte provavelmente estimula uma série de comportamentos e ações que privilegiam os aspectos das crenças populares.

Este maior espiritualismo religioso individual pode ser demonstrado com as devoções dos soldados no front. As devoções, entendidas como sentimento religioso, referem-se a um acordo entre o fiel e o santo a partir de uma relação de troca. O fiel faz o pedido e “paga” a promessa se o mesmo for atendido.

A Igreja Católica estabelece modalidades de devoção<sup>256</sup>. Enquanto a latria é o culto que se deve somente a Deus, a dulia e a hiperdulia referem-se ao culto aos santos. Nossa Senhora, a mãe de Jesus, recebe um culto especial e por isso se insere na hiperdulia, uma devoção que ficaria, na escala de importância, logo abaixo de Jesus. No Manual de Orações do Soldado Brasileiro que veremos adiante, o culto à Maria é destacado. Ela teria maior influência e por isso é a intercessora mais evocada.

Um aspecto essencial nesta modalidade de devoção é a fidelidade. Tal relação se estreita a partir da presença da barganha que é o que difere a devoção da espiritualidade a qual não enfatiza o milagre. Para José Carlos Pereira<sup>257</sup>, a devoção estaria no grau de contato primitivo do fiel com a religião. Exemplo disso é a existência de uma lista de santos para todas as causas. Este seria o fator principal de origem dos conflitos e da repulsa da Igreja em relação ao catolicismo devocional, já que este dispensa a instituição eclesiástica para existir.

As necessidades espirituais numa guerra são enfatizadas, neste sentido “a devoção ao Santo constitui para o fiel uma garantia do auxílio celeste para suas necessidades. Sendo que a lealdade ao Santo manifesta-se, sobretudo, no exato cumprimento das promessas feitas”<sup>258</sup>.

---

<sup>256</sup>AUGRAS, Monique. **Todos os santos são bem-vindos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005, p. 34

<sup>257</sup>PEREIRA, José Carlos. **Devoções Marginais: interfaces do imaginário religioso**. Porto Alegre: Zouk, 2005.

<sup>258</sup>AZZI, Riolando. **A Espiritualidade Popular no Brasil: um enfoque histórico**, in; Grande Sinal – Revista de Espiritualidade, Ano XLVIII – 1994/3, p 296.



Elemento importantíssimo no catolicismo, os santos são normalmente ou determinados pela Igreja Católica pelas hagiografias ou incorporados por ela, mesmo no caso de não tê-los instituído. Para Jurkevics

Essas apropriações, tanto de um lado, como de outro, revelam que a religiosidade não se circunscreve em um sistema cultural fechado, ou que seus rituais sejam cumpridos de igual forma por todos os grupos sociais<sup>259</sup>.

A questão dos mártires trabalhada por Peter Brown<sup>260</sup> enfatiza a ideia de que no século IV era conveniente a ascensão deste tipo de culto, na visão dos bispos e dirigentes de Roma. Foi um pouco depois, no século V que ocorreu a entrada de inúmeros santos no rol das devoções católicas.

A identificação do fiel com um santo ocorre a partir de alguma afinidade, por exemplo, sua cidade de origem, profissão, ou de acordo com a hagiografia do santo, um momento ou situação vivida por este que seja semelhante ao do devoto e que por isso mantenha a identificação com ele. No caso das devoções em tempo de guerra, como aponta Calavia Sáez, “o grau de especialidade de um santo tende a ser o determinante para que o mesmo seja evocado em determinadas aflições”<sup>261</sup>.

Ligada à chamada religiosidade popular<sup>262</sup>, estas devoções por vezes indicam várias virtudes para um mesmo santo. Um exemplo deste caso é Santo Antônio de Pádua, cujas imagens foram encontradas com alguns dos brasileiros mortos durante a Segunda Guerra Mundial. Para o padre Antônio Vieira, era o santo que servia para tudo. Sua polivalência inclui até a sua função de protetor dos militares, tendo recebido durante o Império, inclusive, a patente de tenente-coronel do EB<sup>263</sup>.

Estes objetos de caráter religioso, nesse contexto, assumem um simbolismo maior ainda. Seu poder de proteção contra a morte ou, caso acontecesse o pior, de garantia de

<sup>259</sup> JURKEVICS, Vera Irene. **Os Santos da Igreja Católica e do Santos do Povo: devoções e manifestações de religiosidade popular**. Tese de Doutorado, Curitiba, UFPR, 2004.p.197.

<sup>260</sup> BROWN, Peter. **The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity**, Chicago: University Chicago Press, 1982, p.33

<sup>261</sup> SÁEZ, Oscar Calavia. O que os santos podem fazer pela antropologia? **Revista Religião e Sociedade**, Relig. soc. vol.29 no.2 Rio de Janeiro 2009 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100872009000200010&script=sci\\_arttext#link002](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100872009000200010&script=sci_arttext#link002)

<sup>262</sup>Entendida como formas de religiosidade fora do que seria estabelecido pela Igreja. In: LOPES, José Roberto. Imagens e devoções no catolicismo brasileiro: fundamentos metodológicos e perspectivas de investigações. **Revista de Estudos da Religião**, n. 3, 2003, p. 1-29. Disponível em <[www.pucsp.br/rever/rv3\\_2003/p\\_lopes.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_lopes.pdf)>.18>

<sup>263</sup>Com a Proclamação da República seu soldo foi suspenso, o que teria provocado protesto entre os franciscanos e levado o mesmo à reserva. In: AUGRAS, Monique. **Todos os santos são bem-vindos**, 2005, p. 88.

que estaria tendo uma boa morte por portar tal objeto, pode ser interpretada pela dimensão do sagrado. O sagrado é caracterizado pela alteração da percepção, dotando de transcendência e de paradoxo o que se observa.

Deste modo, qualifica-se aquilo que é sagrado com qualidades percebidas como reais e operantes de uma experiência interna e individual. Nas pesquisas de Eliade<sup>264</sup> sobre o fenômeno religioso, o âmbito do sagrado pode ser observado em sua manifestação através do conceito de hierofania, definido como o processo de construção do mundo a partir da relação da cosmogonia com o homem religioso. A expansão da percepção que se opera quando o sagrado interfere no plano profano propicia uma mudança de consciência: uma espécie de “elevação de consciência” a uma realidade de princípio espiritual e divino que se relaciona com o indivíduo de maneira a vislumbrar uma experiência de irrupção do sagrado em sua própria vida. Em suma, a hierofania é um epifenômeno que se apresenta a um indivíduo, incutindo no mesmo a manutenção ou transformação de suas crenças religiosas.

Objetos de uso religioso frequentemente estavam presentes nos corpos dos soldados brasileiros mortos (32,17%). Em praticamente um terço dos cadáveres foram encontrados artefatos ou impressos relacionados a diferentes devoções, praticamente todos de origem cristã. Essa constatação é paradoxal. Por um lado, a instituição militar era marcada pelo distanciamento das instituições religiosas. Por outro lado, tratava-se de um contexto de permanente e extremo risco de vida, suscetível de fomentar devoções. O que parece claro é que essa mostra é significativa para se entender as devoções individuais e sua relação com as atitudes diante da morte.

Como analisa Norbert Elias:

A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na Terra, a morte constitui um problema só para os seres humanos.<sup>265</sup>

Parece claro que os componentes da FEB viviam num período histórico em que a laicização das práticas e das representações associadas aos ritos funerários na sociedade brasileira já estava bem adiantada, pelo menos nas regiões onde foi recrutada a maior parte do efetivo da FEB. No caso dos militares brasileiros esse processo estava muito mais próximo da concretização do que no resto da população, mesmo à luz de alguns

<sup>264</sup>ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões, São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 2008, p.17

<sup>265</sup>ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.10.

desenvolvimentos que parecem contradizer essa tendência mais geral, como é caso da própria reinstituição do corpo de capelães que seguiu com a FEB.

O período a que se refere essa pesquisa está, historicamente, muito longe dos tempos em que os brasileiros levavam à frente das suas tropas em combate imagens de santos que os protegessem dos perigos do campo de batalha e atemorizassem seus inimigos. Tal aconteceu, por exemplo, na prolongada campanha das tropas do Império Português contra a ocupação holandesa no Brasil do século XVII<sup>266</sup>.

Porém, historicamente, os indivíduos aqui examinados já estavam bastante próximos da época em que rezavam-se missas antes das batalhas e jurava-se fidelidade ao imperador com a mão direita sobre a bíblia. Essa foi a prática institucional até o fim do Império, distante escassos 50 anos do momento em que começou a Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, a dimensão do sagrado neste contexto se faz presente principalmente pela iminência da morte. Trata-se de um contexto no qual os rituais e necessidades individuais relativas às incertezas deste rito de passagem ainda são monopolizadas pela religião.

A época em que viveram os membros da FEB é marcada por sucessivas revoluções urbanas, industriais, científicas e tecnológicas. Todas essas amplas, importantes e, por vezes, radicais transformações agiram no sentido do enfraquecimento dos dogmas religiosos, do reforço da crença no poder da ciência e na geral laicização de todos ritos e monumentos públicos.

No caso dos membros da FEB, essas tendências devem ter sido sentidas com intensidade maior ainda. A razão é fácil de se perceber: os soldados brasileiros foram incorporados a um dos exércitos mantidos na linha de frente da Segunda Guerra Mundial pela maior superpotência econômica, industrial e científica que o mundo já havia conhecido – os EUA.

As demonstrações da superioridade material, organizacional, cultural, etc. da civilização norte-americana, e seu profundo efeito sobre os brasileiros, são bem conhecidos. Nenhum dos ex-combatentes que escreveu a respeito deixou de descrever da forma a mais intensa e explícita possível sua admiração, por vezes até assombro, diante da materialidade do caráter superior da civilização construída nos EUA. Quaisquer indivíduos que alimentassem simpatias ou veleidades sobre o fascismo ou nazismo como

---

<sup>266</sup>SANTOS, Rafael Brondani dos. **Santo Antônio pernambucano: politização e militarização de Santo Antônio na Restauração pernambucana**. ANAIS do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

modelos de organização social e política, tão importantes entre alguns militares brasileiros dos anos 1930, mudaram completamente de ideia diante da inequívoca e ampla demonstração da superioridade da sociedade norte-americana.

Mesmo no interior dessa forte tendência de secularização da sociedade, ainda assim encontram-se escritos legados pelos ex-combatentes que enfatizavam o papel das crenças religiosas como elemento relevante para a preservação das suas vidas e as'due enquanto membros da FEB.

A Segunda Guerra Mundial foi um choque armado no qual questões como o nível de produtividade industrial, o grau de desenvolvimento científico e tecnológico e a adequada organização dos recursos nacionais foram os fatores decisivos. Nada disso estava disponível no Brasil dos anos 1940, ainda mais se tratando de cumprir com o compromisso de participar de uma guerra na Europa contra a Alemanha Nazista.

É possível afirmar que na guerra travada pelos brasileiros nos Montes Apeninos na Itália ao final da Segunda Guerra Mundial, a importância do poder material foi demasiado evidente para poder passar despercebida ou ser minimizada por qualquer um que estivesse vivendo naquela época. A todos os envolvidos era óbvio que, embora as habilidades militares e a motivação para combater fossem importantes, a vitória viria como decorrência da superioridade material dos Aliados contra o Eixo.

As aparentemente infinitas disponibilidades materiais da logística norte-americana ajudariam os brasileiros a prevalecer diante dos defensores alemães, respeitados como combatentes, mas padecendo de graves privações materiais e humanas. No caso dos membros da FEB, se acontecesse de serem atingidos em combate, os brasileiros sabiam que podiam contar com a remoção pelos padioleiros até uma ambulância, que os levaria até um hospital, no qual suas chances de sobreviver e se recuperar seriam maximizadas numa escala sem precedentes. E, se acontecesse o pior, igualmente sabiam os brasileiros que seus companheiros – e, novamente, a Intendência – providenciariam para que ele tivesse um enterro decente.

Ainda que existam vantagens logísticas e tecnológicas, estas não permitem ignorar a maior probabilidade de morte em um contexto de guerra. Ainda que a presença do sentimento religioso seja menor, na individualidade ela se revela.

Este impasse é trabalhado por Marchi para quem:

Apesar dos avanços e conquistas da ciência, o sagrado e a religiosidade mantiveram-se presentes e se afirmam como

formas de vivenciar a religião para significativa parcela da população humana<sup>267</sup>.

O que se está sugerindo aqui é que a confiança no poder material, na capacidade de construção e destruição possibilitada pela logística que os EUA provinham à FEB, não teria abalado entre os soldados o papel das crenças religiosas como fator que também contribuiu tanto para sua sobrevivência pessoal, quanto para a vitória na guerra.

Ainda que tais constatações sejam coerentes, esta ênfase na secularização do indivíduo enquanto soldado em uma guerra moderna não desmerece um fator importante neste contexto, que é a dimensão da proteção simbólica por meio dos objetos relacionados às crenças religiosas.

Na obra “God and the British Soldier: Religion and the British Army in the Era of the Two World Wars”, o caso britânico é interpretado pelo autor Michel Snape que problematiza a questão de como articular esta secularização da sociedade com o florescimento de uma vida religiosa num contexto de guerra marcada por uma destruição sem precedentes<sup>268</sup>.

Naquele contexto histórico específico o aforismo de que não existem ateus nas trincheiras era confirmado por diversos depoimentos e cartas de capelães e oficiais<sup>269</sup>. O preparo espiritual era uma forma de proteção contra o medo, o perigo e a morte, elementos presentes em todo esse contexto de guerra.

Isso nos leva ao exame de uma outra questão. O que se pode afirmar sobre o medo que sentiam os brasileiros de morrer em combate? Por maior que fosse a crença na vitória sobre o inimigo e na grande chance de não ser morto, as mortes se sucediam diante dos olhos dos combatentes. O que se sabe a respeito dos sentimentos dos brasileiros diante da possibilidade de que o mesmo lhes pudesse acontecer? Novamente questões já mencionadas como a faixa etária, e outras muito mais complexas e ainda não encaradas, como as percepções individuais a respeito do que é o combate, devem ser colocadas e discutidas.

Há tempos está estabelecido um nexos entre faixa etária e a recorrência com que se manifesta a preocupação com a morte. Quanto mais jovem se é, menos na morte se

---

<sup>267</sup>MARCHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. In: **História: Questões & Debates**, Editora UFPR: Curitiba, n. 43, 2005, p. 33.

<sup>268</sup>SNAP, Michael. **God and the British Soldier: Religion and the British Army in the Era of the Two World Wars**. New York: Routledge, 2005.

<sup>269</sup> SNAP, M. p.44

pensa. Inversamente, quanto mais velho se fica, tanto mais se pensa na morte. Norbert Elias comenta que

Numa sociedade com uma expectativa de vida de 75 anos, a morte para uma pessoa de 20 anos ou mesmo 30 anos é consideravelmente mais remota que numa sociedade com uma expectativa de vida de 40. É fácil compreender que, na primeira, uma pessoa seja capaz de manter a ideia da morte à distância durante um período maior de sua vida.<sup>270</sup>

É conhecida a temeridade e indiferença pelo perigo com que agem as novas gerações diante de situações de extrema emoção. Praticamente desde o início da história das guerras os exércitos dependem dos seus elementos mais jovens para realizar os ataques mais perigosos, os avanços mais ousados. Inversamente, as gerações mais velhas de combatentes demonstrariam menos arrojo, seriam mais cautelosas. A própria experiência militar acumulada pelos combatentes mais antigos recomenda a prudência, evitando enfatizar as facilidades e realçando os perigos de se expor ao avançar muito temerariamente contra o inimigo<sup>271</sup>.

Neste ponto compreendem-se as razões pelas quais aos militares mais jovens são destinados o papel de liderar os avanços, investindo contra o inimigo antes que outros combatentes o façam. Um reconhecido psiquiatra e analista de crianças e adolescentes assim descreve essa prática, com referência à mobilização de jovens argentinos para lutarem na Guerra da Malvinas em 1982:

Em todos os países os exércitos convocam adolescentes e dirigem sua agressividade natural para fins patrióticos, que geralmente encobrem interesses econômicos e ideológicos. E as técnicas usadas por militares (e também por milícias clandestinas) implicam “lavagens cerebrais”, que alguns psicólogos talvez não ousassem utilizar nem em seus experimentos com animais... Não é por acaso que a infantaria (cuja etimologia vem de infans – criança - aquele que não fala) vai a frente nas batalhas, servindo como bucha de canhão.<sup>272</sup>

Em sua pesquisa, Snape encontrou oficiais que além de carregarem objetos religiosos, exortavam a tropa a que aderissem a essa prática. Geralmente os mesmos

<sup>270</sup>ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.54.

<sup>271</sup>REMARQUE, Erich. **Nada de novo no front**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004. Diversas passagens desta obra clássica sobre a Primeira Guerra Mundial mostram como no final da guerra para cada soldado experiente morto, dez jovens soldados morriam também pelo seu açodamento no combate.

<sup>272</sup>CASSORLA, R.M.S. Prefácio. IN: LEVISKY, David Léo. (org) **Adolescência: pelos caminhos da violência : a psicanálise na prática social**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1998. P. 18

tinham na sua origem pessoal e familiar a religiosidade institucional bastante arraigada.<sup>273</sup> A sobrevivência em tempo de guerra não poderia jamais ser confiada exclusivamente às crenças no sobrenatural. Parecia óbvio que apenas a experiência adquirida em combate poderia proporcionar as melhores chances de sobrevivência. Com relação à FEB são conhecidas as descobertas de Cesar Maximiano Campiani sobre o assunto. O infante, segundo o autor, necessitava de três meses para se transformar em veterano.

Era esse, em média, o tempo que os soldados julgavam adequado para se dominar completamente as malícias de guerra, como por exemplo, distinguir os diferentes tipos de sibilos de granadas e o local mais provável de sua queda, ter o controle dos nervos quando o inimigo se aproximava, acostumar-se com a realidade que teriam pela frente e, principalmente, conhecer as artimanhas do inimigo.<sup>274</sup>

Para sobreviver a estes três essenciais meses era preciso, para muitos, recorrer à proteção divina. É a partir dessas considerações que se deve passar a análise do material de origem religiosa encontrado nos mortos da FEB. A comunicação simbólica entre o devoto e seu santo se faz recorrentemente pelo ato de portar uma imagem do mesmo em momentos cruciais para o fiel. A partir desta constatação, podemos identificar que objetos religiosos eram frequentes neste contexto.

Exemplo disso é a questão dos santos. Em diversos relatos o costume de carregar imagens de santos entre os soldados ultrapassava o credo religioso do mesmo. Contraditoriamente, muitos protestantes levavam essas imagens consigo como objetos sagrados, cuja função era de proteção, mesmo que tal atitude fosse condenada pelo capelão<sup>275</sup>.

A diferença entre o objeto religioso e o amuleto é tênue. Uma imagem de santo, uma figa ou rosário podem ter a mesma importância para o soldado, enquanto objeto de proteção.<sup>276</sup> Não eram só soldados que possuíam esse hábito. Entre os britânicos, o oficial de infantaria Edwin Campion Vaughan, por exemplo, carregava consigo rosário, medalhas religiosas e uma espécie de figa<sup>277</sup>.

Os capelães católicos incentivavam essa prática de devoção individual e alguns tentavam racionalizá-la a partir dos preceitos do catolicismo, demonstrando que não eram

---

<sup>273</sup> SNAPE, M. p. 240

<sup>274</sup> MAXIMIANO, Op. Cit. 2010, p.122.

<sup>275</sup> SNAPE, Op. Cit. p.34

<sup>276</sup> SNAPE, Op. Cit. p.35

<sup>277</sup> SNAPE, Op. Cit. p.45

elementos mágicos de superstição, mas a partir de um embasamento teológico que os combatentes portavam esses objetos. Tais tentativas eram questionáveis:

Apesar de fontes católicas estarem ansiosas para insistir que os soldados católicos não consideravam ou usavam seus rosários e medalhas como encantos de proteção a verdade desta afirmação é questionável, sobretudo tendo em conta que um capelão da infantaria com vasta experiência na Primeira Guerra Mundial admitiu com suas palavras: Suponho que os soldados sem instrução consideram mais ou menos como amuletos - uma categoria que abraçou protestantes, assim como muitos católicos romanos<sup>278</sup>

Na Primeira e na Segunda Guerra Mundiais como demonstram as fontes utilizadas pelo historiador Michael Snape, ocorreu a farta distribuição de artefatos religiosos, por parte das forças armadas. Independente do posto, credo ou faixa etária estes objetos geralmente eram aceitos e utilizados pelos combatentes nesse conflito<sup>279</sup>.

Ao longo das guerras, a presença desses pertences entre os soldados foi significativa. O mesmo autor mostra que já no final do conflito em 1944 novos cartões de orações tiveram de ser distribuídos, por demanda dos soldados. Verificou-se que se tratava da necessidade de produzir uma segunda edição, uma vez que a primeira, em grande parte, tinha sido enviada para mães, esposas e namoradas dos combatentes<sup>280</sup>.

As datas tradicionais eram momentos de intensificação dessas devoções. Em que pesem as restrições impostas pelo contexto de guerra, eram celebradas com cartões religiosos adaptados à realidade do conflito.

---

<sup>278</sup> Although Catholic sources were keen to insist that Catholic soldiers did not regard or use their rosaries and medal protective charms the truth of this assertion is questionable, particularly given that one infantry chaplain of vast experience in the First World War admitted I suppose uninstructed soldiers regard them more or less as charms' – a category which embraced Protestants as well as many Roman Catholics, In SNAPE, Op. Cit. p.35

<sup>279</sup> Mesmo oficiais portavam tais objetos nos momentos cruciais de sua ação militar,” Edwin Campion Vaughan, a Roman Catholic infantry officer, braved the front line complete with his rosary, his miraculous medals and a lucky sovereign” In: SNAPE, Op. Cit. p. 35

<sup>280</sup> SNAPE, Op. Cit. p. 52





FIGURA 17 - Cartão de Páscoa distribuído no front na Itália Fonte. Acervo do Blog Resgate FEB, Disponível em <http://henriquempffeb.blogspot.com.br/> Acessado em 14/04/2013

A guerra era pois uma situação onde as liturgias e comemorações religiosas jamais deixaram de existir. Ainda sobre a Páscoa, interessante é notar que essa ideia de normalidade, frequência e rotina das comemorações religiosas estimulou a articulação de elementos e símbolos cristãos com o contexto imprevisível da guerra. Exemplo disso é esse cartão de Páscoa da Primeira Guerra Mundial:



FIGURA 18 - Cartão alemão de Feliz Páscoa de 1915. In: SNAPE, Op. Cit. p. 133

Em outros exemplos dessa série, os coelhos estão nas trincheiras. A paisagem da guerra mostrada, evidentemente, não corresponde à realidade. A tentativa de enfatizar a tranquilidade, a fé e a esperança eram fornecidas pelo suporte desse tipo de artefato religioso no front.

A partir dessas considerações pode-se voltar ao exame das fontes citadas. O preenchimento do Relatório Individual feito pelo Pelotão de Sepultamento, embora fosse baseado em um roteiro pré-estabelecido, frequentemente mostra divergências na forma de denominar certos objetos encontrados nos cadáveres dos soldados.

Estas interpretações presentes no preenchimento do relatório também ficam evidentes, como já foi comentado, no critério raça. Mesmo que o manual estadunidense original tenha restringido o registro a apenas três raças (branco, negro ou amarelo), encontramos na documentação outras categorias, como moreno claro, mulato, etc. Tal aspecto também aparece na categoria que engloba a iconografia religiosa. Percebemos que três grupos principais são mencionados nos relatórios: as estampas de santos, quadros religiosos e imagens religiosas.

Como existem diferenças sutis entre cada um desses objetos, optei por analisá-los individualmente de acordo com a interpretação dos membros do PS. As estampas de

santos se referem aos “santinhos”, comuns até hoje, impressos em papel. Geralmente a imagem do santo aparece na parte frontal e é impressa uma oração na parte posterior. Os quadros religiosos também são em papel, mas concentram apenas a imagem do santo, num formato menor, geralmente preto e branco, com uma pequena moldura. Já a referência às imagens de santos são de metal, provavelmente tridimensionais. Elas diferem das medalhas religiosas. Estas últimas geralmente são ovais e frequentemente associadas à correntes, a fim de serem portadas junto ao corpo. A partir destes critérios, pode-se analisar os diferentes objetos que simbolizavam esta preocupação com a morte e, presumivelmente, contribuíam para evitá-la.

As medalhas religiosas eram itens que apareciam mais frequentemente entre os objetos encontrados nos soldados que morreram em ação. Encontrei a menção a 84 soldados que carregavam esse objeto, o que caracteriza 9,08% da amostra.

Quase um entre cada dez mortos da FEB tinha consigo uma ou mais medalhas religiosas. O número mais comum encontrado dessas medalhas era de apenas uma ou duas. Quase todas ocorrências somaram umas poucas medalhas, com exceção de dois indivíduos que carregavam consigo um número sem precedentes delas. É o que se constata na tabela a seguir:

TABELA XIII - SOLDADOS MORTOS PORTANDO MEDALHAS RELIGIOSAS

Número de medalhas	Mortos
1	35
2	31
3	6
4	5
5	3
6	2
16	1
42	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

Destes 84 mortos 60 (71,43%) eram soldados, oito (9,52%) eram cabos, sete (8,33%) eram terceiros sargentos e nove (10,71%) eram segundo-tenentes. No que se refere à maioria que portava uma ou duas medalhas, 47 (71,21%) eram soldados, sete (10,61%) eram cabos, seis (9,09%) eram 3°. Sargentos e seis (9,09%) eram 2°. Tenentes. No outro extremo, havia um cabo que portava 16 medalhas e um 2°. Sargento em cujo corpo foram encontradas 42 delas. Esses indivíduos nos quais foram encontradas quantidades tão altas de medalhas religiosas parecem perfis sociais excepcionais, destoando bastante dos demais membros dessa parte da amostra.

O 2º. Sargento José Pessoto Sobrinho de Limeira (SP) morreu em um acidente de Jeep no dia 10 de março de 1945 em Porretta Terme. Ele era católico, branco, tinha 30 anos e estava lotado no Quartel-General da 1ª. DIE. Além das 42 medalhas religiosas, ele tinha também nada menos de 13 rosários, um crucifixo, 13 orações, 5 relíquias religiosas, 54 quadros religiosos, um porta terço, uma fita da congregação católica e um quadro religioso de louça.

Além de um considerável acervo de 138 objetos religiosos ele também carregava ambas as chapas de identificação, alfinete com medalha, 2 diários, 9 vistas de Roma, 4 anéis, 2 aros para óculos, 3 lentes para óculos escuros, lapiseira, escova, torre de Pisa, álbum de Nápoles, 1 livro "O oceano", livro "Episódios de Guerra", 5 conchas de ostra, um cartão de identificação, 10 cartas e 16 fotografias.

Quase nada disso é compatível com o desempenho dos encargos típicos do front. Somente um indivíduo que exercia ofícios tipicamente de retaguarda, trabalhando no quartel-general, seria capaz de carregar consigo, de forma confortável e permanente, tantos objetos. Ele morreu no Hospital de Pistoia.

Já o caso do cabo Fleury Silva, católico, branco, residente em Bonsucesso (RJ), morto aos 24 anos de idade na localidade de Palazzo, é bem diferente. É verdade que ele portava consigo 16 medalhas religiosas. Mas, além disso, ele tinha consigo ao morrer de um estilhaço de granada que lhe amputou a coxa, em 22 de fevereiro de 1945, apenas ambas as chapas de identificação, um rosário, 2 crucifixos, 4 chaves e uma corrente.

Esse reduzido conjunto de objetos – todos de pequenas proporções – é coerente com sua função de infante na 9ª Cia. do 1º RI. Ao 1º Regimento de Infantaria, conhecido como o “Sampaio” em honra ao seu patrono, foi conferida a atribuição de alcançar o cume do Monte Castelo, fato ocorrido no dia anterior à morte de Fleury. Contudo, mesmo tomado o monte, o local continuou sob intenso fogo das tropas alemãs durante vários dias. Foi somente com a tomada das elevações próximas ao Monte Castelo que esta posição finalmente ficou segura, livre de ser alvejada por parte dos alemães. Intensos combates envolveram o 1º. RI entre os dias 21 e 24 de fevereiro<sup>281</sup>.

Voltando à maioria de 66 mortos que portavam apenas uma ou duas medalhas nota-se que apenas quatro indivíduos não exerciam atividades típicas da linha de frente. Um era o cabo Joaquim Pedroso da Silva. Já tratamos dele ao mencionar os atípicos “feixe de cartas” e as cinquenta fotografias. Os outros três eram soldados. Dirceu de Almeida,

---

<sup>281</sup> MORAES, Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**, São Paulo, 1947.

da artilharia, que morreu ao fraturar o crânio em um acidente de Jeep em Porretta Terme; Antonio de Almeida, da Companhia de Manutenção, que morreu no Hospital de Pistoia de choque anafilático; e o policial militar Paulo Pereira, que morreu no hospital ao não resistir aos ferimentos sofridos em um acidente de Jeep.

Todos os outros mortos ou eram da infantaria ou lutavam associados estreitamente aos infantess. Dessa maioria de mortos da infantaria 25 (40.3%) eram do 11 RI, 16 (25.8%) eram do 1º. RI e 13 (20.9%) eram do 6º. RI. Nada menos de cinco mortos (8%) eram do 9º. Batalhão de Engenharia de Combate. O Esquadrão de Reconhecimento tem dois mortos (3.2%) nesse grupo. A FAB tem um morto neste grupo (1.6%),

O grupo intermediário, englobando dezesseis indivíduos, é aquele compreendido pelos corpos nos quais foram encontrados de três a seis medalhas religiosas. Destes, 13 são soldados, dois são 2º. Sargentos e um é 3º. Sargento. Todos desempenhavam atividades perigosas na linha de frente, como os 13 infantess, os dois membros da Cia. de Transmissões e um membro do Pelotão de Saúde. Pelas suas características, trata-se de um grupo que não destoa do majoritário, isto é, aquele composto por indivíduos que portavam uma ou duas medalhas ao morrer.

A medalha religiosa, geralmente de prata ou bronze, demonstra a fé ou devoção por um santo da Igreja Católica. A simbologia deste objeto se refere ao fato do seu uso remeter ao contato com o divino. O caráter de adorno deste artefato religioso também é um componente interessante neste contexto. Muitos mortos levavam estas medalhas penduradas em correntes e cordões. Levá-las no peito significa além da demonstração da fé, uma tentativa de proteção contra qualquer tipo de mal.

Esta comunicação simbólica entre o fiel e o santo se faz justamente no momento de carregá-lo em momentos cruciais, no caso, durante uma ação num confronto armado. O espaço devocional se resume ao corpo do soldado, desta forma a medalha com a imagem carrega o sentido de proteger o indivíduo. Hoonaert analisa a questão da espacialidade na qual a medalha pode interferir:

O oratório, a capela, ou a igreja, não é senão um espaço organizado em torno da imagem do santo. Importa pois saber como se organiza esse espaço, quem é julgado 'digno' de se aproximar do santo, como se faz a distribuição dos lugares, como se fazem os percursos dentro da igreja. E aqui se instala a dialética: a maneira como a sociedade brasileira entendeu a

relação entre os homens e o 'santo' não é absolutamente pacífica, mas sim conflitual<sup>282</sup>.

Para os soldados que portavam estas imagens, o sentimento de pertencimento atribuídos à mesma, justificariam a presença do santo naquele momento, naquele espaço, na maioria das vezes, pendurado no pescoço.

Já as Estampas de Santos foram encontradas com 47 mortos. Pouco mais de cinco por cento dos cadáveres brasileiros, isto é, um em cada 20 mortos, continham Estampas de Santos. O número mais comum de Estampas de Santos que cada brasileiro carregava ao morrer era uma ou quatro. Quase a metade (46,80%) dos brasileiros mortos portavam essas diferentes quantidades de estampas.

TABELA XIV - SOLDADOS MORTOS PORTANDO ESTAMPAS DE SANTOS

Número de estampas	Mortos
1	13
4	9
2	7
3	6
5	3
6	1
7	3
8	2
10	1
12	1
15	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

Uma vez mais, em contraposição a esta parte, aparece um reduzido número, três indivíduos (6,38%) que carregam uma quantidade desproporcional destes objetos religiosos, de dez, doze ou quinze estampas. No campo intermediário está o resto (46,80%) dos indivíduos. Em seus corpos foram encontradas estampas em uma quantidade que variava de três a oito. Contam-se vinte e dois cadáveres que portavam essas quantidades de estampas ao morrer. Este número é idêntico ao de brasileiros que portavam uma ou quatro estampas. Vale a pena examinar cada um desses três extratos de cadáveres portadores de tais estampas.

A maior parte das estampas de santos encontradas é de origem italiana, com impressão colorida, diferentes das estampas levadas pelos padres católicos enviados para

<sup>282</sup>HOORNAERT, Eduardo. A cristandade durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. **História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. 3. ed. São Paulo: Paulinas/Petrópolis: Vozes, 1983. Tomo II/I, p..293

atuarem na Capelania Militar junto a FEB. Estas, além de poucas, eram mais simples, principalmente em relação à qualidade do material. Trata-se de um exemplo da influência que o TO da Itália, sede mundial da Igreja Católica, pode ter exercido sobre os soldados brasileiros.

No grupo de mortos que portavam uma ou quatro estampas, todos eram católicos. Também eram todos da infantaria, menos o soldado Bernardino Silva, do Esquadrão de Cavalaria. Deste grupo foi possível estabelecer a causa da morte em dezoito casos. Nestes dezoito, todos foram mortos em circunstâncias de extrema violência, caracteristicamente da linha de frente. A exceção é o soldado Clóvis Bastos, que morreu no hospital em decorrência de um acidente de veículo mais de duas semanas depois da guerra ter acabado.



FIGURA 19 - Imagem de santo levada pelos soldados ao front. MEXP

Deste grupo quase todos – 19 – eram soldados, havendo também um cabo, um aspirante e um 2º. Tenente. Quase a metade – dez – portava também medalhas religiosas, em números que variavam de uma (seis casos), duas (três casos) ou seis (um único caso). No extremo oposto contam-se três mortos nos quais foi encontrada uma dezena ou mais de Estampas de Santos. Todos eram da infantaria e tiveram mortes violentas nos dias 14 ou 15 de abril de 1945 no decorrer da Batalha de Montese.

O soldado de 26 anos, católico, de cor branca, Benedito Esteves da Silva, natural de Bomfim (GO), da 7ª. Companhia do 6º. RI morreu no dia 14 de abril ao ser atingido

na perna e na cabeça, provavelmente por estilhaços de granada. Ele portava nada menos do que 15 dessas Estampas de Santos, além de 1.030 liras, um cartão de racionamento e uma carteira de couro. Não foram encontradas quaisquer das chapas de identificação.

Em segundo lugar aparece o soldado Brasília Almeida, também de 26 anos, natural de Quaresma (SP), morto por um ferimento pontiagudo na região clavicular, em 15 de abril de 1945 em Montese. Ele pertencia à 3ª. Cia. do 11 RI. Era católico e branco. Além de uma dúzia de Estampas de Santos ele portava ao morrer duas medalhas religiosas, ambas chapas de identificação, 1.900 liras, cinco fotografias, uma carta, um cartão de identificação, um recibo Banco do Brasil e uma carteira.

Finalmente, em terceiro lugar, aparece o soldado Lucindo Cebalio. Ele era branco, católico, tinha 22 anos e era natural de São Luiz de Cáceres (MT). Ele pertencia a 1ª. Cia. do 1º. RI. Ele morreu no dia 14 de abril em Montese, ao ser atingido na perna esquerda, provavelmente por um estilhaço de granada. Além de dez estampas de santos ele portava duas medalhas religiosas, ambas chapas de identificação e uma carteira de couro. Do exame desses indivíduos que portavam essas estampas não se nota nenhuma diferença em relação ao outro grupo, nos quais foram encontradas uma ou quatro dessas figuras.

Resta examinar o grupo intermediário, englobando os corpos nos quais foram encontrados de duas a três ou de cinco a oito estampas. Uma vez mais, todos são da infantaria, com exceção do soldado Fabio Pavani, lotado no comando da Artilharia. Ele morreu num acidente de viatura, no exato dia em que chegava ao fim a guerra na Europa (08/05/1945). Todos os outros, para os quais foi possível estabelecer a causa da morte, morreram em combate. A exceção é o soldado José Vivanco Solano, morto por um tiro acidental em 16/03/1945 na localidade de Gaggio Montano, aos 23 anos de idade.

Trata-se um grupo no qual predominavam os soldados (17), seguidos de dois 3º. Sargentos e um único 2º. Sargento. Não se nota em qualquer dos grupos examinados diferenças significativas. As estampas de santos parecem ser mesmo um objeto recorrentemente usado pelos militares na linha de frente, os mais expostos ao combate.

Aqui, o elevado número desses artefatos encontrados em alguns poucos indivíduos não deve nos surpreender. Tais estampas eram portáteis, duráveis, distribuídas gratuitamente e fáceis de carregar, permitindo a um único indivíduo portar coleções extensas delas.

A iconografia que se refere às relações entre a morte e as devoções é bem fragmentada. Estas estampas de santos não fazem referência diretamente à morte;



funcionando como elementos de mediação entre o indivíduo e o além, elas são uma forma de proteção contra a finitude da vida.

Segundo Phillippe Ariès, mesmo no século XIX “o milagre conservou o seu carácter sobrenatural e seria irrisório explicar esta evolução pelo progresso de algum racionalismo. Mas o sobrenatural desceu à terra e a sua manifestação principal é o milagre mais do que a aparição”<sup>283</sup>. As mediações entre o sagrado e o material por meio das estampas de santos levariam este milagre de sair vivo de uma guerra e sem ferimentos ao soldado que os carregasse.

Uma das estampas de santo mais encontradas nos cadáveres dos brasileiros mortos é de Santo Antônio de Pádua. Os restos mortais do Santo estão expostos na Catedral de Pádua e a visitação e devoção pelo santo são intensificados com estas relíquias sagradas. Provavelmente nos dias de folga muitos brasileiros foram visitar a Catedral do Santo na cidade. Novamente se nota a influência do TO da Itália no sentido de reforçar a religiosidade dos soldados brasileiros, tamanha era a quantidade de locais de culto e peregrinação que estavam ao alcance dos soldados visitar.

A imagem do santinho naquele período é um pouco diversa destas que associamos a Santo Antônio nos dias de hoje. Algumas características, entretanto, são mantidas. A presença do livro aberto, que significa o evangelho, já que o Santo foi nomeado Doutor da Igreja pelo seu conhecimento das Escrituras e seus sermões baseados nestas leituras. Também o Santo nesta imagem está com o Menino Jesus no colo, ainda que não de forma frontal, mas sim lateral. Esta representação se refere à familiaridade do Santo com o Menino Jesus, o afeto com a criança que lhe acaricia o rosto.

Outras estampas bem comuns entre os combatentes brasileiros neste período eram aquelas que representavam a Sagrada Família. Encontramos dois modelos com este tema. Um colorido e outro preto e branco. O colorido procura dar um ar mais fraternal na cena, em que o Menino Jesus aparece no primeiro plano, seguido por Maria atrás e José ao fundo, abraçando a todos. Na estampa em preto e branco da Sagrada Família, temos uma representação mais clássica do presépio. Os pais estão de pé, um de cada lado da Manjedoura onde está o Menino Jesus.

Como não poderia faltar, as estampas com a figura de Maria também foram encontradas. Trata-se de uma representação como ícone, de Maria com o menino Jesus. Pelos dados da impressão, o santinho foi produzido na Itália. Na vila de Querciola, local

---

<sup>283</sup>ARIÈS, Phillippe. **O homem diante da morte**. Lisboa: Editora Europa America 1977.p. 333.

onde os brasileiros acamparam entre 22 de dezembro de 1944 e 27 de fevereiro de 1945, existia o santuário da Madona de Quercia. Do latim, carvalho, correspondia a um tronco de carvalho em que foi encontrada uma estampa de Maria, e por isso o local era também repleto de peregrinos que tinham devoção à santa. Tal local foi muito bombardeado no ataque a Monte Castelo e a imagem da Santa deve ter intensificado a religiosidade de muitos soldados brasileiros que carregavam a estampa como forma de devoção da mesma.

Já foi mencionado que os relatórios individuais do Pelotão de Sepultamento eram sintéticos e nem sempre especificavam, por exemplo, quais santos estavam presentes nas imagens recolhidas dos mortos. Mesmo assim, algumas exceções apareceram na pesquisa. A imagem de Nossa Senhora foi encontrada no rol dos pertences do soldado Geraldo Augusto dos Santos. Este combatente morreu no Hospital de Evacuação e a causa da morte não foi informada, embora conste que foi ferido em ação no dia 21 de janeiro de 1945. Com 29 anos de idade, Geraldo era de Caçapava no interior de São Paulo.

Em outro exemplo que destoa do texto padronizado dos relatórios, a presença da imagem do Sagrado Coração de Jesus foi listada nos pertences do soldado João Maria Silveira Marques. Natural de Caiuás, no Mato Grosso, o combatente morreu com um tiro no crânio em Porretta Terme em 26 de novembro de 1944, com 30 anos de idade.

A pesquisa procurou outras formas de descobrir que imagens eram essas. No acervo do Museu do Expedicionário em Curitiba, encontram-se muitos objetos religiosos que foram doados por ex-combatentes ou familiares dos mesmos. Encontra-se lá uma variada amostra dos objetos religiosos que circulavam entre os soldados.



FIGURA 20 - Imagem de Santo Antonio de Pádua<sup>284</sup>. MEXP

Além dos objetos presentes no Museu, também é possível encontrar informações sobre santos e devoções em alguns livros de memórias em que o aspecto religioso é abordado. Uma destas obras é o livro “Histórias de um Pracinha da Segunda Guerra Mundial: memórias de meu pai”, de Maria Isaete de Britto Leal. Nesta narrativa, a autora compartilhou diversas imagens das “lembranças” que seu pai trouxe da Itália, no caso, dezenas de estampas de santos. O soldado Francisco Conceição Leal também é representativo como indivíduo muito católico, que levou para o front uma imagem de Nossa Senhora Aparecida e outros santinhos impressos aqui, objetos que possuíam a aura de proteção nos momentos de ação em combate, como também de ligação com os familiares.<sup>285</sup>

A origem do objeto religioso também possui uma dimensão simbólica que não pode ser desconsiderada. Mesmo hoje em dia é comum possuir um santinho dado pela mãe, pela avó, e que mesmos os céticos carregam em suas carteiras pela questão

<sup>284</sup> Na parte oposta da imagem existe a oração em italiano.

<sup>285</sup> LEAL, Maria Isaete. **Histórias de um pracinha da Segunda Guerra Mundial: memórias de meu pai**. Volta Redonda: Edição do autor, 2012, p.28

sentimental que ultrapassa a fé ou a falta dela. Já em um contexto de temor permanente como é uma guerra, levar uma imagem de santo:

cumprir funções particulares e expressa significados. Ainda sendo a reprodução gráfica ou virtual ilimitada, as possibilidades de circulação da imagem e de presença em muitos lugares também se multiplicam. Independente dos detalhes de sua iconografia, a imagem passa a ser definida pelo uso e pelas expectativas depositadas na intervenção do santo<sup>286</sup>.

Os denominados Quadros religiosos foram encontrados em 31 dos mortos, o que proporcionalmente representa 3,35% dos soldados caídos.

TABELA XV - SOLDADOS MORTOS PORTANDO QUADROS RELIGIOSOS

Número de quadros religiosos	Mortos
1	6
2	5
3	5
5	5
4	3
6	3
7	1
8	1
13	1
54	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

Dos mortos nos quais foram encontrados quadros religiosos a maioria (21 militares ou 67,74%) tinha até cinco unidades. Outra terça parte (32,25%) continha de quatro a oito desses quadros, havendo também dois casos de indivíduos com quantidades realmente grandes deles (13 e 54, respectivamente).

O exame das características dos indivíduos pertencentes a essa maioria revela vários aspectos em comum. Para começar, todos, menos dois, eram da infantaria ou atuavam em unidades que interagiam estreitamente com ela. As exceções são o já citado Policial Militar Clóvis Rosa da Silva, que portava três quadros religiosos quando foi assassinado, e o soldado da artilharia Dirceu de Almeida, morto em acidente de veículo em Porretta Terme que lhe fraturou o crânio.

<sup>286</sup>LONDOÑO, Fernando Torres. Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro. Notas de uma pesquisa. Revista **Projeto História**, São Paulo, nº 21, pp. 247-263, nov. 2000.

Dos demais, nota-se que a distribuição de mortos pelos RI é bem desigual. Deles, oito mortos pertenciam ao 6º. RI, sete ao 11 RI, dois ao 1º. RI, além de um à Companhia de Transmissões e outro ao Batalhão de Engenharia. Destes 19 indivíduos foi possível se determinar a causa da morte em todos os casos. De todos estes, somente um – o já citado Dirceu de Almeida – não morreu de forma violenta por decorrência na ação inimiga na linha de frente. Todos os outros foram vitimados por estilhaços de granada que os atingiram em diferentes partes do corpo, com uma única exceção, o 3º. Sargento Francisco Lopes da 7ª. Cia. do 11 RI, natural de Ouro Preto (MG), mas residente em Marechal Hermes (RJ), metralhado aos vinte e um anos de idade em Bombiana no decorrer do fracassado ataque ao Monte Castelo de 29/11/1944.

No outro extremo da escala, dois indivíduos foram encontrados com quantidades destes quadros que podem ser consideradas muito grandes em relação ao restante da amostra. Um deles é o já conhecido José Pessoto Sobrinho, encontrado com cinquenta e quatro desses quadros. O outro caso é o do 3º. Sargento do 1º. RI Paulo Araújo, nascido e residente em Itacoara (RJ) morto em Porretta Terme no dia 4/01/1945 quando o estilhaço de uma granada de artilharia alemã esfacelou seu crânio. Além dos 13 quadros religiosos, ele portava também uma medalha religiosa, um manual de orações, ambas as chapas de identificação, dez francos, 2.220 liras, uma carta, nove fotografias, bracelete, corrente, ordem de pagamento Banco do Brasil e um passe da EFCB (Estrada de Ferro Central do Brasil).

O exame dos demais oito corpos dessa amostra, composta por indivíduos que levavam quatro, seis, sete ou oito Quadros Religiosos, não apresenta discrepâncias com relação às características dos indivíduos até aqui analisados. Todos pertenciam à infantaria e, nos seis casos em que foi possível estabelecer a causa da morte, apenas um não teve morte violenta em combate na linha de frente. Trata-se do cabo Eliseu Pinhal, morto aos vinte e três anos de idade em um acidente de veículo na localidade de Barga.

O que se pode concluir é que o típico portador de Quadros Religiosos é, na maioria dos casos, um infante que atua na linha de frente, ou em apoio direto a ele.

Percebe-se também que quem levava quadros religiosos também aparece com frequência nas listas dos que carregavam outros objetos religiosos. Metade deles (16 mortos) carregavam medalhas religiosas. Sete levavam também rosários; 11 levavam imagens religiosas; seis levavam orações; quatro levavam crucifixos; e dois levavam relíquias religiosas. As imagens religiosas foram arroladas entre os pertences de nove soldados.

TABELA XVI - SOLDADOS MORTOS PORTANDO IMAGENS RELIGIOSAS

Número de Imagens religiosas	Mortos
1	6
2	2
5	1
14	1
61	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

A expressão imagens religiosas foi encontrada em 11 indivíduos. Novamente o número mais encontrado é mesmo de uma única imagem em cada cadáver. No extremo oposto, dois indivíduos portavam um número de imagens que aparenta ser bem maior do que o normal: respectivamente 14 e 61 imagens.

O caso extremo é o do soldado branco, católico, residente e natural de Mogi das Cruzes (SP), Otto Ünger. Ele foi morto em Porretta Terme em 21/11/1944 por um estilhaço de granada que lhe causou um ferimento penetrante na região do fígado e da vesícula. Ele tinha 25 anos de idade e estava lotado na 8ª. Cia. do 6º. RI. Além das 61 imagens religiosas ele portava consigo ao morrer um crucifixo, ambas as chapas de identificação, 4.655 liras, 13 cartas, 10 fotografias e um relógio de pulso marca Doxa.

Outro caso que chama a atenção é o de Claudino Pinheiro, soldado da 5ª. Cia do 6º. RI, morto aos 23 anos de idade em Marano quando foi atingido por um estilhaço de granada que lhe perfurou o crânio. Ele era branco, católico, natural e residente em Carazinho (RS). Ele tinha consigo além das 14 imagens religiosas, um quadro religioso, ambas as chapas de identificação, anel, caderneta, relógio e um recibo de pagamento do Banco do Brasil.

Em todos outros nove corpos foram encontrados uma, duas ou cinco imagens religiosas. Destes, sete eram da infantaria, um da Cia. de Transmissões e outro da Cia. de Manutenção. Na maior parte dos casos seus portadores também carregavam consigo outros objetos religiosos. A metade deles – cinco indivíduos – levavam medalhas religiosas e houve também quatro casos em que foram encontrados crucifixos. Nesse grupo também se encontram pelo menos um caso de cadáveres portando rosário, oração, estampa e quadro religioso.

A determinação exata do tipo de imagem carregada pelos combatentes não é comum nos relatórios. Entretanto entre os já citados combatentes mortos encontrei a descrição da presença de imagens de Nossa Senhora e do Sagrado Coração de Jesus. Para

a doutrina católica, o único mediador entre Deus e o homem é Cristo. Os santos, então, são intercessores. As imagens e santos para o cristianismo não são objeto de salvação. Somente Cristo pode salvar. O que acontece é que Cristo tem um corpo místico e este corpo é a Igreja (isto é declarado por Ele mesmo e está bastante presente nas Escrituras). A Igreja é compreendida como o corpo dos fiéis. Os santos fazem parte deste “corpo”.

Segundo a Igreja, os santos – que não são oniscientes – tomam conhecimento de nossas orações por meio da “visão beatífica”, que decorre da proximidade de Deus. Portanto, os santinhos não são amuletos ou talismãs para o crente católico. Em si a madeira, gesso, material de que são feitos, a imagem impressa deles numa folhinha não tem poder nenhum. Mas é a oração que se dirige a estes que tem eficácia. A imagem é uma lembrança, um instrumento utilizado para retomar na mente quem foi aquele, que vida ele testemunhou, e, porque por meio dele pode-se pedir<sup>287</sup>.

É significativo o número de corpos nos quais foi encontrado o símbolo do Cristianismo. Um em cada vinte e sete mortos tinha um crucifixo, ou seja, trinta e quatro combatentes caídos tinham esse objeto consigo na hora derradeira. Não parece ser significativa a diferença entre os cadáveres que portavam um ou dois deles. A variabilidade do número desses artefatos é tão pequena que não merece ser levada em consideração, embora seja o caso de citar novamente o soldado Fleury Silva, no qual foi encontrado, além de mais de um crucifixo, as já mencionadas dezesseis medalhas religiosas, etc.

TABELA XVII - SOLDADOS MORTOS PORTANDO CRUCIFIXOS

Número de crucifixos	Mortos
1	31
2	3

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

O que chama a atenção no caso dos portadores de crucifixos é o grande número deles que também carregavam consigo outros objetos religiosos: 26 deles também carregavam medalhas religiosas; cinco levavam imagens religiosas; outros cinco portavam rosários; também cinco corpos continham relíquias religiosas; quatro levavam orações; outros quatro levavam estampas; mais quatro levavam quadros religiosos.

<sup>287</sup> AQUINO, Felipe, Santos, **Relíquias e Imagens na Igreja Primitiva**, Disponível em <http://www.catolicoporque.com.br/index.php/colaboradores/leandro-martins-de-jesus/artigos-lmj/3086-santos-reliquias-e-imagens-na-igreja-primitiva>

O maior símbolo da iconografia cristã<sup>288</sup>, o crucifixo era carregado como amuleto religioso por soldados protestantes e católicos segundo Snape<sup>289</sup>. A ideia de sacrifício contida na imagem era identificada com o sacrifício dos homens na guerra pelos soldados que portavam tal objeto. As articulações entre a imagem do calvário com o front na Primeira Guerra Mundial também foram constantes. Nesse período e durante toda a Segunda Guerra Mundial, várias descrições de igrejas e locais totalmente destruídos por bombas, morteiros, etc, destacavam o fato de que o crucifixo permanecia intacto. Tais relatos incrementavam a mística em torno do objeto que possuía o dom de reforçar a proteção divina para quem o levasse<sup>290</sup>.

O crucifixo na tradição católica é a imagem de Jesus morto em sacrifício por amor à humanidade. No front a presença do crucifixo tinha essa função de meditar sobre o sofrimento de Cristo e considerar menor o seu sofrimento na guerra. Além disso, portar um crucifixo era coerente de acordo com o Manual de Orações do Soldado Brasileiro conforme será abordado mais adiante. Como um dos rituais de boa morte, está o procedimento de oferecer um crucifixo para o moribundo beijar. Essa prática passou a fazer parte da liturgia da Igreja no final do século XIX. Dois eram os tipos de crucifixos da boa morte: um particular e um de uso dos padres. O ato de beijar o crucifixo significava o perdão necessário para uma passagem tranquila de acordo com esse costume<sup>291</sup>.

As orações eram carregadas por 32 homens no momento de suas mortes. O padrão da distribuição das orações encontradas nos corpos é familiar e recorrente. Uma grande maioria de corpos continha apenas uma oração. No oposto extremo, um único indivíduo carregava consigo nada menos do que 13 delas. E um grupo intermediário que carregava de duas a quatro delas.

O cristão sempre deve estar preparado para a morte. A oração antes de dormir e orações para não ter uma morte súbita<sup>292</sup> eram muito comuns, mesmo entre soldados, “na hora do perigo todos os homens rezam”,<sup>293</sup> porque se deseja estar preparado para a morte. Aqueles momentos anteriores ao desfalecimento total, no qual ainda se pondera na

---

<sup>288</sup> No início da Igreja Católica, a hesitação em usar o símbolo do Cristo crucificado era motivo de conflitos internos. A zombaria dos pagãos era constante, só a partir do Século XIII o crucifixo foi colocado no altar das Igrejas. In: Verbete Crucifixo, POEL, Francisco Van der. **Dicionário da Religiosidade Popular**, Curitiba: 2013, p. 275

<sup>289</sup> SNAPE, M. p.42

<sup>290</sup> SNAPE, M. 43

<sup>291</sup> POEL, F. **Dicionário da Religiosidade Popular**, verbete Crucifixo da Boa Morte, p. 275.

<sup>292</sup> CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993

<sup>293</sup> SNAPE, M. p.47.



consciência quais ofensas podem ter sido cometidas em relação ao conhecimento da verdade são muito importantes: definem onde seu espírito irá habitar na eternidade por causa daquele estado de “congelamento da consciência/incapacidade de mudança de absorção da verdade” que o advento do desencarne acarreta metafisicamente na alma/espírito que expliquei anteriormente. Muitas dessas orações tinham uma temática especial, uma data comemorativa, etc. Exemplo disso é essa oração distribuída na Páscoa de 1945.

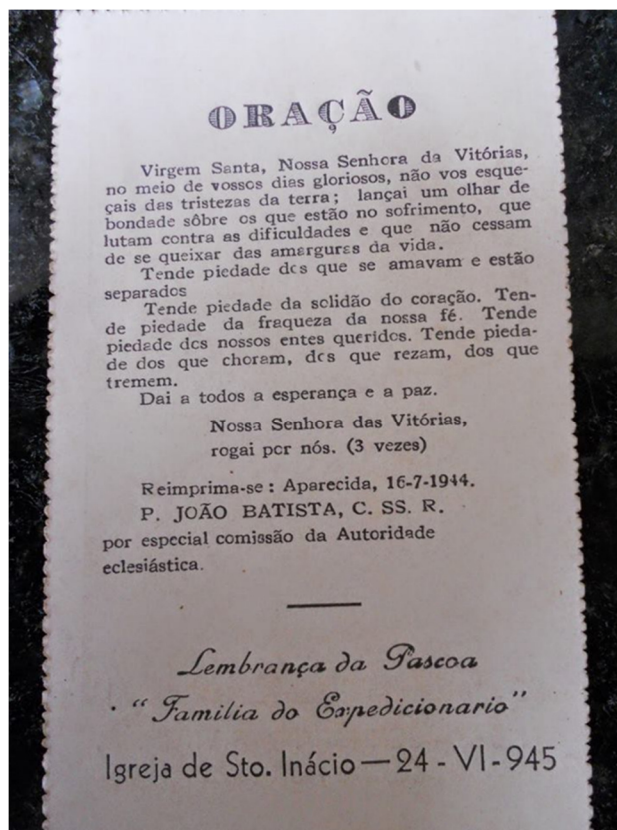


FIGURA 21 - Oração distribuída por ocasião da Páscoa de 1945. Era destinada aos parentes dos Expedicionários. A morte não é mencionada, mas a tristeza, choro e medo aparecem em referência a ideia de perigo da morte na guerra. MEXP

As orações eram variadas, muitas entregues no front, outras recebidas pelos familiares antes do embarque para a guerra. Aqui também orações específicas para os que tinham parentes na guerra foram publicadas. Em todas a questão da morte não é explicitada, mas o perigo da mesma surge com as palavras choro, tremem, rezam.

TABELA XVIII - SOLDADOS MORTOS PORTANDO ORAÇÕES

Número de orações	Mortos
1	21
2	7
3	2
4	1
13	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento – AHEX, SAE, FEB

A maioria (65,62%) dos portadores de orações levava apenas um destes textos consigo. Todos eram da infantaria, com duas exceções. A primeira é do 3º. Sargento José Martins Dias, morto em Valdibura de causa não determinada. Ele pertencia ao Batalhão de Saúde. O outro caso é o do soldado Waldemar Santos, morto em Porretta Terme por ter sido atingido por estilhaços de granada no tórax e cabeça. Ele pertencia ao Batalhão de Engenharia. Parece claro que ambos desempenhavam tarefas típicas da infantaria na linha de frente. Em 15 dos casos em exame foi possível se determinar a causa da morte. Todas elas se deram de forma violenta e em decorrência da ação inimiga.

No extremo oposto, portando 13 orações ao morrer, está o caso já citado do 2º. Sargento José Pessoto Sobrinho. O caso dele foi examinado ao comentar as quarenta e duas medalhas religiosas que portava consigo.

O grupo intermediário não destoa do resto da amostra. Os corpos nos quais foram encontrados entre duas e quatro orações também se referem a uma quase totalidade de infantaria. A exceção é o Policial Militar Clóvis Rosa da Silva, que morreu assassinado na Ponte della Venturina por um militar norte-americano embriagado em 10 de janeiro de 1945.

Dois soldados carregavam o Manual de Orações do Soldado Brasileiro quando morreram na Itália<sup>294</sup>. O soldado Francisco Gomes de Souza tinha um manual de orações no momento em que foi morto por estilhaços de granada de morteiro em Sobrassal, no dia 22 de dezembro de 1944. Com 25 anos ele era natural de Orlândia São Paulo. A mesma idade tinha o terceiro sargento Paulo Araujo, que também levava um Manual de Orações quando foi atingido no crânio no dia 04 de Janeiro de 1945 em Porretta Terme.

Uma das características do Manual de Orações do Soldado Brasileiro é o seu tamanho reduzido se comparado com outros Manuais de Oração do mesmo período.

<sup>294</sup>Manual de Orações do Soldado, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1944.

Possuía 78 páginas, enquanto o Orae<sup>295</sup>, um manual completo de orações e instruções religiosas do mesmo ano, tinha 432 páginas.

Mas como o Manual de Oração do Soldado foi parar nas mãos dos combatentes brasileiros na Itália? A ação dos padres no front enfatizou a necessidade de consolidar aspectos da religiosidade católica, com missas, sermões, bênçãos, comunhões, crismas junto aos soldados, além de funções e rituais religiosos de assistência aos moribundos.

Desde a Idade Média quando as orações ainda eram manuscritas, era popular a ideia de que a leitura do Ofício para os mortos presente no Livro de Horas pudesse auxiliar o moribundo a alcançar a salvação de sua alma. Até o século XV, a leitura deste manuscrito era enfatizada tanto para o indivíduo conhecer antecipadamente as orações e procedimentos diante da morte, como para que os outros cristãos o lessem e auxiliassem a alma do moribundo na sua chegada ao além. Segundo Wieck<sup>296</sup> no Ofício dos Mortos o tema retratado é o funeral religioso, no qual ocorria a leitura do Ofício, mas outros elementos dos rituais de passagem do indivíduo também eram mencionados como seus últimos momentos no leito de morte, a preparação do corpo e o sepultamento.

Como a presente pesquisa se interessa pelas atitudes diante da morte e encontramos na documentação do Pelotão de Sepultamento diversos indivíduos que carregavam o Manual de Orações<sup>297</sup>, destacamos as menções as práticas relativas à morte, presentes neste material religioso. Os manuais de oração serviam para relembrar aspectos da catequese, e mesmo ser a única catequese na experiência de muitos soldados, principalmente os que viviam em regiões mais desassistidas pela instituição católica naquele período.

Publicado pela Editora Vozes, o Manual do Soldado Brasileiro foi organizado pelo Major Cláudio de Paulo Duarte da União Católica dos Militares em junho de 1944. Já na capa da publicação, ao invés do símbolo do Sagrado Coração de Jesus, da Virgem Maria ou de qualquer outro elemento religioso como os demais manuais de oração, neste encontramos o brasão da República do Brasil e a inscrição do Ministério da Guerra. Tais aspectos destacam o momento de exceção que se encontrava o usuário do manual, uma

---

<sup>295</sup>ORAE Manual completo de orações e instruções religiosas, Lisboa, Ed J Steinbrener, 1939.

<sup>296</sup>WIECK, Roger S. **Painted prayers: The Book of Hours in Medieval and Renaissance Art**. New York: George Braziller, 2004. p.124.

<sup>297</sup>Infelizmente não tive acesso a toda documentação de inventário de bens de cada soldado morto. Mesmo assim, pelos documentos que tive a chance de pesquisar desses inventários, o Manual de Orações está presente em pertences que ficavam na retaguarda em significativa parcela dos mesmos.

guerra mundial, e a presença da pátria e de sua instituição o Exército mesmo se tratando de um objeto para fins religiosos.

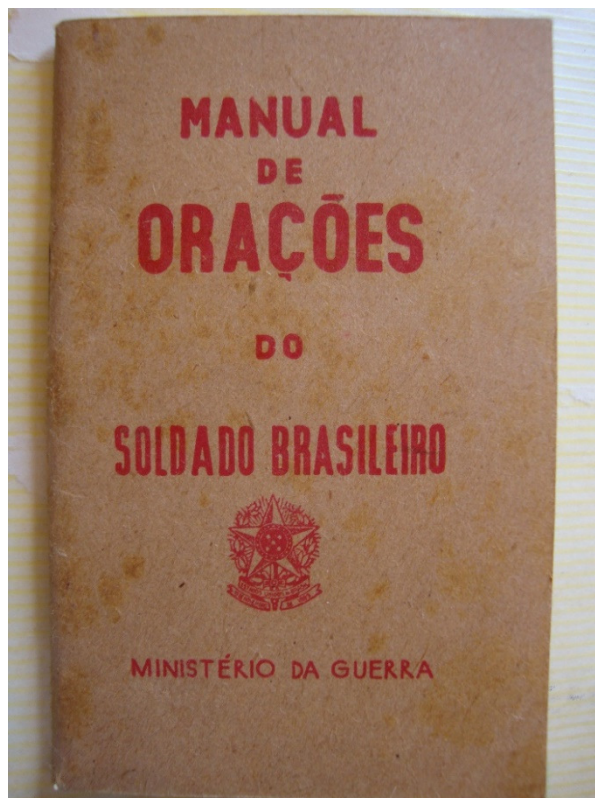


FIGURA 22 - Exemplar do Manual de Orações do Soldado Brasileiro. MEXP

A informação contida nessa publicação é predominantemente textual. Na quarta página é que aparece a primeira ilustração religiosa do manual do sacrifício de Jesus crucificado, com a inscrição em latim *Pontifex Amoris Victima*. A maior parte dessa publicação é mesmo destinada aos textos das orações.

A primeira oração que aparece tem o título de Orações Diárias, e uma iluminura no início da página com um Arcanjo. Já na primeira frase aparecem menções à posição de quem lê o manual, o soldado, e à sua missão, no caso salvar a Pátria, além da situação em que se encontra, a ameaça de morte. Neste sentido, a oração inicia com pedidos, e no final destaca a posição de soldado e militar, justificando por isso o tom sucinto das orações, já que não possuem tempo para longas leituras por conta de sua missão.

Antes da ilustração com o Sagrado Coração de Jesus, existe ainda um parágrafo para reafirmar que havendo tempo, repouso e calma entre as lutas, aí sim o soldado deve recitar as orações que se seguem. O Manual apresenta adequação às circunstâncias, pois sabe que inútil seria orientar o soldado a realizar todas as indicações ali contidas numa

situação sem rotina previsível. Em uma biografia sobre o Capelão Frei Orlando<sup>298</sup>, e em outras memórias de ex-combatentes, os serviços e atividades religiosas são lembradas pela adaptação aos momentos em que era permitido realizar uma atividade com este intuito. Mesmo aspectos da liturgia e sacramentos religiosos não seguiam rigorosamente os trâmites normais. O front não tinha igreja, o altar era improvisado, mesmo batismos e outras funções religiosas eram condensados ao máximo porque a missão ali era de lutar e estar atento aos possíveis ataques do inimigo.

Na oração da manhã, aparece a Oração do Soldado, em que se invoca a Virgem Conceição Imaculada. É em 1928 que Aparecida é coroada a padroeira do Brasil, portanto a devoção a Aparecida é notória neste período. Hoje, a relação entre Nossa Senhora Aparecida e as Forças Armadas é tão mais próxima que o próprio Manual de Orações do Soldado foi substituído pelo Ofício da Imaculada<sup>299</sup>, totalmente dedicado ao culto de Maria.

Seguindo à Oração da Manhã encontramos a Oração da noite, e ambas fecham com orações do Pai Nosso e da Ave Maria e o Glória. Ainda encontramos o Ato de Contrição, o Salve Rainha, a Confissão e, novamente, o Ato de Contrição.

Na página 16 do Manual de Orações existe o subtítulo “Verdades principais a crer”. Neste trecho, o manual torna-se uma síntese de livros de catequese, em que a onipotência de Deus é enfatizada, a Santíssima Trindade, etc. Logo após aparecem os Mandamentos, ou seja, uma consolidação dos ensinamentos católicos pela repetição do catecismo ou como várias memórias de capelães insistem em afirmar, a apresentação dos preceitos católicos para os soldados que jamais fizeram a catequese.

Uma vez que o interesse da pesquisa se refere à questão da morte, destacamos, após a apresentação dos Mandamentos, o item “Novíssimos do homem”, em que o primeiro deles diz respeito à morte na seguinte frase: “Morte – Todos nós um dia havemos de morrer”. Em seguida, existe o segundo, terceiro e quarto em que aparecem em ordem, o Juízo, o Inferno e o Paraíso. Nesta passagem, percebe-se o destaque para a ideia de bem morrer e para os castigos ou recompensas relacionados com a boa morte, tanto do indivíduo ou como a perpetrada por ele num conflito.

<sup>298</sup>PALHARES, Gentil. **Frei Orlando: o capelão que não voltou**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

<sup>299</sup>O Brasil participa desde 2004 de uma missão de paz da ONU no Haiti. A ação espiritual ocorre em nível institucional neste contexto. Em janeiro de 2013, o Batalhão de Infantaria de Força de Paz do Haiti recebeu material religioso para seus soldados. Consta que o material era composto por terços e exemplares do livro “Ofício da Imaculada”

Novamente, o tom de catecismo retorna ao Manual, em que duas páginas são destinadas aos Sacramentos, terminando com uma oração do Creio. Ainda encontramos outros Atos típicos do catecismo descritos no Manual como o Ato de fé, Ato de Esperança e o Ato de Caridade.

O tom didático da publicação traz o subtítulo “Algumas outras verdades”, em que a ideia de virtude é desenvolvida a partir dos preceitos cristãos. Além da virtude, outros comportamentos também são analisados pela ótica do catolicismo, como o vício, o pecado, inveja, preguiça, etc. No final deste capítulo, a “Regra do bem viver” inicia com todas as exortações comuns aos católicos, como obedecer aos mandamentos, sacramentos, etc. No último parágrafo, novamente a Pátria aparece, no trecho: “Pede a Deus pelo Brasil, pela esposa, pais, filhos, pela vitória, pela paz com justiça e pela Igreja”.

Aqui percebemos que a missão do soldado é constantemente lembrada para o cristão que lê o “Manual de Orações”. Seus atos na guerra são também lembrados nesta passagem “Tiveste a desgraça de pecar gravemente”: afinal que soldado não matou outro numa guerra? Mas o texto continua: “Faze logo o ato de contrição, pede perdão e logo que possas, corre a um Padre e confessa-te. Louvado seja Deus”. Percebemos que a necessidade da assistência dos religiosos é enfatizada no Manual, como auxiliar indispensável para que tais preceitos do catolicismo sejam devidamente cumpridos num contexto de guerra.

Entre as atividades que os capelães exerciam no front italiano, sem dúvida ouvir as confissões estava entre as mais buscadas pelos devotos. Embora sem uso de confessionário e em situações diversas, encontramos depoimentos de busca deste sacramento pelos soldados no front. Um capítulo inteiro do Manual de Orações é dedicado a comentar a Confissão e orientar o indivíduo a realizar uma boa confissão católica. Trata-se de um esquema de possíveis perguntas referentes ao comportamento do cristão, para que ele faça as indagações e confesse a partir deste esquema seus possíveis pecados. Nas palavras do Manual, um exame de consciência que o soldado deveria realizar, seguido da oração do ato de contrição, tantas vezes repetido no Manual, para a absolvição dos pecados. A urgência em cumprir a penitência instruída pelo sacerdote é destacada no texto, e ainda que em um ambiente não ideal para tais práticas, este aspecto não é levado em conta, e sim a ideia de confissão, absolvição e perdão total das faltas.

Aspecto relevante e de destaque em outros manuais de oração, como o “Orae” em numa edição de 1939, é o Sacrifício da missa e da Comunhão. Tais práticas receberam ao todo 8 páginas dedicadas ao assunto na publicação especial para o soldado em guerra. A

Comunhão, outro sacramento católico bastante enfatizado, neste momento também é descrito com detalhes.

Encontramos, porém, um adendo específico para a situação na qual se encontravam os leitores deste Manual. Trata-se do item “Para receber a sagrada comunhão fora da Santa Missa”. Tais práticas ocorreram em diversos momentos durante a Campanha Brasileira na Itália e alguns ex-combatentes relataram esta prática em suas memórias. É na página 40 do Manual que encontramos mais um aspecto relevante para nosso enfoque sobre os comportamentos diante da Morte neste contexto de Guerra. Refere-se ao item “Ato de Aceitação da Morte”.

O caráter de sistematizar as orações e destacar apenas o essencial é evidenciado neste momento do “Manual de Orações”. Se compararmos com outros Manuais de Oração do período, percebemos que há uma redução drástica nesta passagem. Enquanto num manual como o “Orae” o Ato de Aceitação da Morte tem oito itens divididos em seis páginas, no Manual de Oração do Soldado são apenas duas páginas. Na terceira existe o subtítulo Assistência aos Moribundos.

Vale ressaltar que a passagem colocada no espaço destinado ao ato de aceitação da morte no “Manual de Oração do Soldado” é o Ato de Conformidade dos demais Manuais de Oração. Estes, mais completos, dividem o Ato de Aceitação da Morte em Ato de fé, Ato de Esperança, Ato de caridade e arrependimento, Ato de conformidade, Súplica a Maria, Súplica aos Santos, Súplica a Jesus, Súplica a Maria mãe dos agonizantes.

Mesmo no trecho em que ambas publicações são mais semelhantes, ou seja, o ato de conformidade da morte, no “Manual do Soldado” a súplica é mais sintética. Apenas se diz que “aceito desde já de vossa mão, com todos os sofrimentos, penas e dores, o gênero de morte que vos aprouver me reservar”. Enquanto no “Orae” os termos sacrifício e resignação são repetidos, no texto escrito para a Guerra estes termos não aparecem neste momento. Em outros momentos a ideia de sacrifício aparece ligado a ideia de Pátria.

Neste ponto, notamos que o uso de determinados termos são comuns no Ocidente em referência aos mortos em Guerra. Segundo a “Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer”<sup>300</sup>, nos monumentos fúnebres certos termos são usados para se referir aos que morreram em guerra. Destes, a maioria fala em soldados que “tombaram” e não morreram. Já o vocábulo “sacrifício”, aparece sempre no contexto em que os homens foram enviados para se sacrificarem e não matarem outros homens. Esta passagem do

---

<sup>300</sup> HOWARTH, G. & LEAMAN, O. **Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer**. Lisboa: Quimera Editores, 2001.

matar em guerra não é mencionada no “Manual de Orações”. Sutilmente a ideia de que isso pode ocorrer aparece em alguns trechos, mas sempre envolto na questão da dor que é, para o cristão, tirar a vida de outro ser humano.

Embora sucinta, esta parte da oração do Ato de Aceitação da Morte era repassado na catequese católica do período como de importância vital para a salvação do cristão. Segundo nota encontrada no “Orae”, foi o papa Pio X que indicou tal oração que, lida uma vez na vida, poderia substituir o sacramento da Extrema-Unção na hora da morte do indivíduo. Seria uma indulgência dada ao papa ao cristão que fez este ato de contrição em algum momento de sua existência. Em uma situação de guerra, por mais que existam sacerdotes, a morte poderia chegar num momento em que tal assistência não existiria, por isso a importância desta indicação por parte dos capelães e a distribuição de tal material religioso.

Ainda identificando as especificidades do “Manual de Orações do Soldado” em relação com outros manuais de oração católicos do período, destaca-se a passagem referida como Assistência aos Moribundos. O caráter de ensinar o soldado a se comportar com um bom católico num ambiente hostil como o de uma guerra, se faz presente neste trecho deste material religioso.

Nota-se neste trecho da publicação a maior referência ao inimigo na guerra: “em primeiro lugar cumpre com o dever de soldado, vence o inimigo”. Após o combate, num momento de calma, segundo o Manual, aí sim entra em cena a figura do cristão: “junto ao ferido, procura aliviá-lo dos males, consola-o e conforta-o”. O respeito às diferenças de religião do inimigo são colocadas neste momento. O manual se refere a duas condições: se for católico falar ao inimigo ferido de Maria, se não for falar de Jesus. Mas sempre naquela intenção de conseguir novos fiéis, mesmo na hora da morte, o manual também fala que sendo protestante além de falar em Jesus, na Paixão e na Redenção, caso o moribundo queira se tornar católico na hora da morte é possível que seja batizado enquanto tal. Para isso, o soldado deveria voltar até a página 26 para realizar um batismo em condições de combate.

Outro ponto de destaque nesta passagem é a utilização de outros objetos do sagrado para que o outro possa morrer uma boa morte. O objeto em questão é o terço. Segundo a pesquisa da antropóloga Paola Lins Oliveira “o terço também é percebido como objeto do qual emana certo tipo de força, um poder especial que ultrapassa sua



dimensão utilitária”.<sup>301</sup> Este elemento aparece no Manual de Oração, pois o poder do terço no momento da morte que deve ser “puxado do bolso”, considerando que o bom cristão leva o terço no bolso. Depois deve ser mostrado o crucifixo presente no terço para o moribundo beijar, e colocar o terço nas mãos ou no peito do indivíduo. Estas instruções eram comuns entre os soldados católicos, mesmo o mais famoso e célebre capelão católico em guerra, o Frei Orlando, quando percebeu que iria morrer, retirou o terço do bolso e colocou em suas mãos.

Outros elementos como a medalha de Nossa Senhora também são elencados como objetos singulares com valor sagrado na hora da morte. Mesmo sem nada disso, ainda segundo o Manual, basta falar o nome de Jesus que “dito com amor e contrição [pode] salvar qualquer pecador arrependido e contrito”. Depois disso, existe uma sequência de procedimentos a serem realizados, como rezar o rosário, dando o mesmo para o moribundo beijar. Após o terço, existe uma Ladainha de Nossa Senhora, terminando com um Oremos em que se pede novamente a salvação da alma do indivíduo.

Ainda existe no Manual de Orações, no que diz respeito à morte em campanha, a Oração pela morte gloriosa. Esta oração está na sessão de orações diversas do Manual. O tema desta oração, como sempre, é o de colocar o soldado acima da posição de cristão. O soldado, mais do que qualquer outro cristão teria que estar preparado para a morte. A oração para a morte gloriosa reafirma a necessidade de estar com o terço na mão e beijar o crucifixo presente no terço.

Nesta Oração ao Jesus Crucificado, os pedidos são para uma boa morte do soldado, em campo de batalha ou ferido. Nesta passagem encontramos menção à Pátria. Novamente o termo sacrifício aparece, além do nome do país, Brasil, e também é enfatizada a presença dos objetos sacralizados nesta hora derradeira. O crucifixo aparece novamente: mesmo que o soldado não enxergue mais o objeto, ou não consiga alcançá-lo, em sua mente e na oração é isto que sabe que deveria fazer para alcançar uma boa morte.

Após esta oração, existe um aconselhamento de como é a preparação do soldado, enquanto um católico conhecedor de sua doutrina, diante de um combate. Esta preparação consiste de três etapas: a comunhão espiritual, fazendo o sacrifício e por último aceitando a morte e “preparando-se para ela bravamente pelo Brasil”.

---

<sup>301</sup>OLIVEIRA, Paola Lins. Circulação, usos sociais e sentidos sagrados dos terços católicos, **Revista Religião e sociedade**, vol.29 no.2 Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000200005&script=sci_arttext)

A questão da pátria é destacada quando se fala em morte no “Manual de Orações do Soldado”. O texto sugere que a morte cristã é uma boa morte se o objetivo for a luta pela pátria. Nota-se que o nome da Pátria, no caso, Brasil, aparece três vezes no Manual. O exército, enquanto instituição que representa o Brasil, não aparece nos termos utilizados nas orações desta parte do Manual.

Já a última parte do Manual é dedicada ao culto de Caxias. Neste aspecto, percebe-se que o autor do Manual, o major Claudio de Paula Duarte, da União Católica dos Militares, buscou relacionar o exército formado para a FEB com o exército nacional regular e seus mitos e heróis.

A oração ao Duque de Caxias aparece no Manual na página 76, quase no final do manual. Com o título de Ordem do Dia do Marechal Conde de Caxias de 4 de setembro de 1851 o texto se refere ao contexto da Guerra do Paraguai. Nele são citados o governo Imperial, a Banda Oriental, o General Uribe, etc. Tais elementos se referem à realidade daquele conflito e não possuem nenhuma relação com o contexto da Segunda Guerra Mundial, em que o inimigo era o alemão, os soldados brasileiros estavam na Europa, vivíamos numa República, etc.

O texto escrito pelo Duque de Caxias reitera que os inimigos dos soldados naquele momento eram “tão somente, os soldados de Uribe”. O texto oculta os conflitos de um exército recrutado à força, com escravos e condenados pela justiça, numa tentativa de forçar a união desses homens.

A presença da figura do Duque neste manual pode ser entendida como um reforço à tentativa do Exército em mitificar o personagem<sup>302</sup>, presente naquele momento. Tais intuitos não tiveram ressonância na FEB. Pelo contrário, a questão da unidade do Exército, teve na cultura interna desenvolvida pelos membros da FEB, um contraponto a construção desse culto a Caxias.

Quando cheguei à Itália, senti logo, que os soldados dividiam em dois o exército nacional: referiam-se à FEB como a um “novo exército”, bem diferente daquele outro exército que ficara no Brasil e que eles sempre ouviram chamar de “exército de Caxias”. Essa divisão era mencionada, toda vez que os expedicionários estabeleciam comparação entre os métodos, costumes e princípios adotados no Brasil e os vigentes nos campos de operação da Itália... Em todos quartéis brasileiros Caxias foi apresentado com exagero tal que o homem comum não pôde compreender. Para o soldado simples, cheio de fraquezas e falibilidades humanas, os traços da vida realmente predestinada do Duque de Caxias,

---

<sup>302</sup> CASTRO, 2002. Op. Cit. p. 34.

aquela perfectibilidade realçada numa exaltação quase mística, tornou-se inimitável, inalcançável como símbolo. Surgiu o oposto do que se desejava obter: - Caxias era uma coisa impossível... qual foi, então o resultado? Todos nós o sabemos, para o soldado, “Caxias” é o oficial, o sargento, o praça exagerado, rigoroso em demasia. É o militar que vive com o dedo nos Artigos do Regulamento, sem a tolerância da equidade. É o soldado “puxa-saco”, quando devia ser o contrário.<sup>303</sup>

A incorporação dos militares brasileiros ao V Exército dos EUA parece ter sido o fator decisivo para moldar essa cultura particular da FEB. Conforme nota um pesquisador acadêmico estadunidense: “... tudo em volta deles era exemplo das forças americanas igualitárias com distinções nítidas quanto a quando, onde e como as cortesias militares deviam ser prestadas ou esquecidas. Separados do Brasil e diante da áspera realidade da guerra moderna a FEB logo se tornou algo muito diferente daquele exército do império.”<sup>304</sup>

Percebe-se que o “Manual de Orações do Soldado Brasileiro” compõe uma fonte repleta de informações que permite refletir sobre a dimensão da religiosidade dos combatentes e da instituição religiosa no período. Desta forma, é possível questionar como este objeto singular, preparado justamente para este evento de caráter mundial e inédito para o país, tem seu valor enquanto objeto sacralizado. A sacralização do Manual de Orações se dá pelo valor de descrição e instrução em detalhes do comportamento do soldado católico no front de batalha e para quem o mesmo, diante da morte, soubesse se comportar e alcançar a salvação de sua alma.

Encontrei diversos outros exemplos de soldados brasileiros que possuíam o Manual de Orações entre seus pertences, na relação de bens que deveriam ser enviados para a família depois de sua morte. Com 22 anos, o terceiro sargento Francisco Lopes, de Ouro Preto, morreu em Bombiana, metralhado e tinha entre seus pertences um Manual de Orações.

O mais velho do grupo Osmar Claro com 33 anos, primeiro sargento, morto por um estilhaço de granada que o feriu mortalmente no crânio, carregava um manual de orações, ele também era de Minas Gerais, da cidade de Juiz de Fora, mas residia em Caçapava em São Paulo. Dos 6 soldados com o Manual de Oração do Soldado Brasileiro, 3 eram naturais de Minas Gerais, 2 do Rio de Janeiro e 1 de São Paulo.

<sup>303</sup> ANDRADE, José X. Goés. Espírito da FEB e espírito do “Caxias”. In: ARRUDA, D. (org.) Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB. São Paulo, Progresso Editorial, 1950. P. 19.

<sup>304</sup> MCCANN, F. Op. Cit. P. 321.

Nota-se que além do Manual de Orações do Soldado Brasileiro, encontrou-se também em outros combatentes um Manual de Orações em polonês. Este objeto estava presente nos pertences do soldado Estanislau Wojcik, de Araucária no Paraná. Sua morte, um tiro que acertou sua testa em Gaggio Montano em 31 de janeiro de 1945 foi descrita no relatório dos mortos da FEB. Pertencente a colônia de Tomas Coelho, a devoção às orações católicas na língua materna, no caso o polonês, era comum entre os imigrantes.

Outros países também possuíam um Manual de Orações feito especificamente para os soldados durante a Segunda Guerra Mundial. Entre os soldados norte-americanos havia uma oração de emergência em caso de perigo de morrer. Trata-se de duas páginas com um roteiro a ser seguido pelo soldado e que buscava sintetizar o necessário num caso de acerto de contas com o espiritual na possibilidade de uma morte iminente. São 14 itens que terminam com um ato de contrição.

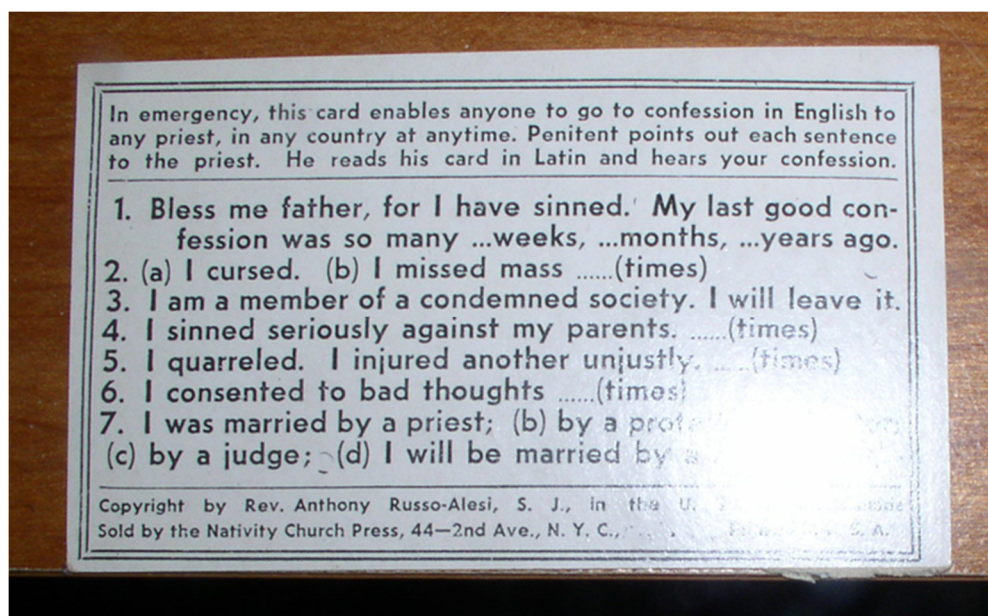


FIGURA 23 - Cartão de Oração. Disponível em <http://www.ebay.com/> Acessado em 21/02/2014<sup>305</sup>

As diversas orações distribuídas tinham tamanha demanda que segundo Snape em julho de 1944 foi solicitada pelos próprios soldados novos cartões, seria a segunda edição desse folheto<sup>306</sup>.

<sup>305</sup> Com o comércio digital inúmeros objetos pessoais e, precisamente os que interessam para a pesquisa, os objetos religiosos surgem em determinados anúncios em sites especializados. Nesse período em que estão disponíveis tornam-se também fontes para o historiador.

<sup>306</sup> SNAPE, Op. Cit. p.52

Já durante a Primeira Guerra Mundial esses cartões de oração eram bastante populares. Entre 1914 e 1918 cerca de 200 mil<sup>307</sup> foram distribuídos entre os soldados britânicos. Essa impressão de toda a literatura religiosa no front britânico era coordenada pela YMCA Young Men's Christian Association, que também ficava responsável pela distribuição do Novo Testamento<sup>308</sup>.

Outro artefato de fundamental importância para as práticas cristãs, e que foi encontrado entre 23 mortos da FEB, foram os rosários ou terços. Um a cada 39 mortos brasileiros foi encontrado usando um ou mais rosários. A expressão terço ou rosário são usadas como sinônimos nos RI. Mas existe a distinção entre um e outro termo<sup>309</sup>. O número mais encontrado foi mesmo o de um único rosário, havendo um caso excepcional de um indivíduo que tinha 13 deles em seu poder quando foi morto.

TABELA XIX - SOLDADOS MORTOS PORTANDO ROSÁRIOS

Número de Rosários	Mortos
1	22
13	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB

O caso extremo dispensa comentários. É o já conhecido José Pessoto Sobrinho, em cujo corpo foram encontrados 13 rosários. Todos os demais mortos possuíam apenas um único rosário quando foram identificados pelos membros do PS. Todos pertenciam à infantaria, com exceção do já citado José Pessoto Sobrinho. Todos foram mortos em combate como resultado da ação inimiga, com exceção desse último indivíduo e do também já mencionado Eliseu Pinhal. O terço é um elemento religioso que representa a discussão no interior da Igreja sobre o valor mágico dos objetos de devoção. A questão da repetição e da real intenção espiritual da devoção.

O último item de natureza religiosa que ainda tem alguma expressão estatística são as relíquias, foram 9 soldados que morreram portando esses objetos. Uma vez mais o número mais frequentemente encontrado foi o de uma única relíquia, havendo um outro único caso de um indivíduo que possuía cinco delas.

<sup>307</sup> SNAPE, Op. Cit. p.233.

<sup>308</sup> SNAPE, Op. Cit. p. 232.

<sup>309</sup> Deve-se atentar para o fato de que o terço consiste em um colar com cinquenta contas para rezar ave-marias e cinco para pai-nossos, ao passo que o rosário possui cento e cinquenta contas para as ave-marias e quinze para pai-nossos. OLIVEIRA, Paola Lins. Circulação, usos sociais e sentidos sagrados dos terços católicos, **Revista Religião e sociedade**. vol.29 no.2 Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000200005&script=sci_arttext)

TABELA XX - SOLDADOS MORTOS PORTANDO RELÍQUIAS RELIGIOSAS

Número de Relíquias Religiosas	Mortos
1	8
5	1

Fonte: Relatórios do Pelotão de Sepultamento. AHEX, SAE, FEB

Pela última vez cabe citar como caso extremo (cinco relíquias) o nosso já conhecido José Pessoto Júnior. Os demais são todos da infantaria, sendo um cabo e os outros soldados. Todos eles portavam algum outro objeto religioso. Destes sete portavam medalhas religiosas; cinco levavam crucifixos; quatro levavam estampas de santos; três levavam orações; dois portavam quadros religiosos.

Também encontrei nos relatórios um soldado que carregava o Novo Testamento no momento de sua morte. Comum entre os protestantes, ter a Bíblia ou parte dela como “amuleto” foi popular em diversos exércitos durante a Segunda Guerra Mundial.

No livro “God and the British Soldier: Religion and the British Army in the First and the Second World War”, o historiador britânico Michael Snape<sup>310</sup> demonstra como a Bíblia foi tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial o objeto mais respeitado entre soldados britânicos. Considerado um objeto “santo”, as propriedades mágicas em levar uma Bíblia ou apenas um Novo Testamento durante as ações era uma prática recorrente entre os combatentes<sup>311</sup>.

O misticismo e o sentimentalismo se misturavam nessa prática. Por vezes a Bíblia ou o Novo Testamento era presente da mãe, da avó, da noiva. A relação de proteção do objeto que era “sagrado” acabava agregando a recordação da família e o retorno do soldado a condição de indivíduo.

Diversos foram os relatos de capelães sobre os poderes mágicos de livramento de morte proporcionados pela presença física de uma Bíblia entre os soldados. Neste trecho, um evento em Gallipoli é exemplar nesse sentido:

Uma bala turca tinha lavrado o seu caminho para a direita através do livro, mas não chegou a atingir seu lado. Ele me mostrou a bala, e onde ela tinha se alojado inofensivamente dentro de seu cinto. Sentia-se, disse ele, como se tivesse sido atingido por um

<sup>310</sup> SNAPE, Op. Cit.

<sup>311</sup> SNAPE, Op. Cit. p. 32

martelo; Ele foi, no entanto, só 'fôlego' para o momento Não há dúvida de que o Testamento salvou sua vida<sup>312</sup>.

O Novo Testamento era tão popular entre os britânicos que em 1942 existiu uma tentativa na Grã-Bretanha de editar uma tiragem do livro de forma que o soldado pudesse ler no escuro sem chamar a atenção do inimigo, ideia abandonada pelos altos custos.<sup>313</sup>

Mais comum em protestantes e evangélicos do que entre católicos, o Novo Testamento foi encontrado no cadáver de 1 dos 3 mortos não católicos da FEB. Embora no seu relatório individual não conste a Bíblia ou o Novo Testamento, com a exceção de um caso, os outros possuíam esses livros como pode ser comprovado pelo seu inventário de bens.

Símplicio Lara, morto em 26 de abril de 1945 por conta de um ferimento no abdômen, portava um exemplar do Novo Testamento no rol de seus pertences coletados pelo PS. No campo religião consta que Simplício, natural de São João do Triunfo no Paraná era protestante. Também era protestante o soldado Dionísio Chagas, morto em 29 de novembro de 1944 em Monte Castelo.

Eram tão raros os não católicos entre os febianos que além dos dois protestantes citados acima, um outro soldado morto também merece destaque. É o caso de Eliakim Batista, morto em 12 de dezembro de 1944 em Monte Castelo. Junto ao seu relatório individual, encontra-se mais um documento que reforça o fato de que o soldado morto pertencia ao Credo Evangélico.

---

<sup>312</sup> “A Turkish bullet had ploughed its way right through the book, but did not quite reach his side. He showed me the bullet, and where it had lodged harmlessly inside his belt. He felt, he said, as if he had been struck by a sledge-hammer; he was, however, only 'winded' for the moment There is no doubt that the Testament saved his life” In: SNAPE, Op. Cit. p. 33.

<sup>313</sup> SNAPE, Op. Cit. p. 133

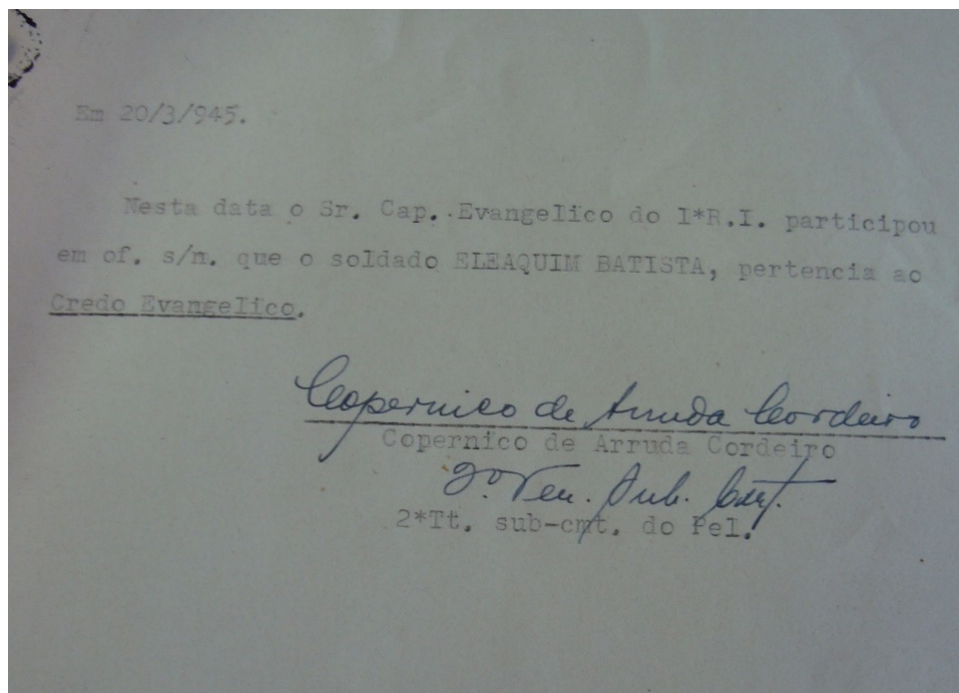


FIGURA 24 - Ofício informando fé religiosa do morto. AHEx, SAE, FEB

A tradição de ler a Bíblia por parte dos protestantes e evangélicos já foi amplamente interpretada pela historiografia<sup>314</sup>. Entre 1914 e 1918 cerca de 40 milhões de Bíblias, Novo Testamento e Manuais de Oração foram distribuídos entre os soldados. Em muitos casos, tais publicações eram enviadas como souvenirs para casa pelos mesmos, mas a grande maioria mantinha tais objetos tanto pela sua religiosidade como pelo fator do mesmo possuir o valor simbólico de talismã<sup>315</sup>.

Diversas discussões surgiram a partir da prática de portar simplesmente a Bíblia como um “amuleto” entre os pastores protestantes britânicos, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. Para os padres católicos, tal costume não significava uma afronta a fé.

Segundo a documentação pesquisada por Snape<sup>316</sup>, a condenação do aleatório em relação a Bíblia, como ler qualquer página aberta a esmo, era corrente entre os capelães que entendiam nessa prática uma superstição que afrontava os ensinamentos teológicos que esse livro sagrado possuía.

Como a tradição protestante/anglicana dos britânicos e soldados norte-americanos em ler o Novo Testamento era presente também nesse período de guerra, até mesmo

<sup>314</sup> BURKE, P. & BRIGGS, A. **História da Mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p.82

<sup>315</sup> SNAPE, Op. Cit. p.234

<sup>316</sup> SNAPE, Op. Cit. p.33



tentativas de inovações tecnológicas para que essa prática continuasse no front foram feitas.

Portar o Novo Testamento era algo comum entre muitos soldados e alguns faziam desse livro um espaço de diário de suas memórias no front. Foi o caso do soldado<sup>317</sup> encontrado morto com uma Bíblia aberta e grifos de cor azul e vermelha em diversas passagens da mesma.

Tanto soldados ingleses como alemães, durante a Primeira Guerra Mundial, carregavam a Bíblia nos momentos críticos no front. Quando esteve ferido em um hospital de campanha, Ernest Jünger descreveu a cena da importância da Bíblia no momento de morte:

Ao lado da minha cama, estava deitado um sargento que perdera uma perna lutando com uma septicemia braba. Ondas desordenadas de suor se revezavam com calafrios intermitentes, e as marcas da febre davam saltos como um cavalo alucinado. Os médicos tentavam apoiar a vida com champanhe e cânfora, mas a balança se inclinava cada vez mais para o lado da morte. Foi estranho que ele, que nos últimos dias na verdade já estivera ausente, na hora de sua morte tenha reencontrado a clareza absoluta e ainda encaminhado alguns preparativos. Assim, fez com que a enfermeira lhe lesse seu capítulo predileto da Bíblia, depois se despediu de nós todos, pedindo desculpas por nos ter perturbado o sono tantas vezes com seus ataques de febre. Por fim, ele sussurrou, com uma voz à qual ainda tentou imprimir um tom chistoso: Tem mais, não, um tiquinho de pão aí Fritz? e poucos minutos depois estava morto<sup>318</sup>.

Tanto para alemães, como para franceses e britânicos, algumas batalhas da Primeira Guerra Mundial ficaram marcadas pela banalização da morte. Nunca a mortandade por armas de fogo atingiu aquela dimensão em tão pouco tempo<sup>319</sup>. Os relatos de Paschendale, por exemplo, estão ligados a justificativa da perda da fé em Deus ou em qualquer religião<sup>320</sup>. Ao mesmo tempo, existem também diversos testemunhos de religiosidades explicitadas nesse momento, de soldados rezando para companheiros moribundos, como de soldados lendo a bíblia antes de morrer, já que o socorro dificilmente seria alcançado, como descreve Keegan sobre o Somme 1916:

---

<sup>317</sup> SNAPE, Op. Cit. p. 235

<sup>318</sup> JÜNGER, Ernest. **Tempestades de aço**, p. 63

<sup>319</sup> Os números de baixas na batalha do Somme são impactantes. O primeiro dia, 01 de julho de 1916 “Ao todo, os britânicos perderam cerca de 60 mil homens, dos quais 21 mil tinham sido mortos , a maior parte na primeira hora do ataque. In: KEEGAN, John, **O rosto da batalha**. Lisboa: Fragmentos, 1976, p.197.

<sup>320</sup> SNAPE, Op. Cit. p. 194

Os feridos que não tinha sido possível evacuar alojavam-se nas crateras das granadas, enrolavam-se nos seus lençóis à prova de água, pegavam nas suas Bíblias e assim morriam<sup>321</sup>.

Transformações na relação das instituições religiosas com a guerra são percebidas da comparação da Primeira para a Segunda Guerra Mundial. Enquanto que tais discursos radicais por parte dos representantes das igrejas entre 1914 e 1918 serviram para afastar os soldados ao invés de aproximá-los, na Segunda Guerra tal aspecto foi modificado e as instituições religiosas abdicaram de muitos de seus preceitos em prol do pragmatismo em tempos de guerra.

A função da capelania militar na Segunda Guerra Mundial teve o caráter de aproximar esses oficiais-capelães dos soldados. Para que esta ocorresse, a convivência dos mesmos com a tropa foi intensificada e a camaradagem esmagou a figura condenatória do confessor.

Ao mesmo tempo, as instituições religiosas envolvidas no conflito compreenderam a demanda específica das devoções em tempos de guerras. Ao longo da Primeira Guerra Mundial, adaptações e compilações são feitas, kits que pretendiam equipar o soldado para suas práticas espirituais com Manual de Orações específico (Livro de Orações do Soldado, Livro de Orações do Marinheiro, etc.), mini-crucifixo, escapulário, rosário, etc., representavam um enxoval religioso na preparação para a guerra<sup>322</sup>.

Na questão da literatura religiosa durante a Segunda Guerra Mundial<sup>323</sup>, encontrei além do já mencionado Manual de Orações do Soldado Brasileiro, exemplos de Livros de Oração Canadense, Livro de Oração do Soldado Católico Norte-americano, Livro de Orações Judaicas do Exército dos Estados Unidos e o livro de Orações Católicas dos soldados alemães.

As possibilidades de análise dessas publicações são inúmeras e revelam as relações da instituição religiosa e das forças armadas de cada um desses países durante a guerra. No livro canadense, existe a oração pelo rei, no norte-americano as dispensas dos

---

<sup>321</sup> KEEGAN, 1976, Op. Cit. p.207.

<sup>322</sup> “devotional outfit”, In: SNAPE, Op. Cit. p.234

<sup>323</sup> Temática instigante, a questão da capelania militar e os exércitos merece pesquisas mais aprofundadas não sendo o objetivo do presente trabalho. A presença de soldados da religião muçulmana, por exemplo, forçou a criação da capelania para essa parcela do Corpo Expedicionário Francês. Mesmo assim, a capelania muçulmana foi criada apenas em fevereiro de 1943 e com limitação de atuação ligada com o término da guerra. Sobre o assunto ver CAPDEVILLE, L. & VOLDMAN, D. **War dead**: Western Societies and the Casualties of War, pp.132-133.

militares católicos em determinadas liturgias e o cumprimento de outras, no alemão as orações iniciais são para o Führer, o povo e as Forças Armadas nessa ordem.

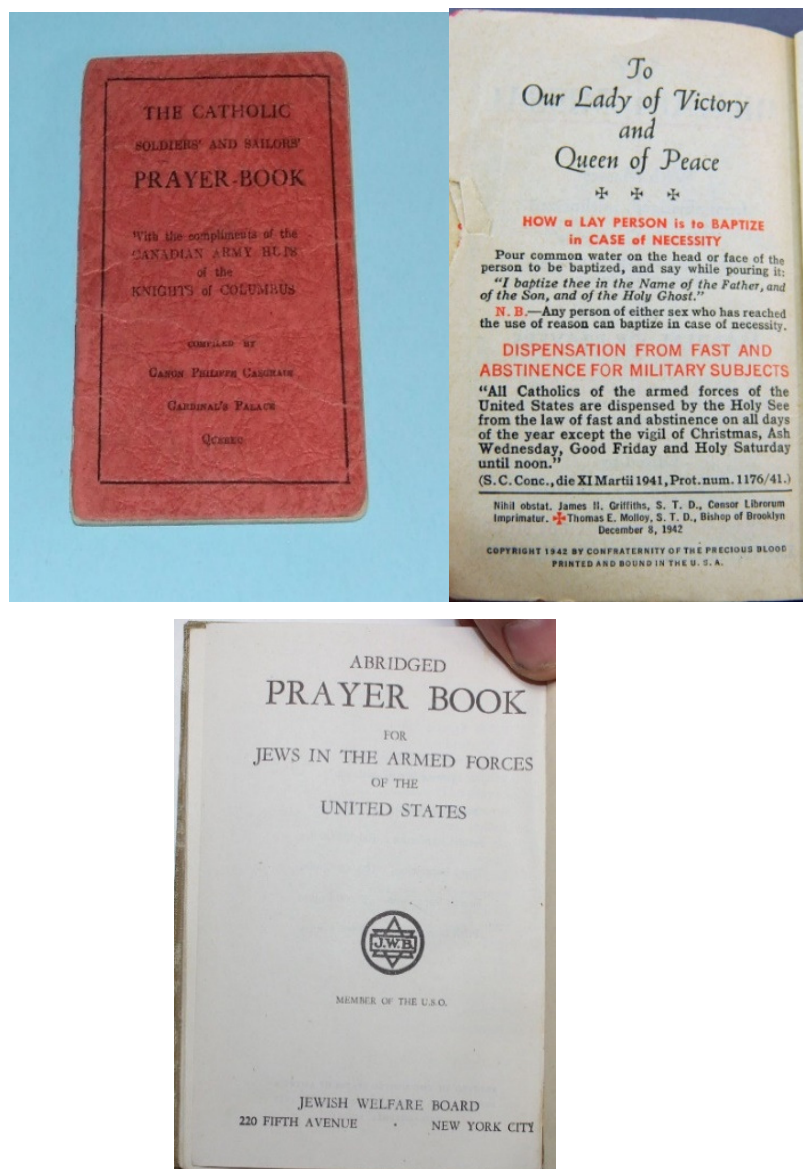


FIGURA 25 - Livros de orações para soldados canadenses, norte-americanos católicos e judeus. Disponível em <http://www.ebay.com/> Acessado em 28/04/2013

Ainda que a historiografia não tenha enfatizado a questão religiosa entre soldados alemães durante a Segunda Guerra Mundial, percebe-se que este aspecto era presente na front. Seguindo outros manuais de orações de soldados, o manual alemão de 1939 também possui as obrigações do soldado, orações como Pai-Nosso e Ave-Maria. E no final a Oração para o Führer (o “guia”), o Povo e a Wehrmacht.

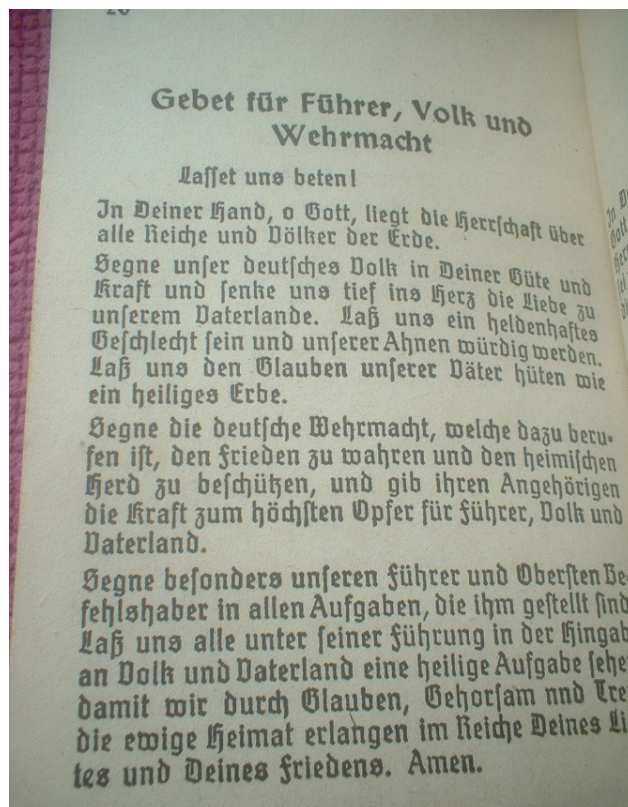


FIGURA 26 - Oração final do Livro de Orações Católico do Soldado Alemão. Disponível em <https://www.lds.org/manual/church-history-in-the-fulness-of-times-student-manual/chapter-forty-the-saints-during-world-war-ii?lang=eng> Acessado em 16/08/2013

Outros aspectos dessa religiosidade do soldado alemão podem ser demonstrados na presença de objetos devocionais na lista de pertences encontrados em corpos de combatentes.

Nos relatórios individuais preenchidos pelo Pelotão de Sepultamento, encontrei dois casos de soldados alemães que portavam medalhas religiosas. Um deles é o soldado Ernest Auhuber, que, segundo o relatório de 25 de abril de 1945, foi encontrado portando além da carteira de identidade, duas medalhas religiosas.

Na mesma data, o relatório de Franz Gamper, outro soldado alemão morto recolhido pelo Pelotão de Sepultamento, descrevia a presença de carta, caderneta de anotações fotografia, dicionário e uma medalha religiosa com o cadáver do combatente.

F. E. B.

5º EXERCITO-IV CORPO  
S.I. da 1ª.D.I.E.  
1ª PELOTAO DE SEPULTAMENTO

Nº 33

Inventario dos Objetos  
ERNST AUHUBER-soldado alemão

---

Classe I

1 carteira de identidade, 2 medalhas religiosas.

Classe II

Nenhum.

Certifico que foram esses os objetos encontrados  
no corpo do soldado acima referido.

25/4/945.

*Copernico de Arruda Cordeiro*  
Copernico de Arruda Cordeiro  
2º Tt. sub- cmt. do Pel.

FIGURA 27 - Inventário de Objetos. AHEx, SAE, FEB

As devoções individuais e as crenças religiosas dos combatentes não se limitam às amostras de seus objetos no front. Uma outra fonte muito importante, e igualmente gerada pelo Pelotão de Sepultamento, foi o Inventário de Objetos do soldado morto.

Nestes inventários podemos articular as informações dos objetos que os soldados carregavam na hora de sua morte, com os outros que não estavam consigo neste momento, mas que exemplificam sua religiosidade.

Tais documentos demonstram como esta ligação com o universo religioso era forte. Mesmo no caso de soldados mortos que não carregavam nenhum item no momento



da morte, a relação de pertences que posteriormente foi enviada aos familiares do indivíduo era composta por diversos livros religiosos, orações, estatuetas de santos, etc.

O soldado João Florindo Zanetti exemplifica esta situação. Embora nada tenha sido encontrado em seu cadáver no dia de sua morte, causada por estilhaços de granada em 30/03/45, na listagem de objetos que foram remetidos à família constava quatro medalhas religiosas, um livro *Os Santos Evangelhos* e uma Encíclica *Rerun Novarum*.

Outro soldado, João Rochocosky, também foi morto em combate em 10/12/44, provavelmente durante uma patrulha de reconhecimento, e no seu cadáver não foi encontrado nada. Seu inventário de objetos, porém, nos mostra que ele possuía um catecismo, além de uma lembrança de Páscoa dos Militares.

Como estes dois, outros tantos soldados mantinham no “saco B” dezenas de objetos religiosos. Como Mario Nardeli, também morto no ataque de Monte Castelo e que tinha entre seus pertences um “Resumo da Doutrina Cristã”, um livro “*Os Santos Evangelhos Católicos*” e medalhas religiosas.

As devoções populares, tão comuns no Brasil, onde a presença da instituição da Igreja Católica era insuficiente para garantir atendimento a todas as carências da população, incentivou o chamado “catolicismo santorial”<sup>324</sup>. Ao chegar à Itália, onde se localizava a sede da Igreja Católica, a busca pelos objetos religiosos, principalmente santos, era comum entre os soldados. A grande maioria, durante as suas folgas, fez intenso turismo religioso como já foi mencionado acima.

Não só brasileiros. Também soldados irlandeses que lutaram na frente italiana realizaram diversas peregrinações em igrejas famosas e visitaram Roma e o Papa<sup>325</sup>. Na sede do catolicismo, a religiosidade pré-existente foi intensificada tanto pela proximidade com as relíquias, locais de peregrinação e arquitetura religiosa, como pelo medo da morte e a crença na salvação por intermédio da exteriorização dessa fé.

Na Segunda Guerra Mundial, as crenças religiosas eram parte importante da dimensão pessoal dessa parcela da sociedade que constituiu a FEB. Na tropa o número de militares profissionais sempre foi muito menor do que de os civis convocados. Nessas condições, a vida religiosa contemporânea do homem comum, isto é, levando em consideração as ressalvas já feitas, influenciou os comportamentos das duas instituições.

---

<sup>324</sup> CAMARGO, Cândido Procópio F. de, **Católicos, Protestantes, Espíritas**, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 24

<sup>325</sup> SNAPE, Op. Cit. p. 232.

No Exército, ao liquidar com a breve ruptura instaurada pelo regime republicano, na vigência da qual o Estado e as Forças Armadas seriam laicos. A separação entre Igreja e Estado seria completa. Mas a participação de brasileiros na linha de frente dos combates na Segunda Guerra Mundial tornou esse arranjo institucional impossível. Escapa aos objetivos dessa pesquisa compreender porque com o fim da guerra não ocorreu um retorno à laicização.

No que se refere à Igreja é perceptível que a liturgia oficial, mesmo empoderada com os clérigos que tinham posto de Oficial, teve de se transformar no sentido de atender às demandas, práticas e crenças populares. Isso é particularmente visível no que se refere à postura da Igreja no tratamento para com as devoções individuais. Como parte desse universo, as atitudes diante da morte também passaram por transformações e alguns desses aspectos serão interpretados no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 4 – O PÓS-GUERRA: A MONUMENTALIZAÇÃO DA MORTE

Restos mortais de ex-militares são usados para magia negra  
 Nas ex-colónias existem centenas de cemitérios com restos mortais de soldados portugueses. Os ex-combatentes da Guerra Colonial afirmam que só entre Moçambique, Angola e Guiné-Bissau existem entre 300 a 400 cemitérios com os restos mortais de militares portugueses. Entre os casos mais flagrantes de profanação das sepulturas destes antigos militares conta-se o cemitério de Bambadinca, Guiné-Bissau. "Há casas que foram construídas em cima deste cemitério", garantiu ao DN José Nascimento Rodrigues, do movimento que reclama a transladação destes corpos. Acrescenta que nos vários cemitérios de militares portugueses em Luanda, Angola, "fazem-se sessões de magia negra" e as campas "são sistematicamente vandalizadas". "Temos testemunhos fidedignos de que há quem retire parte das ossadas dos militares portugueses para vender no mercado de Roque Santeiro, em Luanda, como troféus", afirmou ainda o ex-militar, combatente na Guiné-Bissau em 1969. "É apenas um retrato do que se está a passar e não honra memória dos nossos camaradas", sustentou.<sup>326</sup>

A notícia acima foi marcante no início dessa pesquisa sobre as atitudes diante da morte dos soldados em guerra. O trabalho se iniciou em 2010. Mesmo tendo tomado como objeto a FEB, parecia-me que as questões colocadas pela historiografia continuavam pertinentes e atuais. O exemplo do que ocorria aos mortos portugueses na África revela os conflitos da memória e as relações de poder que envolvem as atitudes diante da morte na atualidade<sup>327</sup>. Em pleno século XXI, a discussão de como preservar os restos mortais de indivíduos que morreram pela pátria apontam para a problematização das transformações culturais ao longo do tempo sobre o tema.

No contexto da citação acima, para alguns os portugueses foram os invasores e opressores durante a ocupação das antigas colónias na África. Para outros, eram a esperança de civilização para os africanos. A memória desses eventos é profundamente marcada pela disputa. Confrontos entre algozes e vítimas, opressão e vingança surgem na rememoração desses eventos.

O exame da historiografia internacional revela como são vastas e complexas as tarefas afetas à identificação, sepultamento e traslado dos mortos em guerras

<sup>326</sup> Combatentes. Reclamada transladação de 3026 corpos cujo custo é de oito milhões, Lisboa, Diário de Notícias, 24/10/2008, Disponível em: <http://kuribeka.com.sapo.pt/restosmortais.htm>

<sup>327</sup> Notícias atualizadas sobre essa questão mencionam que foi organizada uma comissão por parte da Liga dos Combatentes portugueses e os resultados desse projeto de recuperação de sepulturas de soldados nas guerras coloniais ou foram devidamente enterradas em cemitérios militares nas regiões de origem dos soldados (no próprio continente africano) ou foram devidamente trasladados para Portugal. Disponível em <http://www.areamilitar.net/noticias/noticias.aspx?nrnot=765>



estrangeiras. A comissão portuguesa formada para resgatar os corpos e fornecer uma sepultura digna aos combatentes na África foi organizada tardiamente, cerca de quarenta anos depois de terminados os conflitos.

Como contraponto a esse cenário, o caso norte-americano novamente se mostra significativo para o entendimento das atitudes diante da morte em guerra. A organização de Proteção Nacional<sup>328</sup> aos Cemitérios nos Estados Unidos foi criada em 1867. Alguns anos depois, em 1881, esse departamento, comandado pelo general Montgomery Meigs, teria organizado o sepultamento com mármore branco de mais de 300 mil soldados mortos da Guerra de Secessão. Ele também foi o responsável pela compra do terreno onde depois seria instalado o cemitério de Arlington.

Os repatriamentos de soldados americanos mortos em diferentes partes do mundo permitem a interpretação das transformações ocorridas lá e em boa parte das sociedades ocidentais na sua relação com a morte. Neste sentido, a experiência da Primeira Guerra Mundial, como já foi realçado anteriormente, foi determinante para adoção de toda uma lista de procedimentos que definiram a política governamental sobre o tema.

Não só os norte-americanos definiram suas diretrizes no tratamento aos mortos em guerra a partir do fim da Primeira Guerra Mundial<sup>329</sup>. Britânicos e franceses também elaboraram práticas funerárias e destinação dos corpos que foram aperfeiçoadas nos conflitos posteriores. O exame da experiência histórica desses diferentes casos nacionais permite entender como mudaram ao longo do tempo as formas pelas quais se expressavam as atitudes coletivas e individuais diante da morte.

No que se refere à estética, a questão do local de sepultamento dos mortos em guerra foi elaborada inicialmente pelos estadunidenses e em seguida emulada pelos europeus. O estilo escolhido foi o que privilegiava os cemitérios rurais, ou o chamado *The park movement of cemeteries*<sup>330</sup>.

Cabe comentar esse modelo de sepultura por eles adotado. A lápide é harmonizada com a paisagem natural, com gramas e árvores. A paisagem remete ao sentimento

---

<sup>328</sup> DICKON, Op. Cit. p.32

<sup>329</sup> Embora os EUA cumpram determinações específicas no tratamento de seus mortos e de mortos inimigos nem sempre a recíproca foi a mesma. Exemplo disso foi um episódio durante a Segunda Guerra Mundial conhecido como as marchas da morte de americanos e filipinos organizadas pelos japoneses. A maioria dos soldados segundo os japoneses no final da guerra, morreram de doenças, mas na verdade foram mortos a baioneta de acordo com os sobreviventes. Muitos foram enterrados em campos de arroz e jamais identificados. Em alguns casos os sobreviventes auxiliaram posteriormente a localização de sepulturas irregulares. In: DICKON, Op. Cit. 104. É preciso enfatizar que os japoneses não assinaram a Convenção de Genebra de 1929. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-III-12-08-1949.html>

<sup>330</sup> A expressão já surge entre 1830 e 1850 nos Estados Unidos, In: MOSSE, Op. Cit. 41

patriótico<sup>331</sup> relacionado com o poder moral da natureza que regenera, ao mesmo tempo em que rejeita a pompa do estilo dos cemitérios românticos, como o Père Lachaise<sup>332</sup>.

Ao mesmo tempo em que esses cemitérios militares seguem essa tendência de padronização de sepulturas, manifestam-se variados tipos de monumentos. Alguns são erigidos em memória dos mortos que não foram identificados. Desde o princípio pretendia-se que passassem a simbolizar os mortos na guerra além-mar.

Para ilustrar essa vertente, diversos retornos simbólicos à pátria dos mortos ocorreram. Tratavam-se de grandes e significativos eventos públicos, materializados na inauguração de sucessivos monumentos dedicados ao soldado desconhecido. Esse processo começou em 1920<sup>333</sup>, com o enterramento de soldados desconhecidos na Abadia de Westminster em Londres; sob o Arco do Triunfo em Paris; e assim sucessivamente nos EUA, Itália, Bélgica, Portugal, Alemanha, etc. O aspecto comum a todos esses ritos, independentemente do país, era que desta forma que todos os soldados desconhecidos mortos na guerras seriam homenageados.



FIGURA 28 - Tumulo do Soldado Desconhecido sob o Arco do Triunfo em Paris. Junto a ele a Chama Eterna. A inscrição informa que se trata de soldado morto pela pátria na Primeira Guerra Mundial. Rodeiam o túmulo coroas de flores. (Acervo Pessoal)

<sup>331</sup> MOSSE, G. p.41

<sup>332</sup> Sobre esse tema ver CATROGA, Fernando. **O Céu da memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico aos Mortos**. Coimbra: Minerva, 1999.

<sup>333</sup> MOSSE, Op. Cit. p.94

O simbolismo atuava como substituto de um real traslado e reenterramento para todos aqueles impossibilitados de realizá-lo na prática. De todos os ícones o mais forte era o cenotáfio, um túmulo simbólico, representando todos os mortos em determinada época ou conflito. O caso extremo é o do cenotáfio de Londres. Na origem se tratava de um monumento na forma de um mero túmulo estilizado, de caráter provisório, construído no centro de Londres meramente para marcar a passagem do desfile da vitória na Primeira Guerra Mundial em 1919. Porém, quase imediatamente, converteu-se em um polo de atração para multidões.



FIGURA 29 - Cenotáfio de Londres numa comemoração do dia da vitória em 1960. Disponível em <http://www.iwm.org.uk/> Acessado em 02/07/2010

Autênticas peregrinações eram feitas, vindas de toda parte, para reverenciar e depositar flores aos pés do monumento em Whitehall, no coração de Londres. Somente no ano de 1920 um milhão de pessoas se engajaram nessas atividades. Isso levou as autoridades a conservarem o cenotáfio como local permanente de rememoração dos mortos naquela guerra. Na verdade, o monumento se converteu no principal monumento de luto dedicado a todos que morreram naquele conflito lutando pelos Aliados<sup>334</sup>.

Esses esforços em enterrar ou reenterrar os caídos, as obras erguidas em sua homenagem, as manifestações públicas de luto e rememoração dos mortos são influenciadas por diversos fatores. Dentre eles pela forma que assume o aparelho de Estado, o regime político, a cultura pré-existente em relação aos mortos, e as necessidades psicológicas dos que perderam seus entes queridos, apenas para citar os fatores mais importantes. A forma e o conteúdo assumido por esses processos históricos, em especial no imediato pós-guerra, podem variar enormemente conforme cada sociedade e cada país.

<sup>334</sup> Mesmo em 2010 quando visitei o Monumento em Londres encontrei diversas flores e arranjos neste local. O significativo é que a viagem ocorreu em meados de julho, ou seja, nenhum evento comemorativo ocorria naquele momento que pudesse justificar tais homenagens.

Reside neste aspecto a importância de se levar em conta os estudos sobre estes temas que tenham base internacional.

Tal é a abordagem da recente obra de dois pesquisadores universitários franceses, Luc Capdevila e Danièle Voldman intitulada “War Dead: western societies and the casualties of war”<sup>335</sup>. Como o próprio subtítulo indica, o estudo pretende interpretar as transformações das atitudes diante da morte para o mundo ocidental – no caso, predominantemente, França, Grã-Bretanha, Alemanha e EUA. Marginalmente, alguma menção é feita ao demais países do Atlântico Norte, suas colônias e ex-colônias.

O culto cívico dos mortos remonta ao início da Época Contemporânea. Segundo a obra clássica de Ariès<sup>336</sup>, os primeiros soldados mortos a serem homenageados com um túmulo comemorativo foram os caídos nas guerras civis da Revolução Francesa, com direito a monumento, capela expiatória e cemitério. A preocupação com a rememoração dos mortos contou com os diversos rituais de homenagens realizados pela Igreja Católica, que tinha consciência da necessidade de manter este culto.

A Primeira Guerra Mundial inaugura de forma sistemática esta tendência ao culto cívico dos mortos. É em 1920 que a Grã-Bretanha, por ter consciência que seria inviável trasladar todos os corpos de seus soldados mortos na Europa Continental para suas ilhas, toma uma decisão que foi seguida por outros países. Ao escolher as cinzas de um soldado desconhecido dentre os seus mais de 10.000 mortos não-identificados e levá-lo para a Catedral de Westminster, forneceu as bases para o culto ao soldado desconhecido em escala mundial.

Em 1921, fica pronto o maior símbolo deste monumento ao soldado desconhecido, sob o Arco do Triunfo em Paris. Este monumento servirá de modelo para os demais mausoléus aos mortos desconhecidos, que de forma recorrente apresentarão o padrão arquitetônico dos arcos e também da presença da chama eterna em homenagem aos mortos. No Brasil, esse culto cívico aos mortos em combate historicamente teve pouca ou nenhuma receptividade da sociedade em geral.

Como descreve Roney Cytrynowicz,

o lugar da Segunda Guerra Mundial na história e memória coletiva da população de São Paulo, e do Brasil, tem sido, no

---

<sup>335</sup> CAPDEVILA, & VOLDMAN, 2006. Op. Cit.

<sup>336</sup> ARIÈS, P. **O Homem diante da morte** Tradução de Luiz Ribeiro. V. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 595-599.

entanto, marcado muito mais pela ausência do que por uma presença efetiva e consistente<sup>337</sup>.

A historiografia que debate a questão de como a sociedade se relaciona com a finitude da vida e com o tratamento que dispensa aos seus mortos revela aspectos da própria concepção de história de um povo. Para o historiador Jacques Le Goff<sup>338</sup> o *munumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: o primeiro enquanto obra comemorativa de arquitetura ou de escultura, como no exemplo do arco de triunfo, coluna, pórtico, etc. Um possível segundo sentido seria caracterizado pelo monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

Michel Vovelle<sup>339</sup> entende os monumentos modernos funerários a partir da tendência dos mesmos no sentido da democratização e funcionalização da representação da morte para os interesses dos vivos. Enquanto o período entre guerras assistiu o fenômeno da proliferação de monumentos aos mortos na Primeira Guerra Mundial, o Brasil não vivenciou esta experiência diretamente<sup>340</sup>.

Com um cenário em que a necessidade de sepultar os mortos e as homenagens aos mesmos eram frequentes, Vovelle identificou este período como o ciclo de nascimento, vida e morte do monumento "comemorativo". Esta tendência se encerraria no segundo pós-guerra com a anulação das fórmulas triunfalistas, com a construção de monumentos abstratos e mesmo de antimonumentos<sup>341</sup>.

Percebe-se, na utilização política dos monumentos fúnebres, que determinados aspectos podem ser enfatizados nos mesmos. A grande quantidade de placas comemorativas homenageando os mortos franceses em diversas guerras em Paris é impressionante.

Um aspecto interessante na maneira como esta morte é lembrada nestes monumentos é o discurso utilizado para transmitir esta informação. Nas já citadas placas espalhadas em Paris, percebe-se como a morte na guerra é rememorada. A inscrição nestas placas refere que os mortos são “Mort pour la France”, ou seja, Mortos pela França.

---

<sup>337</sup> CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial, Edusp, 2000, p.17

<sup>338</sup> LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 1992, p.535-553.

<sup>339</sup> VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>340</sup> Existe o Mausoléu aos Mortos da DNOG no cemitério São João Batista no Rio de Janeiro de 1928, em referência aos brasileiros mortos durante a Primeira Guerra Mundial. Tal aspecto será analisado no próximo capítulo.

<sup>341</sup> VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**, 1987, p.84.

Tal expressão remete a uma maior dramaticidade ao evento que já é trágico, mas que utiliza a ideia de voluntarismo do indivíduo que foi morto pela França.



FIGURA 30 - Exemplo de placa exposta às margens do rio Sena (Acervo Pessoal)

Pode se comparar estas placas que se referem aos monumentos fúnebres franceses com a ideia de que os soldados morreram por uma causa, qual seja, pela pátria francesa. Já se compararmos com a forma como os estadunidenses tratam seus mortos, este discurso se altera. Todos os cemitérios americanos ou placas que fazem alusão aos mortos em guerra destacam que naquela data o soldado foi morto, por vezes utilizando apenas as iniciais KIA (Killed in Action), ou seja, morto em ação. O protagonismo do soldado norte-americano é enfatizado na forma de se referir ao morto, que no caso é ativo: foi morto combatendo.

De toda forma, a tendência de se construir o Monumento Fúnebre em locais públicos tem a intenção de demonstrar o sentido patriótico e universal da morte do soldado. Muitos monumentos fúnebres são transferidos dos cemitérios para os locais públicos justamente para intensificar esta dimensão de sacrifício pelo coletivo<sup>342</sup>.

Na Europa, depois da Primeira Guerra Mundial a tendência era construir cemitérios nos locais onde as batalhas mais sangrentas se desenrolaram<sup>343</sup>. Na Segunda

<sup>342</sup>No próximo capítulo vamos abordar um caso que exemplifica esta ideia.

<sup>343</sup>Por exemplo o gigantesco cemitério de Verdun.

Guerra Mundial, a maior parte dos soldados foi enterrada em cemitérios construídos especificamente para este fim. Eram destinados para soldados que tombaram em batalha, que descansariam praticamente no mesmo local em que estas ocorreram.

A ênfase no uso do culto cívico aos mortos provocou diversas vezes este traslado de restos mortais, sempre buscando proporcionar maior visibilidade ao evento ou alimentar comemorações e rememorações do mesmo. Nem sempre tal objetivo é alcançado, como demonstram os exemplos que examino a seguir. Geralmente estas tentativas de destacar uma lembrança de um evento conferem significação aos monumentos, os quais são sempre (re)significados no presente<sup>344</sup>.

Esta relação do presente com o passado por meio do monumento é marcada pela mediação da afetividade, da emoção. Certos momentos históricos permitem que determinadas lembranças sejam acionadas, como define Françoise Choay<sup>345</sup>. A percepção de sacrifício em prol de uma causa justa está relacionada às cerimônias públicas que pretendem consolar os atingidos pela perda de seus entes queridos numa guerra.

O culto aos mortos faz parte deste rito de passagem<sup>346</sup>, em que três fases podem ser identificadas. A separação, a margem e a incorporação. Enquanto a separação do indivíduo do mundo dos vivos é realizada com o seu sepultamento, o rito agregador deste soldado ao mundo dos mortos e, correspondentemente, sua identificação com a figura do herói, ocorre nas cerimônias públicas de rememoração. No caso dos monumentos modernos e, mais especificamente no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, esta relação se faz em torno da coletividade. São os heróis que são celebrados nas cerimônias.

Ao longo do tempo, as cerimônias se transformam, algumas se rotinizam e outras desaparecem. Iremos perceber tais mudanças quando forem trabalhados, no próximo capítulo, alguns exemplos destas cerimônias no Brasil. As mediações são necessárias para a decisão do que pode ou não ser comemorado e rememorado em relação aos mortos em guerra. O historiador americano Jay Winter<sup>347</sup> cita o exemplo do final da Guerra do Vietnã que, para os Estados Unidos não pode ser comemorado, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com o dia da Vitória para os franceses.

---

<sup>344</sup>LORDELO, E. & LACERDA, M. Os monumentos e sua reprodutibilidade: mídias e valores. **RISCO. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, 6 [2], 2007, pp 35-48

<sup>345</sup>CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**, São Paulo: UNESP, 2001, p.18.

<sup>346</sup>GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

<sup>347</sup>WINTER, Jay. & SIVAN, E. **War and Remembrance in the twentieth century**. Cambridge University Press, 1999.



As memórias contestadas permeiam esta rememoração da guerra. Vários traumas interferem na categorização do que é comemorado, bem como o local onde tais cerimônias podem ser realizadas. Estes locais de memória<sup>348</sup> são responsáveis por demarcar na memória os pontos de referência, não só para aqueles que sobreviveram a eventos traumáticos, mas também para aqueles que nasceram muito depois deles.

Percebe-se neste cenário a introdução de um novo léxico no culto funerário, religioso e patriótico:

na guerra não se morre mas cai-se, a vida não se perde mas doa-se, não se desaparece mas vive-se eternamente, num acto de transfiguração da morte em heroísmo. A tradicional cruz dos cemitérios civis é substituída pela "Pedra da Lembrança", talhada em forma de altar, o "Altar da Pátria", para dar sentido a uma nova religião "laica", a uma nova liturgia baseada na sacralização do eterno sacrifício colectivo em nome da Nação<sup>349</sup>

Antes da tentativa de criar um culto cívico aos mortos com o Monumento dos Mortos do Brasil na Segunda Guerra Mundial, outros monumentos procuraram estabelecer esta relação de morte e local de memória. Aqui, comento alguns desses monumentos coletivos, construídos no século XX, para celebrar a memória institucional dos conflitos armados ocorridos entre o final da década de 1920 até 1960.

A partir desse critério, o mausoléu da Revolta Tenentista de 1924 é um dos primeiros monumentos coletivos institucionais da Marinha<sup>350</sup>. Como é conhecida como a “Revolta esquecida” esse conflito engloba um movimento maior constante nos anos 20, o tenentismo. O Mausoléu foi igualmente esquecido. Os mortos do Couraçado São Paulo foram homenageados pelos seus colegas de marinha segundo o epitáfio do monumento. A imagem do couraçado está em destaque é uma réplica da medalha cunhada posteriormente. Não identifiquei em jornais da época manifestações e celebrações sobre esse evento ou esse monumento. Uma pesquisa mais específica pode revelar maiores detalhes sobre o mesmo.

Merece destaque a inscrição que já assimilava os termos usados nos memórias de guerra do período. Em primeiro lugar por utilizar a palavra *vítima* no lugar de *mortos*. Trata-se de operação simbólica destinada a ocultar a morte. Em segundo lugar, o ideal

<sup>348</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista de Pesquisa Histórica**. São Paulo, 1993.

<sup>349</sup> HOWARTH, G. & LEAMAN, O. Verbete Memoriais de Guerra In: **Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer**. Lisboa: Quimera Editores, 2001.p 346-347

<sup>350</sup> São vários monumentos fúnebres da Marinha, destaco também o Jazigo aos mortos na Revolta da Armada no Cemitério do Marui em Niterói (RJ)



como motivo da morte. Os heróis tombaram por motivos nobres, não por ganho pessoal. Em terceiro lugar, a homenagem de seus companheiros, no caso a instituição militar prestando o culto cívico aos mortos. Aqueles que tombaram expressam valores caros à instituição.



FIGURA 31 – Mausoléu dos Marinheiros mortos em 1924 no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro (RJ). (Acervo Pessoal)

O Mausoléu aos Mortos do DNOG, inaugurado em 1928, conseguiu maior destaque na rememoração de seus mortos. Construído para abrigar os restos mortais de 156 brasileiros pertencentes da Divisão Naval de Operações de Guerra, o monumento localizado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro celebra a participação brasileira nesse conflito mundial.

Diversos problemas foram enfrentados para formar este esforço de guerra. Falta de mão de obra qualificada, despreparo na organização, treinamento dos soldados, problemas na manutenção dos navios, etc. Praticamente nem chegando a combater de fato, as mortes foram provocadas pela gripe espanhola, responsável por significativo número de baixas na maioria dos exércitos envolvidos. Enterrados inicialmente no cemitério de Dakar no Senegal, foi determinado, no governo Arthur Bernardes em 1923,

o repatriamento dos corpos<sup>351</sup>. Os recursos para o transporte dos restos mortais e a construção do mausoléu só ocorreu em 1928, já no governo Washington Luís que abriu um crédito para as despesas<sup>352</sup>.

O repatriamento desses combatentes da Marinha ocorreu dez anos depois de terminada a guerra. O traslado possuía o intuito de dar ao luto um significado preciso às perdas singulares, obscurecendo a carência de sentido dessas mortes e da participação brasileira no evento. O objetivo era garantir aos 'heróis' anônimos um lugar na história, como é próprio do culto cívico dos mortos que se constitui na modernidade<sup>353</sup>.

Diversos jornais da época noticiaram o cortejo fúnebre<sup>354</sup> com os restos mortais desses combatentes. Após a inauguração desse monumento, toda comemoração do Dia do Armistício era também realizada no Cemitério São João Batista<sup>355</sup>. Nos anos 60 o evento foi apropriado pelas Forças Armadas como forma de insistir na ideia de unidade nacional em luta contra o “mal”, no caso, o comunismo.

Em 1967, por exemplo, a manchete de O Globo sobre o evento enfatiza este aspecto “Homenagem aos Heróis da Marinha inspirou Advertência e Alerta”, em que o discurso do almirante brasileiro relembra o papel da Marinha no passado e no presente em sempre estar alerta aos perigos do inimigo que nunca descansa, no caso, o comunismo. O anacronismo e o uso dessa rememoração dos mortos com fins políticos se repetiu nos anos seguintes nas referências às cerimônias do Dia do Armistício<sup>356</sup>.

A partir de meados dos anos 80, a cerimônia deixa de ser noticiada na imprensa, mas ainda consta do calendário oficial da instituição militar, embora o mausoléu tenha caído em completo esquecimento<sup>357</sup>.

---

<sup>351</sup> Decreto nº 4.692, de 23 de Fevereiro de 1923 “[...] mandar trasladar para esta Capital os restos mortais dos militares pertencentes à Divisão Naval em Operações de Guerra sepultados em Dakar.” **Diário Oficial da União**, 23/02/1923, p.6037

<sup>352</sup> Decreto número 18.372 de 28 de agosto de 1928 “[...] para erigir, em um dos cemiterios desta cidade, um mausoléu para abrigar o ossuário, já adquirido por iniciativa particular, com o fim de guardar aquelles despojos”, **Diário Oficial da União**, 28/08/1928, p.19962

<sup>353</sup> CATROGA, Fernando. **O céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra: Minerva, 1990, p.173

<sup>354</sup> Como por exemplo a manchete no Jornal **A Noite**, A terra da pátria recolhe os sagrados despojos: Homenagens prestadas aos mortos da Divisão Frontin, 16 de maio de 1928, n.5222, p.1-2

<sup>355</sup> Segundo diversas reportagens da **Revista Fon Fon**, entre 1919 e 1928, as comemorações dessa data ocorriam geralmente no Consulado da Bélgica ou na Embaixada da França no Rio de Janeiro e celebravam os ex-combatentes desses dois países.

<sup>356</sup> Jornal O GLOBO, 12 de novembro de 1967, p. 5

<sup>357</sup> Estive no Cemitério São João Batista em duas datas diferentes, entre 2010 e 2013 e fotografei o Mausoléu. A presença de uma placa com as iniciais de I.B. e a data de nascimento e morte me intrigaram, aquela pessoa não teria participado do DNOG. As dificuldades em viajar para o Rio de Janeiro permitiram que eu entrasse em contato com o Arquivo da Marinha apenas por e-mail e telefone e eles não sabiam o que aquela placa fazia no mausoléu. Apenas em 2014 descobri que por vandalismo a placa fora parar no



FIGURA 32 - Mausoléu dos Mortos da DNOG. (Acervo Pessoal)

Se a Primeira Guerra Mundial teve pouco ou nenhum impacto sobre a sociedade brasileira no período, a Revolução Constitucionalista de 1932, ao contrário, marcou profundamente os paulistas. Em memória dos combatentes de 1932 foi erigido um gigantesco obelisco no Parque Ibirapuera na capital paulista, cujas obras se iniciaram em 1955. Originalmente se pretendia reunir ali os corpos dos que tombaram naquele conflito.

O interessante a destacar nesse monumento repleto de controvérsias, é o fato de ser o único construído para celebrar a memória do perdedor. Ainda que os revoltosos perdessem, sua derrota foi considerada gloriosa. Como sua construção foi interrompida diversas vezes, o monumento só foi inaugurado em 1972. Os traslados foram fragmentados e muitos nomes importantes entre os que lutaram na Constitucionalista continuam enterrados em cemitérios no interior do Estado. O descaso dos sucessivos governos estaduais com o monumento, mantem o mesmo fechado e sem previsão de reabertura.

---

Mausoléu do DNOG e que pertencia a outro túmulo. Em resumo, o esquecimento desse monumento foi completo, mesmo pela instituição que o representa.



Obelisco Mausoléu dos Heróis de 32 Disponível em <http://www.parqueibirapuera.org/areas-externas-do-parque-ibirapuera/obelisco-do-ibirapuera/>, Acessado em 10/09/2013.

Outro monumento que merece destaque nessa análise das tentativas de culto cívico aos mortos é o Mausoléu dos Mortos na Intentona Comunista de 1935. Este mausoléu possui diversas características marcantes neste estudo: na origem, os mortos estavam separados em cemitérios diferentes, divididos hierarquicamente. Logo em seguida ao evento que o mesmo se refere foi construído o Mausoléu em que todos os mortos foram agrupados numa mesma cripta no Cemitério São João Batista.

Em 1968, o Mausoléu foi transferido de local, mudando do cemitério São João Batista para uma praça em frente ao Bondinho do Pão de Açúcar no Bairro da Urca, na Praia Vermelha. Além desses fatores, os conflitos em torno das comemorações/rememorações deste evento também exemplificam as relações da sociedade brasileira com o culto cívico aos mortos.





FIGURA 33 - Mausoléu aos Caídos de 35 (Acervo pessoal)

O monumento foi encomendado pelo Estado, mais precisamente pelas Forças Armadas Brasileiras com duas funções iniciais: servir de depósito para as urnas funerárias dos mortos na chamada Intentona Comunista de 35 e, em segundo lugar, de servir de local de memória. Nesse local seriam realizadas cerimônias em que este evento seria lembrado e rememorado pela instituição militar com suas intenções de promoção da própria instituição e condenação moral dos seus inimigos.

A questão do local para o sepultamento dos mortos deste conflito acabou gerando conflitos dentro da instituição militar<sup>358</sup>. A separação entre praças e oficiais se fazia evidente e contraproducente nas cerimônias de homenagem e rememoração do evento. Enquanto os soldados estavam sepultados no Cemitério São Francisco Xavier, conhecido como Cemitério do Caju, os oficiais estavam enterrados no Cemitério São João Batista, mais elitizado neste período e o preferido para as homenagens realizadas pelo Exército já a partir de 1936.

Para solucionar este problema, já que o número de vítimas foi grande e também porque era preciso homenagear a todos, o Exército encomenda a construção de um mausoléu, no Cemitério São João Batista. Mais ainda, era preciso advertir a sociedade de que o “perigo vermelho” ainda estava latente. Daí a proposta do monumento. Além de se configurar como uma obra funerária, o Monumento aos caídos em 35 também assumiu a partir de 1968, o caráter de monumento histórico, marcando de forma irreversível o compromisso do Exército com o combate ao comunismo.

<sup>358</sup> Sobre o assunto ver a análise completa da questão em CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

Françoise Choay<sup>359</sup> na sua análise sobre o patrimônio descreve a classificação do historiador da arte Alois Riegl para quem existe uma diferenciação entre o monumento e o monumento histórico. Enquanto o monumento tem uma função a priori, no caso do Monumento aos Caídos a de receber os restos mortais das vítimas numa tentativa de golpe, o monumento histórico é constituído a posteriori pelo historiador ou pelo crítico de arte.

Quando em 1968 o Exército Brasileiro decide transladar o monumento do Cemitério São João Batista para a Praia Vermelha no Rio de Janeiro, intensificando as comemorações em relação aos fatos que originaram o monumento, ele passou a caracterizar-se em um monumento histórico, já que sua função transferiu-se de apenas mausoléu para local onde um passado é revivido e comemorado. No caso, a ênfase do Exército nas comemorações realizadas neste monumento é na sua luta contra a ameaça comunista no Brasil, tema muito discutido em todo o contexto e principalmente no ano de 1968.

As comemorações realizadas a partir de então no Monumento aos Caídos de 35 tiveram a intenção de reviver o evento, considerando-o assim uma espécie de “ato fundador”, no caso da unidade do Exército Brasileiro. Como demonstra Helenice Rodrigues, a seleção da memória coletiva neste caso,

encontra-se nesse processo de "rememoração" social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal<sup>360</sup>.

A composição escultórica realizada pelo artista reforça esse ato fundador da unidade. Do lado esquerdo do pedestal da obra está a figura em baixo relevo de mármore de um soldado da Marinha do Brasil. Na verdade, nenhum soldado desta força participou dos eventos ocorridos em 1935, ou seja, sua presença ali na obra de arte mostra a construção de uma ideia de unidade entre as Forças Armadas, que não ocorreu de fato<sup>361</sup>. Procurando legitimizar a função do Exército, as comemorações militares no dia 27 de novembro no Monumento aos Caídos de 35 utilizam o monumento como tentativa de consolidar o simbolismo em torno de 35 e também de 64<sup>362</sup>.

<sup>359</sup> CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

<sup>360</sup> SILVA, Helenice Rodrigues. "**Rememoração**"/**comemoração**: as utilizações sociais da memória". Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008)

<sup>361</sup> CASTRO, 2002, Op. Cit p.56

<sup>362</sup> CASTRO, 2002, Op. Cit. p. 55

O jornal O Globo de 28 de novembro de 1978<sup>363</sup>, dedicou uma página inteira de sua edição para descrever em detalhes a comemoração em torno do Monumento e do evento que originou o mesmo. Além de fotos do então presidente Geisel colocando coroa de flores no local, informações sobre a missa realizada em memória dos mortos, e artigos variados sobre o tema foram destacados nessa data. Os títulos das manchetes são representativos dessa utilização dos mortos com uso político. Em um deles a relação passado/presente é evidenciada: “General garante que nova intentona será repudiada” e “Comunismo não consegue entrar no Brasil”. O significado da comemoração aparece com a manchete “Em 1935 decididos pela liberdade”. A brutalidade do evento e das mortes é ressaltado com outro subtítulo “Ato de paixão e selvageria”<sup>364</sup>.

O trauma causado pelo regime militar, no entanto, exerceu uma função contrária. Tudo que se refere ao tema e suas comemorações e monumentos são ignorados por parte daqueles que criticavam ou combatiam a Ditadura Militar, inclusive aqueles que sofreram perseguições no período. O Monumento dos caídos em 35 enquanto um monumento histórico representa a celebração de uma memória construída em que determinada mensagem é revivida a cada comemoração em torno da obra.

Até 1990 as cerimônias alusivas à data eram bastante prestigiadas. Contavam com a presença frequente do próprio Presidente da República. Hoje ocorre um total abandono do monumento enquanto função memorial. A ideia de uma função identitária do monumento se perdeu e no caso de um monumento militar no Brasil torna a questão se tornou mais conflituosa ainda por conta dos vinte anos de ditadura militar.

No ano de 2007, diante de inúmeras medidas que privilegiaram os que foram perseguidos e desaparecidos políticos durante o regime militar, nova polêmica se instaurou na comemoração do dia 27 de novembro, com acusações dos militares de que eram censurados nestas comemorações<sup>365</sup>.

Outros fatores pesaram contra essa rememoração. Dentre elas a própria questão da vida moderna, com seu ritmo acelerado, pautada pelo presentismo. Aliada a uma negação deliberada desta memória, isso faz com que o monumento seja ignorado, mesmo estando situado num ponto nobre da cidade do Rio de Janeiro, e mais ainda, ao lado do

---

<sup>363</sup> Jornal O Globo, 28/11/1978, Caderno O País, p. 6

<sup>364</sup> As autorias dos textos não aparecem nessa página, Jornal O Globo, 28/11/1978, p.6

<sup>365</sup> CASOY, Bóris, **A intentona e a censura do ministro**, 27/11/2007. Disponível em <http://www.alertatotal.net/2007/11/intentona-e-censura-do-ministro.html>

segundo ponto turístico mais visitado desta cidade que, por si só, já é a cidade mais visitada do país.

Quase ao lado desse monumento, pode ser encontrado outro “local de memória” também esquecido. Refiro-me ao Monumento aos Heróis de Laguna e Dourados. Apesar de sua localização estar em local nobre, sua invisibilidade é alarmante nos dias atuais. Apesar de estar situado na Praça General Tibúrcio, ao lado do Bondinho do Pão de Açúcar, um dos pontos turísticos mais visitados do Rio de Janeiro, a maioria da população sequer conhece esse monumento.

Embora o evento referente a este mausoléu tenha ocorrido no século XIX, ou seja, a Guerra do Paraguai (1864-1870), tal monumento é relevante porque foi pensado inicialmente em 1920, influenciado pelos monumentos europeus de guerra e inaugurado apenas em 1938. Segundo a Revista Fon Fon<sup>366</sup>, os recursos para a construção dessa obra foram em parte arrecadados pelos alunos da Escola Militar, situada ao lado da praça. O Exército abriu o concurso para a escolha do projeto do monumento e o mesmo foi destinado ao artista plástico Antonino Pinto de Matos.

Recentemente surgiram tentativas de tornar o monumento mais conhecido da população que nem sabe da existência de uma cripta no subsolo do mesmo contendo os restos mortais de alguns soldados mortos nesses conflitos<sup>367</sup>. Não tive, entretanto, mais notícias sobre os desdobramentos dessa iniciativa.



FIGURA 34 - Monumento aos mortos de Laguna e Dourados. (Acervo Pessoal)

<sup>366</sup> Revista Fon Fon de 13 de novembro de 1926, p.39

<sup>367</sup> Segundo o blog de Carlos Daroz, a notícia veiculada em 2012 era da abertura do monumento: Aberto à visitação pública o Monumento aos heróis da Laguna e Dourado, Carlos Daroz, 27 de outubro de 2012 Disponível em [http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2012\\_10\\_01\\_archive.html](http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html)



Outro monumento que pode ser destacado nesse período é o Mausoléu dos mortos na Intentona Integralista de 1938, localizado no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro. Em 11 de maio de 1938, durante a tentativa de golpe integralista, 7 fuzileiros navais foram mortos na tentativa de resgate do Ministério da Marinha em poder dos revoltosos. O túmulo coletivo possui além dos nomes dos fuzileiros mortos, uma coroa de louros estilizadas artificiais (como no padrão que pode ser encontrado na Europa até hoje) e a escultura de um fuzileiro naval simbolizando a figura de um sentinela do túmulo.



FIGURA 35 - Mausoléu dos mortos na Intentona Integralista de 1938 (Acervo Pessoal)

Pela fotografia realizada em julho de 2010 percebi que esse monumento também é esquecido. Seu estado é de abandono. As árvores sem podar escondem parte da escultura em tamanho natural situada ao lado do jazigo, obscurecendo sua função simbólica.

O interessante sobre esse monumento é que o mesmo foi patrocinado pelo Exército. Já os mortos integralistas, vítimas dessa mesma tentativa de golpe, receberam um mausoléu coletivo no Cemitério São Francisco Xavier, mais conhecido como Cemitério do Caju, também no Rio de Janeiro.

Bem posterior, de 1973, o túmulo que guarda os restos mortais dos integralistas caídos nesse evento utiliza a mesma retórica dos monumentos de guerra do período. Isso se nota no aspecto de não utilizar o termo “morte” ou “morreram” no epitáfio: “À todos os Companheiros que se foram acreditando em nós, Anauê, Pelo Bem do Brasil<sup>368</sup>”.

<sup>368</sup> Segundo depoimento de Sergio Vasconcellos - Bom, ainda no Estado Novo, as antigas placas de mármore foram contrabandeadas para dentro do Cemitério pelo Companheiro Antônio Brêtas e pelo meu

Outros mausoléus coletivos que merecem ser apontados são os dois Mausoléus dos Aviadores, o antigo de 1941 e o novo de 1957. Ambos estão localizados no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro e são de autoria da mesma escultora, Celita Vaccani<sup>369</sup>. Nas duas obras é possível identificar como os elementos cívicos e de ligação à instituição aeronáutica são priorizados.

No túmulo “antigo” a inscrição no alto destaca a frase “A glória pelo dever”. O conjunto escultórico destaca a presença de aviões e enfatiza a questão do trabalho realizado nas alturas.



FIGURA 36 – Detalhe do Mausoléu “A Glória pelo dever” (Acervo Pessoal)

Essa mesma artista participou de outros concursos militares e hoje é possível encontrar muitas de suas esculturas no Campo dos Aphonso no Rio de Janeiro. Como por exemplo a placa com a face de Jean Mermoz, Monumento a Mermoz, situado na cabeceira da pista deste espaço da Aeronáutica.

---

Tio Manoel, sob os paletós. O atual monumento foi erguido, se não me falha a memória em 1973, por iniciativa dos saudosos Companheiros General Jaime Ferreira da Silva, Almirante Arnaldo Hasselmann Fairbain, Comandante Júlio Barbosa do Nascimento, João Baptista Drummond Franklin, Thucydides de Toledo Piza e tantos outros cujo nome infelizmente não me recordo, e que faziam parte de um grupo que se reunia no Centro, no escritório do General Jayme, sob as designação de Instituto Carioca de Estudos Brasileiros. Disponível em <http://historia-do-prp.blogspot.com.br/2014/04/homenagem-aos-martires-integralistas.html>

<sup>369</sup> HÖFKE, Tathiane Ferreir. **As motivações temáticas de Celita Vaccani, nos Mausoléus dos Aviadores Militares**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Ano de Obtenção: 2007.



FIGURA 37 - Mausoléu dos Aviadores, o Antigo (Acervo Pessoal)

Concebido pela escultora Celita Vaccani em 1957 e finalizado em 1959, o mausoléu dos Aviadores “Novo”, possui o título de Pantheon dos Heróis. Já a partir da entrada é possível perceber esta ênfase no espaço como local de repouso dos restos mortais de “heróis”. A frase no alto do pórtico de entrada é “Do espaço para a glória” e possui em destaque o símbolo da Aeronáutica, algo que no primeiro monumento não havia, já que a própria Aeronáutica não havia ainda sido criada. Esse monumento tem linhas mais modernas e esculturas abstratas, condizentes com os aspectos das artes plásticas do período.

O que se percebe é que nenhum desses monumentos logrou agregar de forma permanente a população aos ritos de rememoração dos mortos nesses conflitos. Passado um período inicial de relevância, logo se viam esquecidos e abandonados.



FIGURA 38 - Mausoléu dos Aviadores, o Novo (Acervo Pessoal)

Muito difundido na Europa, o culto cívico dos mortos não obteve o mesmo apelo no Brasil. Segundo Fernando Catroga, a memória liga os indivíduos verticalmente, a grupos e entidades, e horizontalmente "a uma vivência encadeada do tempo (subjetivo e social), submetendo-os a uma 'filiação escatológica' garantida pela reprodução (sexual e histórica) das gerações e por um impulso de sobrevivência, nem que seja na memória dos vivos"<sup>370</sup>. Essa articulação fracassou no Brasil. Tais monumentos e cerimônias não conseguiram exercer a função social para a qual foram concebidos.

Se a ideia de culto cívico nesses espaços fúnebres não cativou a população, qual foi a relação da sociedade diante da existência de um cemitério militar no estrangeiro? É o que será discutido adiante.

#### O cemitério militar brasileiro em Pistoia

O cemitério militar é uma invenção recente. Ele surgiu nos EUA a primeira vez em 1847 no Estado do Kentucky como resultado da Guerra contra o México. Na Europa

<sup>370</sup> CATROGA, F. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009, p.25

ele surgiu inicialmente no exterior, com a construção de um cemitério em Sebastopol para reunir os restos dos mortos franceses da Guerra de 1853-56<sup>371</sup>.

Foi necessário o choque da Primeira Guerra Mundial para universalizar o uso desse tipo de cemitério, embora no início do conflito os soldados ainda fossem enterrados em grandes fossas coletivas, sem qualquer cuidado com a identificação dos corpos ou a destinação dos pertences às suas famílias. De fato, mais de 90% dos mortos desconhecidos da Primeira Guerra Mundial se referem aos que caíram em combate no ano de 1914<sup>372</sup>.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a organização estadunidense em relação aos cemitérios de guerra já estava estruturada. O Brasil, como era subordinado ao V Exército dos EUA, utilizava a princípio esses cemitérios para o enterramento de seus soldados mortos. Na documentação gerada sobre o trabalho do PS na Itália, encontram-se inúmeras referências e críticas à ausência de um cemitério brasileiro para o sepultamento de soldados caídos em combate.

A dependência em relação aos norte-americanos para além dos problemas burocráticos de demora para a comunicação da morte aos familiares, entre outros aspectos já abordados anteriormente, também continha um agravante do ponto de vista simbólico. Defendia-se a ideia de que nossos soldados, já que não repousavam em solo pátrio, poderiam ao menos ser sepultados sob nossa bandeira nacional e não em terra consagrada aos soldados de outra nação, no caso os Estados Unidos da América.

A fim de dar conta dessas questões, o chefe do Serviço de Intendência sugeriu ao comandante da FEB a criação de um cemitério militar brasileiro. Como vimos, a autoridade responsável pela alocação de cemitérios era o Graves Registration, conhecido dos brasileiros como Serviço de Sepultamento. Essa entidade designou técnicos para localizar e demarcar uma área adequada para a construção do cemitério militar brasileiro, a ser localizado na cidade de Pistoia. Naturalmente que o local estava em conformidade com as normas do manual do Grave Registration já citado.

---

<sup>371</sup>O primeiro cemitério militar norte-americano no estrangeiro também criado em 1852 próximo a cidade do México. Ali estão enterrados 750 soldados mortos no conflito. Ele passou a ser administrado pelo Fundo de Proteção aos Cemitérios Americanos em 1873. In: DICKON, Op. Cit. p.30

<sup>372</sup> WORDMAN, D & CAPDEVILLE, L. **War dead:** Wersten Societies and the Casualties of War, p. 29





FIGURA 39 - Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia (Itália, 1945). São claramente visíveis as seis quadras que o compõe, os portões de acesso, o mastro da bandeira e os canteiros. Ao seu lado o cemitério civil de San Roque. In: BRAZILIANO, 1945. Op. Cit. pg.16

O Batalhão de Engenharia da FEB forneceu o material e a mão de obra para construção do cemitério, que comportava quatro quadras para os mortos brasileiros e duas quadras para mortos inimigos. Em 2 de dezembro de 1944, o Cemitério Militar Brasileiro de Pistoia começa efetivamente a funcionar. Toda área foi cercada com arame farpado, instalado um mastro para hasteamento da bandeira nacional e pavimentadas as ruas. De fato, segundo relatório final do seu oficial comandante aqui consultado, um dos maiores problemas na locação do cemitério foi encontrar um terreno livre de lençóis freáticos superficiais e que não empoçasse água da chuva. O trabalho de pavimentação das ruas do cemitério, sempre sujeitas à formação de lama quando chovia, ainda estava em andamento em fevereiro de 1945.

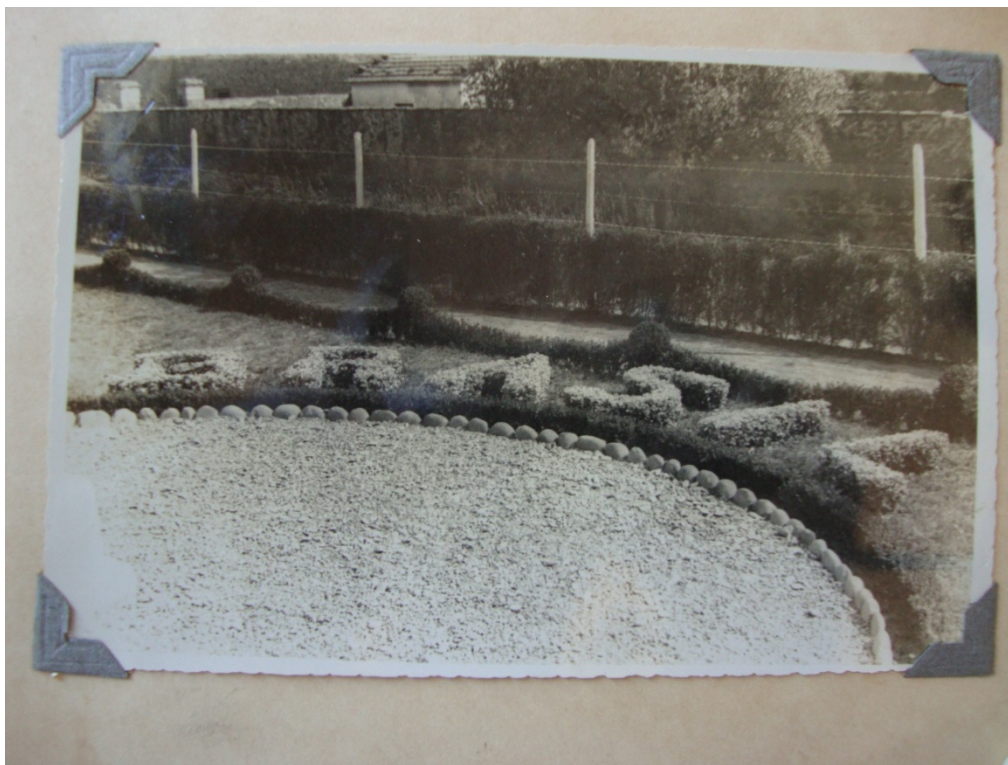


FIGURA 40 - Ajardinamento e arruamento adotado no cemitério ao fim da guerra. Tratam-se de soluções simples, baratas e reveladoras de uma certa estética ao mesmo tempo funcional e simbólica. In: BRAZILIANO, 1945, Op. Cit. pg. 17.

O cemitério contava também com um necrotério, instalado numa modesta barraca de lona. Preocupados com a privacidade do trabalho com os mortos, e em conformidade com o manual do *Grave Registration* o necrotério foi oculto das vistas dos curiosos com um biombo de dois metros de altura, também de lona. A fragilidade da barraca que servia de necrotério foi comprovada diversas vezes, sofrendo os seus usuários com as constantes ventanias que assolavam a região. Como resultado, solicitou-se que a mesma fosse substituída por uma construção de madeira. Também ali se realizavam as cerimônias fúnebres com a presença de um capelão, frente a uma capela improvisada no interior mesmo desse necrotério.



FIGURA 41 - Portão principal do cemitério. Encimando o pórtico de entrada se lê a conhecida expressão em latim *Dulce et decorum est pro patria mori* (É doce e honroso morrer pela pátria) atribuída ao poeta romano Horacio do século anterior à Era Cristã. Seu sentido ao mesmo tempo edulcorado e patriótico foi fortemente contestado por uma série de artistas pacifistas, socialistas, etc. ao longo do século XX como Wilfred Owen, Erza Pound, Bertold Brecht, Erich Maria Remarque, etc. In: BRAZILIANO, 1945, Op. Cit. pg. 18.

O empenho em lograr um tratamento digno aos mortos nessas instalações se manifestava na preocupação em colocar as macas com os corpos, enquanto aguardavam autópsia, sobre cavaletes de madeira. Evitava-se dessa forma que os mesmos ficassem no chão, expostos a lama, poeira, etc. A preocupação com o respeito também se evidenciou nas precauções em relação à privacidade no tratamento e manuseio dos cadáveres. Como sempre, questões práticas também determinavam essas ações: desde o estágio no *Grave Registration* sabia-se que não era do interesse da manutenção do moral das tropas em combate a exposição pública dos cemitérios ou dos corpos a eles destinados.





FIGURA 42 - Mastro no qual era hasteada a bandeira nacional. Nessa foto que também ilustra o relatório do PS/FEB uma vez mais se nota a harmonia do conjunto, formado por jardinagem geométrica e arruamento ensaibrado, com túmulos e canteiros bem cuidados. Nesse ângulo toda instalação parece ser exteriormente circundada por árvores frondosas e terrenos tipicamente rurais. As sucessivas linhas de montanhas da Toscana ao fundo, realçam o pavilhão nacional que drapeja sob uma brisa leve. In: BRAZILIANO, 1945, Op. Cit. pg 16

O Cemitério de Pistoia possuía a Bandeira Nacional e foi consagrado como campo santo pelo Capelão-Chefe, Pe. João Pheneey de Camargo. Os capelães rezavam três missas diárias no Cemitério de Pistoia para a alma dos mortos. Além disso, auxiliavam no recolhimento dos corpos e identificação dos mesmos, como demonstra essa passagem do Pe. Hipólito Pedroza, que atuava junto ao I Btl/6ºRI:

Fiz reconhecimento de cadáveres de nossos inimigos logo após os ataques da 10ª Divisão de Montanha [norte-americana] recolhendo com o Pelotão de Sepultamento mais de 30 corpos de soldados americanos e alemães. Por ocasião do último ataque que culminou na rendição total de uma Divisão inimiga, estive toda noite no PS [Posto de Saúde], onde atendi auxiliando o médico, 23 feridos e 4 mortos. No dia seguinte fui procurar um soldado que se tinha por desaparecido num desastre de mina

e fui encontrá-lo num trigal, morto a 50 metros do lugar onde foi sinistrado. Todos os nossos mortos tiveram assistência religiosa.<sup>373</sup>

Apenas em 1949 os dezessete corpos dos soldados alemães enterrados no Cemitério de Pistoia foram transladados para o Cimitero Militare Germanico della Futa, entre Florença e Bolonha<sup>374</sup>.

O enterro imediato dos soldados era tanto uma urgência do ponto de vista higiênico, como também para interferir o menos possível na moral da tropa. Encontrar cadáveres de companheiros mortos numa ação abalava profundamente os soldados.

Ambos os lados em guerra empregaram em grande escala o trabalho de civis e militares italianos, geralmente sob remuneração. O cemitério também contava com o auxílio de 16 civis italianos para trabalhos que iam da jardinagem até o de coveiro, todos pagos, de acordo com a documentação pesquisada, com recursos do Exército estadunidense.

Eventualmente, o inimigo também enterrava os mortos brasileiros. É significativo o evento em que soldados alemães enterraram os corpos de três soldados brasileiros mortos na localidade de Precária. Além de sepultarem, tiveram o cuidado de gravar em uma cruz de madeira os seguintes dizeres: “Drei Brasilianischen Helden”. Homenageando os inimigos, os soldados alemães indicavam sua sepultura e os chamavam de Três Heróis Brasileiros.

---

<sup>373</sup>CAMARGO, João Pheeney de. Força Expedicionária Brasileira – S.A.R. - Relatório – 1943-1945. Arquivo Histórico de Exército - AHEx. 1ª D.I.E. – Relatórios. p.9-10. Apud MERON, Luciano. **O Altar e o Front: o Serviço Religioso na Força Expedicionária Brasileira**, p.231 Disponível em [http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/O\\_ALTAR\\_E\\_O\\_FRONT\\_-\\_O\\_SERVICO\\_RELIGIOSO\\_NA\\_FORCA\\_EXPEDICIONARIA\\_BRASILEIRA\\_Luciano\\_B-\\_Meron\\_.pdf](http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/O_ALTAR_E_O_FRONT_-_O_SERVICO_RELIGIOSO_NA_FORCA_EXPEDICIONARIA_BRASILEIRA_Luciano_B-_Meron_.pdf)

<sup>374</sup>O Volksbund Deutsche Kriegsgräberfürsorge foi criado em 16 de dezembro de 1919 e tinha como missão cuidar dos túmulos dos alemães caídos em guerra. Como não era prática do governo cuidar das sepulturas alemães dos soldados mortos em diversas partes do mundo, várias associações de familiares dos mortos procuravam exercer este papel, além de cuidar de toda a questão informacional sobre os mortos. Hoje a Volksbund toma conta de mais de 2 milhões de sepulturas alemãs. Disponível em: [http://it.wikipedia.org/wiki/Volksbund\\_Deutsche\\_Kriegsgr%C3%A4berf%C3%BCrsorge](http://it.wikipedia.org/wiki/Volksbund_Deutsche_Kriegsgr%C3%A4berf%C3%BCrsorge)



FIGURA 43 – “Drei brasilianischen Helden”. Placa colocada no local onde três brasileiros foram enterrados e chamados de heróis pelos soldados alemães que os enterraram. (Acervo pessoal)

Colocar a cruz era essencial para determinar o local onde um corpo fora sepultado. Em um documento do Pelotão de Sepultamento sobre o Cemitério de Pistoia, também se encontra a menção a uma oficina para a produção de cruzes que seriam utilizadas no Cemitério.

A forma de padronizar as sepulturas nos cemitérios militares é variada. O que se busca é que todos sejam iguais, independente do posto que ocupassem. O formato pode ser as estelas ou cruzes, de materiais variados como calcário, cimento armado e até alumínio. Esta normatização é feita geralmente após o fim da guerra. A cruz de madeira, presente no Cemitério de Pistoia era chamada de “lenho provisório”. Nela era martelada a *dog tag*, ou seja, a chapa de identificação do morto. Por isso, a existência de duas chapas de identificação, uma que era enterrada com o soldado e outra que era fixada na cruz que demarcava a sepultura.

Antes coletiva, a presença da cruz individual logo se tornou comum nos cemitérios cristãos. No século XVI, as cruzes marcavam uma distinção nas sepulturas. Esta colocação é apresentada por Ariès que defende a posição que a substituição dos enterramentos nas igrejas interessava, muito mais do que uma questão higiênica, uma necessidade da burguesia de se individualizar e enaltecer sua riqueza. Como era impossível levar toda a imagística presente nas igrejas para um local ao ar livre como o cemitério, a cruz sintetiza todos estes elementos religiosos.

O que se pode concluir é que, durante os quinze primeiros anos decorridos após o término da guerra, o Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia exerceu suas variadas funções cemiteriais: identificar e abrigar restos mortais; prestar-se ao papel de local de luto, culto, homenagem e rememoração dos mortos; servir como local de peregrinação cívica e patriótica, etc. Tais funções só viriam a ser definitivamente encerradas com o traslado dos corpos para o Brasil em 1960.

Em visita ao local original do cemitério em 2010, atual Monumento Votivo, tive a oportunidade de conhecer algumas fotos lá em exposição de visitas de brasileiros e estrangeiros que por ali passaram no período 1945-1960<sup>375</sup>. Os registros dessas visitas estão contidos nos livros de visitantes atualmente sob a guarda – mas até aqui não disponibilizado ao pesquisador – do AHEx. Sem conseguir consultar tais fontes não é possível estimar a quantidade de visitas, mas trata-se de um número considerável.

No estabelecimento dessa estimativa é preciso levar em conta que também a população local frequentava extensivamente o local, em particular nas datas consagradas aos mortos e a eventos importantes da guerra, participando de missas em sua intenção e levando flores para os túmulos brasileiros. Visitas ilustres nacionais e estrangeiras também foram registradas, confirmando a vocação do local como ponto internacional de rememoração e homenagem aos militares brasileiros mortos em combate durante a Campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial. Nada menos de dois presidentes da república ali estiveram como visitantes.

As feições do local não parecem ter mudado de forma significativa no período 1945-1960. Possivelmente foi mantido o capricho na conservação dos túmulos, todos marcados por cruzeiros brancos nas quais estavam pregadas as identificações dos mortos, rodeados de caminhos e canteiros<sup>376</sup>. Tudo isso somado a uma paisagem marcada pelo contraste do céu com montanhas adjacentes deve ter criado um cenário inspirador e evocativo. É o que se constata no exame da foto do cemitério que ilustra o livro lançado pelo General Mascarenhas de Moraes em 1947:

---

<sup>375</sup> Agradeço ao amigo Mario Pereira pelo acesso à coleção de livros de assinaturas de visitantes do período 1960-2010.

<sup>376</sup> Na visita que realizei ao local em maio de 2010 também visitei o Cemitério de San Roque, cemitério que já existia no local, com túmulos de membros da comunidade. Nesta ocasião fiquei impressionada com o capricho do mesmo. Flores naturais e exuberantes, sepulturas limpas e bem conservadas, presença de pessoas jovens e mesmo crianças visitando e mantendo o cemitério. Fica evidente a relação daquela sociedade com os seus mortos, sendo possível imaginar, e algumas fotografias de época comprovam, que no pós guerra os cuidados eram dedicados também ao Cemitério Militar Brasileiro.



FIGURA 44 – Cemitério de Pistoia. Uma das imagens mais conhecidas das feições originais do Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia é essa em formato grande (335 mm X 115 mm) encartada na primeira edição do livro MORAES, Op. Cit. Anexos. A diferença mais perceptível em relação as fotos do cemitério que constam do relatório de 1945 é a colocação de uma grande cruz cristã de madeira ao fundo.

São perfeitamente visíveis, nessa imagem, diversos elementos que ajudam a entender a força simbólica e emocional desse pequeno e modesto cemitério encravado em local pouco conhecido na Toscana. Podem-se notar montanhas suaves, céu de nuvens imensas, terra, flores, placas nas cruzes brancas com nomes escritos. Uma vez que inexistente tráfego de qualquer natureza percebe-se que se trata de local agreste. Faz sentido pensar que fosse um lugar sossegado, onde se pudesse ainda sentir o aroma do campo.

As características assumidas pelo Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia viriam a inspirar diversos visitantes. Uma das mais famosas destas foi a da poeta Cecília Meireles. O envolvimento dela com as questões como dor, perda, distância e saudade suscitadas pela Segunda Guerra Mundial se expressam em poesias como “Guerra”, “Balada do soldado Batista”, “Lamento da mãe órfã”, “Lamento da noiva do soldado”, “Pomba em Broadway”, “Declaração de amor em tempo de guerra”<sup>377</sup>. A poetisa parece ter sido particularmente tocada pela visita que fez ao Cemitério em 1955, resultando numa das suas mais famosas criações. É possível que muito mais visitantes tenham passado pela

<sup>377</sup> GOUVÊA, Leila Vilas Boas. **Pensamento e “lirismo puro” na poesia de Cecília Meireles**. São Paulo, Edusp, 2008. Pg. 195. SILVA, Roberta Donega. A construção do feminino no poema “Lamento da noiva do soldado” de Cecília Meireles. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386696228\\_ARQUIVO\\_RobertaDonegaSilva.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386696228_ARQUIVO_RobertaDonegaSilva.pdf)

experiência que ela própria passou ao visitar Pistoia, a qual gerou uma das suas poesias mais conhecidas:

"PISTOIA - Cemitério Militar Brasileiro"  
Cecília Meireles

Eles vieram felizes, como  
para grande jogos atléticos:  
com um largo sorriso no rosto,  
com forte esperança no peito,  
- porque eram jovens e eram belos.

Marte, porém, soprava fogo  
por estes campos e estes ares.  
E agora estão na calma terra,  
sob estas cruzes e estas flores,  
cercados por montanhas suaves.

São como um grupo de meninos  
num dormitório sossegado,  
com lençóis de nuvens imensas,  
e um longo sono sem suspiros,  
de profundíssimo cansaço.

Suas armas foram partidas  
ao mesmo tempo que seu corpo.  
E, se acaso sua alma existe,  
com melancolia recorda  
o entusiasmo de cada morto.

Este cemitério tão puro  
é um dormitório de meninos:  
e as mães de muito longe chamam,  
entre as mil cortinas do tempo,  
cheias de lágrimas, seus filhos.

Chamam por seus nomes, escritos  
nas placas destas cruzes brancas.  
Mas, com seus ouvidos quebrados,  
com seus lábios gastos de morte,  
que hão de responder estas crianças?

E as mães esperam que ainda acordem,  
como foram, fortes e belos,  
depois deste rude exercício,  
desta metralha e deste sangue,  
destes falsos jogos atléticos.



Entretanto, céu, terra, flores,  
 é tudo horizontal silêncio.  
 O que foi chaga, é seiva e aroma,  
 - do que foi sonho, não se sabe -  
 e a dor anda longe, no vento...

#### Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, Itália



FIGURA 45 - Pórtico do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia. Em primeiro plano a chama eterna. (Acervo Pessoal)

Com o repatriamento dos soldados brasileiros enterrados no Cemitério de Pistoia em 1960, o local passa a ser chamado de Monumento Votivo Brasileiro em Pistoia.

Mas o que significa um Monumento Votivo? A definição de monumento como algo construído para “recordar”, lembrar, comemorar teria a função de preservar algo, um evento, pessoas, etc. No caso do monumento votivo, esse lembrar tem uma intenção, o “voto”, do latim *Votum* promessa solene a Deus<sup>378</sup>, no caso o cumprimento de uma promessa de lembrança por aqueles que morreram na Itália e ali foram enterrados.

A origem do conceito vem da tradição da ara votiva. Uma ara votiva é uma pedra erigida em memória de alguém, a qual, geralmente, conta com uma inscrição de agradecimento a certa divindade por uma graça concedida. Na tradição romana, a epigrafia votiva era bastante importante visto que a fórmula escrita compreendia o nome

<sup>378</sup> POEL, F. V. **Dicionário da Religiosidade Popular**, Curitiba: Nossa Cultura, 2013, p.119

do deus do panteão, a maneira como se expressava o ritual de culto, como também, modelos de fórmulas organizativas de pensamento da época em que foram inscritas. Deste modo, representa um espaço ímpar de expressões religiosas. Comumente, insere a aculturação romana com diferentes povos e delineia, no âmbito sociocultural do mundo clássico, o processo de “romanização”<sup>379</sup> visto que o panteão não se caracterizava pela mera aglomeração de deuses, outrossim expressava a concepção de mundo e sociedade, ao mesmo tempo que pretendia regê-los. Deste modo, o monumento votivo representa posições e situações assumidas pelos homens no decurso da história, compreendê-lo, pois, segundo sua função cultural, demanda a compreensão do que era a religião para os romanos e de que maneira se relacionavam com a memória religiosa.

A religião romana era panteísta, essencialmente cosmológica. Via-se a morte com pessimismo, associada ao corpo perecível do humano e a sua inferioridade em relação aos deuses. Normalmente o corpo era queimado, pois se compreendia que o mesmo era dado em oferta aos deuses. A família recolhia as cinzas e as reverenciava como memória do morto. Esta prática de honrar aos mortos é devidamente perpetuada hereditariamente e oficializada pelo pater família, o chefe das honras religiosas. Cria-se que os antepassados retribuíam o culto que recebiam protegendo o lar, as colheitas e promovendo a fertilidade. Existia, também, um culto público aos deuses que regiam a sociedade. Neste caso, a morte era observada como culto aos heróis da comunidade, dos políticos e dos guerreiros.

De fato, as determinações ou servidões religiosas apresentam-se como um dos mais relevantes e interessantes fomentadores da ação dos indivíduos e a forma como estas incitam ou desmotivam determinados comportamentos. No caso dos romanos, o monumento votivo era uma presença material sobre a qual o desencarnado podia satisfazer-se, e, em troca retribuir de alguma maneira.

Para a tradição judaico-cristã, a sepultura dos mortos possui outro sentido. O morto não tem contato nenhum com o mundo material. A vida que lhe interessa está além deste mundo. No Antigo Testamento a ausência de sepultura era considerada uma maldição e uma condição vergonhosa – era a sorte miserável dos ímpios. O respeito pelo cadáver aumenta à medida que cresce a fé na ressurreição. Para o cristianismo, a morte assinala a separação momentânea do corpo da alma, pois em devido momento existirá a ressurreição do corpo sem vida, no dia do julgamento no qual o Deus criador irá julgar todos os humanos criados. Até lá, a alma do morto é um mistério para os que ficam. Há

---

<sup>379</sup>Vide WALLACE-HADRILL, A. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008



três possibilidades para a crença cristã: a alma condenada à ausência de Deus, estado no qual o senso comum chama de inferno, a alma salva, mas que precisa penitenciar para ajustar-se a visão de Deus, e, a alma gloriosa, já salva e gozando da presença de Deus. Crê-se que a alma que repousa no purgatório, bem como as almas gloriosas, possam receber orações dos vivos e interferir na sua salvação. Ademais, a alma mantém a consciência daquilo que conheceu quando encarnada, portanto, a lembrança dos que ficaram estará junto da alma no além. Por isso, a visibilidade de um cemitério e de uma sepultura pessoal é significativa, é um sinal visível da necessidade de oração para os mortos.

Em 1966, no lugar do cemitério de Pistoia, como já foi anteriormente tratado, foi erguido um monumento votivo projetado por Olavo Redig de Campos. A nomeação como monumento votivo parece desejar a descaracterização do espaço como sinal de culto cristão. De certa forma, quer preservar o sentido de que o espaço foi significativo para a história pátria mais do que torná-lo relevante para a memória religiosa.

Enquanto cemitério, seria impossível desvincular o espaço da cruz, das flores, das orações dos familiares pela alma que se foi no conflito. Já como monumento votivo, valoriza o ato heroico, o feito militar de bravura, privilegiando os signos de culto cívico. Com a transferência dos corpos do local, não existia mais a necessidade de vínculo com o religioso e construiu-se uma materialidade que sinaliza, orienta o espaço para a lembrança de que um dia ali existiram outras realidades.

A presença de restos mortais de um combatente morto sepultado no Monumento Votivo Militar de Pistoia em 1967, reestabelece a aura de um local de memória em que a lápide do soldado desconhecido enfatiza que o local é santo e que foi um cemitério. Segundo o atual administrador do Monumento Votivo<sup>380</sup>, quando visitei o mesmo em maio de 2010, ainda existe certa pressão por parte de familiares de ex-combatentes em colocar novamente cruzes no espaço onde agora ficaram as placas com os nomes dos mortos na guerra.

Além da demanda por parte de alguns parentes da recolocação das cruzes, o administrador do Monumento também nos falou em entrevista que diversos herdeiros de ex-combatentes escolhem o monumento como depositário de pertences de seus pais ou avós que lutaram na FEB. Capacetes, partes de uniforme, medalhas, enfim, uma infinidade de objetos ou são pessoalmente entregues ou são deixados junto à chama eterna

---

<sup>380</sup>Mario Pereira é filho do ex-combatente e guardião do Monumento Miguel Pereira. Este foi o responsável pela administração do Cemitério do final da guerra em maio de 1945 até a sua morte em 03/02/2003.

do soldado desconhecido como forma de articular o momento vivido pelo ex-soldado com aquele espaço antes ocupado por seus companheiros mortos em batalha.

Essa relação feita geralmente pela família do ex-combatente possui, além do caráter afetivo, uma postura de distanciamento das instituições que hoje deveriam guardar a memória deste período de nossa história, dentre as quais o Monumento aos Mortos do Aterro do Flamengo.

Como nos últimos anos o número de associações de veteranos<sup>381</sup> que encerraram suas atividades pela ausência de membros e falta de recursos aumentou significativamente, e muito desse acervo foi perdido ou foi repassado para guarnições militares que não possuem estrutura para abrigá-los com técnica museológica, a ideia de que na Itália estas peças seriam mais valorizadas que aqui também parece pertinente.

Em abril de 2013 foi inaugurado o Museu da FEB em Pistoia<sup>382</sup>, nas pequenas instalações onde funcionava a administração do Monumento Votivo Militar de Pistoia. Grande parte do acervo deste museu veio justamente destas doações anônimas e espontâneas de pessoas que pensam que aquele espaço de memória é mais significativo do que outras instituições que teriam esta função aqui no Brasil.

O local é palco de duas cerimônias anuais de rememoração. Esta característica é comentada por Jay Winter que identificou esta tendência de sobreposição no calendário das comemorações dos mortos em guerra. Ao mesmo tempo em que tais lugares utilizam as datas de culto cívico aos mortos (como o 8 de maio comemorado pelos aliados como o Dia da Vitória), também vão ser locais que rememoram o dia de Finados (o 2 de novembro) já que são também espaços que simbolizam os heróis e que na prática também abrigam mortos.

---

<sup>381</sup>Diversas Associações de Veteranos da FEB são auto-extintas quando o número de ex-combatentes é menor do que o estatuto da organização determina. Como a grande maioria de seus participantes já possui mais de 90 anos de idade, esta situação tem se tornado comum. Também se deve lembrar da crise que a ANVFEB (Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira) passou em 2009, com sua quase extinção e fechamento da Casa da FEB no Rio de Janeiro. Ainda que o patrocínio de uma empresa privada tenha evitado este desfecho, as instituições como um todo padecem de problemas de gestão e controle de seus acervos.

<sup>382</sup> Na verdade a sala recebeu o nome de Espaço Miguel Pereira, o antigo administrador do Monumento Votivo. Este museu foi inaugurado em 22 de abril de 2013.

## Os livros de visitas no pós-guerra

Outro ponto de grande interesse que demonstra as relações da sociedade contemporânea com os mortos é a documentação pesquisada que se refere aos livros de visitas do Monumento. Os livros dos anos 60 até 2010 mostram como as pessoas descrevem sua emoção ao visitar o local onde abrigou nossos soldados. Palavras como honra, emoção, alegria, aparecem em muitas mensagens deixadas pelos visitantes.

Se compararmos estes livros com os livros de visitas do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro, a diferença é marcante. No Monumento aos Pracinhas os livros têm as páginas pautadas e as informações que constam ficam restritas por linhas em nome, origem, data, profissão, ou seja, não há espaço nem incentivo para que outra mensagem seja ali deixada.

Já nos livros de visitas do Monumento Militar Votivo de Pistoia, as páginas não são numeradas e nem delimitadas. Os livros dos anos 60 até 2010<sup>383</sup> mostram as pessoas descrevendo sua sensação ao conhecer o local e homenageando com depoimentos, desenhos, grafismos, e outras expressões pessoais a memória do evento que o monumento evoca.

Nos anos 60 e 70, percebe-se que a grande maioria dos visitantes era composta por habitantes da própria cidade de Pistoia e cidades vizinhas como Lucca. Nestes livros, a assinatura do livro de visitas é bem simplificada, constando apenas nome, cidade de origem e data da visita.

Encontrei, porém, alguns depoimentos nos livros a partir dos anos 80 e muitos depoimentos nos anos 90, e a partir dos anos 2000, em que não há economia de texto. São pessoas que enfatizam a comoção de estar homenageando os que morreram pelo Brasil na guerra, ainda que de fato, não estejam mais ali desde 1960.

Como por exemplo, este depoimento do dia 24/03/1984, em que J.C.M.<sup>384</sup> de Santo André, São Paulo, escreveu:

---

<sup>383</sup>Seria pertinente a pesquisa nos livros de Visitas do Cemitério de Pistoia entre 1945 e 1960. Como organização militar extinta, a documentação gerada pelo Cemitério está guardada no Arquivo do Exército, mesmo local onde foram pesquisados os relatórios do pelotão de sepultamento. Entretanto, desde 2009, solicito a inclusão deste acervo no projeto de higienização dos documentos do arquivo e infelizmente até a redação deste trabalho esta documentação não foi disponibilizada aos pesquisadores.

<sup>384</sup>Indicamos apenas as iniciais dos visitantes para manter sua privacidade. A cidade de origem, quando mencionada, e a data em que a visita foi feita também são referidas.

Visitamos o Monumento aos brasileiros que tombaram em nome da liberdade. Homenageamos assim, modestamente, todos aqueles que deram a vida por um mundo melhor.<sup>385</sup>

Em 2003, no dia 21 de novembro, o monumento foi visitado por A.P.N.S que apontou a questão da espacialidade da presença física do país em solo estrangeiro e num evento histórico. Seu depoimento destaca esta questão do espaço patriótico: “Com tanta felicidade por conhecer um pedacinho do Brasil na Itália”.<sup>386</sup>

A santidade atribuída ao local também é evidenciada por inúmeros outros depoimentos. Destaca-se mais um do ano de 2003. Em que a expressão “local santo” é destacada pelo visitante que utiliza a caixa alta. “Estivemos hoje 10:30 (local) neste campo santo. É realmente SANTO. R.M.”<sup>387</sup>

A denominação de local sagrado a este espaço e a referência do cemitério aparece em diversos depoimentos. Pode-se, por exemplo, selecionar este, de um visitante de Porto Alegre em 2004: “É com respeito que venho à esta terra sagrada, rever o cemitério (monumento) brasileiro em Pistoia, que tanto honra nossa FEB. E.H.R.”<sup>388</sup>

Existem muitos outros relatos que ainda enfatizam “o solo onde repousam os brasileiros”, e mesmo que hoje eles não estejam mais lá, esta lembrança de que o lugar foi um cemitério é marcada em diversas dessas declarações.

O sentimento de patriotismo aparece em outras manifestações, em que o visitante expressa que sente orgulho de ser brasileiro ao visitar um local que guarda a memória de nossos heróis. Os adjetivos usados para se referir aos soldados destacam a coragem, o bom combate, a causa humanitária e, através deste comportamento dos mortos, o orgulho nacional é enfatizado. Em 24/10/2007, S.L.F. escreveu: “Nossa, jamais pensei o que este povo “lindo”, esse meu país maravilhoso fosse capaz de fazer! Adoro ser brasileira! Espero de coração que isso não se perca jamais!”<sup>389</sup>. Em 06/04/2009, E. C. também registra este sentimento: “Eu tenho orgulho de ser brasileira e muito obrigada por cuidar deste monumento”<sup>390</sup>.

A rememoração do passado pela existência do monumento também é explicitada em algumas declarações, como essa de 14/07/2008 de A.C.P.: “Estamos aqui em Pistoia neste monumento, que deve sempre ser lembrado a todos nós brasileiros, que muitas vezes

<sup>385</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistoia, 1984, s/p.

<sup>386</sup> Livro de Visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro em Pistoia, 21/11/2003, s/p.

<sup>387</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 10/11/2003, s/p, caixa alta do autor.

<sup>388</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 26/04/2004.

<sup>389</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 24/12/2007.

<sup>390</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 06/04/2009.

nos esquecemos do nosso passado”<sup>391</sup>. O papel do Brasil num momento crucial da história da humanidade aparece também no registro de F.R. C. em 06/10/2008: “Orgulhoso pelo papel do Brasil num momento histórico importante”.

Em diversas menções aparece o desconhecimento do visitante sobre o contexto e o porquê da existência do Monumento. Alguns explicitam sua surpresa ao conhecerem a história do Brasil pelo monumento. Em 11/07/2009, C.C. confessou: “Não esperava, mas fiquei muito impressionado com a história toda por trás deste monumento. Muito obrigada pela explicação da nossa história brasileira”<sup>392</sup>. Diversos apontam a honra de conhecer a história do país pelo monumento.

Este discurso atual num local de memória como o Monumento Votivo, representa este regime de historicidade, desenvolvido pelo historiador francês François Hartog. Ao se referir à questão do contexto atual da relação da sociedade com o passado, afirma que “a memória é presentista, pois ela é convocação do passado ou de certos momentos do passado no presente em função do presente, para responder às questões do presente”<sup>393</sup>.

Interessante notar que, nos últimos anos, o simples fato de assinar um livro de visitas neste monumento se transformou em um meio de expressar o sentimento e emoção aos brasileiros que enxergam ali um local de homenagens a pessoas que lutaram pela liberdade. Estes termos são os que mais aparecem nesta documentação analisada. Nota-se um grande número de pessoas ligadas às Forças Armadas<sup>394</sup> que indicam questões militares de bravura, ou que utilizam seu ponto de vista determinante para reforçar o motivo de estarem ali. Selecionei aqui apenas depoimentos de civis, que não expressaram qualquer relação direta nem como descendentes de ex-combatentes e nem como pertencentes a quaisquer ramos das Forças Armadas. São depoimentos de cidadãos comuns que confessam em diversos momentos só estarem entrando em contato com o contexto da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial naquele momento da visita.

---

<sup>391</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 12/07/2008.

<sup>392</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 11/07/2009.

<sup>393</sup> HARTOG, François. Entrevista **Revista História e Historiografia**, Ouro Preto, número 10, dezembro 2012, p367.

<sup>394</sup> Em todo o mundo percebe-se a tendência de ex-combatentes e suas famílias em visitar e prestar homenagem em cemitérios militares. Na página da American Battle Monuments Commission todos os dias fotos comprovam essa prática. Essa atitude reforça os significados desses lugares de memória. No caso brasileiro também é possível encontrar diversos militares e/ou parentes de militares assinando o livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia. Entretanto, quis ressaltar os comentários de pessoas que não tinham ligação direta com o evento.

Os monumentos fúnebres se dirigem a um público muito amplo. Abreu conclui, após analisar o culto cívico dos mortos na Revolução Constitucionalista de 1932, que “por meio destes ritos, o sem sentido da morte, que caracteriza a experiência contemporânea do morrer, é ultrapassado: o sacrifício individual é recompensado pelo reconhecimento público do morto como agente da história”<sup>395</sup>. Isso aparece nitidamente em mensagens como esta: “Emocionada com a visita aos irmãos brasileiros heróis em defesa da humanidade. Beijos saudosos a todas as mães brasileiras. Orgulho de ser brasileira” E.S.A.<sup>396</sup>

Esta característica, do soldado morto enquanto agente da história, aparece em diversas menções nos livros de visitas ao Monumento. A luta pela liberdade, a favor do povo judeu, etc., são elementos históricos retomados pelos visitantes para se referirem aos combatentes brasileiros e este orgulho deles terem participado de um momento importante na História da Humanidade também é enfatizado como reconhecimento de sua participação no conflito e enaltecimento de sua morte.

O soldado cidadão é, nestas mensagens deixadas em Pistoia, o orgulho nacional. Neste outro depoimento, novamente a ideia do herói é reforçada: “O verdadeiro sentido da palavra herói, encontramos neste lugar cheio de recordações, dos feitos e da força da solidariedade. Estar aqui é uma honra e um dever de todo brasileiro, que tem como meta a paz e o entrelaçamento dos povos. Obrigado Heróis! Obrigado Brasileiros! Viva a Feb” S.A.T. em 31/03/2004<sup>397</sup>.

O monumento provoca a rememoração em alguns visitantes, que tiveram os pais envolvidos no conflito, militares<sup>398</sup> que estudaram o assunto, e pessoas que viveram no período, como o depoimento deixado em 27/08/2004: “Extremamente comovidos, rememoramos nossa infância em São Paulo onde sentimos os reflexos da Segunda Guerra.” R.F. e L.

Este local da memória é referido em algumas mensagens como lugar onde se encontra o orgulho nacional. Como aparece no depoimento de A.A. de Jardim, do Mato

---

<sup>395</sup> ABREU, Marcelo Santos de. Os Mártires da causa Paulista. A criação do culto aos mortos da Revolução Constitucionalista de 1932. **Revista Patrimônio e Memória**, v.7, n.1, p. 193-211, jun. 2011.

<sup>396</sup> Livro de visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 21/05/2005.

<sup>397</sup> Livro de Visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 31/03/2004, s/p.

<sup>398</sup> Optou-se por não incluir os diversos registros de militares que assinam seus nomes e patentes nos livros de visitas, justamente para destacar a relação do monumento com o público mais geral e não institucionalizado. Entretanto, cabe informar que para cada sete comentários de visitantes da sociedade civil, há um comentário de um militar, ou seja, a visitação do espaço pelos mesmos é grande.

Grosso do Sul, que diz: “Esperei 40 anos, para estar aqui, onde se pode encontrar a bravura e o exemplo do soldado brasileiro”, 04/10/2004<sup>399</sup>.

Encontram-se também, impressões de estrangeiros que visitam o Monumento. A grande maioria de italianos que utilizam os mesmos termos como “lugar que representa a morte e o sacrifício” J.M.<sup>400</sup>

Outro destaque pode ser dado ao fato de que o Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia é mais conhecido como Cemitério de Pistoia. A utilização do termo cemitério é reflexo desse status anterior deste local de memória. Em alguns depoimentos que citamos acima, o visitante até sabe que o nome do local é Monumento, mas se refere ao mesmo como “cemitério”. Curiosamente, embora se trate de mero Monumento Votivo, o local segue exercendo funções tipicamente cemiteriais.

Paradoxalmente, o local para onde foram trasladados os corpos dos brasileiros mortos na guerra, O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, localizado no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro, não se revelou capaz de cumprir as mesmas funções cemiteriais. É significativo que o local não seja conhecido como um cemitério, mas sim denominado como Monumento aos Pracinhas.

O termo ou a associação à ideia de morte, enquanto permanece em um lugar que não mais corresponde a esta função, no caso de Pistoia, é negado ou ignorado no verdadeiro local onde se encontram os restos mortais, no caso do Rio de Janeiro. Mas como foi a recepção aos mortos no seu retorno ao Brasil em 1960? Como foi a construção e a relação desse local de memória na paisagem local da cidade do Rio de Janeiro? É o ponto de partida para a discussão que se segue.

#### O “Monumento aos Pracinhas”

Funeral de italianos mortos no Iraque reúne 250 mil  
Cerca de 250 mil pessoas acompanharam os funerais de 19 soldados italianos mortos no Iraque em um ataque com um caminhão-bomba na semana passada. O funeral ocorreu em Roma e foi acompanhado pelo presidente, Carlo Ciampi, e pelo primeiro-ministro, Silvio Berlusconi. A cerimônia ocorreu na igreja de São Paulo, a segunda maior basílica da capital italiana. Dezenas de milhares de pessoas acompanharam o cortejo pelas ruas e centenas de milhares acompanharam o funeral por meio de telões espalhados em volta da igreja. Lojas, escritórios e escolas em todo o país fizeram um minuto de silêncio em homenagem às vítimas. Além dos familiares dos soldados mortos, a cerimônia também foi acompanhada por 25 sobreviventes, que ficaram

<sup>399</sup>Livro de Visitas do Monumento Votivo Militar Brasileiro de Pistoia, 04/10/2004.

<sup>400</sup>Livro de Visitas do Monumento Votivo Militar de Pistoia, 16/10/2004.

feridos no ataque. O cardeal Camillo Ruini, que presidiu a cerimônia em Roma, afirmou que a Itália não deve fugir do que ele chamou de "terroristas assassinos". "Temos que enfrentá-los com coragem. Mas não devemos odiá-los. Pelo contrário, devemos tentar fazer com que eles entendam que o compromisso da Itália, incluindo seu envolvimento militar, é orientado para proteção", afirmou. O governo determinou que essa terça-feira fosse um dia nacional de luto no país. Além do um minuto de silêncio nas escolas e lojas, sindicalistas paralisaram o trabalho por dez minutos e canais de televisão não vão exibir propagandas durante o dia. Antes, os caixões das 19 vítimas foram colocados no centro de Roma, no monumento Vitorio Emanuele, dedicado ao Soldado Desconhecido. Cada caixão foi coberto com a bandeira italiana. Centenas de milhares de pessoas de todo o país passaram em frente aos caixões<sup>401</sup>.

O retorno para o país de origem de soldados mortos em conflitos externos demonstra aspectos significativos das atitudes diante da morte na sociedade contemporânea. O exemplo acima, ocorrido em 2003 com os soldados italianos na Guerra do Iraque, é revelador da maneira como o corpo do combatente pode exercer uma determinada função política. As cerimônias de repatriamento dos mortos representam um novo estilo de luto, em que é realizada a tentativa de aproximação entre o evento que resultou na morte do indivíduo com a comunidade que vai receber o seu corpo. Toda essa cerimônia obedece rituais que explicitam a presença física do corpo e os procedimentos que articulam elementos de um culto cívico aos mortos com aspectos religiosos reconhecidos pela sociedade.

Repatriar mortos em combate sempre teve um sentido de reflexão sobre os motivos da morte e ênfase no sacrifício realizado. Como são mais comuns no século XX, são marcados como eventos midiáticos<sup>402</sup>, em que a esfera pública participa do luto e a intenção política da celebração é explorada de diferentes formas.

As especulações sobre os motivos da transladação dos combatentes brasileiros do Cemitério de Pistoia para o Brasil são variadas. O fato é que os próprios documentos do

<sup>401</sup> Funeral de italianos mortos no Iraque reúne 250 mil, BBC Brasil, 18 de novembro de 2003, Disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031118\\_funeralfn.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2003/11/031118_funeralfn.shtml)

<sup>402</sup> São inúmeros exemplos, mas pode ser citado o filme/documentário mudo "**Os funerais de João Gualberto**", de Annibal Requião em 1912. Tal registro demonstra a importância de um cortejo fúnebre e da questão da volta do corpo para "casa", mesmo repleto de conflitos, já que o corpo tinha sido enterrado em campo de batalha há tempos, questionava-se a identidade do cadáver e o fato do morto ser um oficial, no caso coronel. Mesmo com todas essas inconsistências ele é um exemplo dessa exposição midiática do traslado de alguém que morreu em um combate <http://cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=001202&format=detailed.pft>.



PS já mencionavam tal procedimento e, para esse fim, justificavam a duplicação das informações sobre cada morto para o “posterior traslado para o Brasil”<sup>403</sup>.

Também confirma a possibilidade de repatriamento o próprio Manual do Graves Registration já analisado anteriormente. Neste documento, todos os cemitérios são tidos como provisórios até o final da guerra, e os procedimentos com os sepultamentos devem estar coerentes com a possibilidade de retorno dos cadáveres ao país de origem.

Algumas versões afirmam que trazer os corpos dos soldados mortos para o Brasil foi resultado de uma promessa feita pelo comandante geral da FEB Marechal Mascarenhas de Moraes, que afirmava em suas memórias:

Minha obra de comandante da FEB ficaria incompleta se não trasladasse para o Brasil os despojos do que tombaram na campanha da Itália. Eu os levei para o sacrifício, cabia-me trazê-los de volta para receberem as honras e glórias de todos os brasileiros<sup>404</sup>.

Em sua admirável pesquisa sobre a reintegração social dos ex-combatentes da FEB, Francisco Ferraz<sup>405</sup> aponta as discussões sobre o local que deveria abrigar os restos mortais dos soldados brasileiros. Entre as possibilidades levantadas estava a ampliação do Pantheon ao Duque de Caxias, o encaminhamento dos corpos para sepulturas familiares ou mausoléus em suas cidades de origem e finalmente, a construção de um mausoléu específico que representasse a comunhão das Forças Armadas e se tornasse um local de memória dos sacrifícios daqueles soldados pela Pátria.

A partir da documentação da Comissão de Repatriamento pesquisada por Ferraz, percebe-se que muitas famílias sondadas pela possibilidade concordariam com a alternativa de sepultamento em túmulo familiar, mas tal opção foi simplesmente ignorada pela comissão<sup>406</sup>. Verifica-se aqui um típico caso de confronto entre os interesses da instituição militar e as práticas de luto vigentes na cultura popular.

---

<sup>403</sup>Relatório final do Pelotão de Sepultamento, p.9,1945. Cada relatório individual de soldado morto preenchido pelo PS era duplicado. Tivemos acesso aos dois modelos, um preenchido a lápis e outro datilografado.

<sup>404</sup>MORAES, J. B. M. *Memórias*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1969, p.585.

<sup>405</sup>FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000)*. São Paulo, 2002. Tese Doutorado História Social, USP.p.336.

<sup>406</sup>A correspondência expedida e recebida pela Comissão está no AMNMSGM, Arq. A, Caixas 1-J e 2-J. Pedidos de familiares e de autoridades municipais e estaduais para a transladação dos mortos em suas localidades, para mausoléus e homenagens locais, estão no AMNMSGM, Arq. B; gaveta 6, pasta 3. Apud FERRAZ, Francisco, 2001, p.337.

A pesquisa de Francisco Ferraz mostrou que o processo de desmobilização da FEB no Rio de Janeiro e o abandono e até proibição em determinados momentos de invocar sua memória, configurou-se como algo perverso para os ex-combatentes. Sua experiência não foi devidamente aproveitada e seus esforços não foram recompensados adequadamente nos anos posteriores ao final da Guerra.

Este cenário permite colocar a hipótese de que, se para os vivos a desmobilização foi trágica, em relação aos mortos evitou-se o mesmo processo. A Comissão de Repatriamento, comandada justamente pelo general Mascarenhas que acompanhou todas as injustiças e descasos com os soldados que retornaram vivos para o Brasil, preferiu pela não “desmobilização dos mortos”. Procura-se, dessa forma, homenagear os mortos e construir um local de memória deste evento no Brasil. Essa Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia foi criada em 1952.

Koselleck, em seu artigo sobre os monumentos modernos aos mortos, estabelece a ligação morte-identidade-memória<sup>407</sup>. Desta forma, a característica mais marcante destes monumentos seria a funcionalização dos mesmos a favor dos vivos. No caso, a instituição militar arregimenta os corpos dos militares mortos para suas próprias práticas simbólicas.

Nessa perspectiva, compreendemos a possibilidade que se discutiu de agrupar os restos mortais dos combatentes da FEB no Pantheon a Caxias, erigido em 1949. A construção do mito em torno de Caxias foi pesquisada por Celso Castro na obra “A invenção do Exército Brasileiro”<sup>408</sup>. Iniciada nos anos 20, seguindo com o Estado Novo, o culto à Caxias é sintetizado no mito do “pacificador”. Trata-se de um nome que dá coerência e unidade aos valores do Exército Brasileiro.

Nesse sentido, batizar o prédio do Ministério da Guerra de Palácio Duque de Caxias e construir um Mausoléu para o mesmo na frente do edifício representaram, em 1949, o culto ao duque oficializado<sup>409</sup>. Outra etapa do processo de construção histórica desse mito se deu em 1955 com a criação da Medalha do Pacificador, homenagem ao Duque de Caxias, a ser outorgada pelo Exército a personalidades civis e militares.<sup>410</sup>

Mas o fato de que a figura de Caxias ser articulada pela história oficial do Exército como um modelo a ser seguido pelos demais soldados e até santo, conforme já discutimos

<sup>407</sup>KOSELLECK, Reinhardt. **Les monuments aux morts, lieux de fondation de l'identité des survivants, dans L'expérience de l'histoire**, Seuil-Gallimard, 1997, p.324.

<sup>408</sup> CASTRO, 2002 Op. Cit. pp. 13-27.

<sup>409</sup> CASTRO, 2002 Op. Cit. p.32

<sup>410</sup> Disponível em [http://www.sgex.eb.mil.br/media/historico\\_MP.pdf](http://www.sgex.eb.mil.br/media/historico_MP.pdf) Acessado em 16/08/2012

em relação à Oração a Caxias presente no Manual de Orações do Soldado Brasileiro, não impediu que o contrário acontecesse. O termo “caxiagem” comum na FEB se referia a uma crítica à exigência de disciplina extrema para a tropa. E durante esse período, o repúdio ao patrono era tamanho que os soldados se designavam como pertencentes ao Exército da FEB e não ao Exército de Caxias<sup>411</sup>. A conotação negativa do termo “caxiagem” subsiste até hoje.

É um paradoxo que se tenha cogitado da possibilidade de agrupar no Mausoléu de Caxias os restos mortais dos soldados da FEB. Afinal de contas, tratavam-se justamente daqueles que negavam esse envolvimento com os valores e comportamentos associados à prática da “caxiagem”. Mais do que um paradoxo, pode-se encarar a proposta como um desrespeito para com a memória dos mortos da FEB. Afinal, quando vivos seus membros se definiam em oposição ao exército de Caxias.

Mesmo já encerrada a guerra essa distinção continuou a existir. Em 21 de junho de 1945 dois soldados se insurgiram contra determinações de um oficial, insultando-o. Ao lhes ser ordenado que se dirigissem à prisão um deles respondeu:

Não vou, não há quem me leve, eu vou lhe quebrar todo, vou ajustar contas com você, seu caxias filho da puta. Esta oportunidade que tenho para me vingar desse caxias filho da puta, que só quer saber de dar instrução e traquejar. Eu mato. Há muito que eu desejo tirar uma desforra dessa caxiagem.<sup>412</sup>

Na pesquisa, encontrei esse recorte no acervo do Museu do Expedicionário de Curitiba. Nele, essa proposta de sepultar os mortos da FEB junto com o Duque de Caxias em seu Pantheon aparece como algo certo.

Na data da notícia do dia 28 de julho de 1949, publicada pelo Jornal Gazeta do Povo, o comentário é que o Pantheon seria inaugurado no dia 25 de agosto (aniversário de Caxias e Dia do Soldado) e as urnas que iriam receber os mortos da FEB na Itália também já estariam preparadas.

---

<sup>411</sup> CASTRO, 2002 Op. Cit. p. 34.

<sup>412</sup> MAXIMIANO, 2010, Op. Cit. pg. 375.

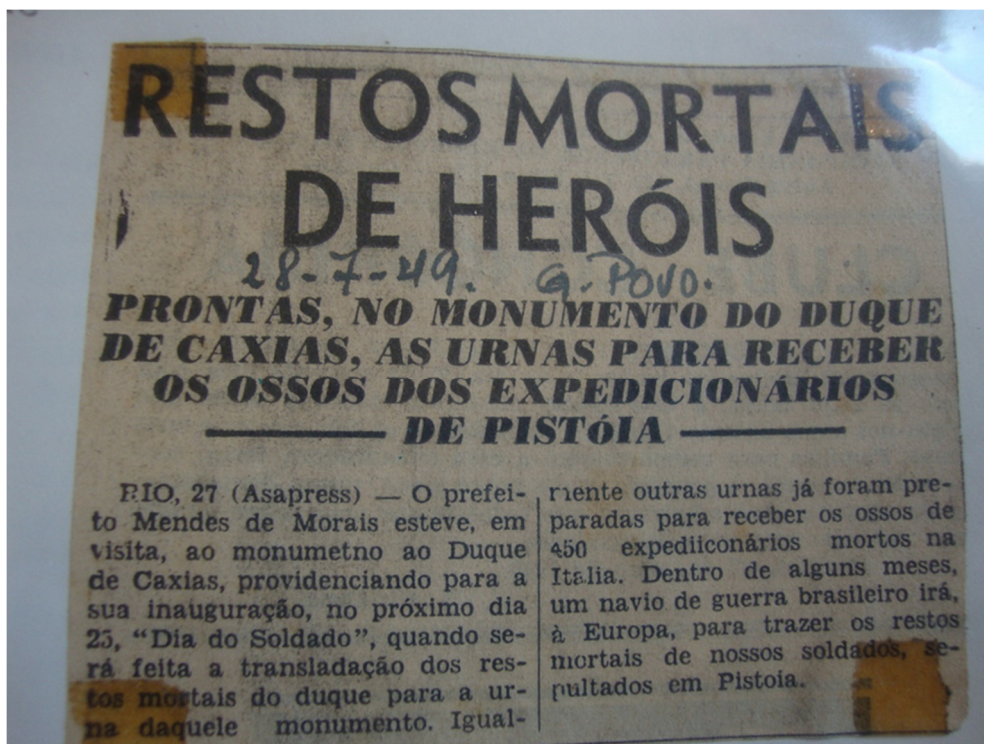


FIGURA 46 - Notícia do Jornal Gazeta do Povo. As urnas que receberiam os restos mortais dos brasileiros mortos na Itália já estariam prontas no Pantheon de Caxias. MEXP

O projeto não seguiu adiante. Segundo aponta Francisco Alves Ferraz<sup>413</sup> a comissão de repatriamento destacou que o Mausoléu deveria abrigar restos mortais de combatentes brasileiros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Não seria justo, por esse motivo, modificar um monumento feito em homenagem ao Patrono do Exército. A decisão pela construção de um monumento específico para o recebimento dos restos mortais dos soldados brasileiros mortos foi determinada em 1952, com a publicação do Edital de Concurso do Projeto para a construção de um “Monumento Nacional destinado a servir de Mausoléu aos mortos da Segunda Grande Guerra”<sup>414</sup>.

As discussões acerca da escolha do monumento são trabalhadas no artigo de Ricardo de Souza Rocha.<sup>415</sup> Na análise que o autor faz desse espaço, insere o mesmo num grupo de outros monumentos que inclui os monumentos aos mortos ou caídos em conflitos, que se subdivide em fúnebre e patriótico. Também o monumento se articula

<sup>413</sup> FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012, p.304.

<sup>414</sup> Documento da Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia, **Resumo das Atividades do Brasil na Guerra Mundial para uso dos concorrentes a construção do Monumento**. In: Diário Oficial n. 286, de 16 de novembro de 1955, página 22979.

<sup>415</sup> ROCHA, Ricardo de Souza. **A arquitetura moderna diante da esfinge ou a nova monumentalidade** – uma análise do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro. In: An. mus. paul. vol.15 no.2 São Paulo July/Dec. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142007000200016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142007000200016&script=sci_arttext)

com os chamados “monumentos ao expedicionário<sup>416</sup>”. Nesta categoria o principal monumento é o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.

A partir desta tradição de monumentos fúnebres, identificam-se os elementos comuns entre os mesmos, como a forma que o túmulo do soldado desconhecido é apresentado: abaixo de um pórtico e com a chama eterna, similar ao monumento que deu origem a tal concepção, o Arco do Triunfo em Paris.

Como demonstra Souza, a concepção original dos arquitetos era que o monumento ficasse integrado ao cotidiano da cidade e fosse um espaço de lazer, integrado ao conjunto composto pelo Aterro do Flamengo<sup>417</sup>.



FIGURA 47 - Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro (RJ). Destaque para o pórtico monumental e o Túmulo do Soldado Desconhecido abaixo do mesmo (Arquivo pessoal).

A ênfase em elementos modernistas e a não inclusão de esculturas religiosas, por exemplo, são características comuns do modelo “contemporâneo” do monumento aos

<sup>416</sup> Sobre esse assunto ver o artigo de ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos In: **Revista Militares & Política**, Rio de Janeiro, Número 3 – julho a dezembro de 2008, pp.07-16.

<sup>417</sup> Segundo a documentação pesquisada por Ferraz, “trinta e seis propostas foram apresentadas por equipes de arquitetos, artistas e escultores de todo o país, das quais 5 foram selecionadas finalistas. A proposta vencedora foi a de autoria dos arquitetos Marcos Konder Netto e Helio Ribas, e dos artistas plásticos Alfredo Ceschiatti, Anísio de Medeiros e Júlio Cateef Filho”. Apud FERRAZ, F. p. 338.

mortos, que pode ser caracterizado por uma igualização progressiva que possui a ênfase em transmitir uma mensagem política funcional<sup>418</sup>.

O impacto desta concepção no Brasil dos anos 60 foi enorme. Era recente ainda a experiência da guerra, por isso a construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial alcançou enorme repercussão.

A mensagem, no caso específico brasileiro, era a unidade das Forças Armadas na luta pela liberdade. O projeto original tinha a escultura figurativa de uma mãe brasileira. Esta representação foi substituída pela estátua que congrega os soldados das três forças, exército, marinha e aeronáutica. A partir dessa escolha, reforçou-se a questão da pátria e da instituição militar sobre a individualização e a ideia de dramaticidade da morte para as mães dos soldados.

No trabalho clássico feito por Ana Maria Mauad e Daniela Ferreira Nunes, esta substituição já era analisada, de forma que

Tal espírito significou o sacrifício da vida pela Pátria, pela unidade, pela soberania nacional – não pessoal. Além do caráter material – morte consumada – este sacrifício possui também outro, simbólico: a história privada, de pessoas, sucumbe à História Nacional.<sup>419</sup>

Com o monumento finalizado, a etapa seguinte foi a transladação dos restos mortais da Itália para o Rio de Janeiro.

A questão do repatriamento dos corpos foi em diferentes medidas adotada por todos os países beligerantes. No caso alemão se tratou de uma imposição das circunstâncias. Como derrotada, a Alemanha não tinha a menor chance de retornar aos locais de sepultamento dos seus soldados na França e na Bélgica na tentativa de identificá-los e proceder a remoção, de forma que praticamente todos seus militares mortos permaneceram enterrados onde estavam. Já os EUA, desde o início, comprometeram-se com o retorno dos mortos à pátria. Os britânicos igualmente concordaram com o retorno de seus mortos à terra natal, mas na prática restringiam o traslado aos mortos cujas identidades e locais de sepultamento estivessem claramente estabelecidos. O resultado é

---

<sup>418</sup>VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp.83-84.

<sup>419</sup>MAUAD, Ana; NUNES, Daniela. **Discurso sobre a morte consumada**: Monumento aos Pracinhas. In: KNAUSS, Paulo (Org.). *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 91.

que menos da metade dos mortos de fato se encaixava nessa categoria, restringindo a almejada repatriação em massa.

Diversos aspectos marcam o repatriamento dos soldados brasileiros da Segunda Guerra Mundial. Os jornais do período realizaram a cobertura completa desse acontecimento. Em julho de 1960 aparece uma nota no Jornal do Brasil comentando que o Monumento estava finalizado e que faltava a liberação da verba para a Comissão de Repatriamento viajar para a Itália, exumar e trasladar os restos mortais<sup>420</sup>.

No dia 11 de agosto de 1960 é registrada na imprensa a partida da comissão de repatriamento que traria os despojos dos soldados mortos na Segunda Guerra Mundial<sup>421</sup>. Depois disso, apenas no dia 1 de dezembro é noticiado que a FAB (Força Aérea Brasileira) traria as urnas funerárias com os restos mortais dos soldados.<sup>422</sup>

Outro aspecto que merece ser destacado nesse processo, foi a queda de um dos aviões que trazia as urnas funerárias em Portugal em 12 de dezembro de 1960. Embora os documentos oficiais ressaltem que as urnas e os seus conteúdos foram preservados nesse acidente, a afirmação parece duvidosa. Os críticos da atitude de trasladar os corpos reputam a esse acidente a vontade dos mortos em permanecer na Itália e não retornar ao Brasil.

A foto de uma mulher de joelhos diante das urnas merece destaque na edição de 17 de dezembro de 1960. Na mesma página há a informação de que as urnas ficariam na Base Aérea do Galeão para visitação das famílias e posteriormente seriam levadas para o Palácio Laranjeiras, onde seriam expostas para as homenagens da população em geral<sup>423</sup>.

A questão institucional de estabelecer relação e unidade entre os eventos relacionados à história militar pode ser destacada novamente com a chegada dos restos mortais dos pracinhas. Uma das urnas contendo o soldado desconhecido foi levada até o Pantheon de Caxias para “prestar homenagem”<sup>424</sup>. Esse simbolismo pretendeu construir artificialmente uma continuidade de um evento, a biografia de Caxias, com o outro, a luta da FEB na Itália.

Na mesma página do jornal desse dia, totalmente dedicada aos detalhes do evento, existem descrições da exposição das urnas aos familiares no Palácio das Laranjeiras. Na edição do dia seguinte, detalhes e fotos do cortejo fúnebre das urnas pelas ruas do Rio de

<sup>420</sup> **Monumento a Mortos da II Guerra**, Jornal do Brasil, 27/07/1960. p.7

<sup>421</sup> **Comissão foi buscar os despojos**, Jornal do Brasil, 11/08/1960, p. 4.

<sup>422</sup> **FAB trará os mortos de Pistoia**, Jornal do Brasil, 1/12/1960, p.7

<sup>423</sup> **Cinzas dos Pracinhas serão expostas**, Jornal do Brasil, 17/12/1960, p.5

<sup>424</sup> **Exército presta homenagem ao soldado desconhecido**, Jornal do Brasil, 22/12/1960, p.6



Janeiro e do recebimento dos restos mortais pelo presidente da República e demais autoridades no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial<sup>425</sup>.

Este local seria o espaço de lembrança, rememoração e culto aos mortos. Mas, como essas questões se articulam no contexto brasileiro?

A ideia de que o tempo presente em que vivemos parece estar acelerado, faz com que a memória seja valorizada, segundo o historiador Pierre Nora. No seu texto clássico sobre os lugares da memória, Nora faz a distinção entre o ato de lembrar e o ato de historicizar. Enquanto o lembrar estaria ligado ao próprio ato que o cria, não o vinculando à experiência vivida, esta seria a ênfase dada pelo ato de narrar o acontecimento histórico.

Cemitérios, mausoléus e monumentos fúnebres aparecem desta forma, como lugares de memória. Como local onde a “memória” será colocada, estes espaços em que a morte é rememorada são inventariados pela história.

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial pode ser considerado um marco fundador dessa tentativa de criação do culto cívico dos mortos no Brasil. Ainda que não se trate de iniciativa inédita, já que outros mausoléus foram criados anteriormente<sup>426</sup>. Sua concepção possuía o caráter de concentrar num local de memória coletiva os mortos naquele conflito. Esperava-se que a homenagem aos brasileiros comuns que lutaram por uma boa causa seria capaz de fortalecer a identidade nacional. Sua arquitetura buscava tais elementos, conforme descreve o projeto original:

A localização deste túmulo, no alto da escadaria, também visava permitir a visibilidade de todos às cerimônias e homenagens que se realizariam naquele monumento. Intencionava-se, assim, diminuir ao máximo a intimidação tradicional que as construções monumentais costumam causar nas pessoas, trazendo-as para mais próximo dos significados e homenagens das lutas dos brasileiros na guerra<sup>427</sup>.

Nora identifica, nas relações com os lugares de memória, a articulação entre o respeito ao passado – real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado

<sup>425</sup> 466 heróis, *Jornal do Brasil*, 23/12/1960, p.4

<sup>426</sup> A questão dos mausoléus cívicos e pantheons no Brasil já foi trabalhada anteriormente.

<sup>427</sup> Memorial Descritivo – Projeto Nº 17, - Equipe: Marcos Konder Netto e Helio Ribas. Rio de Janeiro, AMNMSGM, Arq. B, gaveta 7, Pasta 10; Marcos Konder Netto. Entrevista. Rio de Janeiro, 30 jan. 2002. Os projetos de Francisco Bolonha e Heitor Maia Neto também visavam a ereção de um monumento que não fosse somente observado e admirado, mas vivenciado. Cf. Memorial Descritivo – Projeto Nº 5, - Equipe: Francisco Bolonha; Memorial Descritivo – Projeto Nº 29, -Equipe: Heitor Maia Neto, AMNMSGM, Arq. B, gaveta 7, Pasta 10. Cf. também MAUAD, Ana Maria; NUNES, Daniela Ferreira. **Discurso sobre a morte consumada**: Monumento aos Pracinhas, In: KNAUSS, Paulo (org.). Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Sette Letras, 1999, p. 73-92. Apud FERRA, F. p.342.



grupo; também observa a articulação entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade, ou seja, entre a memória e a identidade.

Percebe-se, no caso dos cemitérios militares, mausolés militares e monumentos, que toda esta memória é construída em prol de uma mensagem política que se quer ligar à sua função de depositário de restos mortais de determinados homens que fizeram parte desta instituição.

Este projeto não exerceu, entretanto, esta empatia com a população local e nem com os possíveis turistas. No período posterior à inauguração, diversas autoridades compareciam às cerimônias de homenagens e comemorações à memória dos ex-combatentes. Nos últimos 20 anos tais eventos, com toda evidência, são de caráter puramente interno.

Um aspecto marcante no monumento é a presença das Forças Armadas no local. Toda semana há a cerimônia da troca da guarda e a presença constante de militares pode ser um fator que inibe a circulação do “povo” naquele ambiente.

Outro destaque é a própria relação dos habitantes da cidade com o monumento. O nome oficial do espaço é Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, mas o mesmo é conhecido como Monumento aos Pracinhas, existindo mesmo uma placa que confirma tal denominação.

O que se pode constatar é que a morte é interdita tanto no se referir ao Monumento como pelos próprios moradores da cidade. A maior parte da população não faz ideia de que ali no subsolo daquela construção modernista existe uma cripta com restos mortais de soldados mortos durante a Segunda Guerra Mundial<sup>428</sup>.

O historiador alemão Rüsen distingue algumas formas de relacionamento com o passado na vida social. Distinta da consciência histórica, a memória histórica, relacionamento imediato entre passado e presente, é uma força da mente humana dada às utilizações práticas. Em seus três níveis – comunicativa, coletiva ou cultural –, a memória histórica ocupa-se basicamente das formas de permanência do passado no presente. O nível da memória cultural, que orientou teoricamente a exposição neste capítulo,

---

<sup>428</sup>Mais de uma vez, durante congressos e comunicações orais em seminários acadêmicos em diversas partes do país (entre 2010 e 2014), ao mencionar tal aspecto da minha pesquisa, fui surpreendida pela confissão de várias pessoas que não sabiam da existência do Mausoléu naquele espaço. Pessoas que passavam pelo monumento, mas não compreendiam seu real significado. Se considerarmos que tais comentários foram feitos por pessoas ligadas ao meio acadêmico, pode-se imaginar o que a grande parte da população sabe do lugar.

representa o mais alto grau de estabilidade da identidade histórica, pura institucionalização da permanência e da unicidade do sistema político vigente.

A identificação do monumento enquanto espaço de culto cívico aos mortos é substituída pela ideia de que a história dos expedicionários se articula apenas com as Forças Armadas. A instituição militar tomou para si a memória da FEB. Essa iniciativa parece encontrar correspondência na relação que a população em geral tem com o Monumento<sup>429</sup>.

Para encerrar essa parte cabe retomar a crítica interna às fontes aqui tratadas em relação a dois casos notórios: o do Sargento Max Wolff Filho e do Soldado Desconhecido. Em ambos os casos as fontes disponíveis sobre o estatuto e destino dos corpos estão em flagrante conflito com outros documentos, não se descartando a possibilidade de se tratarem de fraudes deliberadas.

O caso de Max Wolff Filho: onde está o corpo do maior Herói da FEB?

Wolff é considerado um dos maiores – senão o maior – herói da FEB. Recentemente verificou-se a passagem do seu centenário de nascimento, dando ensejo a várias cerimônias, eventos, publicações e homenagens. Dentre estes cabe citar a obra “Memória, Museu e História: centenário de Max Wolff Filho” e “O Museu do Expedicionário” publicada em 2012, livro do qual tive oportunidade de participar. O livro reúne contribuições de diversos pesquisadores que se debruçaram sobre a biografia do Herói. Consultando tal livro é fácil perceber a importância de Wolff e sua condição de ícone, personificada em medalhas, bustos e monumentos, para o Exército Brasileiro. O general de exército reformado Marcio Tadeu Bettega Bergo, então chefe do recém-criado Centro de Estudos de Pesquisas e História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEx) em apresentação à obra assim se refere à esse personagem histórico:

São fartamente conhecidas suas atuações em combate e muito relatados os seus feitos. Das todas as anotações, referências e registros se podem depreender suas qualidades e virtudes, que podem ser elencadas como coragem, vontade, determinação, bravura, desprendimento, noção do dever, espírito de sacrifício, disciplina, iniciativa e sangue frio. Max Wolff Filho é um herói

---

<sup>429</sup> Além de ser conhecido como Monumento aos Pracinhas, entre os cariocas o monumento também é chamado de “Muleta do Gigante”. Percebe-se que a partir dessas duas denominações populares o local fracassou enquanto cemitério.

e um digno exemplo dos valores militares cultuados por nossa Força.<sup>430</sup>

Aquele que talvez seja o mais importante museu dedicado à memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o Museu do Expedicionário em Curitiba (PR) oficialmente se chama Museu Tenente Max Wolff Filho. A Escola de Sargentos das Armas, estabelecimento do Exército encarregado de formar esse tipo de profissional também tem o nome de Wolff. Finalmente, e apenas para ficar nos exemplos mais importantes, Wolff também dá nome a uma importante unidade do Exército, o 20º. Batalhão de Infantaria Blindado (20 BIB), Batalhão Sargento Max Wolff Filho.

Oficialmente o corpo de Wolff, morto em combate em 12 de abril de 1945, está sepultado no mausoléu dos mortos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, no aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Pode-se facilmente reconhecer a tumba com seu nome inscrito, inserida numa das fileiras de túmulos da cripta do monumento em questão. Como todos demais ali, seus restos mortais foram oficialmente trazidos da Itália em 1960, transladados para o Brasil a fim de serem definitivamente sepultados no Mausoléu construído especificamente para essa função. A exposição dedicada à memória de Wolff no interior do Museu do Expedicionário em Curitiba (PR), contudo, conta uma história diferente. Várias correspondências estão aí fixadas, dando conta da indefinição quanto ao destino do corpo.

Um primeiro conjunto de documentos expostos são os telegramas que Oscar Amaral, a quem Wolff havia confiado a guarda de sua filha antes de partir para guerra, enviou para a mãe dele, a sra. Etelvina Wolff a partir de 10 de maio de 1945. Tendo decorrido praticamente um mês da sua morte em combate, o telegrama informava: “Corre notícia Max ferido acabo sahir Ministério da Guerra não confirma nota jornal qualquer notícia afirmativa enviarei telegrama”. Dois dias depois, quando fazia já exatamente um mês da morte em combate de Wolff, Oscar Amaral volta a telegrafar: “Presenta data Ministério da Guerra nada informa contra Max. Assim receba noticia Secretaria Guerra contato diário, telegrafarei”. No dia 23 de maio finalmente esse informante obtém uma posição oficial do Ministério da Guerra, telegrafando que “Ministerio informa que Max Wolff é considerado desaparecido nada tem que prove estar morto, segue carta”.

Encerrando a polêmica está presente, nessa exposição, a carta que a Secretaria Geral do Ministério da Guerra enviou a Oscar Amaral com cópia para os pais de Max

---

<sup>430</sup> OLIVEIRA, D. (org.) 2012 Op. Cit. pg. 23

Wolff em 3 de janeiro de 1946, na qual comunica o “falecimento em operações de guerra” de Max Wolff Filho no dia 12 de abril de 1945 que, até então “era considerado desaparecido”. É o que se lê:

O óbito foi constatado por intermédio de uma sindicância procedida por determinação do Exmo. Sr. General Falconiere da Cunha, o qual em solução declarou que pela conclusão das averiguações que mandou proceder, verifica-se que o 2º. Tenente Max Wolff Filho, do 11º. Regimento de Infantaria, foi morto em combate no dia 12 de abril de 1945, que o corpo do mesmo não foi encontrado, presumindo-se que tenha sido sepultado pelos alemães.

Não fica claro se, como e em que circunstâncias o corpo de Wolff teria sido, afinal, encontrado, uma vez que, ainda em 3 de janeiro de 1946, oficialmente a presunção é de que ele tenha sido enterrado pelos alemães. O que se deduz da leitura dos documentos, atualmente em exposição na Sala Max Wolff Filho no Museu do Expedicionário, é que o corpo do homenageado foi inicialmente dado como desaparecido. Já na consulta ao Boletim Especial do Exército sobre os Mortos da FEB, publicado em 1946, a conclusão a que se chega é que o corpo teria sido encontrado e, finalmente, sepultado em Pistoia.

O centenário de Max Wolff Filho propiciou o surgimento de um importante registro oral colhido no decorrer do trabalho de pesquisa dos membros do CEPHiMEX, e publicada na íntegra nessa obra. Foi entrevistada a filha única do Sargento Wolff, a sra. Hilda Della Ninna (nascida Wolff). À época da morte em combate de seu pai ela contava com dez anos de idade, estava interna num colégio religioso na cidade do Rio de Janeiro, e sua guarda havia sido confiada a um velho amigo de Wolff na polícia do Rio de Janeiro, o já citado Oscar Amaral. A depoente reconhece que levou algum tempo para entender na sua complexidade a estatura histórica a que o seu genitor havia sido alçado, tanto pelas pessoas próximas que lhe dedicavam afeição, quanto pela própria instituição militar:

... eu estava junto dos meus avós. Eles estavam com todos os feitos de papai que eram anunciados em jornais, eles tinham recortes, eles guardavam. Eu não tive isso, eu não tive essa lembrança. Eles fizeram, sabe, toda aquela passagem, todas as coisas que eles ouviam no rádio, era assim um mutirão de pessoas trazendo coisas para vovó e para o vovô. Então eles sofreram o dia-a-dia durante a guerra, depois da guerra. Eu só vim ter acesso a isso, depois quando estive com a minha avó, com dezoito anos. Aí é que eu fui saber, porque vovó, inclusive, ela encheu a casa de fotos de papai, colocou luto, não tirou mais, ela e vovô, e ela só fazia visitas — nunca saía da igreja — visitas, visitas, visitas,

e durante as visitas em que eu participei, a fala era única: só sobre papai. Só, mais nada. Quer dizer, isso foi realmente um trauma muito grande para a família, porque ele pode ter sido muito levado, mas eu percebi que ele era muito querido.<sup>431</sup>

Se a aura do herói militar Max Wolff Filho parecia bastante abstrata aos seus olhos infantis, o mesmo não se dava com a figura paterna. Afinal de contas, após a separação do casal, a menina ficou sob a guarda do pai, convivendo intensamente com ele até o último momento de seu embarque para lutar na Segunda Guerra Mundial. Ela lembra dessa forma dos eventos ligados à morte de seu pai na Campanha da Itália:

... eu não me lembro de tê-lo visto partir indo para uma guerra. Eu acho que isso não me foi levado, entendeu? Eu acho que isso não foi dito. Por que eu me lembro da figura dele dando “tchau” como se ele fosse para o trabalho, normal, e eu fui para o colégio, fiquei interna no colégio e lá é que comecei, as freiras começaram a me falar que ele tinha ido para a guerra. Ele não me falou que tinha ido para uma guerra. Não sei se ele não teve coragem, não sei o que aconteceu. Ou se falou, isso não está gravado na minha mente. Então lá elas começaram: “vamos rezar para o papai, para ele voltar logo”, entendeu? Tanto que na hora em que foi dada a morte dele, a minha avó soube através do rádio e depois recebeu um telegrama que está até guardado aqui, elas não me disseram que ele havia morrido, porque na realidade não havia comprovação de que houvesse sido morto. Ele tinha tombado, tentaram resgatar o corpo dele, não conseguiram, e o corpo ficou durante alguns dias para depois ser resgatado (sic). Então, inclusive, a minha avó, como toda mãe, ela achava que ele estava desaparecido, porque primeiro ele foi dado primeiro como desaparecido. O Exército levou dois anos para confirmar a morte dele. Eu acho que é o prazo que eles levam para dar realmente uma pessoa desaparecida como morta. Então vovó dizia que para ela ele estava com amnésia, estava morando na Itália e qualquer hora ele iria aparecer. Quer dizer, foi uma fantasia que ela criou para superar aquela dor muito grande que deve ser a perda de um filho, não é isso? Então, para mim, quando a freira veio falar, ela não veio dizer que ele havia sido morto, ela veio dizer: “papai está desaparecido”. O que é desaparecido para uma criança de dez anos em 1940 (sic)? Pensa: vai voltar, vai aparecer. Então eu não chorei, eu não senti trauma, eu não entendi a situação. Passaram-se os anos, as coisas acontecendo, a coisa foi vindo, foi vindo, e eu me lembro que durante muitos anos eu não queria nem pensar na figura de papai, porque para mim é como se ele tivesse ido e não quisesse voltar. Eu acho que isso calou muito forte dentro de mim, essa sensação de perda não comprovada. Por que eu acho, inclusive, que quando você se depara: a pessoa morreu, você se depara com a pessoa morta, você se conscientiza

---

<sup>431</sup> DELLA NINA, Hilda. **Entrevista concedida ao Cel. Claudio Rosty**. In: OLIVEIRA, D. (org.) 2012. Op. Cit.

da morte dela. Não houve isso, não é? Então eu fiquei como uma criança órfã, mas não existia isso para mim. É como se a coisa tivesse acontecido, mas eu não dimensionava o quão grande era isso. Eu me lembro que a primeira vez que eu chorei assim convulsivamente eu devia ter uns quinze ou dezesseis anos, que eu tive consciência de que realmente ele tinha morrido. Então, na época, não houve isso. Não houve. Mas ficou, realmente, a lembrança muito querida do herói enaltecido, mas ele é enaltecido por mim todos os dias, em que eu rezo para ele, porque eu acho que ele deve estar, eu acredito em Deus, ele deve estar no canto dele usufruindo daquela glória que os católicos acreditamos que haja junto a Deus.<sup>432</sup>

O trecho citado revela dois aspectos centrais nas atitudes e representações diante da morte naquele contexto. Refiro-me aqui, em primeiro lugar, ao insubstituível papel desempenhado pelo cadáver, ou os subseqüentes restos mortais, na confirmação da morte e na identidade do morto. Em segundo lugar, a importante função exercida pela presença do corpo do falecido em todas as etapas do luto e da rememoração. Nenhum desses aspectos se encontram presentes na fala da filha de Wolff, como se vê nas passagens acima em que faz menção a tardia aceitação oficial da morte deste sargento, no prazo limite mesmo das normas, de que “o Exército levou dois anos para confirmar a morte dele”.

Correspondentemente, na ausência de qualquer corpo, todo processo psicológico de aceitação da morte é afetado de forma direta, por exemplo, quando afirma “você se depara com a pessoa morta, você se conscientiza da morte dela. Não houve isso, não é?”. Consequentemente, só muito tempo depois é que a sensação de perda se converte em um fato a ser encarado, no caso quando diz que “a primeira vez que eu chorei assim convulsivamente eu devia ter uns quinze ou dezesseis anos (ou seja, entre 1950 ou 1951), que eu tive consciência de que realmente ele tinha morrido”. A designação de “fantasia” que a entrevistada confere à atitude mental adotada pela avó, recusando-se continuamente a reconhecer que o filho havia morrido na guerra (e, por extensão, assim informando à sua neta, filha de Wolff) parece particularmente precisa: “quer dizer, foi uma fantasia que ela criou para superar aquela dor muito grande que deve ser a perda de um filho, não é isso?”

Em sucessivas consultas ao AHEx consegui levantar e interpretar quase toda documentação relativa aos Relatórios de Sepultamento do PS/FEB e, dentre estas se

---

<sup>432</sup> DELLA NINA, Op. Cit. 2012.

encontra a de Wolff. O documento original se encontra em ótimas condições de conservação e sua legibilidade é quase total, como se vê:

RELATÓRIO DE SEPULTAMENTO  
AR 30-1815 e TM 10-630

28 Ten. MAX WOLFF FILHO  
CIA. DE SEPULTAMENTO  
28 Dezembro de 1945  
(Data do relatório) 404

551

FILHO (Último nome) Max (Primeiro nome) Wolff  
28 Ten. (Posto) 112 R.I. (Unidade) 12 Abr 11 1945 (Data da morte) Estado cadaverico (Causa da morte)  
Itália (Lugar da morte)

Brasão (Reg. de Identific.) Branca (Raca) Brasil (País)  
(Religião: Católica, Protestante, H.)

MEIOS DE IDENTIFICAÇÃO

Encontrada a chapa de identificação no corpo: Sim ( ) não ( )

Na falta da chapa de identificação, outros meios encontrados no corpo (Cartas, carteira de identidade, etc.) Nenhum

Completo registro de impressões digitais de ambas as mãos no reverso, se o corpo não puder ser identificado. Completa carta dentária no reverso, lista de características anatômicas e outros dados se não for possível tomar as impressões digitais.

Relatar as circunstâncias para os não identificados

Relatório dos haveres pessoais encontrados no corpo, e a disposição dos mesmos: Nenhum

Desconhecido (Nome do endereço de emergência)

Desconhecido (Nome do endereço de emergência)

Assinatura ou nome da pessoa que forneceu os dados acima, quando diferentes do relator de sepultamentos: Desl Esposti Luigi e Balestri Giovanni

11 Dezembro 1945 as 10 horas (Data e hora do enterroamento)

Militar Brasileiro de P<sup>1</sup>toia (Local, nome e numero do cemitério)

Se o enterro foi feito em cemitério não regularmente estabelecido, fornecer um croquis e mapa de referência no reverso desta fórmula.

Quadra D (Área n.) 2 (Fileira n.) 18 (Sepultura n.) Cruz de madeira (Marca de tumulo Real)

Religiosa (Tipo de cerimonia religiosa)

Placa de identificação enterrada com ( ) Chapa de identificação fixada ( )

Na falta da chapa de identificação quais os outros dados de identificação, enterrados com o corpo, e em que espécie de continente?

Corpos sepultados de ambos os lados, (veja paragrafo 4 do reverso da fórmula)

Lado direito Artur Lourenço Stack (Nome) Soldado (Posto) Dep. Pes. FEB (Unidade) 17 (N. da sepult.)

Lado esquerdo Dep. vaga (Nome) (Posto) (Unidade) (N. da sep.)

Assinatura do oficial relator do enterroamento - Fiscalizado pelo oficial da unidade de sepultamento

FIGURA 48 - Relatório Individual de Max Wolff Filho assinado pelo 1 ten de Intendência do Exército Francisco Montarroyo de Moura Costa responsável pelo Cemitério desde o dia 15/06/1945<sup>433</sup>. AHEx, SAE, FEB

<sup>433</sup> Boletim interno n.26,

O documento tem a data de 28 de dezembro de 1945, e se refere à descoberta e enterramento do corpo de Max Wolff Filho, realizado em 21 de dezembro de 1945. Inexistem quaisquer informações que comprovem a identidade do corpo, exceto as alegações do que parecem ser dois civis italianos desconhecidos. Seu verso não revela quais providências teriam sido tomadas para confirmação da identidade do morto, ou as razões que as teriam inviabilizado sua execução, como o colhimento de impressões digitais, arcada, dentária, etc. conforme, aliás, era a praxe no PS/FEB, e sempre em conformidade com as normas do Graves Registration ao qual a FEB se submetia. Do corpo em si, tudo que é afirmado é que se encontrava em estado cadavérico, o que é de chamar a atenção. Afinal, é consenso que Wolff foi morto por duas sucessivas rajadas de metralhadora alemã que, como é sabido, tem grande poder destrutivo sobre corpos humanos, ainda mais a distâncias tão curtas, como foi o caso dele<sup>434</sup>.

O laconismo do documento se torna ainda mais evidente quando se sabe que houve extensas buscas na região de Maserno em maio de 1945, quando o tempo estava bom e ainda haviam disponíveis amplos recursos materiais e humanos, inclusive o pessoal especializado do PS/FEB para se proceder a esse tipo de busca. Esse esforço não teve nenhum êxito, daí a comunicação formal à família da suposição de que o corpo de Wolff tivesse sido enterrado pelos alemães em local que não podia ser estabelecido, em janeiro de 1946. Já o documento acima, contudo, informa que o cadáver foi encontrado em Maserno, localidade em que Wolff foi morto, o que é coerente com os relatos sobre sua morte.

Entre a data da morte (12/04/1945) e o enterramento (21/12/1945) teriam transcorrido mais de oito meses inteiros, predominando neles a estação mais quente e chuvosa, mas também se estendendo até o inverno, o que provavelmente deveria ter afetado de forma considerável esses restos mortais. Entretanto, nada a esse respeito é dito ou sugerido nesse documento, presumindo que se tratava de um cadáver reconhecível. Finalmente, o documento é assinado pelo guardião do cemitério que não era membro do PS/FEB, dissolvido e retornado havia meses ao Brasil. Esse indivíduo era mero responsável e administrador do cemitério em si.

Apesar dessas estranhas características, o documento atesta o achado e enterramento de Wolff. Nesse caso, por que não teria sido dada ciência à família? Pelo contrário, decorridas quase duas semanas do enterramento de Wolff em Pistoia o

---

<sup>434</sup> Uma descrição minuciosa do combate que tirou a vida de Max Wolff Filho se encontra no livro de OLIVEIRA, D. **Os soldados alemães de Vargas**, Curitiba: Juruá, 2008.



Ministério da Guerra informa à família de Wolff que ele foi morto e, aparentemente, enterrado pelo alemães.

O que se constata é que, por um lado, o Exército teria esperado até o ano seguinte para dar como confirmada a morte para a família, embora já tivesse supostamente identificado e enterrado o corpo de Wolff em Pistoia. Conforme sua filha, “eu acho que é o prazo que eles levam para dar realmente uma pessoa desaparecida como morta”. Por outro, esse documento, o relatório individual de sepultamento de Wolff datado de 28 de dezembro de 1945, é a fonte de que se valeu o Boletim Especial do Exército sobre os Mortos da FEB para identificar a sepultura do Herói em 2 de dezembro de 1946. Com a exposição da página desse Boletim dedicada a Max Wolff Filho, encerra-se essa parte da exposição em memória desse Herói Militar Brasileiro na sala que leva seu nome no Museu do Expedicionário em Curitiba. É evidente o caráter conflituoso e contraditório dos documentos em exposição na Sala Max Wolff Filho daquele Museu.

Em 1947, foi lançada a primeira edição do livro do ex-comandante da FEB, o general João Batista Mascarenhas de Moraes. Nele se encontram diversos anexos e quadros estatísticos, alguns dos quais reconheci como sendo fornecidos pelo relatório do PS/FEB já citado. Na parte final do livro se lê uma relação nominal de “Extraviados em combate, ainda não apresentados”<sup>435</sup>. Nela constam, entre outros, os nomes de Max Wolff Filho e Fredolino Chimango, cujo caso será tratado a seguir. Esse livro, baseado extensivamente em relatórios oficiais de diversas unidades da FEB, ainda tinha Wolff como desaparecido mesmo em 1947. Tal publicação confirma a estimativa presente nas memórias da filha de Wolff segundo a qual “o Exército levou dois anos para confirmar a morte dele”.

Em um livro de memórias de um ex-combatente se lê a versão de que o corpo de Wolff teria sido recuperado três dias após a sua morte. O trecho é ilustrativo dos riscos a que se expunham os membros do PS na remoção de cadáveres minados pelo inimigo: “somente no dia 15 de abril, depois da tomada de Montese é que o Pelotão voltou à 747 (local da morte de Wolff), mas já encontrou os corpos minados pelos alemães e a sua retirada só foi possível com o emprego de um pelotão de mineiros”.<sup>436</sup> O autor não cita quaisquer fontes ou referências para sustentar tal afirmação. Contudo, essa versão guarda

---

<sup>435</sup> MORAIS, João Batista M. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo, Progresso Editorial S.A. 1947. Pg. 271.

<sup>436</sup> DEQUECH, José. **Nós estivemos lá**: edição comemorativa aos 50 anos da participação do Brasil na 2ª. Guerra Mundial. Curitiba, Legião Paranaense do Expedicionário, 1994. Pg. 87.

paralelo com a lembrança da filha de Wolff segundo a qual “o corpo ficou durante alguns dias para depois ser resgatado”. É possível afirmar que se trate de uma versão desprovida de fundamento.

As contradições da documentação relativa ao corpo de Max Wolff Filho não cessam aí. Em pesquisa realizada no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial tive a oportunidade de consultar e interpretar diversas Atas de Exumação da Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia, elaboradas pela Comissão de Exumação e acondicionamento. Tais documentos foram gerados ao longo do ano de 1960 como parte dos preparativos para o traslado dos corpos do Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia, na Itália, para o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo no Rio de Janeiro (RJ). Foi selecionada uma amostra aleatória desses registros, complementada por documentos enviados posteriormente pela direção daquele monumento, totalizando informações relativas a 145 indivíduos dos 462 cujos corpos foram trasladados (31% do total).

Examinando essa amostra se constata uma significativa recorrência de esqueletos sem lesões ou em condições normais de apresentação. Nada menos de 48 esqueletos (33% do total) foram encontrados sem lesões de qualquer tipo ou em condições normais. Quando não era esse o caso se indicava claramente na ata de exumação qual osso ou ossos estavam faltando ou estariam danificados. Poucas linhas eram necessárias para se registrar essas informações.

O que se percebe é que a Ata de Exumação relativa a Max Wolff Filho apresenta inconsistências em relação aos demais documentos em questão, no caso, especificamente em relação ao relatório de sepultamento quando do enterro em Pistoia em 1945, embora também se destaque no conjunto dessas atas de exumação pelas suas características originais. É o que se nota no exame do documento:

Foram encontrados apenas o osso ilíaco, fêmur, tíbia e perônio esquerdo, o crânio e alguns ossos curtos. Presença de um dente do maxilar superior com coroa de ouro. Ausência de identificação com os ossos, foi incluída na urna a placa de zinco com identificação da respectiva cruz de madeira.<sup>437</sup>

---

<sup>437</sup> BRASIL. Presidência da República. Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia. Comissão de Exumação e Acondicionamento. **Ata de Exumação de Max Wolff Filho**. Itália, Pistoia, 10/11/1960.

Trata-se de uma descrição bem diferente do “estado cadavérico” no qual se encontraria o corpo de Max Wolff Filho ao ser descoberto em 21 de dezembro de 1945. Em lugar dos 206 ossos que usualmente são encontrados em corpos humanos, contam-se apenas pouco mais de cinco deles. Essa constatação suscita ainda mais dúvidas sobre a correta identificação desses restos mortais. Para tornar os dados ainda mais inconsistentes, anotou-se que “foi incluída na urna a placa de zinco com identificação”, quando se sabe através do relatório de sepultamento que nenhuma das duas placas de identificação foi encontrada com o suposto corpo de Max Wolff Filho.

Do exame da documentação contraditória, lacunar e conflituosa relativa ao corpo de Max Wolff Filho se conclui que são fortes os indícios de incorreta identificação desses restos mortais. Se nos atermos apenas aos documentos sobre o caso expostos no Museu do Expedicionário, fica claro que seu corpo jamais foi encontrado, presumindo-se que tenha sido enterrado pelos alemães. Examinando o relatório individual de sepultamento de 1945 e a ata de exumação de 1960 parece evidente que a atribuição da identidade de Wolff aos restos mortais atualmente sepultados no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro (RJ) é um equívoco ou até mesmo uma fraude deliberada. O caso ainda demanda pesquisas adicionais para ser adequadamente esclarecido e uma resposta conclusiva talvez só possa vir a ser dada com a exumação dos restos mortais de Max Wolff Filho, seja para checar a autenticidade da placa de identificação que teria sido enterrada com ele, seja para aferir a correspondência do material genético ali depositado.

#### A “magia” do Soldado Desconhecido

O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro (RJ) não é o único local a abrigar um túmulo do Soldado Desconhecido caído em ação naquele conflito. Também o Monumento Votivo Militar Brasileiro, antigo Cemitério Militar Brasileiro na Cidade de Pistoia (Itália) abriga um túmulo desse tipo. Os aspectos singulares desse túmulo em Pistoia permitem questionamentos quanto à sua real motivação e até mesmo a autenticidade do seu caráter simbólico. Trata-se do único caso de Soldado Brasileiro Desconhecido enterrado no exterior, daí a sua importância.

A motivação para a construção de um túmulo do Soldado Desconhecido no Monumento Votivo foi resultado de um conjunto de circunstâncias mais amplas do que realmente pude levantar para a presente pesquisa. Estabelecer com precisão a sequencia

de eventos que presidiram a construção desse que é um ícone de importância estratégica para o processo de rememoração dos mortos na guerra, demandaria extensas pesquisas adicionais.

De acordo com os relatos consultados, sua origem remonta à inauguração do Monumento Votivo em 7 de junho de 1966. Dentre as várias autoridades italianas e brasileiras presentes à inauguração do Monumento, encontrava-se o prefeito da cidade de Montese, o maior dos combates travados pelos brasileiros na guerra. A cidade foi palco de intensos combates por parte da FEB e das forças armadas alemãs entre 14 e 19 de abril de 1945. Nada menos de 34 brasileiros morreram ali, de um total de 426 baixas.<sup>438</sup> Na ocasião da inauguração do Monumento, o prefeito fez saber às autoridades brasileiras da existência de uma antiga sepultura próxima ao centro da cidade de Montese, na qual civis italianos teriam enterrado um soldado brasileiro, morto no decorrer da batalha pela posse daquela localidade em meados de abril de 1945.

A Embaixada Brasileira em Roma organizou então as atividades de exumação e recuperação do corpo, provavelmente usando seu próprio pessoal, além de meios materiais e humanos contratados. Tratava-se de um contexto no qual havia tempos não eram mais encontrados corpos de brasileiros. Os que foram localizados, já haviam há anos sido transferidos para o Cemitério Militar Brasileiro em Pistoia e, de lá, trasladados em 1960 ao Rio de Janeiro, a fim de serem reunidos no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial naquela cidade. Seria de se esperar que esse corpo tivesse o mesmo destino, uma vez que com a conversão do antigo Cemitério em Monumento o local já não exercia qualquer função cemiterial. Contudo, a destinação final do corpo deveria ser, necessariamente, precedida pela sua identificação.

Em pesquisa nos acervos fotográficos do AHEx pudemos encontrar uma extensa série de fotos documentando tais atividades. As fotos em si são bastante simples, objetivas e protocolares. Contudo, o exame das legendas que as acompanham revelam diversos aspectos do processo de construção histórica desse soldado “desconhecido” que vale a pena discutir.

Os trabalhos se iniciaram a 3 de maio de 1967, com a remoção de árvores e de uma camada de terra de cinco metros de profundidade, a qual cobria o túmulo. Todo processo foi acompanhado por um grande número de moradores locais que a tudo

---

<sup>438</sup> PINHEIRO, Jose Juarez Bastos. **A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Editora do Autor, Sem local, 1976. Pg. 52

assistiam. A fotografia que capta o momento mesmo em que se embalam os restos mortais desse combatente recebeu uma legenda significativa:

Cemitério de Montese – Subtenente Miguel Pereira, da reserva do Exército, identifica e recolhe à urna os restos mortais do “pracinha”, que permaneceu sepultado 22 anos numa ribanceira na orla de Montese. Os “velhos” da cidade, que assistiram ao combate de 14/04/1945, guardaram silenciosamente a sua sepultura, até entrega-lo ao Brasil em 23 de maio de 1965. Foi a Força Expedicionária Brasileira (I/11 RI – Batalhão Carvalho Lisboa) que libertou a Cidade de Montese, naquela jornada, de quatro anos de ocupação alemã.<sup>439</sup>

Não foi possível determinar a autoria dessa legenda, nem tampouco suas fontes. É de se notar que a legenda estabelece uma ligação entre aquele morto e a população da cidade ao afirmar que os “velhos” da cidade, que assistiram ao combate de 14/04/1945, “guardaram silenciosamente” a sua sepultura, até entrega-lo ao Brasil em 23 de maio de 1965. O que se percebe claramente é a forma pela qual o enterramento desse soldado pelos civis italianos à época da guerra é descrito. Não foi uma solução de emergência, face às contingências impostas por uma época de extensos e violentos combates. Mas sim o resultado da relação estabelecida entre o combatente brasileiro e aqueles a quem – com o sacrifício da própria vida – ele enfim, libertou do jugo nazista.

Também não se considera que se tratava de uma iniciativa isolada ou desprovida de sentido. O que um conjunto de moradores daquele local buscou – a tomar ao pé da letra essa legenda – foi dar sepultura ao mesmo tempo segura e apropriada (“guardaram silenciosamente”) até que o corpo pudesse ser entregue à Pátria de origem (“até entrega-lo ao Brasil”). Finalmente, o sentido último da presença dos brasileiros na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial – a libertação da Itália do jugo nazista – é lembrada: “libertou a Cidade de Montese, naquela jornada, de quatro anos de ocupação alemã”.

---

<sup>439</sup> <http://sistemas.ahex.ensino.eb.br/sistarq/imagem.php?codigounion=icon2572> A legenda original (em caixa alta) é a seguinte: CEMITÉRIO DE MONTESE - SUBTENENTE MIGUEL TEIXEIRA, DA RESERVA DO EXÉRCITO, IDENTIFICA E RECOLHE À URNA OS RESTOS MORTAIS DO "PRACINHA", QUE PERMANECEU SEPULTADO 22 ANOS NUMA RIBANCEIRA DA ORLA DE MONTESE. OS "VELHOS" DA CIDADE, QUE ASSISTIRAM AO COMBATE DE 14/4/1945, GUARDARAM SILENCIOSAMENTE A SUA SEPULTURA, ATÉ ENTREGÁ-LO AO BRASIL, EM 23 DE MAIO DE 1965. FOI A FÔRÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (I/11° RI) - BATALHÃO CARVALHO LISBOA, QUE LIBERTOUC A CIDADE DE MONTESE, NAQUELA JORNADA, DE 4 ANOS DE OCUPAÇÃO ALEMÃ



FIGURA 49 - Foto da exumação do cadáver do soldado brasileiro. MMV, Pistoia, Itália

Impunha-se a identificação pelo menos da nacionalidade do morto, antes de sua entrega às autoridades brasileiras. Os restos mortais desse soldado foram então recolhidos a uma urna que foi provisoriamente guardada no cemitério daquela cidade. A urna em si era uma pequena obra de arte, ricamente trabalhada. Seria assim que os restos mortais seriam entregues as mais altas autoridades militares e diplomáticas brasileiras.

Não era apenas da parte das autoridades e moradores da localidade de Montese que o assunto era entendido como sendo merecedor desse tipo de manifestação de apreço e importância. Da parte dos brasileiros também se percebe que não se tratava em absoluto de um ato que pudesse ser confiado a desconhecidos e insignificantes burocratas da nossa diplomacia. Muito pelo contrário, o Adido Militar da Embaixada e o próprio Embaixador compunham a comissão de autoridades brasileiras a que foram transferidos os restos mortais.

No Cemitério de Montese, onde se encontravam recolhidos a uma urna, os restos mortais do “Pracinha de Montese”, desde a exumação em 23/05/1967, realiza-se a entrega ao representante da Embaixada do Brasil, pelo prefeito da Cidade, depois de reconhecida, pelas autoridades italianas a nacionalidade brasileira. A urna, em madeira de lei, com alças de bronze, foi

oferecida pelos marceneiros e artífices de Pistoia. Foi transportada para Pistoia, onde foi recebida pelo General Floriano de Lima Brayner, autorizado pelo Presidente da República e pelo Embaixador Dr. Alamo Louzada, para o definitivo sepultamento. Montese e Pistoia, 05/06/1967.<sup>440</sup>

Na ausência de qualquer identificação, os restos mortais passaram a ser conhecidos como o do “Pracinha de Montese”. É de se notar que, desde a época da guerra, os membros da FEB eram carinhosamente referidos pela população civil brasileira como os “pracinhas”, isto é, o diminutivo de praça, que é a palavra que designa os militares de mais baixa patente, por exclusão, aqueles que não são membros do oficialato. A batalha de Montese foi a mais cara e a mais difícil das travadas pela FEB. Ao identificar o corpo como associado à localidade, se evoca o sacrifício suportado por todos brasileiros na libertação daquela cidade da ocupação alemã.

O reconhecimento da população italiana ao sacrifício dos combatentes brasileiros em prol da causa as sua libertação surge novamente nos registros fotográficos do processo. É o caso de lembrar que a população de Montese teria, em tese, “guardado silenciosamente” o corpo do soldado brasileiro ali enterrado. Agora esse reconhecimento da população italiana se expressa, de forma concreta e inequívoca no oferecimento que fazem os marceneiros e artífices da cidade de Pistoia, de uma bela urna funerária em madeira de lei com alças de bronze. Finalmente, a listagem de autoridades italianas e brasileiras envolvidas reforça a importância que se atribuíra, da parte de ambos os governos, a todas as etapas deste processo.

Duas outras fotos revelam detalhes da cerimônia do definitivo sepultamento do corpo, embora obviamente nada informem sobre as circunstâncias na qual se decidiu o local em que tal ocorreria:

O capelão-mor do Exército Italiano celebra missa de corpo presente, pelo “Pracinha de Montese”, antes de ser sepultado ao pé do monumento, tropa e carabinieri em continência. A urna

---

<sup>440</sup> Disponível em <http://sistemas.ahex.ensino.eb.br/sistatq/imagem.php?codigounion=icon2576> Acessado em 21/04/2013 A legenda original é a seguinte: NO CEMITÉRIO DE MONTESE, ONDE SE ENCONTRAVAM RECOLHIDOS A UMA URNA, OS RESTOS MORTAIS DO "PRACINHA DE MONTESE", DESDE A EXUMAÇÃO EM 23/5/66, REALIZA-SE A ENTREGA AO REPRESENTANTE DA EMBAIXADA DO BRASIL, PELO PREFEITO DA CIDADE, DEPOIS DE RECONHECIDA, PELAS AUTORIDADES ITALIANAS A NACIONALIDADE BRASILEIRA. A URNA, EM MADEIRA DE LEI, COM ALÇAS DE BRONZE, FOI OFERECIDA PELOS MARCENEIROS E ARTÍFICES DE PISTOIA. FOI TRANSPORTADA PARA PISTOIA, ONDE FOI RECEBIDA PELO GENERAL F. LIMA BRAYNER, AUTORIZADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E PELO EMBAIXADOR D"ALAMO LOUZADA, PARA O DEFINITIVO SEPULTAMENTO. MONTESE E PISTOIA - 5/6/66

sobre o cadafalso armado pela paróquia de San Rocco, Pistoia, 7/06/1067.<sup>441</sup>

7 de junho de 1967 – No ato de sepultamento do “Pracinha de Montese”, a Embaixatriz do Brasil, A Sra. Reale e a Sra. Lima Brayner depositam uma coroa de flores sobre a tumba. Presentes as autoridades de Pistoia, Montese, Porretta Terme e Florença – tropa do 83º. Regimento Italiano – representações militares (incluindo tanto delegados da OTAN quanto da “Cortina de Ferro”).

A última homenagem: terra trazida de Montese é lançada sobre a urna que contém os restos do “Pracinha de Montese”.

As fotos e suas legendas não deixam qualquer dúvida sobre o caráter solene, grandioso, transcendental do evento. Antes de serem sepultado os restos mortais do “Pracinha de Montese”, tiveram em sua intenção rezada uma missa solene. Tal missa foi rezada por ninguém menos do que a autoridade eclesiástica máxima da instituição militar, o capelão chefe do Exército Italiano. A Igreja Católica Apostólica Romana também se envolveu com o evento, através da paróquia local, oferecendo apoio material à celebração da missa.

Efetivos e autoridades das organizações militares italianas como o Exército também compareceram em peso, oferecendo os préstimos de elementos de um dos seus regimentos de infantaria, a fim de prestar ao morto ao baixar à sepultura autênticas honras militares. Também efetivos dos Carabineiros, força policial que executa funções de defesa nacional, se fez presente. Além disso, compareceram representantes das forças armadas de vários países, provavelmente adidos militares às respectivas representações consulares na Itália.

Mas o mais impressionante na descrição dessa cerimônia é a ampla participação cívica e popular. Expressivo número de civis italianos da região acompanhou toda

---

<sup>441</sup> Disponível em <http://sistemas.ahex.ensino.eb.br/sistatq/imagem.php?codigounion=icon2579> Acessado em 21/04/2013 As legendas originais são as seguintes:

O CAPELÃO-MOR DO EXÉRCITO ITALIANO CELEBRA MISSA DE CORPO PRESENTE, PELO "PRACINHA DE MONTESE", ANTES DE SER SEPULTADO AO PÉ DO MONUMENTO, TROPA E CARABINEIROS EM CONTINÊNCIA. A URNA SOBRE O CATAFALCO ARMADO PELA PARÓQUIA DE SAN ROCCO - PISTOIA - 7/6/1966

7 DE JUNHO DE 1966 - NO ATO DE SEPULTAMENTO DO "PRACINHA DE MONTESE", A EMBAIXATRIZ DO BRASIL, A SENHORA REALE E A SENHORA LIMA BRAYNER DEPOSITAM UMA COROA DE FLORES SOBRE A TUMBA. PRESENTES AS AUTORIDADES DE PISTOIA, MONTESE, PORRETTA TERME E FLORENÇA - TROPA DO 83º REGIMENTO ITALIANO - REPRESENTAÇÕES MILITARES

A ÚLTIMA HOMENAGEM: TERRA TRAZIDA DE MONTESE É LANÇADA SOBRE A URNA QUE CONTÉM OS RESTOS DO "PRACINHA DE MONTESE"



cerimônia. Nada menos de quatro municipalidades enviaram representantes a tal evento que, em princípio, só se referiria as cidades de Montese e Pistoia. Além dessas duas, também as localidades de Porretta Terme e Florença enviaram representantes. Tal atitude é compreensível, se levarmos em conta os vínculos criados pela FEB com essas localidades e, lógico, se desde sempre assumirmos que o Soldado Desconhecido é o ícone que melhor e mais eficazmente representa os mortos de determinado Exército em qualquer guerra, independentemente do local em que tenha sido efetivamente morto.

Porretta Terme foi a localidade na qual se fixou de forma mais duradoura e intensa o Quartel-General da FEB: era dali que se comandava o front do Monte Castello. Já Florença era o principal destino dos praças da FEB para fins de descanso e turismo. Em ambas as cidades localizavam-se diversos serviços de apoio e logística da Divisão Brasileira. Como que a reforçar ainda mais os vínculos da região com o corpo que baixava a sepultura foi lançado sobre a urna antes do fechamento da sepultura em Pistoia um punhado de terra trazida de Montese, local onde foi morto e inicialmente sepultado esse soldado.

Não foi possível estabelecer se a iniciativa de se dar sepultura a esse soldado no recém-inaugurado Monumento Votivo foi pensada como expediente temporário, enquanto se aguardava sua identificação, ou como uma solução definitiva. Novamente aparece aqui o conflito entre trazer de volta à pátria os corpos dos mortos em combate no além mar, ou deixá-los sepultados na região onde foram mortos. É possível que se tratasse de expediente temporário, uma vez que não se cogitou inicialmente de atribuir a esse corpo o estatuto de “Soldado Desconhecido”. Era um corpo ainda por identificar que, na falta de qualquer designação, foi chamado inicialmente como o “Pracinha de Montese”.

Existem diferentes versões sobre como e porque o “Pracinha de Montese” se converteu no “Soldado Desconhecido”. O pesquisador não-acadêmico e blogueiro Chico Miranda opina da seguinte forma:

Depois de um ano de pesquisa, o Guardião do Monumento, Miguel Pereira, conseguiu localizar os restos exatamente no local indicado, achando provas que não deixavam dúvidas quanto à nacionalidade dos restos e sim sobre a identidade certa de quem podia ser o corpo, entre os ainda 15 desaparecidos. A decisão de deixá-lo repousar no Monumento, enquanto Desconhecido, e então representando todos os irmãos tombados no cumprimento do Dever, transformou o local – de fato – num Sacrário.<sup>442</sup>

<sup>442</sup>

<http://chicomiranda.wordpress.com/2013/10/25/o-cemiterio-militar-de-pistoia-e-o-ultimo-dos-brasileiros-morto-na-italia/>

Essa é a versão oficialmente admitida pelo atual administrador do Monumento Votivo, o Sr. Mário Pereira, a quem tive oportunidade de conhecer em viagem ao antigo front brasileiro na Itália em 2010. Em visita ao Monumento conheci o Túmulo do Soldado Desconhecido, onde repousam desde 1967 os restos mortais do antigo “Pracinha de Montese”. Em entrevista concedida no ano seguinte ele voltou a afirmar a condição do indivíduo ali sepultado:

De 65 até 67 na mesma área onde ficava o Cemitério Militar, começaram as obras do Monumento Votivo Militar Brasileiro, e em 67 foram encontrados os restos de um militar que desde então fica no *túmulo* do Soldado Desconhecido, na frente da chama eterna.<sup>443</sup>

É importante notar que a Chama Eterna já constava do projeto original do Monumento. Ela teria sido acesa no dia 7 de junho de 1966 na cerimônia de inauguração do Monumento, pelo Sub-secretário da Defesa Nacional do Governo Italiano, mantendo-se assim desde então.<sup>444</sup> A localização do túmulo do Soldado Desconhecido junto à Chama Eterna é um recurso que, em tempos contemporâneos, remonta ao final da Primeira Guerra Mundial. Lembremos que em 1920 foram sepultados simultaneamente os Soldados Desconhecidos britânico e francês, mortos na Primeira Guerra Mundial. O morto britânico foi sepultado no centro de Londres na Abadia de Westminster. O morto francês sob o Arco do Triunfo em Paris, precisamente junto à Chama Eterna.<sup>445</sup> O morto italiano foi sepultado no Monumento Nacional a Vitor Emanuel II, centro de Roma<sup>446</sup>.

O fato é que a construção do Monumento Votivo originalmente não previa o túmulo do Soldado Desconhecido. O cemitério passou a ser chamado de Monumento Votivo Militar, o que era coerente com a condição de mero cenotáfio potencial: todos os nomes dos mortos estavam nele inscritos desde o início. Dessa modesta e puramente simbólica condição ele passou a repositório de um autêntico Túmulo do Soldado Brasileiro Desconhecido morto na Segunda Guerra Mundial. E, mais ainda, Túmulo do Soldado Brasileiro Desconhecido sepultado no exterior.

<sup>443</sup> <http://www.portalfeb.com.br/entrevista-com-o-administrador-do-monumento-votivo-militar-brasileiro/>

<sup>444</sup> LIMA BRAYNER, 1973, op. cit. pg. 110.

<sup>445</sup> CAPDEVILA, L. & VOLDMAN, D. Op. Cit. pg. 166.

<sup>446</sup> WITMAN, L. **The Tomb of Unknown Soldier: Modern Mourning and the Reinvention of Mystical Body**, 2011, p. 65



FIGURA 50 – Túmulo do Soldado Desconhecido. Monumento Militar Votivo Brasileiro, Pistoia, Itália (Acervo Pessoal)

Segundo o ex-chefe do Estado Maior da FEB e então Adido Militar à Embaixada do Brasil em Roma, o então General Floriano de Lima Brayner, a identidade do corpo foi rapidamente estabelecida, pouco depois do sepultamento. Ele descreve dessa forma sua atuação no processo de identificação daqueles restos mortais, no livro “Luzes sobre Memórias” de sua autoria publicado em 1973:

E, aos cinco metros de profundidade foi encontrado sob as vistas de inúmeras pessoas, e farta documentação fotográfica. Reunidos os restos mortais num caixote, foram levados para o Cemitério de Montese, onde eu os revistei minuciosamente, não encontrando a placa de identificação. Na arcada dentária dos maxilares superior e inferior faltavam alguns dentes. No hemitorax esquerdo havia uma ogiva de morteiro, 60 alemão. Através pequenos objetos; botões, fio, foi por mim reconhecido como brasileiro, ficando a identidade para ser apurada mais tarde. [...] ao mesmo tempo que envidavam-se esforços para se obter a identificação do “Pracinha Desconhecido de Montese”, através das unidades em que servia[...] Dois outros, do III Bat. do 11º R.I., foram encontrados em sepulturas fora dessa área e levados para o Cemitério de Pistoia, devidamente identificados. Um deles, Rubens Galvão, tinha a placa de identidade no pescoço; outro, não a possuía, mas, na mesma sepultura ao lado do corpo

estava uma garrafa, e dentro dela um papel em que se lia o nome, Júlio Nicolau o número e a unidade daquele combatente. Quem escreveu nunca se ficou sabendo, pois o autor deve ter ficado com a placa. O terceiro extraviado, publicado no Boletim da Unidade de 16 de abril de 1945, chamava-se Fredolino Chimango, natural de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.<sup>447</sup>

Ficou assim estabelecida a identidade do “Pracinha de Montese”. Tratava-se de Fredolino Chimango, morto em circunstâncias heroicas no decorrer da Batalha de Montese, mas cujo corpo até então era dado como desaparecido. O ato de identificação, contudo, jamais recebeu sanção oficial, permanecendo sem efeito. É o que revela Lima Brayner em seu livro à página 112: “encontrado em 22 de maio de 1967, único brasileiro que ainda faltava, dos que tombaram no terrível entrevero de Montese, ainda aguarda que o Ministro do Exército autorize a identificação definitiva”.<sup>448</sup>

A postura oficial, mas não assumida do Exército em não reconhecer a identidade do Soldado Desconhecido sepultado em Pistoia, não contou com a adesão unânime das organizações e unidades que o compõe. Sua unidade de origem, o 11 RI, já o homenageava de forma aberta em outubro de 1967, pouco mais de quatro meses depois de ter sido enterrado como “desconhecido” no Monumento Votivo de Pistoia. Segundo Lima Brayner:

Vinte e dois anos depois, outubro de 1967, 11 horas de uma manhã rebrilhante de sol, na cidade de São João del Rey, na caserna do 11º. RI, na sua praça d’armas, o Regimento todo reunido, em posição de sentido, erético, emocionado, preparava-se para ouvir a evocação do Combate de Montese e, em seguida receber das mãos do antigo Chefe de Estado Maior (Lima Brayner), da Divisão na guerra, uma bela caixa contendo terra de Montese, colhida no local em que esteve inhumado durante 22 anos o Cabo Fredolino Chimango, e que lhe fora enviada pela população da cidade sempre agradecida à unidade brasileira que a libertara dos seus tirânicos ocupantes. Ali estava, presidindo a cerimônia, o Comandante do I Exército. Cabelos grisalhos, pele já apresentando as primeiras marcas da idade, o General de Exército Manoel A. Carvalho Lisboa, o bravo conquistador de Montese. Suportou com serenidade, os olhos embaciados de lágrimas, o impacto da saudade. Os jovens soldados, rígidos e traumatizados, em forma, ouviram as ordens de combate, as manobras e aflições dos pequenos comandos contados pelo célebre Tenente Iporan que foi o primeiro a entrar em Montese, hoje coronel reformado. Ali estava em traje civil, o peito coberto

<sup>447</sup> LIMA BRAYNER, F. **Luzes sobre memórias**. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1973. Pg. 111

<sup>448</sup> LIMA BRAYNER, 1973, Op. Cit. pg 112

de medalhas. Dois jovens soldados, em meio às emoções, caíram desmaiados.<sup>449</sup>

A despeito desse tipo de evento público o que se constata é que o soldado enterrado em Pistoia segue sendo na prática desconhecido, embora tal se dê por conta de uma opção deliberada no sentido de não reconhecê-lo como quem de fato é, ou seja, Fredolino Chimango. Por que se adotou tal linha de ação e por que é mantida desde então?

Para se elucidar o assunto seriam necessárias extensas pesquisas adicionais, que escapam aos limites desse trabalho, envolvendo os jogos de interesses no interior dos Ministérios das Relações Exteriores e do Exército, sempre com referência a cada contexto histórico específico, da Ditadura Militar ao Atual Estado Democrático de Direito.

Além do contexto nacional, uma tal investigação teria que levar em conta também a pressão dos italianos para que o corpo permanecesse no Monumento Votivo. É o que sugere um pesquisador não-acadêmico da história local da terra natal de Fredolino Chimango, a cidade de Passo Fundo (RS):

Conta o expedicionário Antão Moreira Alberto, ex-combatente, que esteve junto ao grupo com Fredolino, que um italiano encontrou o seu corpo e o enterrou, cuidando de sua sepultura com todas as honras. Esse italiano, segundo o depoimento de Antão Moreira, sabendo da volta dos restos mortais dos soldados à Pátria Brasileira, pediu que o corpo de Fredolino ficasse em solo italiano, representando sua terra na “Praça Brasil”, onde, diariamente, é hasteada a Bandeira do Brasil, sob os cuidados do Subtenente Reformado Miguel Pereira (expedicionário que lá ficou), adido da Embaixada Brasileira.<sup>450</sup>

Esse mesmo pesquisador revela o que podem ser as razões pelas quais o corpo de Fredolino Chimango jamais foi reclamado pela família, permanecendo seu enterramento em Pistoia incontestado desde então: “Sua mãe, com a esperança de rever seu filho e aguardando suas cartas costumeiras, morreu sem saber que seu filho tombara para sempre, pois seus familiares achavam que não deviam lhe causar tal sofrimento”.<sup>451</sup>

Fora de qualquer dúvida é que o reconhecimento do corpo foi realizado, e embora jamais tenha sido contestado ou refutado, segue sem ser formalizado pela instituição militar. Na ausência de mera autorização, o único corpo ainda sepultado no Monumento

<sup>449</sup> LIMA BRAYNER, 1973, Op. Cit. pg. 114.

<sup>450</sup> NASCIMENTO, Welci. **Fredolino Chimango** Disponível em: [http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con\\_codigo=12170&tipo=texto](http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=12170&tipo=texto)

<sup>451</sup> NASCIMENTO, Welci. Disponível em [http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con\\_codigo=12170&tipo=texto](http://www.projetopassofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=12170&tipo=texto)

Votivo de Pistoia segue cultuado como sendo do Soldado Desconhecido. Correspondentemente à essa linha de ação, o corpo do Cabo Fredolino Chimango segue sendo dado como “não-identificado”, “desaparecido” ou “extraviado”. É o que se lê na inscrição de mármore no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro (RJ), como pude constatar em diferentes visitas que fiz ao local no decorrer dessa pesquisa.

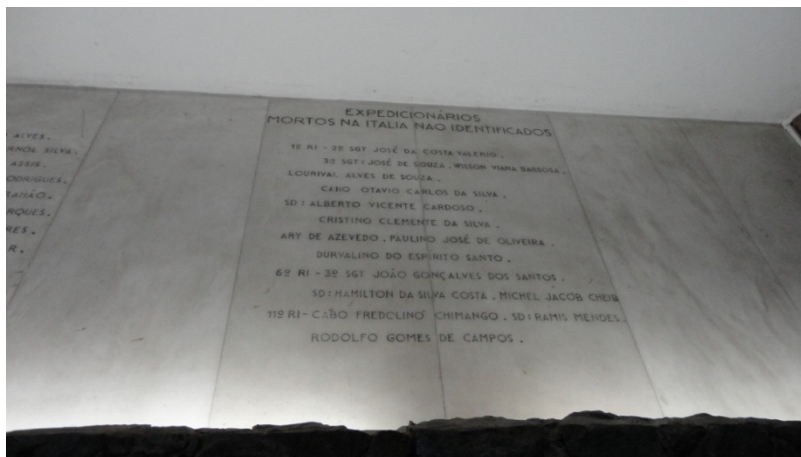


FIGURA 51 - Inscrição em mármore no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro (RJ) listando os expedicionários mortos na Itália não identificados. Na penúltima linha se lê o nome do cabo Fredolino Chimango e o número da sua unidade (11º. RI). (Acervo Pessoal)

Lima Brayner é bastante enfático ao denunciar esse procedimento, que considera injusto. Segundo ele:

Um dia Fredolino voltará, também, para ficar, a sua linda urna, homenagem da cidade de Pistoia, ao lado das outras que já se encontram no Flamengo. E naquele mármore do Salão da Urnas se apagará, para sempre, a triste palavra – “Extraviado” – (sic) que tanto pode significar “desertor” como “prisioneiro”. Ele que todos viram lutando leoninamente... A ele que promoveram por bravura e condecoraram “post mortem” chamaram de “extraviado” só porque não viram onde ele caiu, com um estilhaço de granada no peito? – É uma injustiça.<sup>452</sup>

Aparentemente, foi por puro acaso que tal encaminhamento não foi inviabilizado pelos reclamos da família, como seria de se esperar. Desta forma, na ausência de contestação, o corpo do cabo de infantaria do 11 RI segue prestando um útil serviço à Pátria e às tradições militares e funerárias brasileiras: o de conferir significado e provocar

<sup>452</sup> LIMA BRAYNER, 1973. Op. Cit. Pg. 115.

a “magia” do Monumento. É o que se percebe nessa fala de Mario Pereira, filho de Miguel Pereira, atual administrador do Monumento:

Muitos dizem que o corpo do combatente da FEB achado décadas depois na Itália, é o Cabo Fredolino Chimango, porém, nunca houve uma confirmação, sendo este conhecido como o "Soldado Desconhecido", símbolo da Força Expedicionária Brasileira. Segundo o Sr. Mário Pereira, atual administrador do Cemitério de Pistoia, o soldado, pode ou não, ser Fredolino Chimango, falou também que com as tecnologias de hoje, através de exames de DNA, seria possível revelar a identidade do pracinha, porém, perderia a magia e o significado que o "Soldado desconhecido" tem, sendo o maior mártir do Brasil na Segunda Guerra Mundial.<sup>453</sup>

Controvérsias à parte, historicamente a relação de amizade e afeto que a comunidade que foi vítima de um conflito armado estabelece com os soldados estrangeiros que tentaram de alguma forma proteger os civis é mantida e rememorada, mencionada em diversos momentos pelos protagonistas da história. As manifestações públicas documentadas também o confirmam.

Essa relação de carinho também se estende com o corpo morto do soldado. O fato do cadáver do Cabo Chimango ter ficado oculto, mas protegido tanto tempo pode ser comparado com diversos outros casos em que a população local se responsabiliza pela memória do indivíduo, estranho à comunidade, que morreu a defendendo.

Na obra “The Foreign Burial of American War Dead: A History”, o historiador Chris Dickon<sup>454</sup> narra algumas ocasiões em que a instituição militar e os regulamentos que definem os procedimentos com os soldados mortos foram negados por pressão da sociedade. A consulta ao manual do Graves Registration já comentado revela a proibição de sepultamentos individuais. Todos mortos devem ser sepultados em cemitérios militares.

Ainda que as sepulturas individuais sejam evitadas ou proibidas<sup>455</sup>, existem em alguns locais da Bélgica corpos de soldados americanos que são mantidos isolados e, por vezes, fora de cemitérios militares. Por solicitação da população local, o soldado norte-americano Joe Farina que morreu na Bélgica durante a Primeira Guerra Mundial, continua

<sup>453</sup> <http://portalsegundaguerra.blogspot.com.br/2010/09/cabo-fredolino-chimango.html>

<sup>454</sup> DICKON, Op. Cit. pp.182-211.

<sup>455</sup> Manual do Graves Registration, por sepulturas individuais são consideradas locais onde até oito soldados possam estar enterrados.

sepultado no Cemitério da Igreja de Comblain-la-Tour. Ele e outros sete norte-americanos permaneceram ali porque, além da família dos mesmos não ter solicitado o repatriamento, a população local se encarregou de cultuar a memória dos mesmos, cuidando dos túmulos e pedindo para o serviço norte-americano responsável pelas sepulturas de soldados que os mesmos não sejam transferidos<sup>456</sup>.

As cerimônias do Memorial Day<sup>457</sup> nestes locais revelou para o historiador como a população local rememora e celebra a presença desses mortos estrangeiros em sua cidade. A homenagem e o cuidado com as sepulturas, a pressão para que os restos daqueles homens fiquem na terra onde eles morreram, revela essa noção de responsabilidade com a morte do outro. Pode-se interpretar esses exemplos como representativos da relação que essas sociedades possuem com sua própria história.

As utilizações políticas do “corpo” do soldado desconhecido são destacadas em diversos contextos na contemporaneidade. A questão tecnológica também é relevante sobre este aspecto. Numa das visitas ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial no Rio de Janeiro, um dos responsáveis pela divisão de pesquisa do local me adiantou que já haviam descoberto a identidade do “desconhecido” que ali estava enterrado sob a chama eterna<sup>458</sup>. A questão da história institucional, nesse caso, manter o soldado desconhecido como um símbolo, revela a relação que as Forças Armadas possuem com a sua própria história.

Em outros contextos, nem sempre o mito institucional prevalece. O caso norte-americano é exemplo disso. No cemitério de Arlington, encontram-se três soldados desconhecidos, respectivamente, da Primeira Guerra Mundial, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra da Coréia. O quarto soldado, que representava os soldados

---

<sup>456</sup> DICKON, Op. Cit. p. 208

<sup>457</sup> O Dia da Lembrança foi instituído nos Estados Unidos como um feriado que homenageava os combatentes mortos. A data escolhida é a última segunda-feira do mês de maio. Entretanto o Memorial Day na Europa é celebrado em outras datas. Dia 11 de novembro é comemorado o Armistício referente ao fim da Primeira Guerra Mundial e existem celebrações nos cemitérios nesse dia. Já o dia 08 de maio é o Dia da Vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, sendo também uma data das comemorações nos cemitérios que abrigam mortos daquele conflito. Sua origem não é exata, mas com o final da Guerra Civil norte-americana alguns estados passaram a realizar a cerimônia de homenagem aos mortos naquele conflito. Em 1921 após a Primeira Guerra Mundial a data ganhou força no calendário oficial porque foi celebrada nos diversos cemitérios norte-americanos criados com o fim daquela guerra. DICKON, Op. Cit. pp.182-185.

<sup>458</sup> Recentemente tem sido noticiada a exumação de personalidades históricas importantes do país para fins de pesquisas de pós-graduação. Recebeu enorme destaque na imprensa a exumação de Dom Pedro I em 2013 e a de D. Pedro II em 2014. Esse não foi o caso do soldado desconhecido e como a conversa foi informal não é possível comprovar toda a veracidade dessas informações. Sobre D. Pedro I ver <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/exumacao-de-familia-imperial-traz-revelacoes-para-historia-do-brasil>, Sobre a exumação de D. Pedro II <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,usp-deve-exumar-d-pedro-ii-e-a-princesa-isabel-imp-,1124105>



desconhecidos da Guerra do Vietnã, teve sua identidade descoberta por meio de exames de DNA em 1998. Como a família solicitou o corpo para sepultura familiar, seus restos mortais foram retirados do Monumento Nacional em Arlington<sup>459</sup>.

Este aspecto referente às transformações e reinterpretações dos diferentes monumentos ao soldado desconhecido possui exemplos significativos em diversos contextos contemporâneos. Em 1990, com o fim do Muro de Berlim, foi inaugurado um monumento em homenagem ao Desertor Desconhecido, sem um corpo, mas celebrando os mortos desconhecidos que tentavam, durante a Guerra Fria (1945-89) fugir do lado oriental para o ocidental, na vigência da divisão da Alemanha em dois países, a República Federal da Alemanha (capitalista) e a República Democrática Alemã (comunista). Na vigência da divisão do país à época da Guerra Fria esse tipo de homenagem dificilmente teria sido possível.

Em outros países, essa relação com o morto desconhecido também resultou em obras que celebravam esse indivíduo. Depois de terminada a Guerra Irã contra o Iraque em 1982, Saddam Hussein construiu um monumento para abrigar o túmulo do soldado iraquiano desconhecido desse conflito. Outros países como Canadá, Nova Zelândia e Austrália repatriaram os seus soldados desconhecidos, mortos nos conflitos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, de volta aos seus países de origem entre 2000 e 2004<sup>460</sup>. Essas iniciativas tem sido objeto de diversos estudos que buscam interpretar as representações do passado e sua respectiva conexão com a história nacional no contexto desses e em referência a esses traslados.

Na atualidade, os monumentos de guerra, celebrando vitórias ou os generais que as tornaram possíveis, são de certa forma proscritos, tanto por questões ideológicas como pela predominância do pacifismo que despreza e reconfigura o aspecto belicista dos mesmos, a fim de condenar a guerra<sup>461</sup>. Entretanto quando os mesmos são lembrados e celebrados<sup>462</sup>, ocorre nesses espaços a valorização de um novo tipo de luto, aquele em

---

<sup>459</sup>BIGLER, Philip. In **Honored Glory**: Arlington National Cemetery: The Final Post, St Pittsburg: Vandamere, 2005.

<sup>460</sup> São diversos os exemplos de Memoriais ao soldado desconhecido que pretendem articular através do ritual a relevância dos eventos com a comunidade e na esfera política. In: WITTMAN, Op. Cit. p.12

<sup>461</sup> WITTMAN, Op. Cit. p.12

<sup>462</sup> Exemplos dessa rememoração são os inúmeros livros, sites, blogs e páginas nas redes sociais que reforçam a rememoração dos mortos nas guerras. Posso citar como exemplo o livro da filha de um ex-combatente LEAL, Isaete. **Histórias de um pracinha da Segunda Guerra Mundial: memórias de meu pai**. Volta Redonda: Edição do autor, 2012. Entre os diversos exemplos de sites brasileiros, destaco o *Blog Resgate FEB*, que se torna uma espécie de museu virtual. <http://henriquempffeb.blogspot.com.br/>  
A dimensão do local de origem do combatente aparece por exemplo no site Projeto Passo Fundo, [http://www.projetoportunofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con\\_codigo=12170&tipo=texto](http://www.projetoportunofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=12170&tipo=texto)

que é o indivíduo, o homem simples do povo, o soldado comum, que merece as homenagens.

A identidade do soldado é enfatizada e uma solidariedade entre os vivos e a rememoração dos mortos se manifesta. O caso brasileiro contemporâneo merece ser estudado. Em plena segunda década do século XXI, tornam-se frequentes os lançamentos de livros e páginas na internet, dedicadas à memória de combatentes comuns, tanto da Segunda Guerra Mundial quanto da Revolução de 1932.

Embora localizado e de pequena escala, o fenômeno não deixa de ser importante, ainda mais se tratando de uma sociedade presentista e de um país reputado como sendo “sem memória”. De um lado esse reconhecimento ao papel histórico desempenhado pelos mortos e as manifestações de apreço, respeito e solidariedade partem de herdeiros dos combatentes. É notável a quantidade de filhos de veteranos da Segunda Guerra Mundial que tem se empenhado em publicar, seja sob forma impressa ou na internet, a biografia do seu genitor, ex-combatente.

Esse súbito interesse pela rememoração dos mortos na guerra também aparece a partir do recorte geográfico. A rememoração dos “heróis da terra” se apresenta como uma variável relevante dessa relação com os mortos em guerra. Cidadãos de pequenos municípios desenvolvem diferentes iniciativas com vistas a celebrar e preservar a história e a memória dos ex-combatentes oriundos desses locais. Seja por interesse familiar, seja por motivação comunitária, o culto e a rememoração dos mortos na guerra continua, assumindo novas formas e respondendo a novas demandas sociais, o que certamente se constituirá em objeto para novos estudos na área.

---

Como também no livro de VERTINO, Derek Destito. **Da glória ao esquecimento**: Os socorrenses na Segunda Guerra Mundial, o resgatando a memória da cidade. São Paulo: Edição do Autor, 2011.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos dedicados à morte na História se encontram em plena expansão, atualmente. O interesse pelo tema, tornado clássico por alguns historiadores franceses já nas décadas de 1970 e 1980, parece a cada ano aumentar. Mais ainda, cresce o número de historiadores que se debruçam sobre o tema da morte em guerra. Um exemplo disso é o colóquio internacional *Le soldat et la mort dans la Grande Guerre*, a ser realizado na Universidade de Reims nesse ano.

Uma consulta aos temas tratados nesse colóquio revela a diversidade e vitalidade dos estudos da morte na história, no caso específico, na história das guerras. Ali se encontram palestras e comunicações de pesquisa dedicadas a tópicos como a morte durante a Grande Guerra, a ação dos capelães militares, os enterros em massa, os enterros organizados, a morte no front e na retaguarda, a morte no cativeiro dos soldados aprisionados pelo inimigo, o papel das instituições militares na organização e gestão dos mortos.

Também se encontram reunidos nesse colóquio pesquisadores empenhados em interpretar o sentido e as implicações de eventos e processos como a relação entre a morte e as leis, os métodos e locais de sepultamento, os cemitérios do campo de batalha, e toda uma série de procedimentos de ordem prática que indivíduos e instituições exercem em relação aos mortos. Todos esses tópicos são reveladores da história cultural, política e institucional das sociedades nas quais se inserem.

O evento também dedica espaço considerável ao exame das representações públicas da morte. Temas que também já podem ser considerados clássicos serão debatidos, como o Soldado Desconhecido, tido como um símbolo nacional de abrangência mundial. Ocupam lugar de destaque as pesquisas sobre a representação da morte em memoriais de guerra, na arte de esculturas de igreja e vitrais.

Dada a diversidade de fontes que informam ao historiador sobre as atitudes e representações da morte o evento também prevê a apresentação de pesquisas que usam fontes de imprensa, no caso, jornais de trincheiras alemãs, a fotografia dos mortos e a censura, os filmes franceses relacionados com as memórias dos mortos, e a memória expressa pelo turismo.

No Brasil, tais estudos se encontram ainda em estágio preliminar e se referem a eventos de escala muito menor. O Brasil não teve participação significativa nos grandes conflitos de massa do século XX. Porém, a intensa experiência colhida em sucessivos

conflitos armados internos, bem como na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, oferecem ao pesquisador praticamente todas as possibilidades de pesquisa que há tempos vem sendo exploradas pela historiografia internacional.

No caso da presente pesquisa, optou-se por focar em duas ordens de questões. Por um lado se verificaram sucessivas tentativas de construção de um culto cívico aos mortos em combate, conforme percebemos através do estudo dos monumentos fúnebres militares, e das cerimônias e eventos a eles associados. Por outro, através do recurso a fontes inéditas, a pesquisa pretendeu contribuir para a reflexão sobre os comportamentos e devoções dos soldados diante da iminência da morte. Ambas as questões prometem ajudar na compreensão das relações da sociedade com a morte no Brasil do século XX.

Não se trata, obviamente, de pretender que a experiência internacional com essas questões venha a se reproduzir entre nós. No decorrer dessa tese ficou claro o contraste demasiado evidente entre, por exemplo, a instituição militar estadunidense com a brasileira. Enquanto a pesquisa continuada e interdisciplinar realizada lá demonstra a busca do conhecimento histórico em conformidade com as transformações nos anseios e perspectivas da sociedade, aqui permanece vigendo uma história institucional cristalizada, a qual evita questionamentos e permanece submetida ao poder hierárquico.

São reveladores dessa tendência os casos do Soldado Desconhecido no Monumento Votivo em Pistoia e do paradeiro do corpo de nosso maior herói militar na Campanha da Itália, o Sargento Max Wolff Filho. A documentação analisada nessa pesquisa questiona as versões oficiais com relação ao destino dado a esses mortos.

No tratamento com os mortos, a memória e as formas de comemoração revelam nossa relação com a história. Embora reconhecendo a já mencionada tendência à secularização, laicização, civismo e nacionalismo nos ritos de enterramento durante e depois das guerras, constata-se que não foram anuladas as demandas por práticas, ritos e símbolos religiosos.

Nesse sentido, os resultados do esforço de classificação e quantificação dos objetos religiosos encontrados com os mortos brasileiros devem ser relativizados. Por um lado, uma minoria de mortos portavam objetos religiosos. Por outro, face a um contexto histórico marcado pela laicização, não deixa de ser surpreendente que tenham se verificado nesses mortos a ocorrência de tantas devoções. Permanece completamente fora do nosso alcance entender e interpretar as devoções que não legaram registro material.

Nesse sentido esse trabalho pretende ser uma contribuição ao debate mais amplo sobre a mudança cultural, em especial no que se refere ao embate entre instituição e

indivíduo. No que se refere à mudança cultural nas atitudes e representações da morte, é a instituição que condiciona essa mudança ou a instituição é condicionada por ela? Nesse estudo se percebe como as relações entre instituição e sociedade são de mão dupla.

Não se pode perder de vista, porém, como a manipulação dos ritos de morte é fonte de poder político. É visível o poder do corpo morto, o poder da memória da morte, e o poder da autoridade do morto.

Embora condicionada pelos limites e possibilidades das fontes aqui empregadas, essa pesquisa propiciou pelo menos alguns achados e descobertas. É desconcertante constatar que, no exame dos objetos encontrados com os mortos, predomine a posse de dinheiro sobre os artefatos religiosos. A pesquisa também logrou estabelecer um nexo entre posição social e hábito de carregar dinheiro vivo entre os mortos da FEB.

No que se refere aos ritos e monumentos fúnebres o contraste da experiência brasileira com a internacional é também bastante significativo. Nota-se entre nós o papel central desempenhado pelas instituições militares e de ex-combatentes em manter e promover o culto aos mortos. Em comparação, em outros países o papel dessas instituições foi muito mais o de formatar e moldar esse culto.

A pesquisa também pretendeu contribuir para o avanço do conhecimento das relações entre Igreja e Estado. Nota-se que a separação entre Igreja e Estado inicialmente era completa, mas a guerra forçou uma reversão nessa situação. Permanecem obscuras as razões pelas quais com o fim do conflito não ocorreu um retorno à laicização. Essa é apenas uma dentre tantas outras indagações que esse texto pretendeu sugerir aos pesquisadores tomar como futuros objetos de pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo Santos de. Luto e culto cívico dos mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo, 1932-1937) In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 105-123, 2011.
- AQUINO, Luis Felipe. O culto dos santos, relíquias e imagens. In: **Catecismo da Igreja Católica**, Petrópolis: Vozes, 1993.
- ARIËS, Phillippe. **Sobre a História da morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa, Teorema, 1975.
- \_\_\_\_\_. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- ARRUDA, Demócrito (org.) **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. São Paulo: IPE, 1950.
- AUGRAS, Monique. **Todos os santos são bem-vindos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1995.
- AZZI, Riolando. A Espiritualidade Popular no Brasil: um enfoque histórico, In: Grande Sinal – **Revista de Espiritualidade**, Ano XLVIII – 1994/3.
- BELLOMO, Harry Rodrigues. **Cemitérios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.
- BERGER, P. Dessecularização do Mundo: uma visão global. In: **Revista Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, no. 21, 2000.
- BIOSCA, Fernando. **A intendência no teatro de operações da Itália**. Rio de Janeiro, BIBLIX, 1950.
- BIGLER, Philip. **In Honored Glory: Arlington National Cemetery: The Final Post**, St Pitsburg: Vandamere, 2005.
- BORGES, Deborah Rodrigues. **Registros de Memórias em Imagens: usos e funções da fotografias mortuária em contexto familiar na cidade de Bela Vista de Goiás (1920-1960)**, Dissertação de Mestrado, PUC-GO, 2008.
- BORGES, Maria Elizia. **Arte Funerária no Brasil (1890-1930): Ofício de Marmoristas Italianos em Ribeirão Preto**. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.
- BOISTER, N. & CRYER, R. (orgs) **Documents on the Tokio Military Tribunal**. New York: Oxford, 2008.
- BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra mundial: os brasileiros em combate**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- BRAGA, Rubem. **Crônicas da Guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- BRASIL, Ministério da Guerra, **Boletim Especial do Exército**. Os Mortos da FEB, Rio de Janeiro, MG, 1948.
- BRASIL, Presidência da Republica. **Código Penal Militar**. Art. 240, 242, 248. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del1001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm) acessado em 14/04/2014.
- BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **Código Penal de 1940**. Art. 151, art. 210 e 211. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm) acessado em 14/04/2014.
- BRASIL. Presidência da República. Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistoia. Comissão de Exumação e Acondicionamento. **Ata de Exumação de Max Wolff Filho**. Itália, Pistoia, 10/11/1960.
- BRASILIANO, Lafayette Varga Moreira. **Relatório das atividades deste Pelotão, desde o período de sua organização até a presente data**. V Exército Americano, IV Corpo, Serviço de Intendência da 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária, 1º. Pelotão de Sepultamento. Itália, Pistoia, 1945.

- BROWN, Peter. **The cult of Sains**. Its Rise and Function in Latin Christianity, Chicago: The University of Chicago Press, 1981.
- BRANCO, Manuel Thomaz Castelo. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1960.
- BRAYNER, Lima F. de. **Luzes sobre Memórias**. Rio de Janeiro: Editora São José, 1973.
- \_\_\_\_\_. **A verdade sobre a FEB**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- BURKE, P. & BRIGGS, A. **História da mídia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. **Católicos, Protestantes, Espíritas**, Petrópolis, Vozes, 1973.
- CAPDEVILA, Luc & VOLDMAN, Danièle. **War dead: western societies and the casualties of war**. Edinburgh, Edinburgh University Press, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, E. Leitão. **A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial**, Rio de Janeiro: BIBLIX, 1952.
- CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASOY, Bóris, **A intentona e a censura do ministro**, 27/11/2007. Disponível em <http://www.alertatotal.net/2007/11/intentona-e-censura-do-ministro.html> Acessado em 01/06/2010
- CASSORLA, R.M.S. Prefácio. IN: LEVISKY, David Léo. (org.) **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 1. A sociedade em Rede, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CASTELO BRANCO, M. T. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, BIBLIX, 1960.
- CASTRO, Celso. **O espírito militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Exército e nação: estudos sobre a história do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- CASTRO, Celso. & IZECKSOHN, V.(org). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: FVG, 2004.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, 1993
- CATROGA, Fernando. **O Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos mortos**. Coimbra: Minerva, 1999.
- CAVALCANTI, Demócrito. **Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1950.
- CERQUEIRA, Eli. Et. All. **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Cortes, 1986.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**, São Paulo: UNESP, 2001.
- CREVELD, Martin Van. **The culture of war**. New York: Ballantines Books, 2008.
- CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: Arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2002.
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial, Edusp, 2000.
- COLLANTES, Justo. **A Fé Católica – Documentos do Magistério da Igreja. Das Origens aos nossos dias**. Trad. Paulo Rodrigues. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 2003.
- CÉLINE, L. F. **Viagem ao fim da noite**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

- CREVELD, Martin Van. **The culture os war**, New York: Ballantines Books, 2008.
- DELLA NINA, Hilda. **Entrevista concedida ao Cel. Claudio Rosty**. In: OLIVEIRA, D. (org.) *Memória, Museu e História – Centenário de Max Wolff Filho e o Museu do Expedicionário*. Rio de Janeiro: CEPHiMEx, 2012.
- DEQUECH, José. **Nós estivemos lá**: edição comemorativa aos 50 anos da participação do Brasil na 2ª. Guerra Mundial. Curitiba, Legião Paranaense do Expedicionário, 1994
- DUBY, Georges. **Guilherme, o Marechal ou o Melhor Cavaleiro do Mundo**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DICKON, Chris. **The Foreign Burial of American War Dead: a History**. London: McFarlane & Company Inc., 2011.
- ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FARIA, Anderson Adriano Silva. **Breve histórico da capelania militar evangélica no Brasil**. Disponível em <http://www.militarcristao.com.br/cpl.php?acao=texto&id=224> Acessado em 01/08/2013
- FERNANDES, Pe. Geraldo. **A religião nas constituições republicanas do Brasil**. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Dez. 1948, Petrópolis: Vozes.
- FERRAZ, Francisco Cesar Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira**. Tese (Doutorado em História Social) USP, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.
- FERREIRA JR. Alcemar. **Isenções e clientelismo no recrutamento da Força Expedicionária Brasileira**. Universidade Severino Sombra, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011. Pg. 5 Disponível em [http://www.uss.br/arquivos/pdfs-simposios2/Alcemar\\_Jr\\_Isencoes\\_e\\_Clientelismo\\_no\\_Recrutamento\\_da\\_Forca.pdf](http://www.uss.br/arquivos/pdfs-simposios2/Alcemar_Jr_Isencoes_e_Clientelismo_no_Recrutamento_da_Forca.pdf)
- FRANCO JR., Hilário. **A Eva barbada**. Ensaio de mitologia medieval. SP: EDUSP, 1996.
- GONÇALVEZ, Carlos Paiva. **Seleção médica do pessoal da FEB: histórico, funcionamento e dados estatísticos**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1951.
- GOUVÊA, Leila Vilas Boas. **Pensamento e “lirismo puro” na poesia de Cecília Meirelles**. São Paulo, Edusp, 2008.
- GRAHAM, John W. **The Gold Star Mother Pilgramages of the 1930**: overseas grave visitation by mothers and widows of fallen US Worl War I soldiers. Jefferson: McFarland & Company Inc. Publishers, 2005
- HARTOG, François. Entrevista **Revista História e Historiografia**, Ouro Preto, número 10, dezembro 2012.
- HEATHCOTE, Edwin. **Monument builders: modern architecture and death**. Londres: Academy, 1999.
- HIGUET, Etienne. **O misticismo na experiência católica**. In: VVAA. *Religiosidade popular e misticismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HÖFKE, Tathyane Ferreira. **As motivações temáticas de Celita Vaccani, nos Mausoléus dos Aviadores Militares**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Ano de Obtenção: 2007.
- HOONAERT, Eduardo. **A cristandade durante a primeira época colonial**. In: HOORNAERT, Eduardo et al. **História da igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. 3. ed. São Paulo: Paulinas/Petrópolis: Vozes, 1983. Tomo II/I



- HOWARTH, G. & LEAMAN, O. **Enciclopédia da Morte e da Arte de Morrer**. Lisboa: Quimera Editores, 2001.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos e mídia. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2000.
- JÜNGER, Ernest. **Tempestades de Aço**. São Paulo: Cossaf Naify, 2013.
- JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da igreja e os santos do povo**: devoções e manifestações de religiosidade popular. Tese de Doutorado, Curitiba, UFPR, 2004.
- KEEGAN, John. **O rosto da batalha**. Lisboa: Fragmentos, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Uma história da guerra**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Uma história dos conceitos**: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.
- \_\_\_\_\_. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Seuil/Gallimard, 1997.
- KRZYŻANOVSKI, Rubens. **Segunda Guerra Mundial** – contribuição do Paraná. Curitiba: MEXP, sem data.
- LEAL, Maria Isalete. **Histórias de um pracinha da Segunda Guerra Mundial**: memórias de meu pai. Volta Redonda: Edição do autor, 2012.
- LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. São Paulo: Unicamp, 1992.
- LINS, Maria de Lourdes. **A Força Expedicionária Brasileira, uma tentativa de interpretação**. São Paulo: Editoras Unidas, 1975.
- LONDOÑO, Fernando Torres. Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro. Notas de uma pesquisa. Revista **Projeto História**, São Paulo, nº 21, pp. 247-263, nov. 2000.
- LOPES, José Rogério. Imagens e Devoções no Catolicismo Brasileiro. Fundamentos Metodológicos e Perspectivas de Investigações. **Revista de Estudos da Religião** Nº 3 / 2003 / pp. 1-29 Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2003/p\\_lopes.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/p_lopes.pdf)
- LORDELO, E. & LACERDA, M. Os monumentos e sua reprodutibilidade: mídias e valores. **RISCO. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo EESC-USP, 6 [2], 2007, pp 35-48.
- MARCHI, Euclides. O Sagrado e a Religiosidade: Vivências e Mutualidades. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 43, p. 33-53, 2005. Curitiba: Editora UFPR.
- MCCANN, F.D. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Os soldados da pátria**: História do exército brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MARTINS, José de Souza (org.) **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- MAUAD, Ana; NUNES, Daniela. Discurso sobre a morte consumada: Monumento aos Pracinhas. In: KNAUSS, Paulo (Org.). **Cidade vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 73-92.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados**: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.
- \_\_\_\_\_, & OLIVEIRA, D. **Raça e forças armadas**: o caso da Campanha da Itália (1944-45) In: Estudos de História, Franca, vol. 8, no. 1, 2001.
- MELO, N.C.A. **Meu diário de guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- MERON, Luciano. **O Altar e o Front**: o Serviço Religioso na Força Expedicionária Brasileira. Disponível em: [http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/O\\_ALTAR\\_E\\_O\\_FRONT\\_-](http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/O_ALTAR_E_O_FRONT_-)

\_O\_SERVICO\_RELIGIOSO\_NA\_FORCA\_EXPEDICIONARIA\_BRASILEIRA\_Luciano\_B-\_Meron\_.pdf

MONTEIRO, Douglas. **Os Errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo, Duas Cidades, 1ª. ed., 1974.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

MORIN, E. **O homem e a morte**, Lisboa: Europa-América, 1975.

MOTTA, A. **À flor da pedra**: formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2008.

MOSSE, George L. **Fallen soldiers**: Reshaping the Memory of the World Wars. New York: Oxford University Press, 1990.

MOURA, S. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**, vol 3 O Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1986, pp.323-342.

MULLER, Alois & SATTLER, Dorothea. Mariologia. In: SCHNEIDER, Theodor (Org.). **Manual de Dogmática**. Vol II. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MUNIZ, P. H. O estudo da morte e suas representações socioculturais, simbólicas e espaciais. In: **Revista Varia Scientia**, v. 06, n. 12, p. 159-169.

NEFF, John R. **Honoring the Civil War Dead**: Commemoration and the Problem of Reconciliation. Lawrence: University Press of Kansas, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Revista de Pesquisa Histórica. São Paulo, 1993.

OTSUKA, S. & STERNS, P. Perceptions of death in the Korean War. **War in History**, no. 6, vol. 1. Jan. 1999

OLIVEIRA, Dennison. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2008.

\_\_\_\_\_. (org.) **Memória, Museu e História** – Centenário de Max Wolff Filho e o Museu do Expedicionário. Rio de Janeiro: CEPHiMEX, 2012.

OLIVEIRA, Paola Lins. Circulação, usos sociais e sentidos sagrados dos terços católicos, **Revista Religião e sociedade**. vol.29 no.2 Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872009000200005&script=sci_arttext) Acessado em 12/05/2011

**Orae** - Manual completo de orações e instruções religiosas, Lisboa, Ed J Steinbrener, 1939.

PALHARES, Gentil. **Frei Orlando**: o capelão que não voltou. Rio de Janeiro: Bibliex, 1982.

PAULA, Jeziel de. **1932: imagens construindo a história**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

PEREIRA, José Carlos. A Linguagem do Corpo na Devoção Popular do Catolicismo. **Revista de Estudos da Religião** Nº 3 / 2003 / pp. 67-98 Disponível em: [http://pucsp.br/rever/rv3\\_2003/p\\_pereira.pdf](http://pucsp.br/rever/rv3_2003/p_pereira.pdf)

PERUCCI, A, SOUZA, B. & CAMARGO, C. Igreja Católica (1945-1970) In: FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira**, o Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1986, pp.343-380.

PETRUCCELLI, J.L. & SABOIA, A.L. (org.) **Características Étnico-raciais da População: Classificação e Identidades**, Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

POEL, Francisco Van der. **Dicionário da Religiosidade Popular**, Curitiba: Editora Nossa Cultura, 2013.

PINHEIRO, Jose Juarez Bastos. **A Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Editora do Autor, Sem local, 1976

- PROST, Antoine. **Les monuments aux morts**. In: NORA, Pierre. Les lieux de mémoire, Paris: Gallimard, 1997.
- RAMOS, José de Oliveira. **A epopeia dos Apeninos**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Limitada, 1960.
- ROCHA, Ricardo de Souza. A arquitetura moderna diante da esfinge ou a nova monumentalidade – uma análise do Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, Rio de Janeiro In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** vol.15 no.2 São Paulo July/Dec. 2007
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- REMARQUE, Erich Maria. **Nada de novo no front**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2004.
- RIGONI, C. **Monumentos Brasileiros na Itália: honra e glória aos veteranos da FEB**. Curitiba, 2005.
- RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- \_\_\_\_\_. A arte de bem morrer no Rio de Janeiro setecentista. **Varia História**. 2008, vol.24, n.39, pp. 255-272.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.
- ROSENHECK, Uri. Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos, In: **Revista Militares e Política**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 3, Julho-Dezembro de 2008, pp. 7-16
- RÜSEN, Jörn. **Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história** In: História da historiografia, Ouro Preto: Edufop, número 02, março 2009.
- SÁEZ, Oscar Calavia. O que os santos podem fazer pela antropologia? **Revista Religião e Sociedade**, Relig. soc. vol.29 no.2 Rio de Janeiro 2009 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100872009000200010&script=sci\\_arttext#link002](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100872009000200010&script=sci_arttext#link002)
- SANTOS, R. B. dos. Santo Antonio pernambucano: politização e militarização de Santo Antonio na restauração pernambucana. **ANAIIS do 12º. Encontro Regional da ANPUH/RJ**.
- SCHMITT, Jean Claude. **O corpo das imagens: Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média**. São Paulo: Edusc, 2007.
- SCHNEIDER, J. E. **Vivência de um ex-capelão da FEB**. Rio de Janeiro: Edições Rosário, 1983.
- SILVA, André Luiz. Devoções Populares no Brasil: Contextualizando Algumas Obras das Ciências Sociais. IN: **Revista de Estudos da Religião** Disponível em: [http://www.pucsp.br/rever/rv3\\_2003/t\\_silva.htm](http://www.pucsp.br/rever/rv3_2003/t_silva.htm)
- SILVA, Helenice Rodrigues. **Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória**. In: Revista Brasileira de História, vol.22, no.44, São Paulo, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008)
- SILVA, Roberta Donega. A construção do feminino no poema “Lamento da noiva do soldado” de Cecília Meirelles. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386696228\\_ARQUIVO\\_RobertaDonegaSilva.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386696228_ARQUIVO_RobertaDonegaSilva.pdf) Acessado em 10/04/2014
- SNAPE, Michael. **God and the British Soldier: Religion and the British Army in the Era of the Two World Wars**. New York: Routledge, 2005.
- SOARES, L. **Verdades e vergonhas da Força Expedicionária Brasileira**, Curitiba: Editora do Autor, 1995.

- SOUZA, William Eduardo Righini de & CRIPPA, Giulia. “Monumento ao soldado constitucionalista” de 1932: uma análise de seu valor memorial nas significações oficiais e populares In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 5, p. 6-21, nov. 2007/abr. 2008, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/viewFile/15613/17187>
- TAUNAY, A. **A retirada da Laguna**. São Paulo, Ediouro, 2000.
- TEIXEIRA, Faustino. Faces do Catolicismo Brasileiro Contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n.67, p. 14-23, setembro/novembro 2005. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/67/02-faustino.pdf>
- UZEDA, O. G. **Crônicas de Guerra**. Rio de Janeiro. BIBLIEX, 1952.
- VALADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos cemitérios brasileiros**. Rio de Janeiro: 1972.
- VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- VAUCHEZ, Andre. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental**, (séculos VIII a XIII), Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- VILLA, Marco Antonio. **1932 Imagens de uma Revolução**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- VIOTTI, Cassio A. **Crônicas de Guerra**. A Força Expedicionária Brasileira na Itália. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1998.
- VOLLMAN, D. & CAPDEVILA, L. **War dead: western societies and the casualties of war**. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2006.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_, Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle. Les attitudes devant la mort d'après les clauses des testaments **Revue de l'histoire des religions**, 1973, volume 188-2 Disponível em [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhr\\_0035-1423\\_1975\\_num\\_188\\_2\\_6136](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rhr_0035-1423_1975_num_188_2_6136) Acessado em 10/10/2011
- WALLACE-HADRILL, A. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008
- WIECK, Roger S. **Painted prayers: The Book of Hours in Medieval and Renaissance Art**. New York: George Braziller, 2004.
- WINTER, Jay. **Sites Of Memory, Sites Of Mourning: The Great War In European Cultural History**. Cambridge University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. & SIVAN, E. **War and Remembrance in the twentieth century**. Cambridge University Press, 1999.
- WITTMAN, Laura. **The Tomb of Unknown Soldier**, Modern Mourning and the Reinvention of Mystical Body. Toronto: University of Toronto Press, 2011.
- ZIMDARS-SWARTZ, Sandra. **Encountering Mary: from La Salette to Medjugorje**. New York: Avon Books. 1992.

## LISTA DE FONTES CONSULTADAS

### 1. Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro (RJ)

- a) Relatórios e documentos de mortos inimigos
- b) Relatório de Sepultamentos
- c) Inventários de objetos
- d) Ofícios expedidos – solicitação de remoção de cadáver
- e) Boletins internos do Pelotão de Sepultamento
- f) Relatórios de atividades do pelotão
- g) Gráficos de mortos por unidades
- h) Estatísticas de mortos pelos postos
- i) Gráficos demonstrativos de causas de mortes
- j) Recibos do Posto de Coleta
- h) Constatazione di Morte
- i) PBS – Removal of bodies
- j) Ofícios de reconhecimento de corpos
- k) Ofícios de comunicação de falecimento
- l) Ofícios de esclarecimento quanto ao destino dos objetos encontrados nos corpos
- m) fotografias do Cemitério de Pistoia e do Monumento Votivo

### 2. Arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – Rio de Janeiro (RJ)

- a) Atas de Exumação
- b) Atas da Comissão de Repatriamento/Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (1952-1960)
- c) Resumo das atividades do Brasil na Segunda Guerra para uso dos concorrentes a construção do Monumento Nacional dos Mortos da Segunda Guerra Mundial, 1955
- d) Acervo Exposto

### 3. Monumento Votivo de Pistoia, Itália

- a) Livros de registros de visitas e homenagens
- b) Fotografias

### 4. Fontes de Imprensa

- a) Jornal O Globo – Rio de Janeiro
- b) Jornal do Brasil – Rio de Janeiro
- c) Gazeta do Povo – Curitiba
- d) Revista Fon-Fon – Rio de Janeiro
- e) Diário Oficial da União – Brasília
- f) Jornal A Noite – Rio de Janeiro

### 5. Museu do Expedicionário – Curitiba (PR)

- a) Hemeroteca
- b) Livros de orações

c) Acervo exposto

6. Cemitério São João Batista – Rio de Janeiro (RJ)

a) Fotografias

b) Registros Tumulares

7. Museo Storico di Montese – Montese, Itália

a) Acervo exposto